VIDA E OBRA DE OSWALDO CRUZ

EX LIBRIS

O. G. CRUZ

EDITORA FIOCRUZ

VIDA E OBRA DE
OSWALDO CRUZ

Clementino Fraga

VIDA E OBRA DE
OSWALDO CRUZ

SEGUNDA EDIÇÃO

SUMÁRIO

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

Suaviter in modo, fortiter in re
Sêneca

Clementino Fraga deixou, em seus arquivos pessoais, numerosa correspondência, além de outros documentos de uma vida exemplar e bem-sucedida, que se prestaria à autobiografia. Instado a escrevê-la, sempre recusou, alegando que "pobre não faz testamento". Entretanto, produziu ensaios biográficos sobre outros que mereceram sua admiração.

O livro, lançado agora em segunda edição, por iniciativa do presidente da Fiocruz, Paulo Buss, representa derradeira homenagem de discípulo a mestre, ambos imortalizados na história da saúde pública no Brasil. Esta feliz iniciativa exprime, também, a fidelidade da instituição à memória de seu grande fundador.

Que razões teriam levado Fraga, já nos últimos anos de vida, a recordar, mais uma vez, Oswaldo Cruz? Terão prevalecido as de ordem sentimental. A capacidade de admirar e a de ser justo, de par com uma vontade poderosa, foram atributos que permitiram ao autor escolher bem os seus modelos e difundir-lhes os exemplos e as lições. Entre tais modelos, distinguiu Carneiro Ribeiro, Miguel Couto e Oswaldo Cruz.

Carneiro Ribeiro, nome nacional depois da polêmica com Rui Barbosa, foi seu professor de português no curso secundário, e moldou seu comportamento e senso de justiça. Miguel Couto, misto de competência e bondade, símbolo da medicina. Oswaldo Cruz, harmonia de qualidades, imagem de sábio. Os três foram lembrados por Fraga em sucessivas ocasiões.

O conhecimento pessoal e a aproximação chegaram cedo. Dois anos depois de graduado, veio Fraga para o Rio de Janeiro, tentar a clínica nos subúrbios de

Santa Cruz e Piedade. Nas manhãs livres, freqüentava a enfermaria de Miguel Couto na Santa Casa da Misericórdia, o que lhe valeu experiência e preparo para o futuro concurso na Faculdade da Bahia. No Rio, concorreu à vaga de inspetor sanitário, classificando-se em primeiro lugar, em igualdade com Vieira Romeiro, o semiólogo. Teve, então, a oportunidade de trabalhar sob as ordens de Oswaldo Cruz, em fase já avançada da campanha da febre amarela. Empolgou-o a figura do diretor, admirando-lhe a serenidade, a energia e o destemor com que enfrentava os detratores e os inimigos. Testemunhou o prestígio e o respeito geral por ele conquistados após a campanha vitoriosa, e que cresceram com sua morte aos 44 anos.

Em 1928, ocorreu novo e ameaçador surto de febre amarela, quando Fraga era diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, posição alcançada pela preocupação que revelou, na cátedra e no Parlamento, com a área da saúde. Creditava a consolidação de seu interesse pela saúde pública à influência do mestre, tal como Carlos Chagas, que "na recordação de Oswaldo Cruz, pautou a sua conduta pelo resto da vida".

As duas campanhas de febre amarela, além das diferenças pelo tempo decorrido e do fato de a primeira ser uma endemia e a segunda um surto epidêmico, mostraram afinidades entre os seus condutores. Oswaldo Cruz pediu demissão quando o governo nomeou um diretor sem consultá-lo. Fraga agiu da mesma forma em caso idêntico. Nos dois casos, o governo recuou. Outros tempos... Em momento difícil, Fraga substituiu, de uma só vez, quatro diretores. Oswaldo Cruz teve igual conduta com um auxiliar. Ambas as administrações sofreram intenso combate da imprensa, a que resistiram bravamente. Fraga demonstrou qualidades administrativas semelhantes às de seu chefe. Deste, disse Ezequiel Dias, discípulo da primeira hora: "nem uma frase em tom alto, jamais uma admoestação violenta; as ordens eram dadas em voz baixa; a advertência se revestia da brandura de um conselho; até o cumprimento do dever era solicitado por favor, ainda quando se tratasse do mais rude dos serventes".

No prefácio à primeira edição deste livro, Moniz de Aragão narra com minúcia um fato que concorreu para aumentar a afeição entre chefe e ex-auxiliar. Chegava à Bahia o navio Araguaia, da Mala Real Inglesa, com doentes de *colera morbus*. O diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, por indicação de Oswaldo Cruz, telegrafou a Fraga, pedindo que viesse ao Rio nesse navio, no que foi atendido, apesar das condições difíceis para sua decisão.

Na opinião de seu biógrafo, o maior mérito de Oswaldo Cruz não foi o saneamento do Rio de Janeiro, com a extinção da febre amarela, peste e varíola, mas sim a fundação da medicina experimental no Brasil. Manguinhos é uma realidade que, vencendo todas as vicissitudes, sobrevive há mais de cem anos, com eficiência e brilho, representando o Brasil internacionalmente. Esse centenário foi dignamente celebrado com a exposição 'Oswaldo Cruz: o médico do Brasil'. Quem visita o Instituto ainda experimenta uma atmosfera de tradição e de recolhimento, implantada por um homem que falava pouco, era sóbrio na linguagem, firme na ação, grande empreendedor, patriota extremado.

Não faltou ao homem de ciência a preparação humanista. O gosto pelas artes transparece nas numerosas cartas escritas do exterior ao seu maior amigo, Sales Guerra, médico que o indicou ao governo para a direção do Departamento Nacional de Saúde Pública. Nessas cartas, são muitos os comentários sobre exposições, teatro, música, jardins.

Semelhanças entre Oswaldo Cruz e Clementino Fraga se revelaram, também, nas 'últimas vontades' de cada um. Ainda que separadas por 54 anos, nelas há coincidência de sentimentos:

> *Desejo com sinceridade que se não cerque a minha morte dos atavios convencionais com que a sociedade revestiu o ato da nossa retirada do cenário da vida. Pelo respeito que voto ao pensar alheio não quero capitular de ridículo esses atos: julgo-os para mim dispensáveis e espero que a família, que tanto quero, se conforme com esses inofensivos desejos que nasceram da maneira pela qual encaro a morte, fenômeno fisiológico naturalíssimo do qual nada escapa. Tão geral, tão normal, tão banal é que julgo absolutamente dispensável de frisá-la com cerimônias especiais. Por isso desejaria que se poupasse aos meus a cena de vestimenta do corpo que bem pode ser envolvido em simples lençol. Nada de convites ou comunicações para enterro, nem missa de sétimo dia. Nem luto tão pouco. Esse traz-se no coração e não nas roupas. Peço encarecidamente aos meus que não prolonguem o natural sentimento que trará minha morte. Que se divirtam, que passeiem, que ajudem o tempo na benfazeja obra de fazer esquecer. Não há vantagem alguma de amargurar com lágrimas prolongadas os tão curtos dias de nossa existência. Portanto, que não usem roupas negras em nosso clima; que procurem diversões, teatros, festas, viagens, a fim de que desfaçam essa pequena nuvem que veio empanar a normalidade do viver todos os dias. É preciso que nos conformemos com os ditames da natureza.*
>
> (Oswaldo Cruz)

Desejo morrer cristãmente. Ser sepultado sem cerimônias fúnebres. Nem um convite, a nem uma pessoa, ainda que aparentada ou amiga. Enterro modesto, que poderá ser custeado pela Academia Brasileira de Letras, como é de praxe, dela conseguindo a família que dispense a meu cadáver do passeio à sua sede. Sem flores, nem discursos.

Nem luto, nem restrições sociais de pesar, nem saudade. Nenhuma interrupção, ainda que efêmera, dos hábitos de vida dos filhos e dos passatempos que a amenizam. Porque a vida continua, como Deus manda em sua infinita misericórdia.

Outrossim espero que a família enlutada deixe de "cumprir o doloroso dever" de convidar para comemorações religiosas. Missa e orações, exclusivamente para a família.

(Clementino Fraga)

Este livro visa a lembrar alguns aspectos mais importantes da história da saúde pública no Brasil. Resume a obra de um médico que, no princípio do século XX, promoveu o saneamento do Rio de Janeiro. Mais do que isso, fundou o Instituto, marco da pesquisa científica na área biológica, consagrando o nome do seu fundador.

O Instituto atraiu cientistas e pesquisadores, nacionais e estrangeiros, assegurando-lhes condições de trabalho, orientação e apoio, como aconteceu, por exemplo, com as notáveis investigações de Chagas.

A grandeza de Manguinhos despertou a admiração de jovens profissionais. Entre eles, Clementino Fraga, vindo da Bahia e da clínica, com sólida formação básica e interesse por saúde pública. Mais tarde, depois de vários ensaios sobre Oswaldo Cruz, tornou-se seu biógrafo, com a primeira edição de *Vida e Obra*, em 1972.

A esse fervoroso discípulo pode-se aplicar o que ele escreveu a propósito de um grande clínico: "uma longa vida de clínico pode ter beleza e altitude, quando as vantagens da ciência e da arte são disciplinadas na aplicação e em tudo subordinadas aos ditames da consciência profissional".

No caso presente, ciência e clínica se conjugaram para oferecer valiosa contribuição histórica. Biógrafo e biografado cumpriram, exemplarmente, a setença de Sêneca: "suave nas maneiras, forte na ação".

Clementino Fraga Filho

PRÓLOGO À SEGUNDA EDIÇÃO

A bibliografia sobre Oswaldo Cruz é composta por dezenas de necrológios, artigos de feição histórica, biocronologias, biografias e até mesmo uma revista de história em quadrinhos que narra a campanha de saneamento do Rio de Janeiro, no início do século XX. Nessa literatura constata-se a repetição exaustiva de símbolos, imagens, fatos e versões reveladores de um processo que, em alguns casos, levou à sua mitificação e canonização. A construção da biografia mítica do 'criador de Manguinhos' iniciou-se logo após sua morte, em fevereiro de 1917. Mitos, obviamente, não se constroem no vazio. Como observou Nara Azevedo,[1] médicos e higienistas transformaram-se em cultores de sua memória, em parte porque perceberam que a grande lacuna deixada pelo 'saneador do Rio de Janeiro' podia ser convertida num legado simbólico, capaz de mobilizar os seus contemporâneos em prol de determinadas causas. Essa hagiografia visava, em parte, a legitimar o movimento sanitarista, organizado em torno da Liga Pró-Saneamento do Brasil, e, ao mesmo tempo, pacificar as desavenças internas ao Instituto Oswaldo Cruz. A identificação do 'fundador da medicina experimental no Brasil' com os valores do progresso, da saúde pública e da ciência, cultivados pela elite política republicana, e sua conversão em apóstolo e mártir da ciência brasileira ajudaram tanto a legitimação social quanto a formação do consenso necessário para a ação política de duas espécies, então recém-aclimatadas ao nosso solo: o sanitarista e o cientista.

---

[1] BRITTO, N. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1995.

A maioria desses escritos, apesar de seu valor literário e histórico, perdeu muito de sua força evocativa. O estilo grandiloqüente e as figuras de linguagem, próprias daquele gênero epidíctico, já não mais conseguem mobilizar os sentimentos do leitor moderno. Já Pedro Nava, um de nossos maiores memorialistas, reclamava da parcialidade das biografias da maioria dos nossos grandes médicos e do tratamento "com luvas de borracha que desinfetam tudo que existe de humano para só ensaiar o mito esterilizado que anula o homem. Onde estais, Miguel Couto, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas? Quem vos poderá conhecer dentro de roupas de santo com que vos afublaram e que tanto vos desfiguram? Esquecem que cada homem só vive e é grande quando mostrado integralmente. Nos seus erros e acertos. Nos acertos e erros dos outros sobre sua pessoa".[2]

Por outro lado, quando, a partir de meados da década de 1970, historiadores e cientistas sociais voltaram seus interesses para o estudo histórico da trajetória institucional da ciência brasileira e para as temáticas da saúde pública, rejeitaram como ingênuas as narrativas centradas na ação dos protagonistas e deslocaram a abordagem para as redes de relações sociais e econômicas que determinariam as ações dos sanitaristas naquela conjuntura histórica. A intenção era explicitar os mecanismos sociológicos subjacentes e revelar a forma pela qual os interesses econômicos das elites republicanas – empenhadas em encontrar uma solução definitiva para os problemas sanitários que ameaçavam os lucros da lavoura cafeeira – puderam galvanizar as ações dos médicos-cientistas no intuito de institucionalizar a pesquisa biomédica no campo da saúde pública.[3]

Vida e Obra de Osvaldo Cruz, escrita por Clementino Fraga, encontra-se a meio-termo entre o mito e sua negação. Seu autor revela-se um cultor exigente da memória de seu biografado. Porquanto haja sobejas evidências de admiração

---

[2] NAVA, P. *Baú de Ossos*. 7.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 251.

[3] Entre os trabalhos mais marcantes que caracterizam esse tipo de abordagem, destaco, em ordem cronológica: STEPAN, N. *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976; LUZ, M. T. *Medicina e Ordem Política Brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982; CASTRO-SANTOS, L. A. de. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção de nacionalidade. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 28(2):193-210, 1985; BENCHIMOL, J. L. *Manguinhos do Sonho à Vida: a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1990; HOCHMAN, G. *A Era do Saneamento: as fases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 1998.

e afeto, além de coincidências biográficas que projetam, na interpretação de Oswaldo Cruz, elementos da personalidade do próprio autor, a sobriedade da linguagem e o recurso aos documentos de época combinam-se na produção de uma obra empolgante e objetiva.

A excelente iniciativa de sua reedição, pela Editora Fiocruz, passadas três décadas desde sua primeira e única edição pela Livraria José Olympio Editora,[4] encontrará larga ressonância entre o público que tem se mostrado ávido pelo gênero. O crescente interesse pelas biografias vem preenchendo, de certa forma, as perdas de referências ideológicas, um dos traços do cenário cultural contemporâneo. Por outro lado, a crise dos enfoques excessivamente centrados na identificação das estruturas e na ação das massas e atores coletivos, independentemente das opções e intenções dos indivíduos, tem aproximado os historiadores das categorias e do léxico dos atores, conduzindo suas atenções para os indivíduos e suas redes de interações, nas quais se desenham laços de solidariedade e antagonismos.

Patrimônio simbólico disputado e reverenciado pela medicina e ciência brasileiras, a memória sempre lembrada e celebrada de Oswaldo Cruz encontra nesta composição sua mais bem acabada reconstrução.

Flavio Coelho Edler

Historiador, pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

---

[4] Para efeitos desta segunda edição, foram mantidas as características da primeira, até mesmo a grafia original

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

A um simples lance de olhos sôbre as vidas de Clementino Fraga e Osvaldo Cruz – neste livro biógrafo e biografado – ressalta de pronto a coincidência de haverem conduzido, a duas décadas de intervalo, campanhas vitoriosas contra a febre amarela, nesta mesma cidade, bela e sofrida. Mas, isto é o acidental, o fato exterior que, se os envolve no mesmo preito de admiração agradecida dos brasileiros, por forma alguma justifica a condição em que nesta obra se associam e, de certa forma, se confrontam.

O que realmente comove o leitor iniciado e o induz a uma comparação inevitável dos dois grandes vultos, à margem do texto que, nobre cautela do autor, só raramente em curtas passagens a sugere, é a forma semelhante por que sentem e solvem os episódios que lhes salteiam a ação de dirigentes sanitários, em país subdesenvolvido. Isto, não por cópia intencional ou falta de imaginação, mas pelo afeiçoamento, no mais môço, da forma de pensar e agir à do homem tão bem compreendido e tão intensamente admirado, a que se ligou por sincera afeição, para logo idealizada na saudade, a jeito de filiação espiritual.

Para quem conhece a vida dos dois eminentes brasileiros, suas lutas, suas obras, é uma experiência avassaladora ver emergir, por fôrça de simples confrontação, de uma cronologia morta de fatos epidemiológicos, incidentes administrativos, ocorrências triviais, todo o processo – gradativo, vivo, palpitante de sentimento – através do qual, em metamorfoses, por dizer inevitáveis, o conhecimento suscitou a admiração, esta propiciou a afeição nobilitante, motivadora a seu turno de um propósito subconsciente de identificação que não se esgota na observân-

cia do modêlo, antes procura fixá-lo, em rememoração grata, e tenta a interpretação do personagem, na projeção da própria personalidade.

De Osvaldo Cruz e Fraga, não há exagêro em falar de filiação, pois, nascidos embora a distância menor que dez anos, a diferença de idade, menos expressiva em têrmos biológicos, representa, no ápice da parábola que figura a trajetória profissional, o passo de uma geração. No caso, o intervalo entre a geração que presenciou as grandes descobertas da nascente medicina experimental e a aplicação das incipientes e revolucionárias normas sanitárias dela emergentes, e a que assistiu o emprêgo desenvolto de tais medidas, acreditadas em êxito espetacular, pelo recuo constante das grandes endemias, afinal represadas nas áreas menos desenvolvidas, à espera do golpe final que as elimine.

De Fraga, ouvi certa feita, que "não há filhos adotivos, mas pais adotados", a significar ser o sentimento filial que efetivamente realiza e consagra a filiação volitiva. Dêle, também, li, na sua bela e pessoal forma de escrever, a propósito do comércio de gerações: "[....] o ensino é a amizade! [....] Amizade que se faz no respeito mútuo, na comunhão pacífica, concorde nos mesmos interêsses e superiormente discorde de quaisquer subalternidades; [....] amizade que se edifica na confiança recíproca e prolonga, fora da família, a família intelectual, sob mágicos auspícios de numes estranhos e desconhecidas afinidades." É, de fato, a linhagem espiritual, onde a afeição tece os laços que encadeiam os elementos clonais e enseja, à margem de imperativos genéticos, a identificação perseguida.

Quando Fraga chegou ao Rio, em 1906, vindo de Salvador onde, três anos antes, se diplomara com notas máximas e tese de doutoramento festejada em têrmos retumbantes, recrutava Osvaldo Cruz, através de provas rigorosas de seleção, talentos moços movidos, acima de tudo, pelo prestígio da tarefa sanitária, elevada a nível de cruzada redentora. Fraga, tentada a clínica particular em Campo Grande e Piedade, por um pouco, na aspereza das primeiras escaramuças, em busca de lugar ao sol no ambiente altamente competitivo da metrópole, que lhe sugerira já ao bom senso os subúrbios distantes, deixou-se atrair e ingressou nas hostes de Osvaldo, como inspetor sanitário, devidamente concursado, como hoje se diz, na linguaguem daspiana.

Tinha Osvaldo Cruz – então jovem diretor cuja autoridade se impunha ao govêrno e à opinião pública, e cujo prestígio avultava entre os da classe, ao ímpeto de arrojadas e corretas medidas sanitárias que começavam a limpar, das manchas

pestilenciais, a fisionomia da capital brasileira – quanto preciso para incendiar a admiração do jovem médico e conquistar-lhe a afeição devota: a mocidade nimbada da auréola precoce de sábio, a autoridade espontânea e direta, que vem da confiança na própria decisão e da certeza intuitiva de ser obedecido, a intrepidez no agir valorizada pela reflexão e pelo saber profissional, o desinterêsse pelo imediato, a visão comedida da glória. Sobretudo, a coragem estóica em face da incompreensão, a honestidade intransigente em matéria científica, o patriotismo esclarecido a nortear a ação pública.

Na realidade, Osvaldo Cruz empolgou, em Fraga, a necessidade de admirar, que Rui Barbosa ressalta existir em todo homem. Admirou-o êste com exaltação, de forma a compor do chefe o exemplo, do exemplo o nume tutelar, tudo favorecido pela convergência de naturezas conformes, voluntariosas e refletidas, mais acentuada ainda pela mesma educação em rígidos princípios de honra e dever, o mesmo fervor à profissão comum, a comum vocação de grandeza.

Mas, ainda nessas condições excepcionais, a admiração só, do mais môço, não faria dêste, sucessivamente, o auxiliar, o amigo, o êmulo, o biógrafo. Era necessário que fôsse, como de fato ocorreu, identificada e retribuída em aprêço e confiança. A admiração desapercebida é, mais das vêzes, como a semente da parábola, caída em terra pobre: floresce por um pouco e estiola-se. A perenidade do sentimento admirativo exige o orvalho da afeição retribuída.

Já não participou, Fraga, da fase heróica da campanha, cumprida que fôra, a duras penas, entre os anos de 1903-1906, a promessa audaciosa do intrépido diretor, de eliminar, no prazo de três anos, a epidemia de febre amarela, do Rio de Janeiro. Mas, teve lugar, sob a direção de Osvaldo Cruz, nos trabalhos de consolidação da vitória obtida, depois abandonados, em hora inglória, o que ensejou o ressurgimento do morbo, em 1928. Capacitou-se então, dos métodos idôneos empregados pelo grande sanitarista e, mais ainda, imbuiu-se do seu pensamento, onde o rigor do critério científico não excluíra a aquisição nova, em ortodoxia estática e impermeável, mas, ao contrário, incentivava a captação de novos conhecimentos, no aprumo da observação vigilante, de modo a favorecer a realização de avanços técnicos.

Assim foi que, na segunda campanha contra a febre amarela, ao lado dos métodos avalizados na vitoriosa empreitada de Osvaldo, empregou Fraga a vaporização de derivado de petróleo, em substituição à desinsetização fúmea, pelo enxôfre.

E corrigiu, por igual, a noção consagrada desde as experiências de Queimados, em Cuba, que fixava em mais de sete dias o ciclo evolutivo do mosquito, mostrando poder ser êste encurtado, em clima tropical e estação calmosa. Com o que erigiu nova prática, ao reduzir a duração do período em que se repetia o expurgo dos focos identificados, assim obviando os percalços do reaparecimento do pernilongo rajado em locais tidos por limpos.

Da primeira experiência de Fraga, em atividades sanitárias, sob as ordens e em contato com Osvaldo Cruz, advieram-lhe o aprêço e a afeição dêste. Atestam-no, os têrmos da dedicatória aposta por Osvaldo em retrato oferecido ao jovem colega e prestimoso auxiliar, de retôrno à terra natal, para submeter-se a concurso, visando a ser provido em cátedra vaga da gloriosa Faculdade de Medicina da Bahia. São expressões que, de muito, excedem as fórmulas convencionais da polidez e revestem o tom inconfundível de sincera amizade, edificada no julgamento favorável da capacidade profissional e na simpatia de atributos intelectuais e éticos.

Mas, não foram a imagem e palavras gravadas em papel que tornaram inesquecíveis e sagrados, para Fraga, o exemplo e a lembrança de Osvaldo. Foi, ouso afirmá-lo, em interpretação temerária, mas assente em intuição não desmentida na observação de muitos e muitos anos, o dramático e pouco conhecido incidente do vapor Araguaia, o fator decisivo a influenciar Fraga na fixação do exemplo a seguir, de então para sempre.

Em tarde aflita – uma provocação nunca vem só, diz o adágio – corria o verão baiano de 1910, recebe Fraga, à beira do leito do primogênito enfêrmo, mensagem telegráfica do diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, solicitando-lhe embarcar naquele navio da Mala Real Inglêsa, fundeado ao largo de Salvador, com casos de cólera a bordo, para proceder as medidas sanitárias necessárias à salvaguarda do Rio de Janeiro, seu pôrto de escala obrigatória, da importação do terrível morbo asiático. Permite-se Fraga, apenas, consultar o inspetor do pôrto de escala obrigatória, da importação do terrível morbo asiático. Permite-se Fraga, apenas, consultar o inspetor do pôrto de Salvador, sôbre se deseja êle tomar a si a missão, no reconhecimento de que há riscos profissionais que, competindo a outro, não se pode assumir sem consulta, sob pena de ofensa grave e lesão da ética. Negativa a resposta, embarca Fraga altas horas da noite, a cumprir a missão de forma tão eficiente que passa ao perigo despressentido do público e favorece o seu rápido esquecimento por parte das autoridades aliviadas, satisfeitas em regular o assunto com pequena

paga – dez contos de réis, por quarenta e cinco dias e quarenta e cinco noites de exposição ao contágio mortífero – e ofício protocolar de agradecimento.

Mas, Fraga é que não esqueceu, jamais, ser de Osvaldo Cruz a inspiração da medida e a indicação do seu nome para o desempenho da missão arriscada e cheia de responsabilidade. E, porque a cumpri-la não estava obrigado, pois já não mantinha laços com o serviço sanitário de que se desligara, e a convocação insólita refletia, por isso, aprêço singular ao profissional e confiança irrestrita no cidadão; e, porque a desempenhou bem, sobrepassando temores de riscos pessoais advertidos na lembrança da espôsa e da filha, e de insucesso profissional estimado em têrmos de sofrimento de uma grande cidade, foi-lhe grato, para sempre, pela indicação, que o distinguira, como o homem à altura da missão crucial.

A partir daí, a solidariedade incondicional, embasada em provada confiança. E, sobrevindo a morte de Osvaldo Cruz, nove anos depois, inicia-se o processo de identificação, para logo favorecido pela provação nas mesmas dificuldades e idênticos sofrimentos, crescente na admiração que a ausência valoriza e nada mais pode corromper.

Assim, quando o destino arrasta Fraga de retôrno às atividades sanitárias, após interregno em funções docentes e parlamentares, e o submete às mesmas rudes provas a que sujeitara Osvaldo, de máximo dirigente sanitário em oportunidade de surto epidêmico, ocorre o que se poderia esperar: a sua conduta irrepreensível reedita o exemplo do mestre. Reproduzidas as circunstâncias, repetem-se atos e atitudes, não por cópia, repito, mas pela conformidade do processo de sentir, julgar e proceder.

Desde logo, experimenta a luta surda, informe – de oposição não formalizada e resistência macia – que oferece ao maior esfôrço requerido e às inovações necessárias, a tríade malsã que, à feição de figuras apocalípticas, assombra a autoridade, em momentos que tais: a rotina, a ignorância e a má fé. Há, então, que se lhes opor a decisão voluntariosa, na forma de normas claras e corretamente prescritas, cobrada a observância com exigente empenho, sem consideração a dificuldades ou contingências.

Encontrados, ainda, focos de estegomia, após advertência pontual, na Hospedaria da Ilha das Flôres, ponto sensível e explosivo, dada a concentração de elementos estrangeiros não imunes, decide Fraga, por imperativo de exemplo, a imediata substituição do chefe do serviço. A medida comove, pois alcança profissio-

nal experiente; esboça-se movimento de solidariedade, a que Fraga acode, com a destituição sumária dos dissidentes, segundo a fórmula osvaldiana, a que tantas vêzes se reporta – "sem quebrar, sem torcer" – que colima, sem desvios, o objetivo, marginalizando os recalcitrantes, deixando atrás os timoratos e acomodatícios.

Quando lhe vêm dizer que o govêrno impacientava-se já, ante a imobilidade do placar, que reproduzia semanalmente os mesmos números, de novos casos e de óbitos causados pela febre amarela, tarda em atender as providências adotadas, necessariamente ainda frouxas pois alargadas, no ímpeto do surto epidêmico, até a área suburbana do Rio de Janeiro, responde Fraga indo apresentar ao ministro, pedido de novos e vultosos recursos. Era a forma de, sem explicitar, pôr sôbre a mesa a questão de confiança; era, *mutatis mutandi* a repetição do gesto de Osvaldo Cruz, advertido de que seria perigoso insistir no ponto de vista que adotara – de abandonar a desinfecção das vestes, vômitos e dejeções de amarelentos, por inócua e onerosa – em vista da celeuma levantada, na imprensa leiga e nas tribunas médicas, e que molestava o govêrno, indo reclamar ao ministro, e do próprio presidente, recursos, com a opção do seu afastamento do cargo. É bem conhecida a resposta à interpelação presidencial, se já não tinha fé na doutrina do mosquito... "Fé absoluta, Sr. Presidente, mas faltam-me recursos para o pagamento dos mata-mosquitos." Em ambos os casos, os recursos vieram, oportunos na aplicação e na reafirmação da confiança questionada. E, comenta Fraga, "então, os governos prometiam e cumpriam...".

Por surpreendente que pareça, vencidas a rotina e a ignorância, persiste a malícia, onde e como pode, no propósito nefasto de dificultar a ação da autoridade sanitária. Provou-lhe, Fraga, o fel amargo e venenoso, na forma de insidiosa e impatriótica campanha jornalística apostada em cobrar, em detrimento da verdade e dos foros culturais do país, prejuízos impostos a interêsses subalternos.

Não se distanciou, Fraga, no silêncio ante o ataque inidôneo, e na informação diuturna à opinião pública, da verdade sem retoque – através de boletins sucintos e números exatos – da conduta de Osvaldo, sob iguais circunstâncias. São de Barbosa Lima Sobrinho, ainda sob a emoção de sua morte, os seguintes comentários: "Êsse foi o grande mérito de Clementino Fraga: o de ser verdadeiro, o de ser exato e corajoso. O de evitar manifestações de vanglória. O de não perder substância no trabalho de encobrir uma realidade que tinha a fôrça de uma evidência. E mesmo quando a vitória parecia assegurada, retardar as manifestações de triunfo

para o momento em que tudo se convertesse numa certeza, sem possibilidade nem de êrro, nem de fraude."

Mas, a insídia tem formas de agressão ainda mais sutis e molestas quando a inspiram o despeito e a pusilanimidade. Assim, a memória de Osvaldo Cruz, erguida por Fraga à altura de exemplo inspirador de cada hora, vai servir a mofinos detratores, na maneira oblíqua de ferir, que consiste em elogiar sem medida a outrem, para deprimir pelo confronto. Escreveu Fraga, a propósito, em nobre e magoado registro:

"Vinte anos rodados, em nova incursão epidêmica da febre amarela no Rio de Janeiro, pelo descaso dos governos que sucederam a Rodrigues Alves, o ambiente de hostilidade ràpidamente se formou para contrariar a ação da autoridade sanitária, não mais para combater a doutrina já suficientemente julgada, mas para negar capacidade ao diretor. Por essa ocasião os feiticistas da memória benemérita de Osvaldo Cruz formaram em côro contra o chefe da Saúde Pública. Era o "louvor deliberado contra alguém", como disse Afrânio Peixoto, a propósito de casos dêsses tais, muito de gôsto da hostilidade encoberta, mal disfarçada na debilidade do ataque."

O silêncio pundonoroso, se nobilita, oprime e amarga. São, ainda, de Barbosa Lima Sobrinho, os seguintes comentários:

"Administrar com uma imprensa livre e sem perigos é, na verdade, combater, todos os dias, num corpo-a-corpo, em que a inteligência e o êxito se desafiam, num trabalho em que a crítica vale mais do que aplausos, como auxílio, como alerta, como cooperação. E Clementino Fraga reagiu esplêndidamente, não obstante o profundo desencanto, que êle não sabia dissimular e que fazia dêle um leitor assíduo do *Eclesiastes*."

Faz-se, então, compreensível que êste homem, por tanto tempo fechado em contido silêncio, se deixasse arrastar, no ato de exaltação do vulto admirado, ao encontro da necessidade de exteriorizar sentimentos e juízos reprimidos, falando de outro, para prevenir a deselegância, molesta à compostura pessoal, de usar da primeira pessoa.

O livro inspirado por propósito de sentimentos que êste obscuro discípulo assim pensou entrever, é o livro póstumo que surge, a tempo e hora, quando transcorre, com fraca ressonância, o centenário de Osvaldo Cruz. Servirá êle a recordar, não os feitos de um, mas de ambos, vultos gigantescos de um díptico a ornar a paisagem do sanitarista brasileiro.

De suas vidas tão conformes, apenas uma discrepância sensível há que apontar – o tempo por que se alargaram. Quarenta e três anos viveu Osvaldo Cruz; Fraga ultrapassou a casa dos noventa.

Do desaparecimento de Osvaldo Cruz, mal chegado ao meio-dia da existência, disse Fraga: "A morte prematura, parecendo atalhar uma carreira gloriosa, não permitiu que a vida lhe desmaiasse a glória." De Fraga se pode dizer, na contemplação da longa estrada percorrida sem contradições ou desfalecimentos, que a morte tardia serviu a edificar o raro exemplo de uma vida de trajetória retilínea, que despontou para a glória e, sem inflexão, consumiu-se na distância.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1972.
Raymundo Moniz de Aragão

NOTA DA EDITORA
(PRIMEIRA EDIÇÃO)

DADOS BIOGRÁFICOS DO AUTOR

NASCIDO EM MURITIBA, Estado da Bahia, a 15 de setembro de 1880, filho de Clementino Rocha Fraga e Córdula Magalhães Fraga, Clementino Fraga estudou as primeiras letras em sua cidade natal, com o Prof. José Pedro de Sousa, e o ginásio na capital baiana, onde foi discípulo do grande educador Ernesto Carneiro Ribeiro, nome que se tornou famoso no ambiente intelectual brasileiro de sua época, através da polêmica travada com Rui Barbosa.

Aos 17 anos Clementino Fraga matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, diplomando-se em 1903 com a tese *A Vontade, Estudo Psicofisiológico*. Em 1904 é nomeado, por concurso, Assistente da Faculdade onde havia estudado. Em 1906, também por concurso, obtém o cargo de Inspetor Sanitário, no Rio de Janeiro. Em 1910 é nomeado, depois de memorável concurso, Professor Substituto de Medicina Interna da Faculdade da Bahia. O Diário Oficial, de 17 de junho de 1910, publica nota oficial do Ministério da Justiça, que então superintendia os Negócios da Educação, "de que no concurso para Substituto da 6.ª Sessão da Faculdade de Medicina da Bahia, dos papéis remetidos pela Congregação, teve o governo ocasião de verificar que o aludido concurso foi dos mais brilhantes que se têm realizado nas faculdades de medicina. O Doutor Clementino Rocha Fraga Júnior foi classificado em 1.º lugar por 16 votos da Congregação contra 4 dados ao seu concorrente". Em 1913 foi Delegado brasilei-

ro no Congresso Internacional de Medicina, reunido em Londres, e no ano seguinte é nomeado Professor catedrático de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1925 foi transferido para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, exercendo ainda, posteriormente, a direção do Departamento Nacional de Saúde Pública e a da campanha contra a febre amarela do Rio de Janeiro. Entre 1937 e 1940 foi Secretário de Saúde e Assistência do então Distrito Federal, na gestão do Prefeito Henrique Dodsworth. Por duas vezes exerceu o Prof. Clementino Fraga mandatos eletivos: a primeira de 1921 a 1925, pelo Estado da Bahia, e a segunda em 1951 pelo atual Estado da Guanabara, ambas como Deputado federal. Elegeu-se em 1939 para a Academia Brasileira de Letras, cadeira n.º 36, sucedendo a Afonso Celso. Sua carreira literária correu paralela à atividade científica, embora sempre conduzida numa linha de austeridade, discrição e equilíbrio, características que definem sua personalidade intelectual. Homem de ciência, antes de tudo, a disciplina dessa formação reflete-se sem dúvida na literatura que praticou, onde a forma é sempre castiça e tradicional na busca de suas raízes mais antigas. Além do magistério universitário, que exerceu por muitos anos, e da clínica a que se dedicou com permanente entusiasmo, Clementino Fraga não obteve apenas o reconhecimento dos discípulos e dos que, levados pelo destino, recorreram ao seu saber médico. Também instituições científicas e culturais, nacionais e estrangeiras, souberam reconhecer o grande valor de sua contribuição intelectual, concedendo-lhe numerosos títulos e honrarias. Entre essas instituições citam-se a Academia Nacional de Medicina, Academia de Medicina Militar, Academia das Ciências de Lisboa, Academia de Medicina de Paris, Sociedade Francesa de Tuberculose, Academia de Medicina de Buenos Aires, Sociedade Argentina de Tisiologia, Sociedade de Patologia Renal de Paris, Sociedade de Tisiologia do Uruguai e Sociedade Médica dos Hospitais de Paris, das quais o Prof. Clementino Fraga foi membro efetivo ou honorário. Clementino Fraga foi ainda agraciado com as Palmas Acadêmicas de Ouro, da Academia das Ciências de Lisboa, e com o título de Cidadão do Rio de Janeiro, que lhe foi concedido pelo Legislativo carioca em homenagem e reconhecimento à sua vitoriosa campanha contra a febre amarela, entre 1928 e 1929.

Em 1970 recebeu o Prêmio Alfred Juzykowski, por sua obra médica, da Academia Nacional de Medicina e, no mesmo ano, a Medalha de Grande Mérito concedi-

da pela Academia de Medicina Militar. Hospitais e Centros de Saúde com o seu nome existem no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Paraíba. Faleceu no Rio de Janeiro a 8 de janeiro de 1971.

Em comemoração ao centenário de nascimento do grande sanitarista patrício, nossa Casa lança agora, em convênio com o INL e com apresentação do Professor Raimundo Moniz de Aragão, o livro póstumo *Vida e Obra de Osvaldo Cruz*.

Rio de Janeiro, outubro de 1972.

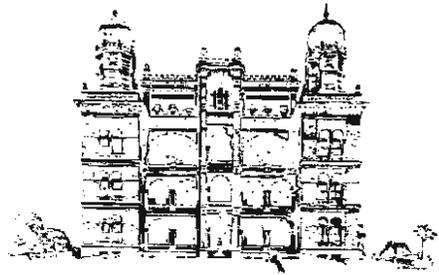
Livraria José Olympio Editora

Centenário de Nascimento de Osvaldo Cruz

O Volume N.º 153 da Coleção Documentos Brasileiros

(Direção de Afonso Arinos de Melo Franco)

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A BIOGRAFIA é um gênero literário difícil. O *homo sapiens*, de Forster, vive realmente, através das circunstâncias de tempo e de meio, sob o determinismo implacável de compulsões internas – nutritivas e amorosas; sofre a influência de taras e complexos, de lutas e proscrições sociais, da disciplina religiosa e da camaradagem política. Em tudo o homem que vive, sente, pensa e mobiliza energias físicas e morais. A verdade importada da vida real impõe reservas de expressão e preocupações de delicadeza, sobretudo para não ferir melindres pessoais dos que sobrevivem e prolongam a família carnal e espiritual de uma figura ilustre. A paisagem de uma vida tem claridades e sombras, e, da análise de proporções, na visão da realidade, resultará o interêsse impessoal em cada caso concreto.

A glória alcançada por alguém que veio da humildade, que soube viver e sentir como homem, detém a admiração póstuma, sendo capaz de levedar estímulos e ambições. Seduz e educa pelo exemplo. E, em síntese transparente, de uma bela vida, buscada em documentos e testemunhos autênticos, recomenda o interêsse da posteridade; expressivamente, como diz Maurois: "*par là, qu'on veuille ou non, la biographie est um genre qui touche à la morale et plus qu'aucun autre em littérature*".

Uma biografia não pode reproduzir a linha geométrica das personagens do romance, nem tampouco deve recompor o tecido de fatos e lendas que deformam as figuras históricas; no romance a complexidade da vida obedece à visão do romancista, não raro à demonstração de uma tese ou à indagação psicológica no mistério da personalidade, que instintos e paixões absorvem e dra-

matizam; na história o interêsse maior participa da época em que viveu determinado indivíduo e sua ação social avulta ou deprime predicados pessoais em choque com a ambiência contemporânea. Donde biografia e história têm seus propósitos definidos no enrêdo dos acontecimentos: a diferença ressalta dos aspectos que personalizam e daqueles que generalizam. E, pois, na biografia prevalece o indivíduo; na história, a época. É certo que a ciência da biografia repousa nos fatos de caráter individual, mas também é verdade que o encanto da narração, seu tecido e vigor reverdecem no arranjo literário. A biografia moderna acompanha o indivíduo nos altos e baixos de sua existência, no tumulto da atuação, temeridades e incidências que, singularmente, o projetam entre homens e coisas. De tal jeito, não só uma vida heróica merece ser recordada, senão também uma existência modesta, consagrada ao culto do bem e da virtude, justamente prezada na amplitude de seus dons. Permite-se o louvor; menos se concede, porém, a deformação inspirada na simpatia ou má vontade. Testemunhos idôneos, bons documentos e espírito literário recomendam o interêsse biográfico. A biografia assim entendida é um estudo de complexidade: analisa e projeta o conceito de exceção; compreende as intermitências sentimentais, respeita os erros compulsórios do instinto e atende às mercês inesperadas da fortuna – "tôdas as vidas têm os seus desertos". Sobretudo alertado o esfôrço de compreensão: assim na plenitude da graça, como na santidade, outro tanto de referência aos valôres humanos, que exaltam a personalidade e conduzem à glória.

◆ ◆ ◆

"Uma vida bem descrita é quase tão rara quanto uma vida bem vivida", disse Carlyle. Seria possível uma biografia de Osvaldo Cruz? Talvez, ao menos em parte, porque a vida breve lhe limitou a inquietação espiritual, a implacável liberdade do instinto, a ebulição prolongada da vida interior. Sua atuação como homem público foi rápida, ascencional, fulgurante. Num ímpeto de vida sofreu a maldade da injustiça e fartou-se no resgate dos louvores; a pouco trecho encontrou a glória, que, afinal, é bem pouco, porque é apenas "a vantagem de sermos conhecidos por aquêles que não conhecemos".

Tentar a expressão de uma personalidade pode ser obra de artista, nem sempre fiel à verdade biográfica. Os reflexos da ação individual iluminam o quadro da

existência que, a ser traçado com frieza e desinterêsse, ficaria sem a sugestão do colorido: "um belo retrato é, a um tempo, uma fotografia fiel e uma transposição artística da realidade".

A vida breve de Osvaldo Cruz livrou-o dos acontecimentos que se despenham da maturidade e são o tributo oneroso do instinto e dos afetos. Bem contada, sua vida refaz-se no próprio interêsse. Não foi um predestinado, com mandato nominal para vir ao mundo. A criança que viu a luz em São Luís de Paraitinga, aos 5 de agôsto de 1872, e tomou o nome de Osvaldo, era filho de um médico da roça e teve a ventura original do lar em que nasceu. O pai, Dr. Bento Gonçalves Cruz, tanto que chegou a época de educar os filhos, deixou a aldeia, em busca do meio onde mais fácil fôsse realizar esta aspiração, e, profissional pobre, não lhe esmoreceu o ânimo na diligência de conseguir o sonhado êxito.

Filho de um casal digno e feliz, que o preparava para a vida, o jovem percorreu todos os turnos da instrução primária, secundária e superior, esclarecimentos seguidos por atilada e paciente educação; foi médico como o pai; apenas diplomado, acudiu ao apêlo de suas tendências espirituais, trabalhando a formação profissional no rumo da especialização em medicina experimental, no próprio centro de suas conquistas, em pleno esplendor da era pastoriana. Espírito ágil, dedicado ao laboratório e em seus estudos absorvido, Osvaldo Cruz convenceu-se de que a profilaxia ensaiada em Havana devia ser aplicada no Rio de Janeiro. Circunstância puramente casual fê-lo diretor da repartição de Saúde Pública, em momento de rara fortuna política, quando um govêrno que sabia gastar encontrou nos cofres públicos dinheiro que seu antecessor soube acumular. O patriotismo do govêrno acertou com a capacidade desconhecida do jovem profissional. Empreendida a luta pelo saneamento do Rio, o êxito triunfal, que as vicissitudes da campanha tornaram mais glorioso, fêz crescer num ímpeto o prestígio do administrador técnico, permitindo-lhe obra de mais vulto, que foi o desenvolvimento da medicina experimental no Brasil, alguns anos antes criada no Instituto Soroterápico, de Manguinhos. Foi a auréola do sábio no tresdôbro da atividade criadora. Tudo dentro da lógica de acontecimentos impulsionados pela disciplina de uma personalidade.

Assim, parece-me, deve ser entendida a biografia de Osvaldo Cruz, sem o enfeito da predestinação, que lhe diminui o valor pessoal, diligente e alado no plano da atuação. Homens e fatos de sua época tiveram, naturalmente, seu pa-

pel na conjugação de elementos, uns que ajudaram e outros, de cuja hostilidade a colaboração foi preciosa.

O escôrço biográfico deve projetar o homem, sem esquecer a parte essencial de sua obra, os atributos humanos da personalidade, suas maneiras, predileções, simpatias e virtudes alérgicas, pequenos ridículos e nobres paixões. Tudo isto, é claro, sem a pretensão de recompor a síntese da vida interior.

* * *

A vantagem de ter trabalhado ao lado de Osvaldo Cruz, e a circunstância de vinte anos depois ter dirigido a segunda campanha contra a febre amarela, permitiu a quem escreve estas linhas o conhecimento pessoal de fatos e incidentes incorporados ao patrimônio espiritual da obra do sábio brasileiro.

Em honrosa homenagem, agradecendo a saudação de Rodrigo Otávio Filho, no Rotary Club, e para atalhar comparações murmuradas, disse sôbre o mérito das duas campanhas: "A campanha anterior combateu uma endemia, ao passo que nós enfrentamos um surto epidêmico, modalidade mais séria na expansão das doenças transmissíveis. Entretanto, fôrça é confessar que mais difícil foi sem dúvida a campanha de Osvaldo Cruz, porque atuou da primeira vez, operando em meio hostil, fazendo coisa nova no Brasil. Esta sim foi a verdadeira campanha, a grande cruzada redentora, até porque criou no meio a nova mentalidade, orientando-a no propósito benemérito das práticas sanitárias, inalienáveis num país nôvo que quer crescer e progredir.

Foi Osvaldo Cruz o nosso Messias sanitário, e todos nós com êle aprendemos, dêle lucramos, nos seus grandes exemplos nos abeberamos e ainda hoje dêle nos nutrimos. Não falaria eu em higiene, e ainda menos a praticaria, se não fôsse o seu ensino e a disciplina de sua orientação. A campanha sanitária que ora celebrais ainda ostenta uma vitória de Osvaldo Cruz, porque lhe reflete o espírito de organização, a índole de suas energias, o alto quilate do seu idealismo patriótico, sàbiamente inspirado na valia e oportunidade das medidas sanitárias".

Vale entretanto considerar que a vitória sôbre a febre amarela é a parte menor de sua grande obra. Avultou com a hostilidade, e, como a história se repete, tanto aconteceu com a segunda campanha de má vontade pessoal contra o técnico que a dirigiu.

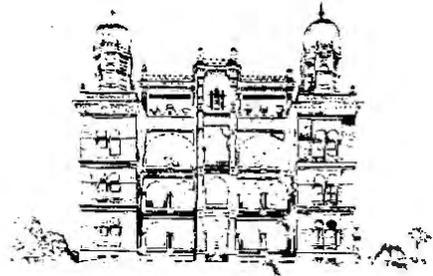
O grande mérito de Osvaldo foi a fundação da escola de medicina experimental no Brasil; foi o seu privilégio de fazer discípulos e cultores da ciência pura, pela

só sugestão de seu exemplo de dedicação e altivez espiritual. E curioso é que êsse homem que revelou tantas qualidades de administrador e chefe de escola, em sua impressionante sobriedade verbal, exercia sôbre discípulos e auxiliares a inapelável autoridade de quem sabia "mandar pedindo e pedia mandando".

Para resgatar o pecado original brasileiro, de falar muito e pouco fazer, Osvaldo Cruz muito fêz e pouco disse dos outros e de si mesmo. Certa vez confessou: "já me arrependi de ter falado, nunca de ter calado". Em sua biblioteca havia uma estatueta, que bem representa o silêncio na execução artística: um frade com o indicador cruzado sôbre os lábios, em expressão de permanente tranqüilidade.

No Brasil, uma existência de trabalho útil, sem bulha nem rumor à sua volta, quase não se compreende. Um predicado pessoal que identifica a exceção. E essa ascendência sugestiva, quase sem palavras, reflete um dos aspectos poéticos de seu destino.

CAPÍTULO II

ANTECEDÊNCIAS

EM 1845, era negociante à Rua do Senado, no Rio de Janeiro, Bento Gonçalves Cruz. Casado com D. Guilhermina Pinto Gonçalves Cruz, dois filhos teve o casal: Bento e Emília. Falecidos prematuramente os pais, os dois menores foram criados pelo tio materno José Pinto de Magalhães, que em maus negócios perdeu quanto tinha, inclusive a pequena herança dos sobrinhos, avaliada em cêrca de 80 contos. Foi, pois, com dificuldades que estudou medicina o jovem Bento Gonçalves Cruz. Ainda estudante, serviu como aluno pensionista do Exército em operações na guerra com o Paraguai; pouco depois era nomeado 2.° cirurgião contratado da Armada Nacional, tendo sido condecorado neste pôsto. Em novembro de 1870 defendia tese e recebia o grau de doutor em medicina. Tão depressa diplomado, foi clinicar em São Luís de Paraitinga, no Estado de São Paulo, de onde regressou ao Rio, três meses depois, para casar-se com sua prima Amália Taborda de Bulhões, em 7 de outubro de 1871.

Em terras cansadas que limitam com os municípios de Taubaté, Cunha e Lagoinha, São Luís de Paraitinga é uma velha cidade contemporânea dos bandeirantes, de casario colonial invariável e monótono, à margem do rio Paraitinga. Na parte alta da cidade, num prédio de construção antiga, ainda dos portuguêses, residiu o jovem clínico Dr. Bento Gonçalves Cruz e sua mulher, recém-vindos do Rio. A 5 de agôsto de 1872 nascia o primeiro filho, que tomou o nome de Osvaldo, e cinco anos depois, em 1877, o Dr. Bento Cruz transferia-se com sua família para o Rio, onde foi habitar e exercer a profissão no bairro do Jardim Botânico, tendo

sido médico da Fábrica Corcovado. Em janeiro de 1886 foi nomeado membro da Junta Central de Higiene Pública; em novembro de 1890 foi provido no cargo de ajudante de inspetor-geral de Higiene; finalmente, em janeiro de 1892, foi nomeado inspetor-geral, cargo correspondente ao de diretor-geral de Saúde, que exerceu pontualmente e em que veio a falecer a 8 de novembro do mesmo ano.

Êstes dados históricos, ainda que breves, servem para configurar sua personalidade. Uma criança órfã de pai e mãe, educada por tios que empobreceram em maus negócios, apanhando na voragem os bens herdados; o adolescente que enfrenta a vida com destemor e logra matrícula na Faculdade de Medicina; o môço estudante que oferece seus serviços e marcha para a guerra; que de volta conclui o curso e vai tentar o exército da profissão numa cidade do interior; o médico de aldeia que constitui família, apenas os filhos atingem a idade escolar, procura outro meio para educá-los; a vida clínica num bairro da capital, depois o exercício de um cargo público, coroando essa vida, assim dinamizada em provas específicas de valor moral. Entre outros, um fato de alta expressão educativa, caracteriza uma individualidade: certa vez o Dr. Bento surpreendeu o filho fumando; advertiu-o dos inconvenientes do fumo, tanto maiores quanto mais precoce o seu uso. Não logrou convencer o filho adolescente, nova vez pilhado em falta. Mostrou-se zangado e triste, e apelou para a afeição que lhe devia merecer. Retorquiu-lhe o filho: "papai também não fuma?" Era um fumante escravizado ao hábito. E eclético, como todos os viciados honestos: fumava cigarros, charutos e cachimbo. Por vêzes tentara deixar o fumo. Dêsse dia em diante não mais fumou. A educação do filho valia tamanho sacrifício do gôzo pessoal. Mas, quantos seriam capazes de realizá-lo? Por essa época, viajando num bonde do bairro onde residia, o filho, munido de uma tesoura de unhas, cortou o vestido de uma velhota que viajava a seu lado. A vítima procurou o Dr. Bento, narrando-lhe a ocorrência com excesso verbal que lhe refletia a indignação. Momentos após seu regresso à casa, recebia o menino que vinha pedir o vestido, para que sua mãe o consertasse. Apenas reparado o estrago foi restituí-lo, pedindo muitas desculpas, dizendo que não dava outro inteiramente nôvo porque seu pai não tinha recursos no momento.

Nesse, como noutros fatos de igual significação, se revela, no chefe de família, o perfeito educador. Falava à inteligência do filho, exortava-o com brandura,

trocando protestos de confiança e de mútua compreensão. Jamais castigava, senão com a proibição de pequenos prazeres, sempre liberalizados como prêmio à disciplina filial.

Foi êsse homem o pai de Osvaldo Gonçalves Cruz. A sombra da morte jamais diminuiu no filho a adoração mística por sua memória, ainda recordada nas palavras serenas de um dos parágrafos de suas "Últimas Vontades": "A meus filhos peço que se não afastem do caminho da honra, do trabalho e do dever, e que empunhem como fanal e o elevem bem alto o nome puro e honrado e imaculado que herdei como o melhor patrimônio da Família, e que a êles lego como o maior bem que possuo".[1]

❖ ❖ ❖

A Senhora Bento Cruz, D. Amália de Bulhões Cruz, era prima do marido e ainda sobreviveu vinte e nove anos. Foi uma companheira dedicada, que soube compartir das dificuldades de vida do casal, em verdade pontual colaboradora na educação dos filhos.

Aos cinco anos de idade, o único filho varão do casal Bento Cruz já sabia ler e escrever, tendo sido sua mãe a primeira professôra, ainda em São Luís de Paraitinga. A educação doméstica era praticada no lar em todas as suas minúcias; ao menino cabia o cuidado de si mesmo, os hábitos higiênicos, a obrigação de arrumar o seu quarto, compor o leito e o guarda-roupa. Uma feita, ainda na escola primária, recebeu um recado que tornasse à casa sem demora. Havia deixado a cama desfeita... A disciplina era absolutamente rigorosa quanto às horas que devia dedicar ao preparo das lições. Nem um motivo de prazer ou de exceção afastava o menino de sua mesa de trabalho, sob o olhar paterno, nas horas consagradas ao dever.

No Rio, freqüentou os colégios Lauro e S. Pedro de Alcântara, fazendo os exames de humanidades no Externato Pedro II.

Chegado à Faculdade, comparecia assìduamente às aulas e exercícios práticos, sempre despercebido de mestres e colegas, pelo retraimento de sua índole. As provas orais não correspondiam a seu preparo na matéria em aprêço. No exame de química, tanto se perturbou, no momento, que chegou a dizer que o clorofórmio, como anestésico, era administrado pela bôca! Também Pasteur, no exame de ba-

---

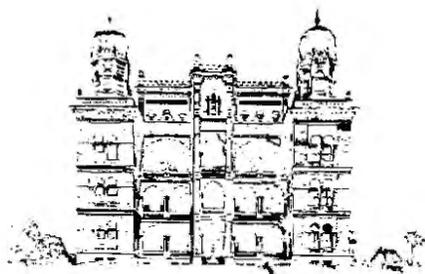
[1] Ezequiel Dias, "Traços de Osvaldo Cruz", *in Memórias do Instituto Osvaldo Cruz*, tomo XV, fasc. I, 1922.

charelado em ciências, teve a nota "medíocre", em química... Fêz o curso médico em quatro anos e aos vinte estava diplomado. Habituado a trabalhar, relativamente fácil lhe foi galgar do 1.º ao 4.º ano, chegando depressa ao almejado têrmo do curso. Madrugou no caminho, como quem pressente jornada longa e vida breve.

Durante o seu tirocínio na Faculdade, trabalhou no laboratório de Física do Prof. Martins Teixeira e depois na cadeira de Higiene, com o Prof. Rocha Faria.

Conta-se que Francisco de Castro, médico assistente de seu pai, vira-o abismado em vidros e aparelhos de laboratório, no porão da própria residência, e, pressentindo-lhe a capacidade para desenvolver tais estudos, aconselhou-o a fazer um estágio no Instituto Pasteur, de Paris.

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO

VINHA o jovem médico de um curso medíocre, apressado, porque realizado em quatro anos o turno escolar escalado num sexênio. Trazia, porém, com os atributos pessoais, ainda latentes, o ascendente de forte estrutura, pacientemente trabalhada em vigilante educação doméstica, continuada pela dedicação paterna no curso de humanidades e nos estudos superiores, decisivamente orientados no sentido da medicina. Foi, então, que se lhe desvendou o pendor para os trabalhos de laboratório. Começa assim, radiosa e promissora, sua formação profissional.

De 1892 a 1917, estira-se uma vida de grande homem, sàbiamente dirigida e porfiada. Sua tese de doutoramento, sôbre Veiculação Microbiana pela Água, afirma precocemente o homem de laboratório, aliás pressentido, durante o curso, nos lugares que exerceu como ajudante de preparador da cadeira de Física e, a seguir, como ajudante de preparador do laboratório de bacteriologia, na cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina.

No prefácio de sua tese, confessa o doutorando que, desde o primeiro ano de seu tirocínio, começara a ler e manusear livros de microscopia, exercitando-se no manejo do microscópio e na técnica das preparações.

Em janeiro de 93, casou-se com D. Emília Fonseca, de cujo consórcio teve seis filhos, dos quais três varões. Dos filhos, quatro sobrevivem.

O Dr. E. de Sales Guerra, chefe do serviço de doenças internas da Policlínica Geral do Rio de Janeiro e notável clínico na cidade, é autor de um livro de impressões sôbre Osvaldo Cruz, escrito à feição de suas recordações e testemunhos pes-

soais. Seu mais velho amigo, dedicado e fiel desde que o conheceu em 1894, Sales Guerra derrama sua admiração comovida em copiosas páginas de gratas reminiscências. Embora inspirado em irrestrito louvor, o livro se recomenda, principalmente, pela documentação autêntica a respeito da vida do grande brasileiro.

Conta, o Autor, como o conheceu, à cabeceira de um doente, assistido pelo jovem profissional, que até então exercia o cargo de médico da Fábrica de Tecidos Corcovado, no qual sucedera a seu pai, por infausta coincidência falecido no ano de sua formatura.

Em 94, chamado para medicar uma filhinha de Osvaldo Cruz, Sales Guerra deu com um laboratório de análises na residência do colega, que bem provido lhe pareceu na disposição de aparelhos e pertences.

Por êsse tempo, a esforços de Silva Araújo e Sales Guerra, fundara-se, na Policlínica Geral, um laboratório de análises clínicas, que foi confiado a Osvaldo Cruz, à sua assiduidade, competência e probidade técnica.

Pouco durou, entretanto, o seu estágio na Policlínica, compelido que foi a deixá-la, para empreender viagem de estudos à Europa, como lhe aconselhara Francisco de Castro, que definiu sua formação profissional, sem embargo da hesitação de começo, natural em quem quer acertar o rumo da vida com a responsabilidade de chefe de família.

Em carta de Paris a Sales Guerra, apenas recém-chegado, dizia: "Já comecei os estudos: estou freqüentando o serviço de vias urinárias do Prof. Guyon. Freqüento também o curso de higiene e preparo-me para estudar a minha ingrata, quanto adorada bacteriologia..."

Naquele tempo, as ciências de laboratório fascinavam pelo brilho crescente, mas em verdade pouco prometiam, como meio de vida, a um profissional pobre. Aconselhavam amigos que se preparasse igualmente numa especialidade clínica. Por isto, a bacteriologia adorada lhe parecia ingrata. Em carta seguinte, era mais explícito, já então em pleno desdobrar de sua fecunda atividade: "Além do curso do Prof. Guyon, aplico-me ao estudo da higiene, microbiologia, histologia patológica e química biológica, com o intuito de, quando voltar, montar aí um laboratório para análises destinado a auxiliar o diagnóstico microbiológico das diversas entidades mórbidas, exame de sangue, etc."

Em carta ulterior, confidenciava: "Embora em Paris tudo incite ao trabalho e o facilite, penso todos os dias em volver à nossa boa e querida terra, ao seio dos amigos. [....] Aqui são os dias desfiados nos laboratórios do Instituto Pasteur ou

no Laboratório Municipal, onde se encontram bons amigos, que bondosamente nos mostram como se aplainam dificuldades, que a cada passo se alevantam, diante dos que se enveredam pelos terrenos da experimentação. As noites são dedicadas à família, a visitas ou ao teatro".

Acompanhando os passos de sua permanência em Paris, escreveu Ezequiel Dias, seu dileto discípulo:[1] "E assim êle fêz, permanecendo em Paris quase três anos, repartindo inteligentemente o tempo entre o Instituto Pasteur e o Laboratório de Toxicologia. Neste, ao lado de Ogier e Vibert, se orientou cabalmente em tudo quanto se relaciona com a moderna prática médico-legal, tôda ela baseada em sólidos alicerces científicos".

Mas, onde se lhe antolhou o ambiente intelectual que anelava, foi no Instituto Pasteur. Aí, o acolhimento do Prof. Roux foi tão significativo que saiu dos moldes adotados nessa instituição. Nunca indenizou o material de trabalho e os animais de experiência, conforme era de praxe. Tudo grátis. Indagando, veio a saber que devia tamanha munificência, e outras muitas gentilezas, ao fato de ser o primeiro filho do Brasil que batia às portas da Casa de Pasteur, para cuja fundação concorrera generosamente o magnânimo D. Pedro II. Entretanto, já não viviam nem o gênio criador da Microbiologia, nem o nosso ex-monarca. Mas, no glorioso Instituto sabiam e sabem zelar os sentimentos de gratidão e, por isso, lá deve estar, até hoje, o busto do nosso último Imperador, como prova de que o culto da ciência não repele as delicadezas de sentimento.

Osvaldo apreciava extraordinàriamente êsse e outros traços do grande bacteriologista, de quem se tornou amigo sincero.

Outra amizade, aí também adquirida, foi a de Metchnikoff, cujas idéias e doutrinas admirava com entusiasmo. O sábio russo retribuía-lhe ex-corde o afeto e achava especial prazer em conversar com o seu jovem amigo brasileiro, na língua dêste, a qual havia aprendido na ilha da Madeira, onde expirara a sua primeira espôsa. E seria talvez bem diferente a trajetória de Osvaldo, se anuísse ao honroso convite para trabalhar definitivamente no laboratório do genial descobridor da fagocitose. Mas, para isso, seria preciso que o nosso patrício não amasse bastante a sua terra.

E Sales Guerra acrescenta: "Durante sua permanência em Paris, deu à estampa vários trabalhos sôbre medicina geral, pesquisas histopatológicas, etc. Sempre previ-

---

[1] Ezequiel Dias, *op. cit.*

dente, não se descuidou de freqüentar uma fábrica de artefatos de vidro para laboratório, onde, de blusa como os demais operários, adestrou-se na manipulação e confecção de empolas, provetes, pipetas e em dar aos tubos de vidro o feitio adequado aos variados e multiformes aparelhos usados nos laboratórios. Aos já numerosos trabalhos adicionou mais êsse. Aqui, no Instituto de Manguinhos, criou a secção especial de artefatos de vidro e ensinou a vários auxiliares a manipulação dessas utilidades".[2]

Vieram dessa iniciativa as primeiras empôlas fabricadas no Brasil, e, ao que afirmam, pessoalmente por Osvaldo Cruz, para adestrar seus auxiliares.

Um fato, narrado pelo Dr. Phocion Serpa, é significativo de sua bravura técnica.[3] Em Paris, nos laboratórios de Toxicologia de Vibert e Ogier, que freqüentou como estagiário, coube-lhe elucidar um caso difícil de pesquisa toxicológica: um homem fôra encontrado morto na própria cama, por envenenamento, que a justiça queria saber se pelo gás de iluminação ou pelo gás produzido pelo carvão vegetal. Sòmente na primeira hipótese os herdeiros teriam direito à indenização. Aplicando seus conhecimentos de medicina experimental, já adquiridos no Instituto Pasteur, o técnico brasileiro resolveu o problema, identificando os processos idôneos para chegar à realidade da causa.

Em 1899, regressa o jovem bacteriologista, em cujas credenciais a armadura de sábio espera seu momento de atuação. No Brasil, era apenas chefe de laboratório incipiente da Policlínica Geral.

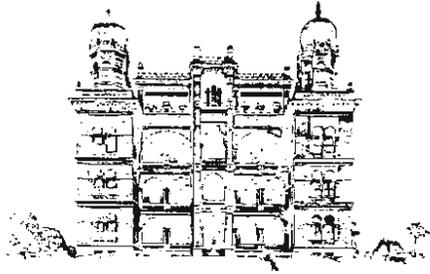
Instala, então, um laboratório completo de análises biológicas, aplicadas à clínica, na antiga Travessa de S. Francisco, hoje Rua Ramalho Ortigão. Nessa mesma ocasião, Francisco de Castro o convida para assistente da sua clínica, na Faculdade, mas não pôde aceitar por lhe parecer distante o exercício de suas absorventes cogitações. Consta, entretanto, a existência de uma carta, no arquivo de Francisco de Castro, na qual Osvaldo Cruz declina da honra de ser seu assistente, por ter as manhãs ocupadas como médico da Fábrica de Tecidos Corcovado, em cujo exercício substituíra seu pai. Esta versão reflete, mais uma vez, a sua devoção filial, recusando, por tal motivo, um cargo apetecido pelos profissionais jovens, sobretudo junto a um grande mestre, a maior figura magistral de seu tempo.

---

[2] Sales Guerra, *Osvaldo Cruz*, 1940.

[3] *A Vida Gloriosa de Osvaldo Cruz*.

CAPÍTULO IV

PRIMEIRA COMISSÃO

EM FINS de 99 aparecem casos suspeitos de peste bubônica, em Santos. Designado pela Diretoria de Higiene, para apurar o fundamento da denúncia, o bacteriologista recém-chegado vai a Santos, e verifica a existência da moléstia importada por via marítima. À prova seus conhecimentos práticos de Bacteriologia, a presteza das pesquisas que confirmaram a peste por ocasião de sua entrada no Brasil, recomendaram sua capacidade, num momento em que raros iniciados ensaiavam na prática dos trabalhos de laboratório.

Receando a contaminação provável do Rio de Janeiro, o Barão de Pedro Afonso, diretor do Instituto Vacínico Municipal, obteve do Prefeito Cesário Alvim, a criação de um instituto de soroterapia antipestosa. Faltava o técnico especializado que foi pedido ao Instituto Pasteur, de Paris. Roux respondeu que o Brasil tinha em Osvaldo Cruz, há pouco egresso do Instituto, o técnico a indicar. Foi cedida a Fazenda Manguinhos, de propriedade municipal, e o Barão de Pedro Afonso que tinha sido colega de ano do Dr. Bento Gonçalves Cruz, lembrando esta circunstância, convidou Osvaldo Cruz, que aceitou o encargo.

A 23 de julho de 1900, depois de algumas peripécias acarretadas pelo temperamento autoritário do barão, foi oficialmente inaugurado o laboratório para a preparação de sôro antipestoso, pomposamente denominado Instituto Soroterápico Federal, que os bons fados permitiram fôsse a célula de origem do Instituto de Manguinhos, hoje Instituto Osvaldo Cruz.

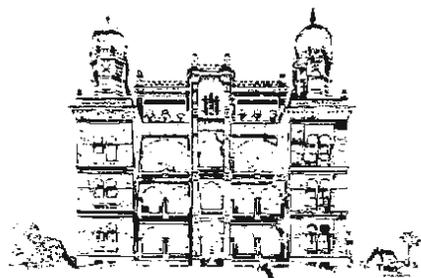
Em fins de 1900, sôro e vacina, antipestosos eram já empregados na terapêutica e na profilaxia da peste. Paralelamente à produção especial veio o desenvolvi-

mento de trabalhos experimentais; sobrelevava, então, a capacidade do diretor, na educação técnica de seus auxiliares, ou fôsse o trato de aparelhos delicados com os colegas, ou o cuidado com os elementares serviços de lavagem de vidros, exercitando, com o exemplo, o trabalho de auxiliares mais humildes. Em pouco, os trabalhos chegaram ao conhecimento do meio médico; em busca do assunto de tese, os alunos dos últimos anos da Faculdade buscavam o recanto de Manguinhos. Desde logo alguns acudiram ao aceno da vocação, tornando-se discípulos da nova escola de medicina experimental.

Não terminaria o ano de 1902 sem que explodisse séria incompatibilidade entre o Barão de Pedro Afonso e Osvaldo Cruz, tendo como conseqüência a renúncia de ambos. Por essa época, o Instituto de Manguinhos já produzia quanto bastasse às necessidades de sôro e vacina contra a peste, que Roux considerou excelentes e Kolle e Otto, de Berlim, classificaram entre os mais eficazes.

Poucos dias passados sôbre a crise interna, Osvaldo Cruz voltava ao Instituto, como diretor único, consolidando de vez sua situação, dadas as credenciais de exceção que revelara, durante dois anos, na direção dos trabalhos experimentais.

CAPÍTULO V

DO INSTITUTO DE MANGUINHOS PARA A DIREÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA

MAL terminara o ano de 1902, em que sobreveio a crise da diretoria do Instituto de Manguinhos, Osvaldo Cruz tinha apenas trinta anos, quando lhe adveio o convite para diretor de Higiene. Vale a pena conhecer as circunstâncias que o projetaram numa época em que só os homens maduros ou idosos chegavam às posições de mando, principalmente na administração. No caso, sobrelevam dois fatos, puramente acidentais: o de um profissional que assistia, como médico, ao ministro de Estado da pasta da Justiça e Negócios Interiores; a nobreza dêsse médico, que, sendo clínico, teve a coragem moral de confessar-se incapaz de exercer um cargo técnico, indicando em seu lugar um profissional jovem, ainda desconhecido da maioria dos de sua classe. O ato do Dr. Egidio de Sales Guerra é dos que afirmam uma individualidade. O fato histórico merece ser conhecido através do depoimento do próprio narrador, em seu livro de reminiscências, publicado em 1940, sob o título *Osvaldo Cruz*: "Absorvido na reorganização do Instituto, as visitas de Osvaldo Cruz à Policlínica, onde deixara substituto, se tornaram cada vez mais raras, e tinham lugar tarde, à hora em que me não encontrava mais. Certo dia, porém, chegou mais cedo: vinha animado, com certa expressão de contentamento – e logo que o último consulente se retirou, disse com ênfase que lhe não era habitual: 'trago uma notícia que deve alegrar a todos os brasileiro - a dos magníficos resultados da campanha contra a febre amarela em Havana. Confirma-se a doutrina de Finlay, na verdade a mais verossímil, a mais aceitável: o mosquito é, de fato, transmissor da moléstia' e, retirando da pasta, que nunca deixava,

uma revista americana, mostrou estísticas detalhadas, reveladoras do rápido decrescimento dos casos de tifo icteróide, desde que os médicos militares instituíram a nova profilaxia – a da destruição sistemática do pernilongo rajado, de suas ninfas e larvas.

'Será um crime, ajuntou Osvaldo Cruz com desusada veemência, não repetirmos aqui, sem demora, os mesmos processos...'

Pensa V., atalhei, que entre nós tais medidas dariam os mesmos resultados? Em Cuba, ajuntei, país recentemente conquistado, impera a lei marcial e os higienistas militares, dispondo de podêres discricionários, de amplos recursos, foram quebrando as resistências, com facilidade; ao passo que em nossa terra domina a indisciplina, o 'não pode'. E dinheiro para matar mosquitos, como obtê-lo?, ajuntei ainda.

Lembre-se de que nesta populosa capital de clima tropical, até agora, não se conseguiu verba para abastecê-la de água suficiente, a fim de que, no verão, se possam satisfazer as mais imperiosas necessidades higiênicas.

'Mas, não é possível, retorquir Oswaldo Cruz, que o govêrno, informado do que se conseguiu em Havana, negue recursos e leis de emergência para uma campanha de resultados seguros, que nos reabilitará aos olhos do mundo.' "

O diálogo prosseguiu: vieram à baila as infamantes hecatombes ocorridas no Rio, de que o caso do Lombardia foi o mais estrodosamente vexatório.

Da minha parte, repeti o retumbante fracasso da tentativa de formação de um núcleo de colonização belga, no Estado do Rio. O Dr. Allard, dispondo de abundantes recursos, fornecidos por capitalistas belgas para a realização da emprêsa, estava em negociações para a compra de vasta área de terreno na Estação de Serraria, quando foi sacrificado pela febre amarela, e com êle, sabe Deus, quantas possibilidades vantajosas se perderam para o Brasil.

Êsse encontro com Osvaldo Cruz teve lugar em fins de novembro de 1902, quando deveres de profissão me proporcionavam freqüentes encontros com o Dr. J. J. Seabra, recentemente nomeado ministro da Justiça e do Interior.

Em janeiro de 1903, disse-me o ministro que o nôvo govêrno ia aplicar com rigor a lei que proíbe acumulações remuneradas e, como conseqüência, ficariam vagos vários cargos, entre êles o de diretor de Higiene. Não lhe ocultei o receio de que fôsse mal acolhida a exoneração do diretor de Saúde em exercício, funcionário de alta capacidade, que se tornara uma tradição no cargo, pelo tempo que o exercia; ponde-

rei mais que seria difícil dar-lhe substituto. Sendo funcionários, como eram, os higienistas mais conhecidos, também acumulariam se fôssem nomeados.

'É decisão assentada, tornou o ministro, é medida de caráter geral que atingirá a quantos acumularem. Havemos de encontrar higienista desincompatibilizado.'

Mais tarde, voltando ao assunto, o Dr. Seabra ofereceu-me o cargo de diretor de Higiene. Agradecendo a distinção, declarei que me não especializara em estudos de higiene, e, demais, não tinha vocação nem jeito para funcionário público.

Sendo o cargo público, como é, a maior aspiração do brasileiro, o primeiro número do seu programa de vida, a minha recusa a tão honrosa proposta não podia deixar de surpreender o ministro.

Quanto a mim pessoalmente, repugnava-me aceitar cargo que, como muitos outros, a meu ver, deve ser exercido por técnicos escolhidos, e eu o não era.

Prosseguindo a conversação, comuniquei ao ministro que a febre amarela acabava de ser extinta em Cuba, onde fôra secular, pelos médicos militares americanos, depois da ocupação da ilha, e quem me referiu essa bela conquista científica, ajuntei, ponderou, muito criteriosamente, que será 'um crime o govêrno brasileiro não repetir aqui, sem demora, a mesma campanha. Importa, pois, que, se prevalecer a idéia da desacumulação, o futuro diretor de Higiene conheça, por miúdo, a tática empregada em Cuba, a fim de nos libertar da negregada peste'.

Mas, haverá em nosso meio quem esteja ao corrente dêsses pormenores e seja capaz de empreender semelhante luta com êxito? - indagou o ministro, vivamente interessado na solução do problema, que seria um título de benemerência para sua administração.

Vencendo certa hesitação, lancei, a mêdo, o nome de Osvaldo Cruz.

O ministro que o ouvia pela primeira vez, admirado, interrogou: "quem é Osvaldo Cruz?"

É o diretor do Instituto de Manguinhos, respondi, consumado bacteriologista, discípulo notável do Instituto Pasteur, de Paris.

Lembrando o seu nome, sem autorização para tanto, sem lhe ter jamais falado a êsse respeito, talvez me esteja adiantando demais, acrescentei; é possível que, convidado a vir exercer funções de diretor de Higiene, cargo tão espinhoso e malsinado, o não aceite e prefira prosseguir seus estudos no Instituto.

De fato naquela quadra de serviço apertado em Manguinhos, pouco nos víamos, Osvaldo Cruz e eu, e não tive oportunidade de lhe comunicar o assunto de

minhas recentes conversas com o ministro, nem, tampouco, de aludir à possível vagatura do cargo de diretor de Higiene. Mas, uma vez lembrado o seu nome ao ministro, convinha, por óbvios motivos, observar cautelosa reserva, nada dizer-lhe, até que se decidisse quem seria o nomeado. Assim, se fracassasse a nomeação do meu candidato, quase desconhecido e tão mal apadrinhado, poucos teriam notícia do fraco prestígio do padrinho; caso contrário, o segrêdo e a surprêsa dariam maior realce e elegância à vitória. Todos gostamos de parecer influentes junto aos podêres públicos...

Aprouve ao destino apoiar nossa causa, que era a causa do Brasil. Dias depois de ter lembrado o nome de Osvaldo Cruz, recebi convite do ministro para levar à secretaria 'aquêle meu amigo', de quem talvez já tivesse esquecido o nome.

Emprazei Osvaldo Cruz para nos encontrarmos na Policlínica, por volta das 14 horas, sem dizer o objetivo do encontro. Esta forma de convite lhe não era estanha: eu costumava chamá-lo para colhêr material de exame em casa de doentes e, quando possível, íamos juntos.

Partimos da Policlínica, acompanhados de um colega dermatologista, com quem me entretive, durante o pequeno percurso, acêrca do doente que tratávamos juntos. Separamo-nos dêle na Praça Tiradentes. No vestíbulo do velho casarão, sede do Ministério, Osvaldo Cruz, intrigado, perguntou: 'Que viemos fazer aqui? De que se trata? V. deve saber.'

Respondi, gracejando: 'o ministro encomendou-me um diretor de Higiene capaz de exterminar a febre amarela no Rio... pensei logo em V., no seu entusiasmo pela campanha havanesa, na estatística...'

Surpreendido, um tanto perturbado, deu algumas passadas pelo vestíbulo e disse: 'a honra é grande, mas a responsabilidade é formidável'. Subimos. Satisfazendo a natural curiosidade do ministro de lhe conhecer o programa sanitário e o modo de executá-lo, Osvaldo Cruz declarou que, em primeiro lugar, se empenharia na extinção da febre amarela, repetindo no Rio o mesmo processo empregado em Havana, com brilhante êxito, sem se descuidar de outros problemas sanitários, que estavam reclamando pronta solução.

Delineou o plano de campanha contra a febre amarela, aludiu à indispensável reorganização da repartição para atingir aquêle escopo. Embora colhido de surprêsa, a facilidade com que Osvaldo Cruz expunha pormenores do plano de combate à febre amarela denotava conhecimento profundo e longamente meditado do grave problema.

A perseguição ao mosquito, como base da profilaxia, despertou natural admiração e algumas apreciações jocosas por parte do ministro.

No despacho seguinte o nome de Osvaldo Cruz foi apresentado ao presidente da República para o cargo de diretor de Saúde Pública. Parece que o chefe do Estado também estranhou se lhe propusesse pessoa tão pouco conhecida para cargo de tal importância, e perguntara: 'Quem é êsse Osvaldo Cruz, Dr. Seabra?'

'Sr. Presidente, eu também não o conheço, respondeu o ministro; um amigo em quem confio, apresentou-mo como higienista consumado, capaz de extinguir a febre amarela, por um nôvo processo americano.'

Compreende-se o interêsse patriótico que devia despertar no ânimo do Presidente Rodrigues Alves a possibilidade da extinção da febre amarela – glória que naturalmente afagava para o seu govêrno. A esperança de alcançá-la deve ter influído, para que sancionasse a investidura de Osvaldo Cruz. Não concorreram menos para essa decisão a fé comunicativa do jovem higienista, a segurança com que garantiu o êxito da campanha, fixando-lhe o prazo de duração apenas em três anos, se o govêrno lhe desse 'fôrça e recursos'.

Suas palavras eram tão sinceras, tão firmes, que persuadiram o presidente a pactuar, a aceitar o temerário compromisso.

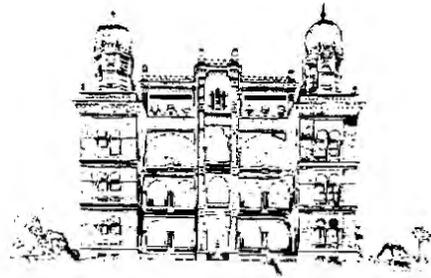
A imprensa e o público acolhêram a nomeação de Osvaldo Cruz entre surpreendidos e desapontados. Quase ninguém o conhecia.

Na verdade sua reputação começava apenas a despontar: era vagamente citado em rodas médicas que tiveram notícia do seu estágio no Instituto Pasteur, de Paris; dos trabalhos que lá executou, do laboratório de pesquisas clínicas à Travessa de São Francisco. Sabia-se da existência dêsse gabinete de microscopia e análises biológicas por um pequeno folheto que êle dirigiu 'aos Srs. Médicos', contendo instruções relativas ao modo de colhêr o material para as diversas espécies de análises, advertindo que o diagnóstico e o prognóstico das moléstias, sem o recurso do laboratório, permaneciam muitas vêzes obscursos – advertência necessária naquele tempo em que se cogitava pouco dêsses meios de elucidação. Sabia-se mais que Osvaldo Cruz exercia as funções de diretor do Instituto Soroterápico de Manguinhos, e que fôra designado para autenticar a peste em Santos; mas, tanto a sua chegada da Europa, a instalação do laboratório, como a sua nomeação para aquêles serviços, se passaram silenciosamente, sem entrevistas com repórteres,

sem retrato nas fôlhas. A um parente, autor de pequena e descorada notícia de sua estadia no Instituto Pasteur, fêz reparos de desaprovação."

❖ ❖ ❖

Nos comemorativos de sua formação, vimos que Osvaldo Cruz apurava normas de independência pessoal, conjugando-se com as aquisições crescentes de sua educação técnica. No Instituto Pasteur, conheceu a vida do grande sábio que evangelizava a ciência, com o vigor da crença religiosa; tomou-o como nume de adoração intelectual. A exemplo de Pasteur, consagrara-se ao trabalho científico, animado dêsse *Deus interior*, que é o entusiasmo no caminho acidentado da perfeição. Desde então, pensara no problema da febre amarela em sua Pátria, procurando estudá-la, sobretudo no aspecto de sua profilaxia. Foi, assim, que não perdeu de vista o descobrimento de Finlay e os trabalhos experimentais que brotaram da fecunda sugestão. Acompanhou com ardor devoto as peripécias das experiências médicas americanas, em Havana, até os resultados que vingaram com a certeza da transmissão culicidiana. Conhecido o vector, o caminho era combatê-lo sem tréguas, o que lhe parecia relativamente fácil, com autoridade e recursos materiais.

CAPÍTULO VI

A OBRA DE SAÚDE PÚBLICA

CAMPANHA SANITÁRIA CONTRA A FEBRE AMARELA

NOMEADO diretor-geral a 23 de março de 1903, três dias depois, a 26, Osvaldo Cruz assumiu as árduas funções, prometendo apenas, com sentida simplicidade, *trabalho* e *justiça*.

A lei orgânica, de 20 de setembro de 1892, dava à União, no Distrito Federal, a obrigação das providências contra a invasão das moléstias exóticas ou a disseminação das indígenas, empregando-se, para tal fim, os meios sancionados pela ciência ou aconselhados pela observação, entre elas a assistência hospitalar, o isolamento e a desinfecção. No Rio de Janeiro havia, assim, dualidade de serviços sanitários, cumprindo à Prefeitura todos os encargos da polícia sanitária e a assistência, fora dos casos de doenças transmissíveis, aliás naquela época, quase tôda a cargo das associações pias, principalmente a Santa Casa de Misericórdia.

A profilaxia da febre amarela ia iniciar-se sob novos fundamentos, ainda não sancionados pela higiene mundial, mas aconselhados nas observações dos técnicos americanos, conforme o descobrimento de Finlay, em 1881. Sem dúvida, a emprêsa era ousada e só a firmeza de um homem de convicções, apoiado num govêrno forte e patriótico, poderia tentar a árdua campanha. Foi o que se deu com Osvaldo Cruz, no quatriênio Rodrigues Alves.

A profilaxia rotineira isolava os doentes notificados e fazia desinfecção pelos meios correntes de agressão química; a nova doutrina isolava o doente, conside-

rado foco de infecção e combatia o vector, identificado em experiências recentes, excluindo a desinfecção, por inútil.

As provas experimentais de Havana foram repetidas em São Paulo e no Rio de Janeiro, por sábios nacionais e estrangeiros: em São Paulo, por Pereira Barreto, Emílio Ribas e Adolfo Lutz; no Rio de Janeiro, pela comissão francesa, da qual faziam parte Marchoux e Simond, acompanhada de perto por Osvaldo Cruz e seus auxiliares, no Hospital S. Sebastião. As experiências repetiram os turnos e conclusões de Havana, onde a profilaxia anticulicidiana já produzira resultados positivos. Não havia senão aplicá-las, dentro da mesma orientação, tenacidade e espírito de resistência à reação misoneísta.

O pomo da discórdia era, principalmente, a desinfecção, que alguns espíritos acomodatícios julgavam devia ser praticada, paralelamente ao combate ao inseto transmissor. Além de trabalhosa e considerada inoperante, a desinfecção, como arma profilática, uma vez empregada, significaria dubiedade ou hesitação, por parte da autoridade sanitária, acariciando de tal modo, e perigosamente, a timidez nas fileiras dos novos combatentes. Direta ou indiretamente interpelado nesse sentido, Osvaldo Cruz resistiu com intrepidez, preferindo deixar o cargo a aplicar métodos, nos quais convictamente não confiava.

Sempre sábia a seu modo, a imprensa que discute problemas científicos, como discute questões políticas e intrigas sociais, timbrava em desacreditar a autoridade sanitária, apelando para o govêrno, então ameaçado em suas responsabilidades pela ação de um profissional môço, cujo saber e capacidade administrativa pùblicamente se menosprezava. Indiferente às invectivas diárias, o diretor não se dava conta da hostilidade ambiente, continuando a desenvolver as atividades a seu cargo, como se prestigiado se sentisse pelo aplauso da população.

É certo que a reação partia da própria classe médica, de alguns professôres, à frente o professor de Higiene da Faculdade e o ex-diretor, afastado do govêrno a pretexto de acumulação de cargos públicos. Os artigos sob o título "A Ilusão Havanesa", e as lições sôbre febre amarela, na cátedra de Higiene, prognosticavam o desastre na aplicação da doutrina culicidiana da transmissão da doença.

Não admira. Vinte anos rodados, em nova incursão epidêmica da febre amarela no Rio de Janeiro, pelo descaso dos governos que sucederam a Rodrigues Alves, o ambiente de hostilidade ràpidamente se formou para contrariar a ação da autoridade sanitária, não mais para combater a doutrina, já suficientemente julgada,

mas para negar capacidade ao diretor. Por essa ocasião, os feiticistas da memória benemérita de Osvaldo Cruz formaram em côro contra o chefe da Saúde Pública. Era o "louvor deliberado, contra alguém", como disse Afrânio Peixoto, a propósito de casos dêsses tais, muito do gôsto da hostilidade encoberta, mal disfarçada na debilidade do ataque.

E, como a história se repete, na segunda, como na primeira campanha contra a febre amarela no Rio de Janeiro, os resultados responderam à agressão gratuita, empapada no lôdo da abjeção, mais uma vez desmoralizada nos processos monstruosamente impatrióticos de combater a autoridade para ferir determinada pessoa. Ao empossar-se, prometera Osvaldo Cruz debelar a moléstia em três anos, assim lhe não faltassem o apoio do govêrno e recursos materiais indispensáveis à intensidade da ação profilática. Jugulou-a, como epidemia, no prazo previsto. Ao tempo do comêço de sua atuação na direção da repartição federal de Higiene, não sòmente a febre amarela, mas também a peste e a varíola carregavam a morbilidade e a mortalidade do Rio de Janeiro. Tendo assumido o cargo a 26 de março de 1903, a 1.° de abril do mesmo ano o nôvo diretor enviava ao govêrno a seguinte exposição de motivos:

"Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Dentre os problemas sanitários que devem ser atacados desde já, sobreleva em importância a todos o referente à febre amarela. A extinção da febre amarela é um problema que já encontrou uma solução prática: podemos, pois, considerá-la uma questão resolvida. Resta-nos agora, apenas, seguir as pegadas dos sábios americanos, que enfrentaram o assunto, resolvendo-o por completo em Havana. Devemos pois, sem perda de tempo, instalar desde já os serviços cujos efeitos proveitosos se farão fatalmente seguir na próxima época epidêmica, sendo em breve seguidos de completo desaparecimento dessa vergonha nacional. Cumpre-me dizer em traços gerais que a profilaxia cifra-se no seguinte: nas épocas epidêmicas: 1.° evitar a contaminação dos culicídios pelos amarelentos infectantes; 2.° evitar a infecção dos receptíveis pelos propagadores já infectados. Em épocas extra-epidêmicas: 1.° evitar a perpetuação dos culicídios destruindo-os em seus berços e suprimindo êstes; 2.° dar caçada aos casos esporádicos e frustros da moléstia que nas acalmias permitem a continuidade do mal. Êsse serviço de profilaxia específico de febre amarela deve ser contínuo e ininterrupto; disso depende sua eficácia. No momento atual cumpre-nos pôr em prática as medidas relativas à quadra epidêmica. Devemos preservar os amarelentos, ainda infectantes, das picadas dos mosquitos e devemos destruir os estegomias adultos que tiverem ou não oportunidade de picar o amarílico,

e mais, preservar os recptíveis contra a infecção possível pelo culicídio infectado, depois de terminado nêle o ciclo exogênico do germe produtor da moléstia. Para que êsse serviço seja profícuo, convém quanto antes que se estabeleça uma lei que torne efetivas as disposições regulamentares já existentes sôbre notificação compulsória, estabelecendo medidas repressivas enérgicas contra os sonegadores de doentes. Para que essa repressão possa ser rápida e proveitosa, conviria destacar para junto da repartição sanitária federal um representante do poder judiciário, encarregado de tornar efetivas essas medidas repressivas no mais curto prazo de tempo possível, de modo que a punição do delito venha a ser tão rápida quão deveria ter sido o cumprimento do dever ora menoscabado e punido. Outrossim conviria estabelecer penalidades que viessem facilitar a vigilância sanitária. De posse dessas disposições é indispensável estabelecer desde já o serviço especial de preservação dos doentes e de destruição dos vectores da moléstia, para o que mister se faz formar-se uma brigada que, estendendo sua ação benéfica por tôda a cidade, possa tornar eficaz a proteção dos mosquitos contra os doentes ainda infectantes, protegendo dêste modo indiretamente o homem em estado de receptividade. A instalação imediata dêsse serviço, se bem que importando num ligeiro aumento de despesas, traz como conseqüência economias bastante avultadas e que podem ser resumidas do seguinte modo: diminuição das despesas de desinfetantes, porquanto só será empregado o enxôfre (na febre amarela); diminuição das despesas acarretadas pela desinfecção das roupas, serviço que será suspenso por inútil (na febre amarela); diminuição das remoções dos amarelentos, que, sem inconveniente, poderão ser isolados nos domicílios, cujas condições higiênicas o permitirem e não remoção nem preservação dos doentes não infectantes; diminuição das despesas dos hospitais de isolamento, correlativa à diminuição das remoções. Não quero referir-me ao bem-estar que traria à população a execução dessas medidas, diminuindo enormemente o número de remoções, alterando e suprimindo em parte os processos de desinfecção, até agora postos em prática...

Êste aumento de despesa trará como conseqüência imediata uma economia enorme de vidas e, completado pelas medidas acima referidas, concernentes à notificação compulsória e vigilância sanitária, vem constituir o começo do extermínio da febre amarela no Rio de Janeiro. Espero que V. Ex.ª, animado como está de tão nobres intenções em relação à saúde pública, obterá de S. Ex.ª o Sr. Presidente da República a aprovação do crédito acima, na certeza de que tôda despesa feita em benefício da saúde pública, redunda em colossal economia."

O primeiro embaraço que atalhou a execução dos serviços incipientes foi a dualidade de repartições de higiene no Distrito Federal. Para cumular a dificuldade em riste, o diretor dos serviços sanitários municipais não acreditava na eficácia

dos novos métodos profiláticos. Era mister uma providência imediata, junto ao Prefeito Pereira Passos, ficando estabelecida a adoção da profilaxia havanesa pela higiene local. Nessa ocasião, prestou bons serviços, no sentido do entendimento, o Dr. Luís Barbosa, então médico da repartição municipal, que foi chamado a colaborar no serviço federal, como delegado do 1.º Distrito Sanitário.

Já a 28 de março de 1903, a diretoria incumbia o Dr. Carlos Carneiro de Mendonça de conduzir a aplicação das medidas profiláticas, aliás pelo mesmo ensaiadas, em providências de curto raio, na administração anterior. Atendendo às sugestões do diretor-geral, o govêrno, em aviso de 15 de abril do mesmo ano, organizou o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela. A 20 do mesmo mês, faz-se o primeiro isolamento de um doente, em câmara telada, à prova de mosquitos. As instruções da profilaxia específica são baixadas a 5 de maio de 1903: expurgo, para combate ao inseto alado; polícia sanitária de domicílios e logradouros públicos; extinção periódica antilarvária em todos os possíveis criadouros de mosquitos; isolamento rigoroso do doente em ambientes protegidos por telas metálicas; vigilância sanitária dos comunicantes. Proscritas ficaram as desinfecções.

Em "conselhos ao povo", a Diretoria da Saúde distribuiu, em avulsos e pela imprensa, as seguintes advertências: "1.º – Está hoje provado que os mosquitos transmitem a febre amarela. O mosquito pica o doente de febre amarela e, depois de alguns dias, picando outra pessoa, transmite a ela a moléstia. Há muitas qualidades de mosquitos, mas nem todos transmitem a febre amarela; o que a transmite fàcilmente se conhece, porque é inteiramente rajado; êle tem na parte superior do corpo duas listras prateadas em forma de meia-lua, e as pernas e a barriga também são riscadas de listras brancas. Esta qualidade de mosquito é muito abundante no Rio de Janeiro, voa pouco e gosta de viver dentro de casa...

2.º – A febre amarela não se transmite do doente ao indivíduo são, o que já era sabido desde muito tempo; também não é transmitida pelas roupas sujas e mais objetos de uso dos doentes; ela se transmite sòmente por intermédio do mosquito ou pernilongo rajado, único transmissor da febre amarela até hoje provado.

3.º – Alguns dias depois de ter picado o doente de febre amarela, o mosquito adquire o poder de transmiti-la, e conserva êsse poder durante muito tempo, dois meses e meio ou mais. Os hábitos caseiros do mosquito rajado explicam bem porque a febre amarela é uma moléstia que se apanha dentro das casas e que prefere as

cidades. No inverno, aqui no Rio de Janeiro, como nas outras partes em que ela existe, a epidemia de febre amarela quase sempre acaba; êste fato concorda com o modo de vida do mosquito, que, como todo o mundo sabe, diminui muito de quantidade na estação fria, sendo que os poucos que aparecem quase não picam.

4° – Os mosquitos se reproduzem por meio de ovos, que êles põem na superfície das águas paradas, nas tinas de lavar roupa, nos tanques, nas caixas-d'água, nos ralos de esgotos, nos rebolos dos carpinteiros, nas latas velhas e cacos de garrafa ou de louça que são atirados fora, nos cacos de garrafa com que se guarnecem os muros, nas poças de água que se formam nas hortas e capinzais, na água da chuva que fica empoçada nas calhas, enfim, em qualquer parte onde ficar depositado por algum tempo um pouco de água que se não renove. Os ovos postos na água dentro de poucos dias se transformam em pequenos bichinhos com a forma de lagartas, os quais, de ordinário, ficam na superfície da água com a cauda para cima e a cabeça para baixo, e fogem muito depressa para o fundo da água mal alguém se aproxima ou toca na vasilha; êsses bichinhos, que em alguns lugares são conhecidos pelos nomes de bichos-d'água, cabeça-de-prego, saltões ou martelos, são os que os médicos denominam *larvas*. Essas larvas ficam muitos dias vivendo e nadando na água, vão pouco a pouco crescendo até que, em certo momento, curvam-se, mudam de posição, ficando a cabeça à superfície da água; criam então uma casca ao redor de si e ficam boiando em cima da água; depois, a casca rompe-se e de dentro dela como se fôsse um bote, voa o mosquito nôvo.

É fácil de verificar que é assim que o mosquito nasce; basta colocar algumas larvas em um vidro branco com água até ao meio, sendo a bôca do vidro tapada por meio de pano de filó, que permita a entrada do ar e evite a saída dos mosquitos, que nascem dentro de quinze dias, mais ou menos.

5.° – Desde que são os mosquitos que passam a febre amarela dos doentes para as pessoas sãs, é da obrigação e do interêsse de todos:

I – Destruir os mosquitos e as suas larvas.

II – Evitar que os mosquitos piquem as pessoas, porque pode acontecer que alguns dêles tenham picado um doente de febre amarela.

III – Evitar que os mosquitos piquem os doentes de febre amarela, por que dêsse modo impede-se que êles fiquem carregados dos germes da moléstia.

6.º – Para destruir dentro das casas os mosquitos já crescidos, o melhor meio é queimar pó-da-pérsia dentro delas.

Para isso, fecham-se bem as janelas do quarto em que se deseja matar os mosquitos e tapa-se com papel qualquer abertura que existir, deixando-se aberta sòmente a porta; toma-se um fogareiro, ou qualquer outra vasilha, enche-se de brasas bem acesas e coloca-se no meio do aposento: lança-se por cima o pó-da-pérsia, na dose de três colheres de sopa para um quarto de tamanho regular, e fecha-se a porta.

No fim de três horas, entra-se no quarto e abrem-se as janelas, passa-se com cuidado um pano úmido sôbre o chão e por cima dos móveis, e sacodem-se as roupas da cama e as que estejam penduradas nos cabides, para assim apanhar todos os mosquitos que tenham caído sufocados pela fumaça do pó-da-pérsia; os mosquitos apanhados serão lançados ao fogo, porque a fumaça do pó-da-pérsia, às vezes, não os mata; êles ficam apenas tontos e se não forem queimados, podem voar outra vez.

A fumaça do pó-da-pérsia não é irritante; no quarto onde se tenha acabado de queimar o pó-da-pérsia pode-se entrar e permanecer sem o menor incômodo. Contudo, não se deve de modo nenhum queimar o pó-da-pérsia no quarto de algum doente, enquanto êle aí estiver.

Na falta do pó-da-pérsia, servem as fôlhas de eucalipto ou então o fumo ou o enxôfre. A fumaça resultante da queima do fumo ou do enxôfre mata o mosquito mais depressa ainda que a do pó-da-pérsia, mas convém lembrar que ela é irritante para quem a respira em grande quantidade.

7.º – Para evitar a reprodução dos mosquitos, devem-se conservar tapados todos os depósitos de água, caixas-d'água, tanques, tinas etc.; aterrar e nivelar tôdas as escavações do terreno em que as águas se possam depositar, esgotar ou aterrar poças de água, lagoas ou charcos próximos às habitações, assim como se deve mandar retirar tôdas as latas vazias, vasos quebrados etc., que estejam abandonados perto das casas e em que as águas se possam depositar.

As vasilhas cheias de água que contiverem larvas de mosquitos deverão ser despejadas em lugar que as larvas fiquem a sêco e expostas ao sol, porque nesse caso elas morrem logo.

Nas vasilhas que não puderem ser despejadas, deve-se derramar querosene, de modo que êle se espalhe bem por cima da água, ou então um pouco de creolina; as larvas morrem em poucas horas. Nos ralos dos esgotos, o querosene será pôsto

tôdas as semanas. Deve-se também derramar querosene, de oito em oito dias, em tôdas as poças de água, pântanos ou charcos, que não puderem ser esgotados ou aterrados. A quantidade de querosene, nestes casos, é de 10 gramas para um metro quadrado de superfície.

As calhas e condutores das águas de chuvas devem ser examinados de vez em quando, consertando-se os lugares em que as águas fiquem empoçadas; "urnas" e outros enfeites que se usam nos telhados das casas não devem ter cavidades onde a água se possa juntar. Os repuxos e os lagos artificiais dos jardins, que não puderem ser esvaziados ou cobertos de querosene, assim como tôdas as coleções de água que pela sua extensão não puderem ser tratadas pelo querosene, deverão ser povoadas de peixes, depois de limpas, de tôda e qualquer vegetação. Os peixes comem as larvas. No Rio de Janeiro há um peixe chamado barrigudo, muito abundante em todos os rios e lagoas da cidade, o qual, pela sua voracidade, é excelente para a destruição das larvas dos mosquitos, onde essa destruição não puder ser executada de outra maneira.

8.º – Em tempo de epidemia ou quando houver doentes na vizinhança, tôdas as pessoas sãs devem usar cortinados nas camas e durante o dia devem ter cuidado que nenhum mosquito as venha picar, porque o mosquito da febre amarela pica também de dia.

9.º – Quando houver algum doente de febre amarela na casa, as pessoas da família ou os vizinhos devem participar logo à autoridade de higiene mais próxima.

As providências que o médico de higiene tem por obrigação aplicar são tôdas no interêsse do povo e não trazem vexame para ninguém, nem incomodam ou prejudicam o doente.

Para o hospital só serão removidos os doentes que não tiverem recursos para se tratarem em casa.

O que os médicos de higiene fazem quando recebem a participação de um caso de febre amarela, é o seguinte: primeiro fazem colocar uma grade de arame muito fina ou cortinado de filó nas janelas e nas portas de um dos quartos da casa, escolhido pela família do doente, destroem aí os mosquitos queimando o pó-da-pérsia, deixam o quarto ficar arejado e mudam o doente para êsse quarto; depois fazem queimar pó-da-pérsia, ou enxôfre em todos os outros cômodos da casa, para assim destruir os mosquitos que tenham já picado o doente; em seguida,

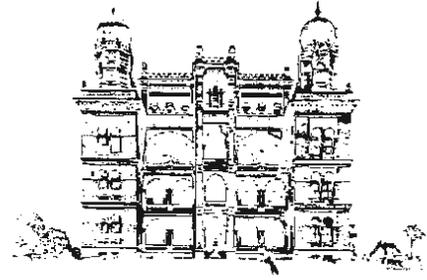
fazem destruir as larvas dos mosquitos e os lugares em que elas se criam. Quanto ao mais, o doente fica com a liberdade de tratar-se como entender, podendo quem quiser entrar e sair do quarto dêle à vontade. Mas, uma coisa as autoridades de higiene pedem com o maior empenho, é que os casos de febre amarela sejam comunicados à higiene desde os primeiros dias da moléstia, porque é principalmente nos quatro primeiros dias da moléstia que o mosquito apanha o germe da febre, para transmiti-lo a outra pessoa. Por isso mesmo os doentes suspeitos devem ser isolados, pelo menos, por meio de cortinados, até verificar-se que o caso não é febre amarela.

Num caso de febre amarela, antes mesmo de participar à higiene, as pessoas da casa do doente devem isolá-lo do melhor modo possível, pondo cortinado de filó nas janelas, de modo que os mosquitos não possam entrar ou sair do quarto, conservando a porta do quarto sempre fechada quando ela não tiver cortinado, e colocando também um cortinado na cama do doente.

10.º – É do interêsse geral de tôda a população que estas medidas sejam observadas. A febre amarela mata no Rio de Janeiro grande número de estrangeiros, na maior parte portuguêses, e ùltimamente até mesmo os nacionais ela não tem poupado, com especialidade as crianças. A aplicação destas medidas na cidade de Havana deu o mais completo resultado, extinguindo totalmente a febre amarela, que ali matava todos os anos de 500 a 1.500 pessoas; hoje em Havana não se dá um só caso de febre amarela; assim, em pouco tempo, acabou-se com uma epidemia que durava havia mais de um século."

A propósito dêstes conselhos, advertidamente expostos sôbre métodos novos em matéria de higiene, choveram os comentários da imprensa, alguns dos quais com a responsabilidade de nomes da classe.

CAPÍTULO VII

A REFORMA DA SAÚDE PÚBLICA NO CONGRESSO NACIONAL

COM a segurança de quem tem um programa a cumprir e nêle confia, sob fundamento das aquisições definidas em rigorosa experimentação científica, o administrador técnico envia ao govêrno o plano de reforma dos serviços sanitários nacionais, para ser convertido em lei do país. Em 15 de junho de 1903, o Poder Executivo enviou ao Legislativo mensagem, conforme às sugestões da autoridade sanitária:

"Entre as funções privativas da Diretoria-Geral de Saúde Pública figuram:

a) O estudo da natureza, etiologia, tratamento e profilaxia das moléstias transmissíveis que aparecem ou se desenvolvem em qualquer localidade da República, onde não haja recursos materiais ou serviço organizado para as pesquisas de caráter técnico ou científico, que se tornarem necessárias;

b) a prestação de socorros médicos e de higiene às populações dos Estados, a requisição dos respectivos governos, verificado o caso de calamidade pública;

c) o serviço sanitário dos portos marítimos e fluviais.

A execução, mediante ordem do govêrno, de providências de higiene defensiva, em épocas anormais, contra a invasão de moléstias exóticas ou a disseminação das indígenas, na capital da República, cabia ao Instituto Sanitário Federal, que foi substituído pela Diretoria-Geral de Saúde Pública, em virtude do decreto n.º

2.458, de 10 de fevereiro de 1897. Acidentalmente coube a êste Departamento de Higiene superintender, pela primeira vez, os serviços sanitários terrestres no Distrito Federal, quando tivemos, em 1900, a erupção da peste bubônica.

Apesar da Municipalidade dispor de uma repartição de higiene bem constituída, julgou o govêrno da União que era acertado atender à requisição do govêrno local, com o intuito de obstar a propagação do mal reinante, por um conjunto harmônico de providências centralizadas, por um concêrto uniforme de medidas ditadas e executadas pela administração superior com inflexibilidade, independência e segurança de êxito.

As autoridades municipais e federais constituíram, nesta emergência, um todo homogêneo e único, e só se divorciaram depois do declínio da epidemia. Os esforços de umas e de outras ficaram, então, suspensos. O sucesso de providências inteligentemente combinadas e dirigidas não pôde corresponder à expectativa geral, porque as duas repartições de higiene não mais tinham o direito de agir em comum, cada uma delas adstrita à esfera de suas atribuições.

O intêresse comum, dos habitantes do Rio de Janeiro e de seu govêrno principal, debateu-se, daí em diante, pela conjuração urgente das funestas condições de sua insalubridade, para cuja estabilidade muito ia concorrendo a dissociação dos serviços sanitários em matéria de profilaxia, a falta de conexão de providências que na prática deveriam ser sinérgicas, a quebra, enfim, de unidade de vistas e da execução de medidas que, pela sua base científica segura, pela energia administrativa que as dita, englobam o segrêdo maior da transformação sanitária de uma cidade.

A colaboração oficial não podia ser demorada. Surgiu, então, o decreto n.º 4463, de 12 de julho de 1902, que teve como pedra fundamental a necessidade imperativa e inadiável de entregar à Diretoria-Geral de Saúde Pública o serviço de higiene de defesa no Distrito Federal. Esta resolução, posteriormente aprovada pelo Poder Legislativo, teve, desde os seus pródromos, o apoio incondicional do prefeito em exercício. A invasão e disseminação das moléstias exóticas e indígenas, afetando altos interêsses nacionais e estrangeiros, preocupa, instante por instante, o govêrno supremo do país.

Se já lhe cabia, nas épocas anormais, o socorro aos Estados Federais, e, em qualquer período do ano, a direção sanitária dos portos marítimos e fluviais, maior tornou-se a sua órbita de responsabilidade com a faculdade, que lhe foi transferida, de organizar e superintender a polícia sanitária de defesa da capital da República.

Inteiramente ligada à higiene de defesa, de que é dependência, a polícia sanitária de defesa não pode conquistar benefícios, no ponto de vista das moléstias transmissíveis, sem o saneamento do meio local, sem a reforma das insuficientes condições de salubridade dos domicílios, sem o concurso e adoção, finalmente, das medidas corretórias a que dá ensejo, nas visitas sistemáticas, a inspeção freqüente das habitações, dos lugares e dos logradouros públicos.

A gênese de muitas anomalias nosológicas, a marcha de muitos estados mórbidos têm sua explicação científica no mau estado dos prédios habitados e desocupados, no vício orgânico das construções, na falta de atêrro e nivelamento dos terrenos e numa série de transgressões dos preceitos de higiene doméstica, o que, favorecendo sobremodo a evolução dos mosquitos, contribui para a permanência da febre amarela entre nós.

Dificilmente pode pretender-se lucros certos de um sistema profilático que gira num círculo de providências restritivas, com dois agentes de execução, um federal e outro municipal, com dualidade de competências e de orientações, com fracionamento de atribuições, de prerrogativas e de intervenções.

Em duas palavras: separação de serviços homogêneos e subdivisão de responsabilidades técnicas indivisíveis.

Uma repartição local fazendo a higiene agressiva, enquanto a outra, da União, faz simultâneamente a higiene de defesa.

Realiza-se o desmembramento forçado de um organismo administrativo, cujas peças se completam, se subordinam e que só podem mover-se por um jôgo de combinações recíprocas e nunca por solicitações desiguais ou antagônicas que protestem a neutralização dos esforços despendidos.

A fusão da higiene agressiva e defensiva, separadas hoje por fronteiras abstratas, que só um espírito sutil pode conceber, é aspiração administrativa inadiável.

Por ela visa-se destruir sem delongas a complexidade num serviço público que, por sua natureza transcendente, deve primar pela simplicidade.

Também no ponto de vista da profilaxia, isto é, com o intuito de prevenir e combater as moléstias que tenham de invadir ou que existam na capital da República, não convém ao seu govêrno deixar de associar a higiene dos portos à de terra, integrando nesta os recursos de agressão e defesa, aos quais se filiam o isolamento e a desinfecção nos casos oportunos e a política severa das habitações

dos lugares e logradouros públicos, do primeiro ao último dia do ano, como base primordial do ataque aos focos domiciliários de moléstias transmissíveis.

Com a organização vigente, que dividiu a higiene terrestre em agressiva e defensiva, teremos que lastimar, de um lado, a ineficácia de recursos precisos para solução do problema sanitário, e, do outro lado, o aniquilamento das operosas tentativas das autoridades federais, desfeitas com um único sôpro, pela ausência da investidura executiva contra os violentadores da saúde pública.

Assim sendo, conviria que aos atuais serviços a cargo da União, constantes do art. 1.º do Regulamento a que se refere o decreto n.º 2.458, de 10 de fevereiro de 1897, e do de n.º 966, de 2 de janeiro de 1903, fôssem adicionados os que se referem a:

- Polícia sanitária dos domicílios, logradouros públicos, podendo as autoridades sanitárias federais fazer pôr em execução as leis municipais sôbre êste assunto.

Os serviços higiênicos que merecem atualmente o maior cuidado são: o da profilaxia da febre amarela e o de saúde dos portos, não falando nas grandes obras de saneamento afetas ao Ministério da Indústria: abastecimento de água, canalização de esgotos, assim como o beneficiamento da zona alagadiça periurbana que confina com a baixada do Estado do Rio.

A extinção da febre amarela de uma cidade é um fato que já está resolvido: o problema já foi pôsto em equação por experiências decisivas e incontestes no estrangeiro e entre nós; a solução já foi obtida pelos americanos em Cuba. Nada mais resta do que seguir as pegadas daqueles que, em cêrca de dois anos, conseguiram extirpar do solo cubano uma epidemia que dizimava ininterruptamente aquelas paragens havia séculos. É portanto um fato consumado, não nos resta mais que repetir o que já foi feito; não se trata, portanto, de um ensaio, não é uma experiência a tentar, é repetir uma coisa que já foi experimentada com sucesso, é dar execução a um plano que já foi traçado e que, sendo seguido, dará fatalmente o mesmo resultado que deu em outras mãos, se fôr pôsto em prática nas mesmas condições. Não é uma idéia original e nova, passível de controvérsia, é um fato realizado, é uma idéia vitoriosa que abandonou os arraiais da hipótese e já adquiriu os foros de fato positivo. Se os americanos conseguiram exterminar a febre amarela em Cuba, não há razão para que se não consiga o mesmo entre nós.

Conhecemos os meios postos em prática, estamos de posse das bases científicas do processo de que se lançou mão; tenhamos os meios materiais de fazê-lo, dinheiro e leis que garantam a execução das medidas, que, fatalmente, conseguiremos o mesmo fim. Pôsto o problema neste pé, resta-nos sintetizar a questão na seguinte frase: cessará a febre amarela no Rio de Janeiro, desde que o Congresso forneça os elementos que dêle dependem. Que o govêrno disponha de dinheiro e das leis que julga necessárias, e a febre amarela no Rio será em breve um mito.

Estabelecida essa preliminar, mostremos em largos traços em que consiste a profilaxia e apontemos os meios práticos de executá-la. As verdades adquiridas e que alicerçam tôdas as medidas são as seguintes: 1.ª – A febre amarela é produzida por um micróbio que é encontrado no sangue do doente apenas nos primeiros dias da moléstia; 2.ª – O micróbio da febre amarela não se transmite pelos meios de contágio habituais, de homem a homem; 3.ª – Para que se dê o contágio, é preciso que o micróbio sofra uma evolução no organismo de um hóspede intermediário, que é representado por uma espécie de mosquito, o mosquito rajado, *Stegomia fasciata*; 4.ª – A febre amarela só ataca, em geral, as pessoas não imunes, que são, na regra geral, representadas pelas crianças e pelos recém-chegados ao foco em que reina a moléstia. Portanto, para que haja a febre amarela é preciso que, além das condições mesológicas necessárias à sua evolução, se congreguem os seguintes elementos: 1.º – o micróbio da febre amarela (que se encontra no sangue do amarelento nos primeiros dias da moléstia); 2.º – o mosquito transmissor especial; 3.º – indivíduos em estado de receptividade. Assim, pois, a profilaxia da febre amarela consistirá em impedir a formação do ciclo 'micróbio-mosquito-indivíduo-receptível'. O micróbio só poderá desaparecer quando desaparecer o último amarelento e o último mosquito infectado. O primeiro passo, pois, a dar é impedir que o mosquito se infeccione no doente; portanto, quando houver doentes é preciso protegê-los contra a picada dos mosquitos, o que se pode fazer, no próprio domicílio, por meio de dispositivos especiais, que não acarretam o mínimo incômodo ao doente e à sua família, nem trazem constrangimento ao médico assistente. Mas, como o doente é sobretudo perigoso nos primeiros dias da moléstia, é de indeclinável necessidade que a autoridade sanitária tenha conhecimento dos casos o mais cedo possível. Para que se tornem efetivas essas providências, é preciso que a autoridade sanitária disponha de leis que: 1.º – obriguem os médicos, chefes de família etc. a comunicarem à autoridade sanitária as moléstias de

notificação compulsória, entre as quais se acha a febre amarela; 2.º – obriguem os indivíduos a não se oporem às medidas de isolamento, punindo fortemente aquêles que se levantarem contra elas, ou que, protestando a melhor boa vontade, burlarem as medidas postas em prática. Assim se impedirá a contaminação do mosquito.

A segunda medida profilática é o extermínio do mosquito transmissor da moléstia. Êste serviço é de suma importância e deve ser feito com a maior intensidade e extensão nos períodos interepidêmicos; é a chamada 'campanha de inverno'. A destruição dos mosquitos compõe-se de três partes: 1.ª – destruição do inseto adulto; 2.ª – destruição das larvas e ninfas; 3.ª – destruição ou resguardo dos locais em que o mosquito adulto fecundado, em estado de hibernação, possa depositar os ovos, quando o permitirem as condições do meio externo (temperatura, umidade etc.). A destruição dos mosquitos adultos deve ser feita, de preferência, nos focos da epidemia anterior, onde devem existir em estado de hibernação mosquitos infeccionados que aguardam a primeira oportunidade (elevação da temperatura, ambiente) para contaminarem os indivíduos não imunizados que por acaso encontrarem. A destruição das larvas e ninfas deve ser feita, também, ou pela destruição dos acúmulos de água em que existem, ou por outros meios adequados (querosene, creolina, cultura de certos peixes e plantas) quando essa destruição fôr impossível (lagos, riachos etc.).

A abolição dos locais em que se formam os mosquitos consiste na destruição de todo o acúmulo de água domiciliar e peridomiciliar, e essa operação deve ser repetida ao menos mensalmente, em todos os domicílios, de uma maneira sistemática, por isso que é de mais ou menos um mês o tempo que o mosquito leva para, saindo do ôvo, atingir o desenvolvimento compatível com a postura de novos ovos. Para essa 'campanha de inverno' faz-se mister um grande pessoal, constituído, sobretudo, por trabalhadores, pedreiros etc., dotados de material necessário, de modo que tôdas as casas da cidade sejam visitadas uma vez por mês e os focos de febre amarela o sejam quinzenalmente. Outrossim, é necessário que haja leis que proíbam a existência de depósitos em que se possa acumular água, assim como estabeleçam certos princípios referentes à construção das casas (inclinação das calhas, proteção das caixas-d'água, proibição de certos objetos de ornamentação, repuxos, tinas etc.).

Outrossim, convém também que o Congresso estabeleça uma lei severa autorizando o fechamento dos domícilios por motivo de saúde pública, autori-

zando a demolição compulsória, a expensas do proprietário, pelo pessoal da higiene, assim como uma lei permitindo os melhoramentos compulsórios a expensas do proprietário.

Restam agora as medidas referentes aos indivíduos em estado de receptividade. Para isso será instalado o serviço de vigilância sanitária, que será exercitado sôbre três grupos de pessoas: 1.º – sôbre todos os indivíduos, receptíveis ou não, que estiverem em contacto com os amarelentos; 2.º – sôbre todos os indivíduos provenientes do interior da República ou dos portos nacionais ou estrangeiros que venham fixar residência na cidade do Rio de Janeiro; 3.º – sôbre as crianças. Estas deverão ser protegidas por instalações especiais nos estabelecimentos de habitação coletiva, como colégios, asilos etc., ou por mosquiteiros, nos domicílios particulares.

Para que tais medidas se tornem efetivas, haverá conveniência de leis que estabeleçam: 1.º – a obrigação dos indivíduos se sujeitarem à vigilância; 2.º – ao recém-chegado de indicar o domicílio e comunicar a mudança de residência; 3.º – impedimento da entrada de imigrantes pelo pôrto do Rio de Janeiro nos meses em que costuma grassar a febre amarela; 4.º – a obrigatoriedade de instalações adequadas à proteção contra os mosquitos nos colégios, asilos, hotéis, casas de pensão e outras habitações coletivas que costumam obrigar viajantes, assim como de mosquiteiros ou telas de arame, nas casas particulares, ao menos nos quartos em que dormem as crianças.

Com a prática das medidas assim referidas, a febre amarela desaparecerá certamente da nossa cidade. Mas, para que as medidas lembradas possam ser postas em prática, é indispensável uma organização especial dos serviços de higiene atualmente existentes e que consistem: 1.º – aumento do pessoal que deverá ser *remunerado de maneira a poder consagrar-se exclusivamente ao serviço reclamado pela Saúde Pública*; 2.º – reorganização do serviço demográfico, que será a bússola indicadora não só dos focos a atacar, como também das conquistas obtidas pelo ataque instituído contra os focos; 3.º – a adaptação de construção de pavilhões hospitalares adequados para o isolamento dos indigentes, ou o isolamento domiciliar; 4.º – a criação de um departamento de poder judiciário, apenso à repartição de saúde pública e encarregado de processar sumàriamente as multas impostas por infração contra a saúde pública; 5.º – uma repartição de engenharia sanitária.

Isto quanto à febre amarela.

Há ainda a atender outras medidas que merecem particular atenção. Assim é da mais alta conveniência estabelecer-se uma severa lei sôbre vacinação e revacinação obrigatórias, moldada sôbre a célebre lei alemã de 8 de abril de 1874, que tão benéficos resultados produziu, acabando, por assim dizer, com a varíola do Império Alemão.

Finalmente, desde já convém atender ao serviço sanitário dos portos, que é verdadeiramente vergonhoso. É imprescindível estabelecer estações de desinfecção nos principais portos, assim como hospitais de isolamento.

Como medida final, seria de grande vantagem a organização de um *Código Sanitário*, pelo qual fôsse regida tôda a higiene no Brasil.

Para organização dos serviços de acôrdo com as idéias acima expedidas haverá necessidade de um crédito de cinco mil e quinhentos contos (5.500.000$000) de acôrdo com a tabela anexa.

Conviria estabelecer mais que o pessoal médico encarregado da profilaxia da febre amarela fôsse considerado em comissão. Se, porém, fôr conseguida a extinção da moléstia dentro de três anos, a contar da promulgação da última lei referente a tal serviço, o referido pessoal será considerado efetivo com os mesmos vencimentos que percebeu durante a extinção da moléstia. No caso contrário, será o pessoal extraordinário dispensado, voltando os atuais funcionários federais a perceber os antigos vencimentos.

Como medida de grande alcance prático e científico é de indeclinável necessidade a criação de laboratórios anexos aos hospitais de isolamento, aos lazaretos, assim como a organização do atual Instituto Soroterápico de Manguinhos, que deverá ser transformado num instituto para o estudo de moléstias infectuosas tropicais, de acôrdo com os moldes do Instituto Pasteur, de Paris.

Ficaria êste instituto encarregado do preparo de todos os soros terapêuticos, vacinas, tratamento anti-rábico, preparo de fermentos para a indústria, do ensino da bacteriologia e parasitologia, e se transformaria num núcleo de estudos experimentais que muito concorreria para o nosso nome no estrangeiro.

* * *

A 1.º de julho de 1903, o Deputado Melo Matos apresentou o projeto da lei, na conformidade das medidas propostas e autorizando o govêrno a promulgar

o Código Sanitário, em que eram reguladas as medidas sanitárias urbanas, higiene dos portos, exercício da medicina e farmácia, cominação de penas pelas infrações sanitárias etc.

A discussão do projeto, nos têrmos regimentais da Câmara, foi protelada até dezembro, entrecortada de incidentes que corriam paralelos à campanha da imprensa, como sempre acontece, com ressonância no Congresso.

A Comissão de Saúde Pública da Câmara convidou o diretor a esclarecer alguns pontos considerados excessivos. "Comparecendo, declarou o diretor de Higiene que no projeto nada havia original, era a reprodução do que se contém na legislação inglêsa e alemã, sôbre polícia sanitária; que as medidas repressivas propostas eram apenas a codificação da legislação já existente, mas não executada ainda; que se não podia prescindir da notificação compulsória, nos casos de moléstias contagiosas, nem tampouco, deixar de estabelecer a profilaxia específica peculiar a cada uma; que a lei da vacinação obrigatória contra a varíola era necessidade imperiosa – e mostrou mapas provando o desaparecimento da varíola nos países em que essa lei vigora; que a profilaxia da febre amarela só podia ser a que se adotou em Havana, com resultados decisivos, como o demonstravam as estatísticas que exibia.

Lá se verificou, ao mesmo tempo, que as desinfecções, úteis e recomendáveis em outras moléstias contagiosas, eram inteiramente inoperantes na febre amarela; ajuntou que a profilaxia da peste, ora corrente, consiste na vacinação antipestosa, na matança sistemática dos ratos, além de medidas gerais, polícia de focos, isolamento de doentes etc.

Considerava indispensável a criação do Juízo dos Feitos da Saúde Pública para que o julgamento dos infratores do regulamento sanitário se realizasse com a máxima presteza, de modo que a demora no julgamento não perturbasse o serviço. Outra medida que se impunha, dizia o diretor, era a fusão da higiene municipal na federal, a fim de que haja prontidão e unidade de ação.

Falou a seguir das vantagens da transformação do Instituto Soroterápico de Manguinhos em escola experimental, destinada ao estudo das moléstias dos nossos climas, sem prejuízo da preparação não sòmente do sôro antipestoso, mas de todos os soros e vacinas, serviço que deve ser atribuição do Instituto."

Nada obstante, o relator da comissão, médico e professor da Faculdade de Medicina, em parecer contrário, combateu as idéias do diretor, atendo-se à doutri-

na clássica, da necessidade absoluta de desinfecção, e condenando as medidas repressivas propostas no projeto. Depois de muitas vicissitudes, em dezembro, chegou o projeto à 3.ª discussão e só a 15 foi aprovado, por 101 votos contra 35!

No Senado, as coisas se passaram de outro modo, permitindo rápida aprovação. Em março de 1904 foi publicado o Regulamento que inaugurava normas novas e essenciais à campanha profilática.

Enquanto durou o pronunciamento do Congresso, os censores diplomados ou não, condenavam a medida exclusiva, exortando o govêrno a adotar a profilaxia mista – combate ao mosquito e desinfecção dos focos.

Na cadeira de Higiene, da Faculdade de Medicina, o professor, com a assistência da Comissão de Saúde da Câmara, de médicos e curiosos da imprensa, proferiu três lições contra a doutrina havanesa. Parecia o golpe decisivo contra o prestígio da autoridade sanitária. Foi nessa ocasião que o Dr. Sales Guerra, temendo que os inimigos de Osvaldo Cruz lograssem influir junto ao govêrno, procurou intervir no sentido da defesa do seu amigo. Assim refere o episódio: "No mais aceso da ofensiva contra o diretor de Saúde, receoso de que o govêrno para acalmar a excitação dos espíritos, em dado momento, cedesse e decidisse o restabelecimento das desinfecções na febre amarela, o que importaria na retirada de Osvaldo Cruz e no conseqüente fracasso do plano sanitário, perguntei-lhe eu se não seria de *boa política*, naquela apertada conjuntura, permitir as decantadas desinfecções, como desafôgo: 'Nunca, respondeu muito senhor de si, não devo fazê-lo; estou tirando a prova da teoria havanesa; cumpre-me não alterar nenhum dos elementos do problema, para que a prova seja completa e decisiva; senão, como concluir? Não há sinceridade nessa campanha, ajuntou; êles não se batem pela desinfecção, mas contra o Osvaldo Cruz. Se cedesse nesse ponto, inventariam outro pretexto para me hostilizar.'

Mas, V. não receia, tornei eu, que o govêrno fraqueie ante êsse clamor crescente e que ainda desta vez não consigamos libertar-nos da grande assassina?

É possível, replicou tranqüilo, mas eu não me afasto da diretriz que tracei. *Theu recht und scheue niemand* – ao pé da letra – age direito e não temas ninguém – era a máxima que repetia sempre, a que mais se atinha e que aplicava, resoluto, nas situações delicadas.

Demais, ajuntou êle, amanhã tudo se esclarecerá: vou declarar ao govêrno que me faltam recursos monetários para continuar a campanha antiamarílica, aliás êle bem o sabe; que a oposição, em seus violentos ataques, serve-se do programa

sanitário, que apresentei, para combater o govêrno; que contra mim clamam a imprensa, o Congresso, a ciência oficial – situação que não deve prolongar-se, desde que lhe não correspondam vantagens; por isso, apresento minha exoneração para não criar dificuldades ao govêrno."

Assim fêz, mas o ministro, a quem primeiro se dirigiu, declarou-lhe que "preferia cair com êle, na questão da febre amarela".

O presidente da República estranhou o pedido, e perguntou-lhe se já não tinha fé na doutrina do mosquito...

"Fé absoluta, Sr. Presidente, mas faltam-me recursos para o pagamento dos mata-mosquitos. Até agora não foi votado o projeto de reforma da Saúde Pública em que se acha consignada a verba respectiva."

Relativamente às desinfecções, perguntou-lhe o presidente se estava mesmo convencido de sua inutilidade na febre amarela. "Inteiramente convencido", respondeu-lhe Osvaldo Cruz. "Pois então não as faça" foi a réplica do presidente, que lhe prometeu providências imediatas e recursos para o prosseguimento da campanha sanitária.

Naquele tempo o govêrno prometia e cumpria.

Consagrava-se assim, pela coerência e bravura da atitude técnica, a aplicação sincera do método profilático vitorioso em Havana.

Foi nessa ocasião que Osvaldo Cruz publicou em artigo, dirigido à classe médica, sôbre a epidemiologia da febre amarela. Além dos dados históricos, tem ainda atualidade científica:

"A história epidemiológica da febre amarela sempre foi uma coisa misteriosa. Sendo ela uma moléstia epidêmica, notava-se, entretanto, que atacava violentamente certos pontos enquanto em outros bem próximos, e nas mesmas condições aparentes, não fazia vítimas.

Entrava de preferência pelas casas ricas e pelos bairros limpos, poupando os bairros pobres. Sendo uma moléstia comunicável observara-se que pessoas em condições de receptividade, podiam tratar e lidar com os doentes sem contraí-la, enquanto outros doentes transportados para outros lugares, ora num ponto disseminavam a moléstia, ora noutro lugar nenhum contágio provocavam. Dizia-se que ela se transmitia pelas roupas do doente e, entretanto, nos casos em que tudo parecia indicar que isso se desse, o fato não acontecia. Verificava-se, sem atinar com o motivo, que entre o primeiro caso de febre amarela numa casa, ou num navio, e os

casos subseqüentes, havia sempre um intervalo de duas a três semanas. Via-se que a sua mortandade aumentava ou diminuía conforme subia ou baixava a temperatura, mas isto de um modo mais sensível do que com as outras moléstias. Impressionava que a casa infectada persistisse como um foco, embora preenchendo todos os requisitos higiênicos... Nada se sabia explicar satisfatóriamente.

Tomando posse da ilha de Cuba em 1899, depois da guerra com a Espanha, o govêrno norte-americano tratou, primeiro que tudo, de saneá-la, alvejando de preferência a febre amarela, de que a ilha era um dos principais focos e de onde por várias vêzes já se tinham irradiado para os Estados Unidos, epidemias mortíferas. Foi então nomeada uma comissão de médicos do exército norte-americano, especialmente encarregada do estudo da febre amarela e composta dos Drs. Reed, Carroll, Agramonte e Lazear; êste último adoeceu de febre logo de comêço.

Tendo em conta todos os fatos singulares que a história da febre amarela registrava e mais ainda sugestionado pela descoberta já feita de que o impaludismo era, sem nenhuma dúvida, transmitido de indivíduo a indivíduo por uma espécie particular de mosquito, a comissão que procurava, sem resultado, encontrar o germe da febre amarela julgou de melhor alvitre dirigir a sua atuação mais particularmente para o seu modo de transmissão e desde logo lhe pareceu que para o seu contágio haveria um agente intermediário semelhante ao que propagava as febres intermitentes.

Da parte dos norte-americanos, era natural êste encaminhamento de idéias, porque desde 1881 que o Dr. Carlos J. Finlay, médico de origem inglêsa, residente em Cuba, tinha afirmado serem os mosquitos os transmissores do mal amarílico. Mas aos trabalhos de Finlay faltavam requisitos experimentais necessários para impor a convicção, de onde resultou que suas idéias não fôssem aceitas como demonstradas. À comissão do exército americano coube a glória de descobrir de modo indestrutível a transmissão da febre pelos mosquitos. É interessante recordar como foram feitas estas experiências brilhantes, das quais derivou a moderna teoria da profilaxia da febre amarela. Os médicos americanos se propuseram a obter a infecção de indivíduos recém-chegados a Cuba e que não tinham sido atacados, por três caminhos diferentes: 1.º – pela picada de mosquitos que tivessem prèviamente mordido doente de febre amarela; 2.º – pelo contacto íntimo e prolongado com sanguessugas e mais objetos de uso do doente; 3.º – pela infecção de sangue retirado da veia dos enfermos. Os mosquitos utilizados nas experiênci-

as foram da mesma espécie empregados por Finlay nos seus primeiros ensaios, o mosquito rajado denominado anteriormente *Culex fasciatus*, ou *Culex mosquito* e depois *Stegomia fasciata*.[1] Para evitar qualquer suspeita quanto à proveniência dos mosquitos, êles eram criados no laboratório. Em um ensaio preliminar de onze indivíduos mordidos por mosquitos que tinham sugado o sangue do doente de febre amarela, sendo um dêles o próprio Dr. Carroll, oito tiveram febre amarela característica e com o seu prazo habitual de incubação, podendo-se excluir qualquer outro ponto de contágio.

Animado por estas provas, empreenderam as experiências definitivas. Em campo aberto, dois quilômetros de um lugar denominado Queimados, em Cuba, foi criado um pôsto-sanatório experimental, além de sete barracas para o pessoal da comissão. Foram levantadas também duas construções, distanciada uma da outra mais de setenta metros; uma foi destinada às experiências com os mosquitos infectados, outra às experiências com roupas contaminadas. Em ambas as casas foram colocadas relas de arame nas janelas e portas duplas também de telas de arame, arranjadas de maneira que uma porta não podia ser aberta sem que a outra já estivesse fechada. Assim conseguiram que os mosquitos não entrassem ou não saíssem conforme fôsse necessário à experiência. A casa dos mosquitos contaminados era cortada ao meio por uma divisão de tela de arame impedindo o mosquito de passar de um para outro lado. Começadas as experiências, o pôsto ficou em quarentena rigorosa. Ninguém podia entrar ou sair, a não ser os membros da comissão e mais três pessoas que tinham tido a febre. A pessoa não imune que saísse não voltava mais ao pôsto. Cada um dos indivíduos era instruído sôbre os perigos que corria com as experiências e assinava uma declaração de que se sujeitava a ela por sua livre e espontânea vontade.

As experiências foram feitas em quatorze indivíduos, soldados americanos e emigrantes espanhóis, moços não aclimados e em condições de receptividade para a febre. Todos ficaram em observação durante pelo menos o prazo de incubação da moléstia e mais tempo ainda (desde seis até setenta e oito dias) sendo examinados três vêzes por dia para se saber se alguém estava doente. Dois sómente se encontraram com febre. Um tuberculoso e outro com embaraço gástrico, sendo removido para o hospital.

---

[1] O nome atual é *Aedis aegypti*.

Cinco dêsses indivíduos no decurso de uma semana foram sujeitos, cada um por sua vez, às picadas dos mosquitos que tinham mordido doentes de febre amarela. Quatro tiveram a infecção genuína, embora não mortal, tendo todos apresentado febre, dor de cabeça, dor na face e olhos, hemorragias gengivais-nasais, subictericia, albuminuria. Cada indivíduo doente era então removido para o hospital. As cinco experiências foram feitas levando os mosquitos infeccionados às barracas em que estavam as pessoas que deviam ser picadas por êles. As experiências seguintes fizeram-se na casa dos mosquitos infeccionados do seguinte modo: essa construção era dividida ao meio, como dissemos, por uma tela de arame e tinha as janelas guarnecidas da mesma tela assim como a porta dupla. Nenhum mosquito podia passar de um lado para outro, nem tampouco entrar ou sair sem que a gente quisesse. Em 21 de dezembro de 1900, quinze mosquitos infeccionados de febre amarela foram soltos no compartimento maior dessa casa e aí colocada uma cama. Do outro lado foram colocadas duas camas tendo sido a roupa de cama e os próprios leitos desinfetados rigorosamente. No mesmo dia, cinco minutos depois de soltos os mosquitos no quarto, entrou nêle o indivíduo de nome Moran apenas vestido com uma camisa de dormir e aí ficou trinta minutos. Na outra divisão entraram dois outros indivíduos para servirem de contraprova. Dois minutos depois de sua entrada foi Moran picado nas mãos e no rosto pelos mosquitos que logo pousaram sôbre êle.

Sete mosquitos o morderam desta vez. Nesse mesmo dia êle entrou de nôvo no quarto, demorando-se vinte minutos, cinco mosquitos. O quarto foi depois conservado fechado, mas os dois outros indivíduos continuaram a permanecer na outra divisão do quarto apenas separados dos mosquitos pela tela de arame. Três dias depois declarava-se a febre amarela em Moran. Os indivíduos que estavam protegidos dos mosquitos apenas pela tela de arame, embora tivessem dormido no quarto tôdas as três noites e mais três noites ainda, nada tiveram.

Tendo Moran ficado de observação, antes da experiência, durante trinta e dois dias, é evidente que êle apanhou a febre amarela no quarto em que estavam os mosquitos. Seguiram-se outras experiências, em que os indivíduos a infeccionar metiam os braços nos lugares em que os mosquitos que tinham sugado sangue de amarelentos eram criados, sendo obtidas dêsse modo mais seis infecções de febre amarela, havendo sòmente um resultado negativo. Ao todo, de doze indivíduos picados pelos mosquitos infeccionados de febre amarela em condições que exclu-

íam qualquer outro modo de contágio, dez contraíram a febre amarela. Houve pois uma pequena epidemia e ocorre salientar que essa epidemia ficou estritamente limitada aos indivíduos que tinham sido picados pelos mosquitos contaminados, não tendo atacado nenhuma das sete pessoas não imunizadas existentes no pôsto experimental. A êsses dez casos apontam-se mais quatro posteriormente obtidos e temos um total de quatorze casos positivos de febre amarela produzida pela picada de mosquito infeccionado."

E, com aquela convicção inabalável, verdadeiramente estóica, acrescenta:

"Experiências posteriores, como veremos, comprovam êstes fatos. Estas, realizadas no pôsto sanitário de Queimados, perto de Havana, com o rigor científico a que obedeceram, não deixavam nem o vislumbre de uma dúvida ao espírito mais descrente sôbre a possibilidade da transmissão da febre amarela por intermédio do mosquito rajado denominado *Stegomia fasciata*. Contudo, a classe médica de Havana permaneceu incrédula até que novas experiências feitas com o mesmo rigor das primeiras pelo Dr. John Guiteras no hospital de Las Animas vieram trazer-lhe a convicção. Contra os resultados das experiências de Reed, Carroll e Agramonte, havia evidentemente a objeção de que todos os casos de febre amarela obtidos pelas picadas dos mosquitos tinham sido relativamente benignos ou, pelo menos, que nenhum fôra mortal.

Embora êles tivessem sido diagnosticados por diferentes médicos de Havana, já muito práticos em diagnosticar a febre amarela, embora nem todos os casos, em absoluto, fôssem benignos, pois alguns houve de bastante gravidade, em que os doentes ficaram entre a vida e a morte, embora nesses casos graves e ainda nos casos leves o quadro sintomático não permitisse hesitação, estava sempre de pé a objeção à mortalidade nula da febre amarela experimental.

Ora, nas experiências de Guiteras, de dezessete indivíduos picados pelos mosquitos infeccionados, oito contraíram a febre amarela e em três dêles manifestaram-se os sintomas gravíssimos: – supressão de urina e vômito negro, e morte conseqüente. A autópsia, nesses três casos fatais, revelou as lesões características da infecção.

Ao iniciar essas experiências, que tão brilhantemente confirmaram os primeiros resultados da Comissão do Exército dos Estados Unidos, não teve Guiteras em mente senão verificar, dada a relativa benignidade da febre amarela experimental, até então observada, se a infecção amarílica assim provocada pelos mosquitos

poderia ser utilizada para conseguir a imunização dos recém-chegados, sem perigo de vida para os pacientes. Só com esta esperança é que a continuação das experiências era aconselhada, porque, diz êle, 'quem quer que tivesse acompanhado sem prevenção os trabalhos dos médicos militares norte-americanos, concluiria que a solução do problema etiológico da febre amarela por êles encontrada, era definitiva'. Experiências análogas, levadas a efeito em São Paulo, por ordem do diretor do serviço sanitário, Sr. Dr. Emílio Ribas, deixam bem claro que a solução do problema é essa mesma que encontrou Guiteras, depois de Reed, Carroll e Agramonte.

Assim, por tôdas essas experiências fica concludentemente provado que se pode produzir a febre amarela em uma pessoa sã pela picada do mosquito *Stegomia fasciata* que prèviamente se nutriu com o sangue de um doente de febre amarela.

Mas um fato interessante se notou no decurso da experimentação: é que o mosquito, depois de picar o doente de febre amarela, não tinha o poder de transmiti-la imediatamente a outra pessoa.

Para que isto se desse necessário seria haver um outro espaço de tempo entre a picada no doente e a picada na pessoa a infeccionar.

Sempre que se empregavam mosquitos que tinham picado os doentes de febre amarela num espaço de tempo menor de onze dias, não se conseguia a produção da febre.

Em todos os casos dessa moléstia, obtidos pela picada dos mosquitos, medeou um intervalo de onze a cinqüenta e sete dias, entre a data da picada do doente e a picada do indivíduo em experiências. Quer isto dizer que sòmente onze dias depois de haver picado o doente de febre amarela é que o mosquito adquiria o poder de transmitir a moléstia, conservando êsse poder durante um espaço, pelo menos, de cinqüenta e sete dias. Diz-se pelo menos cinqüenta e sete dias, porque se obteve um caso de febre amarela gravíssimo com um mosquito que havia picado um amarílico cinqüenta e sete dias antes e foi êsse o mosquito que mostrou maior intervalo entre as duas picadas experimentais. Contudo, um mosquito infecionado durou sessenta e nove dias, outro viveu setenta e um e assim mesmo só morreram porque não tiveram ocasião de se alimentar com sangue. Estas observações parecem indicar que o germe da febre amarela, depois de penetrar no corpo do mosquito com o sangue que êste suga, precisa sofrer dentro dêle certa evolução sem a qual a transmissão não se dá.

Êsse prazo de onze dias, no mínimo, representa sem dúvida o tempo necessário ao germe da febre amarela para poder passar do estômago do mosquito para as glândulas salivares dêle, para daí então ser inoculado ao homem. Outro fato que se conclui das experiências é que a picada do mosquito infecionado não vacina sem risco de vida, como acreditava Finlay e como pensam ainda certas pessoas. Os três casos fatais de Guiteras são prova convincente. A opinião de Finlay era que a picada dos mosquitos infeccionados, sem produzir a moléstia, conferia imunidade contra subseqüentes acometimentos de febre amarela.

Ora, nas experiências dos médicos norte-americanos verificou-se que um indivíduo podia ser picado uma e muitas vêzes pelos mosquitos infeccionados sem sofrer o menor desarranjo na saúde, enquanto que caía logo doente de febre amarela quando picado pelos mosquitos capazes de veicular a infecção. Em resumo: vinte e cinco casos positivos de febre amarela, quatorze de Reed, oito de Guiteras, três de São Paulo – foram produzidos pela picada dos mosquitos que antes haviam mordido doentes do mal amarílico. Provado que a febre amarela pode ser transmitida pela picada do mosquito infectado, resta saber se ela é capaz de ser adquirida de outra maneira."

E, então, explica:

"Verificado de modo evidente que a febre amarela pode ser transmitida pela picada do mosquito rajado, denominado *Stegomia fasciata,* resta saber se ela também se propaga por qualquer outra forma. As roupas e outros objetos do doente de febre amarela, ou provenientes de lugares em que ela existe, sempre foram considerados como a fonte principal do contágio. Muitos casos de febre amarela e até epidemias verdadeiras, eram atribuídos à abertura e revolvimento de malas e caixas contendo roupas ou outros objetos supostos infeccionados. Todos os rigores de desinfecção eram poucos para as roupas dos doentes de febre amarela ou dos indivíduos chegados de lugares infeccionados. Muitos fatos observados contradiziam êsse modo de ver exclusivo, mas, a opinião dominante continuava a ser a da propagação da febre pelas roupas e demais objetos supostos infectados. Por isso, os médicos norte-americanos julgaram de bom conselho verificar experimentalmente a verdade do fato. No pôsto sanitário experimental de Queimados, denominado Campo Lazear, em memória do Dr. Jesse W. Lazear, falecido logo no comêço das experiências – ao lado de uma construção para as experiências com os mosquitos, foi edificado, como já ficou dito, em anteriores artigos, um quarto para as

experiências com as roupas contaminadas. Êsse quarto foi disposto e preparado de modo a reunir tôdas as condições de calor, umidade, falta de arejamento e de luz e foi resguardado dos mosquitos. Colocaram-se nesse quarto diversas caixas de lençois, colchas e fronhas contaminadas pelo contato dos doentes de febre amarela, sendo alguns dêsses utensílios retirados das próprias camas dos doentes e outros propositadamente sujos com o vômito negro, as urinas e as dejeções dos enfermos. O Dr. R. P. Cooke e mais dois moços norte-americanos, não imunes todos, entraram, então, no quarto, abriram as caixas, remexeram e sacudiram as roupas e com os lençois, colchas e fronhas sujas, prepararam suas camas, espalhando o resto das roupas pelo quarto e no aposento assim predisposto, dormiram vinte noites a fio.

De manhã, guardava êles as roupas nas caixas, que eram de nôvo desarrumadas à noite. De dia, êsses homens podiam ficam em uma tenda próxima ao quarto, mas em rigoroso isolamento.

Uma outra caixa de roupas de cama pertencentes a doentes de febre amarela do hospital de Las Animas foi posteriormente introduzida no quarto. Essas roupas estavam também sujas de vômitos e dejeções dos enfermos e exalavam cheiro insuportável.

Em tal quarto e com tais roupas de cama dormiram aquêles três homens vinte noites seguidas, sem nenhum dêles contrair a febre amarela.

Essa experiência foi repetida mais duas vêzes, com dois indivíduos não imunes, e durante vinte e vinte e um dias de cada vez, empregando-se novos lençóis, colchas, fronhas e camisas de dormir, usados pelos doentes de febre amarela e sujos de sangue e de vômito. Nenhum ficou doente. Assim, tôdas as tentativas feitas durante sessenta e um dias para infeccionar com as roupas dos doentes, de febre amarela, o quarto e os sete indivíduos não imunes foram baldadas.

Um dêsses indivíduos depois de ter saído do quarto e ter ficado em observação durante trinta dias longe das roupas contaminadas, foi sujeito às picadas dos mosquitos infeccionados e contraiu prontamente a febre amarela.

Essas experiências foram realizadas pela comissão do exército dos Estados Unidos composta dos Srs. Drs. Reed, Carroll e Agramonte. Como a questão era das mais importantes, os Drs. Ross e Harvard repetiram-nas por sua vez no hospital de Las Animas.

Tôdas as tentativas que se fizeram nesta segunda série de experiências para comunicar a febre amarela por meio das roupas a oito pessoas não imunes foram infrutíferas, embora tais pessoas dormissem muitos dias em lençóis, fronhas e colchas usados pelos doentes e sujos de vômitos e sangue, embora vestissem as próprias camisas de dormir dos enfermos, embora desamarrassem e sacudissem tôda a espécie de roupa contaminada de febre amarela, embora as experiências fôssem feitas em Havana – um foco de febre amarela e em época propícia à epidemia. Nenhum adoeceu. Em São Paulo experiências análogas deram os mesmos resultados, conforme se vê de uma carta dirigida pelo Sr. Dr. Luís Pereira Barreto ao ilustrado Sr. Dr. Duarte de Abreu e por êle transcrita em um dos excelentes artigos que publicou em *O Farol*, de Juiz de Fora, sôbre a teoria dos mosquitos na febre amarela.

'Posso agora afirmar-lhe, diz o Sr. Dr. Luís Pereira Barreto, que a febre amarela não se propaga pelos objetos contaminados.

A nossa experiência foi feita mantendo os homens (italianos recém-chegados) por espaço de dez dias e dez noites, em uma pequena sala literalmente cheia de roupa suja, horrìvelmente suja, provinda de doentes que faleceram em Santa Rita, São José e Taubaté.

Essa roupa era sacudida freqüentemente e os homens dormiam com as camisas e ceroulas cobertas de vômito prêto e enterorragias e com os lençóis e cobertores do mesmo gênero.

Saíram todos incólumes da refrega, alegres e radiantes de saúde. Não pode ser mais cabal a demonstração.'

Êstes fatos demonstram concludentemente que a febre amarela não é transmitida pelas roupas e mais objetos, e devem ser aceitos por todos os que se empenham sinceramente pelo conhecimento da verdade.

Não se propagando pelas roupas e mais objetos supostos contaminados, por que outro meio se propagará a febre amarela?

É pelo meio externo infeccionado que a propagação se faz, dizia-se. Não é o doente que infecciona, é o lugar, afirma Scheube; a febre amarela é uma moléstia de lugares (a *place disease*), diz Patrick Manson. De fato, a febre amarela sempre se mostrou uma moléstia de contágio fixo. O doente de mal amarílico removido para fora do foco epidêmico, nenhum perigo de contaminação oferece, e também sempre se notou que os doentes de febre amarela removidos desta cidade para

Petrópolis nunca propagaram a moléstia. Sabia-se que para haver propagação da infecção era preciso que o meio fôsse propício ao seu desenvolvimento e ficasse primeiro infeccionado. Dos doentes, diretamente a moléstia não passara para outras pessoas, era preciso que o contágio, saindo do doente, encontrasse no meio externo condições favoráveis e nêle permanecesse algum tempo para depois serem atacadas outras pessoas.

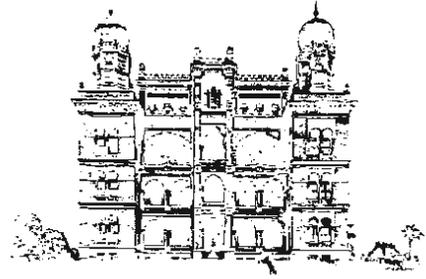
Não é, portanto, o doente diretamente que comunica a febre amarela. Não são as roupas e objetos maculados; é o *meio infeccionado*.

Mas qual é então, nesse meio infectado, o fator essencial à propagação da moléstia?

Êsse fator essencial, que não se conhecia, está hoje demonstrado que é o mosquito propagador.

Todos os fatos singulares e até então inexplicáveis da história da febre amarela encontram, assim, na doutrina vencedora da transmissão da moléstia pelos mosquitos, uma explicação natural, clara e lógica."

CAPÍTULO VIII

SAÚDE PÚBLICA E PODER JUDICIÁRIO

VOTADA a lei que reformava a Saúde Pública, no Congresso e para logo promulgada pelo govêrno, o serviço desenvolveu-se ràpidamente, alcançando zonas cada vez maiores do perímetro urbano. Não chegou, porém, aos subúrbios, tida a ampliação por desnecessária, segundo a observação dos epidemiologistas americanos, que verificaram o desaparecimento da doença em pequenos focos, derredor do grande foco, exaustivamente tratado. Assim nas endemias, em que se pressupõe uma forte percentagem de imunizados. Entretanto, quando se trata de surto epidêmico, depois de muitos anos, como foi o caso do Rio de Janeiro em 1928-29, a proporção de receptíveis aumenta com os elementos novos nacionais e estrangeiros, incorporados à população; foi, assim, necessário chegar, nessa oportunidade, com o serviço até os confins da área suburbana e rural da cidade, atingindo as povoações limítrofes do Estado do Rio e a cidade de Niterói. A primeira campanha, no auge, trabalhou com pouco mais de mil homens; a segunda conduziu a atividade de 10.800 homens, quando atingiu sua maior expansão. Também a cidade mais ampliada agasalhava uma população três vêzes maior. Foi exemplo único no mundo de uma cidade assim populosa agredida pela febre amarela. Já a campanha anterior detinha o *recorde* das grandes cidades tratadas contra a febre amarela.

Vencida a batalha no Congresso, os serviços chegaram à plena expansão e os resultados da luta eram cada vez mais animadores: decresciam as cifras de casos, à medida que o trabalho profilático crescia no poder agressivo contra o inseto vector em tôdas as fases de sua evolução biológica. Eis senão quando sério tropêço,

e de tal monta que, se tivesse logrado o malévolo êxito, as conseqüências acarretariam a procrastinação da campanha sanitária, que Osvaldo Cruz fixara em três anos. Aliás, entre parênteses, para ironizar essa delimitação de prazo, disse um jornalista: "O Diretor da Saúde Pública fixou o desaparecimento da febre amarela para 8 de março de 1907, ao meio-dia, 60 minutos e 224 segundos!!!".

Opondo-se ao expurgo em sua residência, alguém impetrou uma ordem de habeas-corpus ao juiz federal. Indeferido o pedido pelo íntegro e avisado juiz Pires de Albuquerque, o impetrante recorreu ao Supremo Tribunal, que concedeu a ordem, sob o fundamento da inviolabilidade do lar. Osvaldo Cruz levou seu protesto ao govêrno, acentuando, se não exagerando, a gravidade das conseqüências. Dizia então: "Em sua simplicidade parece que tal decisão não tem senão um alcance secundário; mas na realidade ela importa no aniquilamento completo dos esforços colossais, dos inúmeros sacrifícios que o govêrno tem feito, no intuito patriótico de libertar esta cidade das constantes epidemias de febre amarela, que, como todos estão acordes, têm sido o único embaraço ao rápido desenvolvimento e progresso, a que tem ela indiscutível direito".

Compara, a seguir, os seis primeiros meses de 1903, em que se deram 469 óbitos por febre amarela, com igual período de 1904, em que houve apenas 39 – fato auspicioso que se não observava no Rio havia trinta e três anos – e se deve atribuir exclusivamente à perseguição do mosquito, e só a ela, visto como se achavam presentes, no momento, todos os outros fatôres outrora incriminados de produzirem febre amarela: alta temperatura, umidade, escavações por tôda a área urbana, abertura de rêde de esgotos, revolvimento da vasa do pôrto, afluência considerável de imigrantes, que aumentava todos os dias, à medida que se espalhava no estrangeiro a notícia de que o Rio de Janeiro já não era foco de febre amarela.

"Esta porém não está extinta, afirmava Osvaldo Cruz, mas refreada pelos expurgos ininterruptos que se praticam por tôda a cidade.

O reaparecimento de um caso de febre amarela, em determinada zona, denuncia uma falha no serviço que é logo corrigida. Compreende-se que conseqüências desoladoras resultarão, cada vez que um indivíduo qualquer, por mero capricho, resolva impedir que sua casa seja expurgada...

Uma ou duas casas de uma rua inteira que escapem ao expurgo, darão guarida aos numerosos insetos infeccionados e rechaçados que partirão dêsse ponto, espalhando a infecção numa proporção contristadora: cada mosquito infeccionará

uma dezena de pessoas, que por sua vez infeccionarão uma centena de mosquitos e êstes farão a cidade voltar aos tempos de cem óbitos de febre amarela, por dia.

A fazer-se um serviço mal acabado, cheio de falhas, prefere esta Diretoria nada fazer e deixar a população entregue à sua sorte. Os ingentes esforços que, há dois anos, estão sendo postos em prática visam um fim único e altamente patriótico – a extinção da febre amarela – que em breve será uma realidade se não opuserem óbices à ação desta Diretoria. De outro modo, todo o seu esfôrço será improfícuo e trará como conseqüência o esbanjamento dos dinheiros públicos e a perpetuação da moléstia entre nós, readquirindo esta cidade a triste fama que pouco a pouco ia perdendo, de grande foco de febre amarela na América.

Chamando a atenção de V. Ex.ª. para a decisão do Supremo Tribunal a que me venho referindo, faço-o com tanto maior ardor e tanto mais contristado quanto tenho a mais absoluta certeza de que se o serviço de profilaxia da febre, tal como está sendo feito, fôr atenuado ou modificado, irromperá nesta cidade uma das maiores epidemias de que há memória, pois todos os seus fatôres estão presentes e também o combustível – o imigrante – que aflui aos milhares, confiado nas promessas do govêrno, de já não haver o risco de contrair a febre amarela no Rio de Janeiro..."[1]

Como é natural a repulsa do chefe da Saúde Pública causou funda impressão.

Sentenciou a preceito o ilustre juiz singular quando, negando a medida judiciária, disse: "seria arbitrário e altamente inconveniente arrogar-se o poder judiciário a faculdade de, em processo sumaríssimo, sem largo debate e detido exame, suspender e condenar medidas que dizem respeito com a saúde pública, ordenadas pelas autoridades competentes."

A prevalecer a resolução do Tribunal, o lar inviolável de um cidadão ameaçava a inviolabilidade dos lares de tôda a população, porque, evidentemente, o habeas-corpus mais aproveitaria ao mosquito perigoso.

A decisão do Supremo Tribunal foi rumorosa na intensa repercussão que teve na imprensa e no seio da população.

Muitos foram os pedidos da medida judiciária contra a Saúde Pública, chegando ao absurdo de tornar o expurgo facultativo, permitindo nas casas judicialmente protegidas o criadouro legal de mosquitos infectados...

---

[1] Sales Guerra, *op. cit.*

O chefe de polícia advertia os delegados distritais: "Recomendo-vos que nos casos de requisição de fôrça para auxiliar a autoridade sanitária no expurgo de prédios cujos moradores se oponham a essas medidas de salubridade pública, acompanheis a autoridade aludida, empregando junto aos resistentes os meios suasórios, e, na ineficácia dêstes, outros que essa autoridade julgar indispensáveis e inadiáveis para o mencionado serviço, exceto se vos fôr exibida ordem de habeas-corpus."

E acrescenta Sales Guerra depois de longas considerações sôbre o *acórdão*, em que transcrevia a opinião dos competentes: "Na viva e prolongada controvérsia sôbre o acórdão, não tocou ao Supremo a posição mais vantajosa; e a situação delicada, ameaçadora da salubridade pública que êle criou, não podia perdurar sem trazer graves conseqüências. Essas ponderações devem ter influenciado o espírito dos seus ministros; porquanto na primeira oportunidade, a nova pedida de habeas-corpus, o relator Ministro Pisa e Almeida, depois de desenvolvida justificação, concluiu:

O hábeas-corpus – disse S. Ex.ª. – *é recurso extraordinário instituído para fazer cessar de pronto a prisão ou constrangimento ilegal.* No caso presente não se designa um paciente determinado, mas um ente vago, sem existência real, e o *habeas-corpus* – segundo julgo ter demonstrado – *só é remédio contra prisões ou constrangimentos ilegais, e não para manutenção de quaisquer outros direitos.*

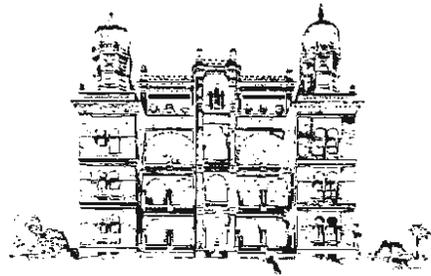
A nova interpretação do Supremo ao recurso do habeas-corpus, dando-lhe a significação restrita que deve ter, causou geral sensação de desafôgo e de tranqüilidade nos que antepunham a reputação sanitária e o futuro econômico do Brasil a pequeninas comodidades pessoais."

De tudo isto devemos reter dois fatos, que poderiam ter sido de amargas conseqüências, como tropêço à ação das autoridades sanitárias: o primeiro, de culpa do legislativo, que reteve o projeto de organização dos serviços de Saúde Pública, de maio a dezembro de 1903; o segundo, a decisão do Supremo Tribunal, evidentemente apressada e errônea, na proteção de suposto direito individual contra o interêsse coletivo ameaçado à sombra de proteção judiciária. E curioso é que o egrégio Tribunal decidia em matéria de ciência aplicada, estranha à competência de ilustres juízes! A decisão infeliz teve repercussão no estrangeiro: nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra. O juiz federal na Bahia, repisando a estranha doutrina, concedeu habeas-corpus contra a Comissão Sanitária Federal. A Sociedade de Medicina da Bahia, tomando conhecimento do fato, aprovou uma moção de protesto, em que verberava

a medida nos seguintes têrmos: "medida cujas maléficas conseqüências para os vitais interêsses da população começam a se fazer sentir com a paralisação daquele importante serviço, esperando os signatários que a jurisprudência do Supremo Tribunal do país venha destorcer a interpretação doutrinária da inviolabilidade do lar, agora preceituada, e que, a prevalecer, viria dar a um artigo da nossa magna Constituição estranha função de acoitar um clamoroso atentado à S.P., qual o de consentir no desmoronamento de tôda a obra ciclópica, de proteção nacional, imortalizada nos agentes e patrióticos esforços de Osvaldo Cruz."

Aliás, sabemos hoje que as conseqüências fariam apenas procrastinar o resultado da campanha, sobretudo em se tratando de uma endemia que, para combatê-la, os americanos chegaram a dispensar o expurgo, por custoso e complicado na prática. Não participamos dêsse modo de ver, sobretudo nos ímpetos epidêmicos, porque o expurgo defende algumas vidas, desprotegidamente expostas à infecção, ainda que por poucos mosquitos infectados.

CAPÍTULO IX

NÔVO TROPÊÇO ADMINISTRATIVO

CORRIAM os serviços profiláticos e já a estatística demógrafo-sanitária refletia o acêrto das medidas empregadas, quando o Tribunal de Contas recusou o registro da verba de 72 contos para custear o serviço normal antilarvário, em Niterói. Sob pena de expor a cidade a nova contaminação, a profilaxia, forçosamente, devia compreender a área habitada da vizinha cidade, sabido que o *Estegomia* é mosquito que procura o domicílio humano e suas convizinhanças. Hoje, sabe-se, em razão de trabalhos da Comissão Rockfeller, dirigidos pelo Dr. Fred L. Soper, da existência da febre amarela silvestre em que não tem parte *A. aegypti*. A nova conquista epidemiológica vem alterar a situação urbana, sempre ameaçada pelo inseto caseiro. Complica-se o problema profilático, uma vez que a infecção silvestre ameaça a contaminação urbana, sobretudo porque aquela é permanente, provàvelmente mantida por um reservatório do vírus, talvez um macaco, que abastece o mosquito silvestre (*A. scapularis* e outros) e o transmite ao homem que trabalha na lavoura. A profilaxia neste caso só poderá ser feita pela vacina antiamarílica, sendo utopia pretender exterminar o vector silvestre na amplitude de seus domínios.[1] Entretanto a profilaxia urbana prevalecerá no combate ao transmissor, e só assim se conseguirá a tranqüilidade em caso de importação silvestre, como já tem acontecido no Rio, depois da última campanha.

[1] Conclusão a que chegou a Comissão de Peritos em Vacina contra a Febre Amarela, da GMS, em 1957 (Genebra).

De há muito se havia impôsto a necessidade de tratar as aglomerações urbanas próximas de grande foco; foi assim no caso das campanhas do Rio, da primeira, como da segunda vez.

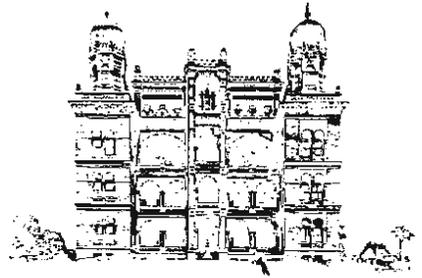
Premido pela decisão mal aconselhada do Tribunal de Contas, o diretor da Saúde Pública oficiou ao ministro: "Essa medida tomada agora nas proximidades do verão (estávamos em novembro) é terrível ameaça pesando sôbre a nossa cidade, exposta dêsse modo a nova invasão da febre amarela, que, como V. Ex.ª. sabe, ainda grassa em alguns portos do norte do Brasil.

Com efeito, o serviço como atualmente está organizado numa pequena parte da cidade vizinha, Ponta da Areia e ilhas circunjacentes, garante a ausência do *Estegomia* em tôda essa zona. Suspenso o atual serviço, os mosquitos proliferarão livremente, de maneira que, se aparecer um caso frusto ou indiagnosticável a bordo de um dos navios costeiros que procuram constantemente os diques das ilhas de Mocanguê Pequeno e Viana, êsse caso infectará os mosquitos da região que vai ficar desamparada e formar-se-á de nôvo o foco da Ponta da Areia, hoje completamente extinto.

Na Ponta da Areia existem pedreiras que estão relacionadas com outras aqui no centro da cidade e em ilhas da baía. Essa mesma zona é freqüentada por trabalhadores de carvão (na maioria estrangeiros receptíveis), que estão em comunicação constante com depósitos mais próximos da cidade (ilha dos Ferreiros) e com os navios surtos em nosso pôrto.

Por aí pode V. Ex.ª. ajuizar de como se poderá fàcilmente infectar de nôvo a nossa cidade, onde hoje o número de receptíveis é colossal."

CAPÍTULO X

O COMBATE À FEBRE AMARELA E A IMPRENSA

VALE a pena rememorar, com as próprias palavras publicadas, a campanha de imprensa, paralela à da Saúde Pública no Saneamento do Rio de Janeiro. Sales Guerra pôde captar no arquivo de Osvaldo Cruz, cedido por sua família, as notas e conceitos que cotejaram a obra desenvolvida pela higiene urbana naquela época tormentosa. A nomeação de Osvaldo Cruz foi recebida com surprêsa, que, no tributo da incredulidade geral, gerou e alimentou a desconfiança em sua capacidade. Tratava-se de um jovem de trinta anos, que vinha ocupar posição de mando, até então reservada aos profissionais de renome. Em verdade, o nôvo diretor não tinha experiência de administração sanitária; era homem de laboratório, que acompanhara pelas publicações americanas os trabalhos de saneamento de Havana. Pràticamente não os conhecia, e os limitados ensaios de Carneiro de Mendonça no Rio de Janeiro, não autorizavam nem uma conclusão. Valiam sim, e foram tidas em justo aprêço, as comunicações dos higienistas americanos, tão depressa os resultados sufragaram as medidas aplicadas no combate ao mosquito transmissor.

A propósito dos "Conselhos à população", a imprensa comentou:

"Estas reformas de afogadilho fazem sempre desconfiar e, quando elas revestem êste caráter pretensioso e absorvente, indo, na sua sofreguidão de êxito, até ao olvido, ou antes, à violação de princípios institucionais, tornam-se antipáticas e irritantes.

Continuaremos, pois, no mesmo caminho, e o que agora se intenta fazer, perdoem-nos a franqueza, ainda dará numa bota colossal que a população pagará em duas partes: uma com a vida, outra com o luto e as lágrimas."

"Êsses meios estão ao alcance da bôlsa e da paciência de todo mundo. Resumem-se em duas providências, uma de higiene defensiva: impedir a mordedura do mosquito, e outra de higiene ofensiva: impedir que êle viva.

Essa campanha não exige, graças a Deus, as fabulosas verbas do orçamento das potências européias.

Se a guerra ao mosquito não fôr eficaz, podemos dizer dela, para nos consolar, que não foi arruinadora. Na pior das hipóteses, teremos uma desilusão.

Há alguém de bom senso que acredite que se chegará a exterminar os mosquitos desta cidade sem drenar e secar os pântanos, sem canalizar os rios, sem derrubar os pardieiros e apenas pintando as telhas com querosene?

Quantos milhares de contos vão ser assim jogados pela janela fora para satisfazer o capricho da diretoria de saúde?

E até que ponto é lícito aos podêres públicos dar essa aplicação ao impôsto que pode e deve ser aplicado em obras de real utilidade, capazes efetivamente de sanear a cidade?"

"Tudo, porém, a êste respeito se reduz às palavras que se escrevem ou proferem; nem ao menos se desacoroçoam as tentativas e veleidades da dissipação administrativa, as quais se afoitam até à consagração, por parte do govêrno, arvorado em tribunal científico, de processos profiláticos baseados em novíssima e controvertidíssima teoria relativa à forma transmissora da febre amarela."

"O chefe do Estado deve saber muito melhor que qualquer de nós a grave responsabilidade que assumiu acompanhando essa opinião, contra a qual se pronunciam muitos médicos eminentes no país e que não se mantém com firmeza ante certos fatos do domínio comum, verificados nos longos anos de experiência dêsse morbo terrível. Se, por desventura nossa, apesar da caça aos mosquitos nas largas proporções em que ela vai ser feita, a epidemia se propagar, não é sôbre o Sr. Dr. Osvaldo Cruz que recairão sòmente as culpas do desastre, mas, também, senão em mais alto grau, sôbre o Sr. Presidente da República."

"É bom repetir que, com essa obstinação, o Sr. Dr. Osvaldo Cruz corre o risco de envolver em graves responsabilidades o govêrno da União, que afinal será, para tôda a gente, o culpado de uma possível explosão da febre..."

"A cada um de nós assiste o direito de protestar contra à faculdade de adoção de uma medida reprovada por tantos espíritos eminentes, e que pode, afinal de contas, traduzir-se numa ameaça à vida dos que mais amamos.

O govêrno da República não pode sacrificar a tranqüilidade e a segurança da população desta cidade à opinião intolerante de um grupo de profissionais distintos, apoiados em fatos da sua clínica, nas lições da experiência, no estudo da nossa história epidemiológica.

Experiências dessa ordem fazem-se com quem se resigna às suas conseqüências, não com uma população inteira, cujos membros exigem, muito naturalmente, o respeito à sua segurança individual."

Dias depois repetia-se:

"Já esta fôlha teve ocasião de observar que o que aqui está fazendo uma autoridade sanitária, obsedada por convicção pessoal que está longe de ter tido o assentimento geral, *nunca se fêz em parte alguma do mundo*.

Por mais respeito que mereça o talento do Dr. Osvaldo Cruz, o govêrno não pode perfilhar de modo algum a sua obstinação sectária, da qual podem resultar no próximo verão as conseqüências mais calamitosas.

Experiências dessas, repetimos, ninguém tem o direito de fazer com uma população que confia no critério e no zêlo dos podêres públicos para a defesa de sua saúde, e que deve exigir do govêrno todo o respeito à sua existência, ameaçada por tais intolerâncias."

"Conserve o govêrno o Sr. Dr. Osvaldo, se lhe apraz verificar até o fim a experiência da transmissão da febre amarela pelo mosquito; o verão já nos bate às portas e teremos em pouco o ensejo de ver o que êle vale. Nesse caso, contrate com êle êsse serviço, mas ponha à testa da repartição de higiene quem entenda disso.

O povo não está naturalmente disposto a deixar-se morrer passiva e estùpidamente porque é *indolente, sectário* ou *inepto* o incumbido de lhe velar pela vida.

Não há aqui nenhum intuito de fazer politicagem alta ou baixa: há um protesto justo e fundado.

A defesa da vida é um direito iniludível e o primeiro dever do homem."

"Arrasar quarteirões inteiros, rasgar avenidas, revolver e purificar o solo, obrigar tôda a população à prática do asseio, contrariar mil interêsses, transpor barreiras sem número, desgostar meio mundo, cerrar ouvidos às reclamações do

egoísmo prejudicado, castigar os recalcitrantes e caminhar para a frente, sem hesitação, sem desfalecimento. Para o custeio de tais obras não contar vinténs nem milhões e sacrificar à prosperidade futura o bem-estar de alguns anos.

Se todos não se empenharem nessa missão pode o Dr. Osvaldo Cruz ir preparando sua retirada porque há de sair crivado de remoques, injuriado e maltratado."

Eram tais os comentários dos jornais da época, que alguns médicos, *higienistas* improvisados, desencovando velhas noções e lugares-comuns de estilo sanitário, subscreviam, dobrando a culpa de discutir matéria científica na imprensa diária. Tudo isto, com o fim de desacreditar o serviço nascente, prevenindo a população contra as medidas, algumas individualmente vexatórias, como as de expurgo ao inseto vector.

A campanha agressiva da imprensa se fazia em tons diversos de expressão, desde o artigo veemente, passando pela análise azêda, o comentário humorístico, a sátira mordente... Represava no Congresso, como motivo de oposição ao govêrno; no Conselho Municipal, sob pretexto de defesa da população, escondendo o verdadeiro intuito de propaganda eleitoral; também a ciência oficial não faltou ao debate, manifestando-se sem conformidade com as aquisições recentes, na fidelidade aos velhos processos de desinfecção já gastos e desmoralizados em largos anos de aplicação inútil e dispendiosa.

Aos que o cercavam dizia Osvaldo Cruz – *minha resposta será a extinção da febre amarela*. Todavia, a certa altura, julgou necessário dar resposta indireta, publicando o resultado da campanha havanesa, dirigida pelo General Gorgas, depois das experiências cruciais de Reed, Carroll e Agramonte, no "Campo Lazear", e Guiteras, em Las Animas.

A antiga estação experimental de Queimados, perto de Havana, tomou o nome de Lazear, o pesquisador morto no comêço das experiências em Cuba. Lazear trabalhava com mosquitos, provàvelmente infectados, quando se sentiu picado; ficou imóvel enquanto o inseto se fartava de sangue e deixava o vírus da moléstia. Dias depois, morria de gravíssima forma de febre amarela, deixando seu nome ligado à conquista científica, ainda hesitante, porque em plena fase de experimentação. A coragem tranqüila e heróica de Lazear jamais poderá ser esquecida, em se tratando de etiologia e profilaxia da febre amarela. Foi um autêntico mártir da ciência, cujo exemplo a posteridade envolve na lembrança de nova vida, atalhada em pleno viço de sua capacidade de pesquisador.

À luz das experiências de Havana, Gorgas fêz explanação dos dados científicos, a princípio combate ao mosquito e desinfecção; pouco depois, sob inspiração de novos resultados, *sem desinfecção.*

O resultado colhido em seis meses de campanha intensiva, de março a setembro de 1901, foi completo. Havana contava, por essa época, trezentos mil habitantes e era uma cidade maltratada do ponto de vista higiênico. As experiências cubanas foram repetidas em São Paulo, no Hospital de Isolamento, pelos Drs. Luís Pereira Barreto, Emílio Ribas, Adolfo Lutz; no Rio de Janeiro, no Hospital S. Sebastião, por Marchoux e Simond, sob a vista do diretor da Saúde Pública e dos técnicos brasileiros.

Antes de findar o ano de 1903, a Conferência Internacional Sanitária, reunida em Paris, aceitava as conclusões do parecer do Dr. Davel, representante da Argentina, favorável aos métodos profiláticos instituídos e vitoriosos, em Havana, dois anos antes. Nessa ocasião, o ministro brasileiro em Paris, Dr. Gabriel de Piza, referindo-se à aplicação em curso no Rio de Janeiro, enalteceu a iniciativa de Osvaldo Cruz. No mesmo ano, Roux, diretor do Instituto Pasteur, escrevia ao diretor de Saúde Pública nos seguintes têrmos:

> *"Instituto Pasteur – Paris, 20 de outubro de 1903. Sr. Osvaldo Gonçalves Cruz, Diretor-Geral de Saúde Pública no Brasil. Meu caro confrade: – Embora tardiamente, venho agradecer-vos o auxílio que prestastes à missão que o Instituto Pasteur enviou ao Rio de Janeiro para estudar a febre amarela. Os Srs. Marchoux, Simond e Salimbeni referiram-nos o concurso que de vossa parte encontraram. Examinei com viva atenção o tambor que adaptais à porta do aposento dos enfermos de febre amarela. Desmonta-se e coloca-se com facilidade, parecendo-me que nêle tudo foi perfeitamente compreendido. A propósito de febre amarela, consenti que vos sinceramente por haverdes ligado a ela o vosso dos para fazer desparecer essa moléstia do pôrto do Rio de Janeiro. É uma grande obra e felicito-vos sinceramente por haverdes ligado a ela o vosso nome. Conheço-vos bastante para saber que empregareis nessa tarefa de saneamento uma tenacidade perseverante. Os trabalhos realizados nos últimos anos permitem conduzir cientìficamente a peleja. Esta deve ser dirigida contra os mosquitos, que são os condutores do vírus. As experiências dos americanos e os resultados obtidos em Havana provam que para se ver livre da febre amarela é necessário e basta combater o estegomia. È, pois, inútil desperdiçar esforços e recursos em ineficazes trabalhos de desinfecção e de saneamento. Isolar as pessoas atacadas de febre amarela, de sorte que os mosquitos não possam inficionar-se pelo contato; destruir* in loco *os mosquitos que existirem na residência do enfêrmo; fazer*

desaparecer as águas estagnadas onde pululem larvas; proteger por meio de telas os reservatórios de água onde os estegomias puderem pôr; combater os culicídios de tôdas as maneiras e defender as habitações contra a invasão dos mesmos; tal é o programa a realizar. Os Srs. Marchoux e Simond explicaram-nos como organizastes as brigadas de vigilância e as medidas que estas tomam. Aprovo-as inteiramente e estou persuadido de que, se forem aplicadas com constância durante alguns anos, a febre amarela desaparecerá do Rio como desapareceu de Havana. Vossos compatriotas são por demais esclarecidos para que vos não facilitem essa tarefa. Quanto a mim, ficarei satisfeito se as minhas palavras de animação vos fortificarem neste empreendimento. A coleção de boletins demográficos que nos enviastes foi recolhida à biblioteca do Instituto e agradeço-vos cordiamente a remessa. Queira receber, caro colega, os meus protestos de alta consideração. – (assinado) Dr. Roux – Diretor."

No Rio de Janeiro, o 5.º Congresso de Medicina, então reunido, depois de calorosa discussão, aprovou uma moção de aplauso à orientação oficial no combate à febre amarela. Ante a impassibilidade do diretor de Saúde Pública, furtando-se a discutir na imprensa assunto de sua administração, era publicado *sube color* de intimação: "ou S. Ex.ª tem meios de destruir aquela formidável mole de argumentos e de raciocínios, com os quais se tornou patente que nada prova que o *Stegomia fasciata* seja o único transmissor da febre amarela, nem sequer que de fato seja um dêles; ou S. Ex.ª, encouraçando-se apenas na sua convicção, toma sôbre os ombros uma responsabilidade tão extraordinária que não sabemos mesmo se será lícito, nas sociedades modernas, que um funcionário a assuma: – a responsabilidade da vida de tôda uma população entregue sùbitamente e independentemente de sua vontade, aos azares de uma experiência."

"O regime do silêncio, que o ilustre Sr. Dr. Cruz adotou, é sem dúvida o mais cômodo, desde que pode S. Ex.ª dizer ao ministro o que lhe aprouver, em abono da sua profilaxia exclusivista, e acreditar-se dispensado de demonstrar as suas afirmações ao público, de quem exige ùnicamente que obedeça, contente.

... Seja como fôr, a palavra da Diretoria de Saúde é esperada *por tôda a população* com verdadeira ansiedade, depois da acusação que lhe foi formulada, não com dogmatismos que provocariam o riso, mas calmamente elucidativa, tomando um a um os seus argumentos e destruindo-os de modo cabal...

... Seria para o govêrno um terrível desastre, se a obstinação sectária de seu diretor de Saúde Pública determinasse no próximo estio uma tremenda irrupção

da febre amarela; e basta pensar na possibilidade disso, para não valer a pena insistir na prática caprichosa de processos que assentam numa mera hipótese, que tão falaz parece ser."

"A vida alheia não deve estar à mercê de experimentações e o que se vai fazer no Rio de Janeiro, com a supressão completa dos expurgos e com a propaganda da inofensibilidade das roupas servidas aos amarelentos, não é mais do que um ensaio em grande escala para tirar a prova definitiva de que só pela picada do mosquito se transmite a infecção icteróide.

Não se nos afigura que o govêrno proceda com grande atilamento, dispensando como supérfluo o uso de medidas que ainda são reputadas de grande valor por profissionais eminentes e cujo emprêgo nenhum embaraço traz à eliminação dos dípteros transmissores da infecção amarílica."

"Reduzia-se. então, ao combate a êsse minúsculo inseto, – causa de tantos males – a profilaxia da febre amarela?

O diretor de Higiene não é má pessoa e a população lhe deve ser grata, continuava o cronista alegre; a idéia do mosquito é que é irrisória. Quando se quer amesquinhar alguém basta dizer – não vale um mosquito... Pinta-se a morte, em geral, como uma velha, de terrível catadura, armada de foice. Pintá-la como um mosquito seria cômico...

No fundo, o que acontece com o atual diretor de Saúde Pública, é que lhe falta o título de conselheiro, um par de óculos, alguns fios brancos na barba e no cabelo: não é um medalhão. Tem, pelo contrário, um ar de poeta lírico, uma figura romântica. Isso não deixa ver a muita gente o seu grande mérito...

A sua mocidade, para muitos, é um feio pecado na alta administração..."

Sob o pseudônimo de "Dr. Havanês", um bacteriologista de São Paulo entrou a contestar a aplicação das medidas de combate à febre amarela; homens e fatos lhe pareciam sem sentido técnico;mas contra a experimentação havanesa não opunha senão argumentos teóricos, favoráveis ao suposto bacilo de Sanarelli, que teve flutuação histórica no conhecimento da febre amarela.

Em setembro de 1903, um telegrama, ou suposto tal, de Nova Iorque, anunciava nova explosão epidêmica de febre amarela em Havana. Não tardou o comentário da imprensa: "Desaparece assim o exemplo de Cuba, arreie-se a nossa bandeira sanitária, que está cobrindo um pedido de crédito de 5 mil contos... Desabou a decantada e grotesca teoria havanesa!..."

Em pouco desmentido, nôvo telegrama restabelecia a verdade, dizendo terem sido de malária os casos ocorridos em Havana.

Um jornal matutino, acudido ao bom senso, estampou:

"Tendo-se experimentado, dezenas de anos, numerosos processos para exterminar a febre amarela, sem resultado, surpreende se guerreasse, intransigentemente, o método havanês, baseado, entretanto, em experiências científicas corretas e em estatísticas oficiais que não foram ainda, nem umas, nem outras, vantajosamente contestadas, opondo-se-lhes apenas, até agora, argumentos teóricos sem valor na hipótese. Alegar que as desinfecções praticadas tantos anos seguidos não deram resultado porque eram mal feitas, importa em deprimente censura às passadas administrações de higiene. Quem nos garante que serão feitas de outro modo, no futuro?"

Nesta questão, o bom senso estava indicando o caminho a seguir: aplicar aqui os meios que os americanos empregaram em Cuba.

❖ ❖ ❖

Já em 1904, quando o Supremo Tribunal concedeu habeas-corpus, por inviolabilidade do lar, a imprensa apoiava o protesto da autoridade sanitária. Parecia que o decréscimo da febre amarela, apenas 39 óbitos no primeiro semestre, contra 469 em igual período de 1903, havia convencido parte da imprensa, como se verifica nos comentários a propósito do caso:

"Quais as conseqüências do ato do Supremo Tribunal?

A Constituição, declarando a casa do cidadão asilo inviolável, vai até o ponto de permitir a infecção de uma cidade, de uma população inteira, sòmente porque alguns indivíduos não querem sanear as suas casas?

O govêrno tem de cruzar os braços perante a perspectiva da nova invasão da febre amarela, do descrédito do país, da desonra de nossa pátria?

A Constituição em seu dispositivo contém semelhantes absurdos?

Como devemos interpretar o ato do Supremo Tribunal? São questões de que nos ocuparemos com tôda independência, pois elas afetam sèriamente os interêsses públicos."

"Assim, por um simples despacho de habeas-corpus firmou o Supremo Tribunal a supremacia do Congresso sôbre os outros podêres e estabeleceu um processo sumaríssimo para decidir sôbre a reivindicação dos direitos individuais. Não se

poderá certamente afirmar que fôsse sábia essa resolução; mas não se poderá, com justiça, negar que é gravíssima..."

"... Mas o direito dos outros? O direito que os outros teriam de não ter por vossa culpa infeccionada a casa, de não ser posta em risco a vida dos entes que lhes são caros, de não ver dizimada a família? O direito da coletividade de não ver, por culpa vossa, a cidade desmoralizada, infamada, desacreditada, tida e havida por um foco terrível de infecção?

Existirá acaso êsse direito? Se existe, como até aqui me parecia, é preciso concluir que êle é incomparàvelmente menor do que o do homem que não quer nem à mão de Deus Padre que lhe desinfetem a casa. Pelo menos, foi só a êsse que no conflito entre os dois o Supremo Tribunal viu e protegeu. Os outros que vão à fava: morram por aí de febre amarela. E morram com êste consôlo: de que a febre amarela que os aniquila reveste todos os característicos da mais rigorosa constitucionalidade...

Não é menos verdade, porém, que o julgamento produziu um resultado aterrador para a higiene pública.

Êste resultado é apontado no ofício da Diretoria de Saúde Pública, estampado nos jornais de ontem, ao lado do acórdão. O cotejo dos dois documentos dá lugar a um curioso estudo sôbre os preceitos de profissão, enumerados por Spencer entre aquêles que deformam completamente a observação dos fatos sociais.

Para o ilustre profissional que dirige a higiene federal, é indiferente a Constituição, e as decisões relativas à saúde pública devem visar tão-somente o desaparecimento das epidemias que nos assolam. Para o digno relator do acórdão, a missão do Tribunal nada tem com a saúde pública, e, garantidos os direitos decorrentes da Constituição, pouco importa uma epidemia maior. ... E, francamente, ambos têm razão, pois não é admissível que um jurista veja as coisas sob o ponto de vista médico e vice-versa."

"Já dissemos que o Supremo não pode errar. O êrro anda sòmente cá por fora daquele areópago. E é por isso que o êrro deve ser nosso, quando ingênuamente confessamos não entender esta luta pela liberdade dos mosquitos e de todos os germes de imundície sob o patrocínio de direitos constitucionais.

Pela sentença do Supremo Tribunal, tanto fica garantida a inviolabilidade do domicílio contra os expurgos, como a liberdade da imundície pública e privada. Atrás da imundície, dos focos de infecção conservados com carinho nos domicílios,

virão as epidemias, cuja falta realmente já nos ia desacreditando. Essa falta felizmente está remediada pela sábia e prudente decisão do Supremo. E demais, as epidemias, como os mosquitos e as imundícies, não são inconstitucionais. A limpeza é que parece que o é.

O Supremo, julgando o regulamento sanitário *inconstitucional*, concedeu habeas-corpus a um particular que não admite expurgos em sua casa, e lhe garantiu o direito de a transformar em hospedaria de mosquitos infectados de febre amarela. Mas êsses mosquitos vão espalhar-se pelas casas vizinhas e ocasionar a morte de muita gente. Então o Supremo não cogitou do direito dêstes, que são muitos?...

Tanto cogitou que lhes liberalizou o consôlo de morrerem de uma febre amarela com todos os característicos da constitucionalidade..."

"A impressão do acórdão do Supremo Tribunal abrasado em santo zêlo pela inviolabilidade do domicílio, foi de pânico para uns, de gáudio para outros, conforme os campos de opiniões...

A palavra augusta, caída da acrópole da justiça, foi uma consagração da resistência aos esforços de saneamento da cidade, limpeza que todos anelam, contanto que seja feita sem desinfecção, sem expurgos, sem ácido fênico, sem enxôfre, que constituem cruéis violências aos narizes, aos pulmões e, sobretudo, aos hábitos de uma parte da população, encharcada na soberania da sujidade, e, cegamente, embuçada na convicção de que a gente morre quando a hora é chegada, ou quando Deus quer."

"O govêrno não pode cruzar os braços, comentava certo matutino. Diante da palavra do Dr. Osvaldo Cruz, o que lhe cumpre é providenciar imediatamente para que voltem a ser executadas as medidas interrompidas. Seria espantoso que por falta desta ou daquela formalidade ou por uma questão de setenta e dois contos fôssem sacrificadas a vida e a tranqüilidade do povo, e destruída a grande obra que em favor do crédito do Brasil representa a extinção da febre amarela no Rio de Janeiro."

Outros comentários surgiram, felizmente, alguns individuais, de juristas que analisaram o acórdão judiciário.

⁂ ⁂ ⁂

Em fevereiro de 1906 a febre amarela fôra vencida sob a forma epidêmica. Estávamos no período da conversão. Um jornal convertido publicava:

"Já se não poderão, pois, justificar os cartazes difamatórios que se espalhavam contra nós por todos os cantos da Europa, como o que teve ocasião de ler em uma agência de navegação em Paris o ilustre Dr. Osvaldo Cruz: *"Navegação direta para a República Argentina, sem tocar nos focos de febre amarela do Brasil."*

Abolidas as vexatórias quarentenas nos portos das repúblicas vizinhas, aquietaram-se as prevenções que elas suscitavam; senão quando, inesperado telegrama de Buenos Aires trouxe-nos a ingrata ameaça do seu possível restabelecimento, pela simples suspeita de ter um marinheiro do navio inglês *Malbridge*, que estacionara alguns dias na Guanabara, apresentado vagos sintomas de tifo icteróide.

A imprensa de lá mostrou exagerado zêlo, em seus receios de contágio; a de cá reagiu com certo azedume.

Ainda bem que o presidente do Departamento de Higiene da capital platina acalmou os ânimos declarando que: "sendo agora inexcedìvelmente boas as condições sanitárias do Rio de Janeiro, nada havia que recear".

Em mensagem dêsse ano, enviada na reabertura do Congresso Nacional, S. Ex.ª o Sr. Presidente da República assim se exprimiu:

"A organização do serviço de higiene foi dos primeiros cuidados do govêrno: que essa organização deu os frutos esperados, o decrescimento espantoso da febre amarela o prova de sobejo, dando a todo o mundo civilizado a impressão de que o Brasil venceu o terrível flagelo, provam-no os louvores de homens e de centros de ciência europeus; prova-o ainda a circunstância de que há pouco, na conferência de Copenhague, essa assembléia de sábios, distinguindo apenas três chefes de Estado com o seu voto de louvor, ao lado do rei da Inglaterra e da rainha de Portugal, colocou o presidente do Brasil. Dessa inteligente ação, já colhemos outro resultado prático: o convênio sanitário com as repúblicas do Prata, que eliminou de vez o sistema de quarentenas, que tanto perturbava a navegação internacional e tão grandes prejuízos anualmente infligia ao comércio. Suprime-se assim a má reputação, que infelizmente pesava sôbre esta cidade no mundo: o Rio de Janeiro deixa de ser para o estrangeiro um pôrto onde se não podia aventurar sem jogar a vida; e a conseqüência imediata dêsse imenso benefício será cada vez mais a atração para o Brasil dos elementos sãos, enérgicos, capazes de lutar e vencer, que aqui virão contribuir para a nossa prosperidade com capitais, inteligência e saber e que, por outro lado, aqui encontrando

um meio propício à vida confortável, não sentirão a necessidade de despender alhures o que o seu trabalho e esfôrço lhes tiver dado."

❖ ❖ ❖

Os reflexos da campanha sanitária no estrangeiro provocaram honrosos comentários e opiniões elogiosas de consagrados homens de ciência. Otto e Neumann, do Instituto de Moléstias Tropicais, de Hamburgo, que estiveram no Rio de Janeiro, valorizaram francamente o esfôrço aqui desenvolvido. Chantemesse, professor de Higiene da Faculdade de Medicina de Paris, dizia:

"Se nós podíamos, outrora, considerar os países da América Central ou Meridional como focos perigosos, não é mais possível fazê-lo hoje. Seus consideráveis serviços sanitários estão organizados; êles souberam fazer sacrifícios pecuniários para expelir de seu solo não sòmente a febre amarela, mas também as doenças infectuosas em geral.

Tenhamos tento em evitar que um dia, talvez próximo, vejamos os povos da jovem América combater por sua vez a importação, em seu solo redimido de infecção, daquilo que poderão chamar, nesse dia, as *doenças pestilenciais européias*."

De regresso à França, Marchoux e Simond apresentaram relatório sôbre as provas experimentais feitas no Rio e exaltaram a obra profilática empreendida pela Saúde Pública. James Caroll, chefe do Departamento Sanitário Militar de Washington, escrevia de referência à "obra gigantesca da Saúde Pública no Rio", que "tôda a glória e todo o crèdito cabem ao Dr. Osvaldo Cruz, que teve a coragem de suas convicções e que dora em diante deve ser considerado como o salvador da sua cidade".

Ao têrmo do quatriênio Rodrigues Alves, quando Osvaldo Cruz revelou desejos de deixar o seu cargo, já a imprensa se manifestava por outras palavras.

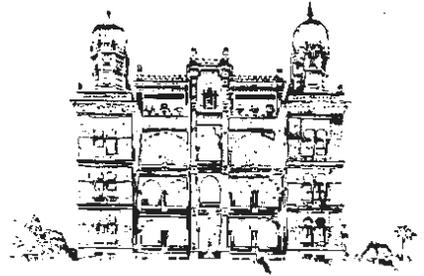
"A continuação do Dr. Osvaldo Cruz à frente dos serviços de higiene desta capital e da República é uma necessidade.

Afirmam que êsse ilustre môço, ao qual não teria sido permitido cumprir tão valiosa obra sem os podêres excepcionais que as suas funções reclamavam, pretende deixar o seu pôsto, receando que no próximo govêrno lhe venham a cessar as mesmas faculdades e o mesmo apoio franco e inequívoco do govêrno, sem os quais a sua obra não pode continuar a ter o seu forte *cunho de independência e unidade*, que é a condição essencial para o êxito.

O Dr. Osvaldo Cruz deve continuar no seu cargo a servir o país com o seu patriotismo ativo e pertinaz, e ao govêrno que vem cumpre mantê-lo, couraçado de todos os elementos de autonomia indispensáveis para o desempenho de tão difíceis funções, e completar a campanha pelo saneamento da capital do Brasil."

"Os serviços prestados pelo Dr. Osvaldo Cruz à Saúde Pública são conhecidos e proclamados pela população desta capital e de todo o país, embora alguns profissionais ainda o combatam injustamente, servindo-se até de suas cadeiras de professor na Faculdade de Medicina para atacar a quem tanto se tem recomendado à gratidão dos seus contemporâneos.

O ilustre Dr. Osvaldo Cruz não deve insistir na recusa do convite feito; antes deve se resolver a continuar a prestar os seus inestimáveis serviços a esta capital."

CAPÍTULO XI

COMBATE À PESTE

EM 1903, além da febre amarela, a estatística demógrafo-sanitária referente ao Rio de Janeiro acusava a existência da peste e da varíola. Para combatê-las esbarrava a ação da autoridade sanitária com a falta de notificação compulsória e de medidas urgentes de polícia sanitária. A reforma de Saúde Pública gastou cinco meses no trânsito legislativo.

Desde 1900 a cidade fôra invadida pela peste bubônica. Sua profilaxia limitava-se ao combate aos ratos *Mus decumanus* (rato de esgôto) e *Mus rattus* (rato doméstico).[1] Êstes animais são muito sensíveis à peste, e a epizootia precede sempre o surto epidêmico humano. Em relação ao doente, deve ser imediato o isolamento, e, simultâneamente, a desinfecção, a imunização dos comunicantes e a vigilância sanitária.

São as pulgas que transmitem a peste do rato ao homem. Os ratos criados nos porões dos navios são os vectores do germe de pôrto infectado a pôrto indene. A desinfecção dos porões é indispensável nos navios contaminados.

Ouvido sôbre a *desratização* dos focos e suas cercanias, o diretor da Saúde Pública respondeu ao repórter:

"Essa matança de ratos vai começar com vigor. Adotei para isso o sistema empregado pelos americanos nas Filipinas com grande resultado. Organizei uma brigada de cinqüenta homens que já foram vacinados, de modo a torná-los imunes, e que serão providos de ratoeiras e de veneno. Êsses homens, que ganham por

[1] As denominações atuais são *Rattus rattus* e *Rattus norvegiens*.

mês uma bagatela, têm a obrigação de trazer a esta repartição, todos os dias, cinco ratos cada um. Os que trouxerem a mais serão pagos a 300 réis por cabeça. Mandei também comprar cães rateiros. Espero que a medida dê resultado; mas o que é preciso, como já lhe disse, é a notificação compulsória. É preciso obrigar o médico a notificar os casos de peste, que é moléstia que tem desaparecido de todos os países civilizados e deve desaparecer também do nosso. Até ontem, tinham sido mortos 18.705 ratos. Só um dos empregados encarregados dêsse serviço ganhou o mês passado mais de 600$000! A maior mortandade tem sido nos esgotos, onde também têm ficado asfixiados muitos mosquitos. Amanhã, domingo, à noite, procederemos à matança dos ratos nos canos da Rua do Ouvidor.

Note que não tenho a pretensão de matar todos os ratos do Rio de Janeiro; seria impossível. O rato é, aliás, um animal muito inteligente. Não volta aos lugares onde sabe que corre perigo. De sorte que nas galerias de esgotos até aqui atacadas, êles não reaparecerão tão cedo.

Fogem também dos focos onde há peste, e daí a disseminação da moléstia. É preciso, pois, fazê-los convergir para êsses focos e aí matá-los. No verão, que é a época em que a peste tende a desaparecer, far-se-á o contrário, isto é, afugentam-se os ratos dos focos, que são atacados com energia.

– E no próximo inverno a peste reaparecerá?

– É quase certo. Não creio que tão cedo esta cidade fique livre do flagelo. Espero, porém, que não irrompa para o ano com a mesma violência. A respeito de peste quem está prestando bons serviços ao Rio de Janeiro é o Dr. Pereira Passos, demolindo casebres imundos, alargando ruas. Com a transformação da cidade a peste desaparecerá."

A fraude entrou também na caça aos ratos, sendo que eram trazidos das cidades vizinhas e caçados nos porões dos navios indenes estacionados no pôrto. As galerias de esgôto eram regularmente insufladas de gás sulfuroso pelos aparelhos Clayton.

Osvaldo Cruz foi chamado o "Torquemada" dos ratos. A classe médica não colaborava com a Saúde Pública: alguns clínicos não notificavam os casos, nem cuidavam de apurar o diagnóstico nos casos suspeitos. Não sendo obrigados por lei, não o faziam espontâneamente.

Um periódico comentou:

"Enquanto a brigada quebra-telhas vai destocando larvas de mosquitos na previsão do futuro ataque epidêmico da febre amarela, a peste bubônica continua

a sua obra de devastação, aumentando dia a dia o número das vítimas, sem que a Diretoria de Saúde Pública pareça tomar muito a sério a gravidade da situação.

O Sr. Dr. Osvaldo Cruz comprometeu-se solenemente a debelar a febre amarela, promessa que pode muito bem deixar de ser cumprida, sem desaire algum para o seu nome nem para o poder público, visto ser objeto ainda de controvérsia a possibilidade de extinguir êsse morbo pelo sistema profilático da devastação do pernilongo; outro tanto não acontece com o mal indiano. Êsse é que todos sabem que pode ser combatido eficazmente e a permanência dos germes infecciosos desabona o critério e o saber das autoridades sanitárias, encarregadas de os destruir.

É, portanto, obrigação de S. Ex.ª libertar-nos dêsse flagelo e se, porventura, não se considera habilitado a garantir a sua supressão, o patriotismo impõe-lhe o dever de ceder o seu alto e melindroso lugar a quem se sinta com fôrças para tentar essa obra e responder pelo seu triunfo."

"Para os que nos dirigem, com efeito, a salubridade pública é a última das preocupações, desde que o expediente pôsto em prática para a melhorar não é uma encampação ou uma desapropriação. O Sr. Dr. Osvaldo Cruz convenceu o govêrno de que aqui só se morre de febre amarela e de que exterminando os mosquitos está saneada a capital. Entretanto, agora, como em igual período de todos os anos, a febre amarela não causa vítimas e o número de óbitos, que é de quarenta, com o de pestosos, passou a ser de mais do dôbro.

É tempo de acabar com esta vergonha. O público já se riu à larga com a parlapatice da extinção da febre amarela em três anos pelo massacre dos *estegomias*: agora começa a indignar-se com o abuso da preocupação sectária, que o leva a desinteressar-se da marcha assustadora da peste.

O Sr. Dr. Osvaldo encontrou a epidemia da peste quase extinta; em vez de a eliminar de todo, permitiu que ela se desenvolvesse e atingisse as temerosas proporções que a imprensa vai registrando. O povo tem direito de exigir que a sua vida seja respeitada e defendida pelas autoridades que êle paga para êsse fim. E essa autoridade está nos comprometendo e sacrificando. Não sabemos se viremos a dar os parabéns ao Sr. Dr. Rodrigues Alves pela famosa avenida e outros melhoramentos monumentais: pelo aumento da peste é que temos razão de sobra para lhe apresentar os nossos pêsames..."

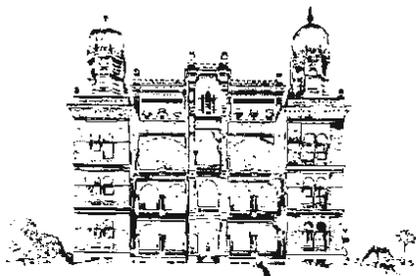
"Num belo gesto de rematada inépcia, o arrogante diretor de saúde fêz saber ao Sr. Ministro do Interior que êle nada pode fazer para debelar a epidemia, porque os doentes evadem-se, assim que se sentem atacados e vão salpicando pela cidade o germe infeccioso e que por outro lado os médicos dissimulam a moléstia, impedindo destarte o expurgo dos focos, como se não fôsse exatamente para investigar as causas da epidemia e achar os meios de removê-la que êle está à testa da repartição de saúde! Sente-se a irritabilidade augusta que o domina e a seus amigos, quando a imprensa toma-lhe da cabeça e a esfrega sôbre os seus próprios algarismos oficiais que, deficientes e falhos embora, mostram que estamos a braços com uma epidemia que está fazendo mais de 50% de mortes entre os atacados e que de um mês para outro *quintuplica* o número de suas vítimas."

Um boletim oficial da Diretoria de Saúde informava:

"Com relação às duas epidemias reinantes, febre amarela e peste: da primeira o número de casos é inferior ao do mesmo mês do ano passado; e o número de casos de peste não é sensivelmente superior ao de outubro do ano transato, isto é, 7 contra 5.

A mortalidade por peste tem sido baixa... 13%."

Não obstante tôdas as dificuldades opostas à ação da autoridade sanitária, a peste foi declarada extinta em 4 de abril de 1904.

CAPÍTULO XII

COMBATE À VARÍOLA

ENDÊMICA no Rio, como em todo o país, a varíola entre nós dava surtos epidêmicos no outono e, principalmente, no inverno. Em 1904 os casos começaram em março. O diretor da Saúde Pública afirmava categóricamente: o único remédio para combater a varíola é a vacinação obrigatória. Tem varíola quem quer.

De fato, os meios acessórios de combate ao mal – isolamento, desinfecção, vigilância – nada conseguem. O meio eficaz, universalmente julgado desde Jenner, é a vacina.

Em junho, a Comissão de Saúde Pública do Senado, ante a devastação epidêmica, propôs a vacinação obrigatória em todo o território nacional. O projeto foi impugnado em nome da liberdade individual. Os positivistas e parte da imprensa colaboraram na oposição ao projeto. Berravam os opositores – *vacinação obrigatória é sinônimo de sifilização obrigatória.*

Na Câmara, o projeto, aprovado a duras penas no Senado, teve parecer favorável do relator. A epidemia crescia assustadoramente. No Hospital S. Sebastião, a cifra de internados, em julho de 1904, atingiu a 408. A mortalidade chegou a 130 por semana. Vacinava-se quem queria, porque a lei não autorizava outro procedimento. Os jornais noticiaram um encontro do diretor com o ministro: "Na conferência realizada ontem com o Sr. Ministro da Justiça, diziam os periódicos, o Diretor-Geral da Saúde Pública declarou que a epidemia de varíola, nesta capital, está aumentando de uma maneira aterradora, a ponto de as delegacias de saúde e o Desinfectório Central não poderem atender com presteza às notificações, e fazer a remoção dos enfermos.

O Hospital S. Sebastião está repleto de doentes e o Dr. Osvaldo Cruz fêz ver ao Sr. Ministro a dificuldade em que se acha o diretor para acomodar os que para ali são removidos diàriamente em número elevado, pelo que pedia a construção imediata de um galpão em terrenos do hospital.

A vacinação, disse ainda o Diretor-Geral da Saúde Pública ao Sr. Ministro do Interior, tem decrescido consideràvelmente. Ao passo que, há pouco, cêrca de trezentas pessoas eram vacinadas diàriamente pelos inspetores de higiene, atualmente tem havido dias em que à vacinação se submetem menos de dez.

Apesar de serem consideráveis o material e o pessoal de que dispõe a Diretoria de Saúde, têm êles sido ainda insuficientes, nestes últimos dias, para atender à remoção dos variolosos para o Hospital S. Sebastião, que luta, aliás, com enormes dificuldades para acolhê-los."

Na Câmara, o projeto era discutido por constitucionalistas que defendiam a liberdade. Fora do Parlamento, a campanha era agitada pelo apostolado positivista, cortejado por parte da imprensa adversa ao conceito da autoridade. A linguagem passava a ser incendiária:

"Da população, só dela própria, dizia um, depende livrar-se das garras dos que a lei vai armar do poder de vaciná-la à fôrça.

Neguem-se todos a franquear suas casas aos esbirros do Santo Ofício da Tortura Pública.

Repelir com energia a odiosa medida é obrigação indeclinável dos homens de bem; repeli-la por todos os meios, como aconselhou com sinceridade e energia o grande vulto, cuja palavra traduz sempre a ânsia de liberdade em que soluça a alma nacional."

Na manhã de 2 de agôsto, a ordem pública ameaçada, as fôrças estavam de prontidão. Os boletins sediciosos eram distribuídos pela cidade.

"Cidadãos! – Um govêrno anti-republicano – mais do que isto! Um govêrno antipatriótico, levado pelos conselhos egoísticos de charlatães sem clínica, pretende fazer a Pátria retrogradar para além do regime colonial, para além do tempo das feitorias, transformando o Povo em um viveiro de cobaias.

Para realizar êste plano diabólico êle recorreu ao auxílio de advogados sem causa e de jornalistas sem brio, a quem paga, direta ou indiretamente, à custa Tesouro, essas indignas defesas a êsses vergonhosos aplausos, com que se pretende confundir a opinião nacional!

Cidadãos!

O atual regulamento de higiene, cognominado o *CÓDIGO DE TORTURAS*, é uma agressão à dignidade humana, é um ataque à probidade médica, é um atentado aos nossos brios, é uma violação insólita de vossas câmaras conjugais, é um desacato grosseiro aos nobres melindres de vossas espôsas, é, finalmente, um bote selvagem aos santos aposentos de vossas filhas púberes!

E, enquanto se praticam tantas e tão grandes violências, as ruas, as estradas, as praias, as valas, os riachos e os canos, até da própria Rua do Ouvidor, estão pejados de imundícies!

Ainda mais, cidadãos, o *Código de Torturas* não investe só contra o direito privado, não ataca só o direito natural – o *Código de Torturas* estrangula o direito civil, no que concerne à propriedade, e fere a Constituição da República, criando para os supostos delinqüentes um fôro especial com um JUIZ ÚNICO E INFALÍVEL de cujas sentenças não há apelação, nem agravo!

Mas em nome de que direito se praticam tantos atentados?

– Em nome do direito que pensam ter os charlatães sem clínica, de que devem viver à custa do Tesouro, isto é – à custa do Povo! do Povo, que trabalha, que labuta, que sua e que afinal se vê sem teto, sem água e sem pão! Sem teto, porque êste lhe é derrubado pela chamada *Engenharia Sanitária*; sem pão, porque êste lhe é roubado por artifícios diretos ou indiretos; sem água, porque a pouca que lhe toca é despejada fora pela *Legião Mata-Mosquitos*!!!"

Mais adiante:

"A verdade é que os vacinados e revacinados morrem de varíola!

A verdade provada pelos fatos é que a vacina propaga a varíola, ou dá lugar ao aparecimento ou agravação de dezenas de moléstias, que matam mais que a própria varíola!

As criancinhas não conservam nem sequer os dentes de leite, porque a vacina os faz apodrecer!

Estão provadas, cidadãos, tôdas essas verdades. Nos povos onde não existe a vacina, não existem também dentistas, porque os velhos morrem com as dentaduras perfeitas!!!"

Outro boletim:

"A comissão abaixo assinada convida a tôdas as pessoas que assinaram a representação dos operários contra o projeto de vacinação obrigatória, ou que com

a mesma estiverem de acôrdo, a se reunirem no dia 31 de agôsto, às 5 horas da tarde, no Largo de S. Francisco de Paula, a fim de, incorporados, entregarem-na ao Dr. Sá Freire, representante do Distrito Federal, que aceitou a incumbência de apresentá-la à Câmara dos Srs. Deputados.

O itinerário a seguir será: Largo de São Francisco, Ruas do Ouvidor, Quitanda e Rosário até o n.º 63, escritório do Dr. Sá Freire.

A comissão convida especialmente a tôdas as sociedades operárias a se apresentarem com os respectivos estandartes, e pede a quantos comparecerem à reunião se absterem de discursos e de manifestações de qualquer ordem, não só para conservar a mais rigorosa atitude pacífica, como para não retardar a manifestação. – *Alfredo Francisco Ferreira*, mestre de fundição; *Emílio Caetano de Magalhães*, carpinteiro; *Manuel de Sousa Lima*, torneiro mecânico; *João Gualberto de Queirós*, modelador."

E mais esta nota:

"– Reúnem-se hoje, às 7 horas da noite, no salão do Centro das Classes Operárias, as comissões de operários e acadêmicos a fim de tratarem do protesto contra a vacinação obrigatória, ora em discussão na Câmara dos Deputados.

As comissões pedem o comparecimento da Federação dos Estudantes Brasileiros."

Um diário publicava:

"A direção sanitária, além de tirânica é ineptíssima", e depois de assacar à Saúde Pública a culpa de andarem aquêles doentes espalhando a varíola pela cidade, sem todavia indicar o meio de evitá-lo: "Qual! Para a tropa de inquisidores, o remédio está na injeção do pus vacínico, isto é, em um veneno de terríveis conseqüências nas quadras epidêmicas."

A discussão continuava na Câmara, sem calor, a não ser o de oposição ao govêrno. A obstrução falada ou escrita, em discursos e emendas, embaraçava a marcha do projeto. Foi afinal aprovado. Faltava o regulamento. Redigiu-o o diretor, passando-o ao ministro para dar-lhe forma legal, polindo-o de algumas arestas, naturalmente deixadas pelo técnico. O esbôço foi imprudentemente copiado no Ministério por um jornalista, que forneceu cópia aos diários, sem autorização do ministro. Crescia a agitação, ampliada nas colunas da imprensa e nas recriminações dos congressistas que se opuseram ao projeto.

Vejamos a nota publicada de um diálogo na Câmara sôbre o regulamento: "Êsse trabalho, dizia um deputado, é uma afronta atirada à face da Nação, por inconstitucional e violenta.

Êste môço não pode estar em seu perfeito juízo.

O Sr. T. C.: É um idiota.

Vozes: Apoiado!

Outras vozes: Não apoiado.

O Sr. B. de S.: Apoiado! Êste môço não pode continuar a ser funcionário público.

O Sr. E. C.; Mas o que está publicado não pode ser regulamento. (*Apoiados gerais.*)

O Sr. B.: Êste môço não pode continuar à testa de uma repartição tão importante, desconhecendo, como desconhece, tôdas as conquistas da Nação Brasileira e a sua própria Constituição.

O Sr. R. J.: Não apoiado!

O Sr. B. de S.: Não apoiado, não; não se contesta a competência, porém êle não pode continuar a merecer confiança.

O Sr. E.: Estas bases não poderão ser aceitas. São contra a Constituição.

Vozes: Apoiado! É um verdadeiro monstro.

O Sr. E.: O govêrno não endossará êste regulamento.

O Sr. B.: Então êle não pode continuar a merecer a confiança do govêrno à testa de uma importante repartição. Saliento que não há uma só voz que queira apoiar tal monstro.

O Sr. C.: É que sabemos que não existe ainda regulamento algum, pois que ainda está sujeito a uma comissão composta de homens competentes.

O Sr. B.: Não é possível que êste môço esteja em seu perfeito juízo.

O Sr. T. C.: Apoiado!

É um irresponsável.

É de estarrecer!"

Os comícios públicos eram diários. Um dos convites, de uma *comissão de moços republicanos*, estava assim redigido:

"Convida-se o povo desta capital a se reunir amanhã, domingo, à 1 hora da tarde, no Largo do Rossio, em frente à Secretaria de Justiça, a fim de esperar a resolução que vai ser tomada, naquele Ministério, sôbre o draconiano regulamento da vacina obrigatória. Interessando êste a tôdas as classes sociais, visto como as medidas nêle contidas dizem respeito aos mais legítimos direitos dos cidadãos, espera-se o comparecimento do povo em massa.

Não há oradores nem a comissão tem em mira subverter a ordem pública."

Começou a desordem. A polícia reprimia violentamente, dispersando os ajuntamentos tumultuários. Grupos populares percorriam as ruas ameaçadoramente. Cêrca de dois mil assaltaram a 2.ª Delegacia urbana. Foram quebrados os combustores de iluminação pública; os veículos eram apedrejados e incendiados. O regulamento da vacina obrigatória era apenas pretexto:

"O pretexto de que se serviram os fomentadores dessas cenas lamentáveis, em que, aliás, prudentemente nada arriscaram, era o compêndio de disposições regulamentares da lei que estatuiu a obrigatoriedade da vacinação, publicado sem a responsabilidade do govêrno. Uma e muitas vêzes o Sr. Ministro do Interior declarou que o govêrno não endossava êsse esbôço das idéias do Sr. Diretor de Saúde Pública, idéias de cientista, preocupado, apenas, com o aspecto técnico da questão."

A 14 de novembro, cêrca de duzentos alunos da Escola Militar revoltaram-se, armaram-se e marcharam sob o comando de um general, na direção do Palácio do Catete, residência do presidente da República. A fôrça do Exército fiel ao govêrno foi-lhes ao encontro. Em primeiro combate foram feridos o General Travassos, comandante dos alunos revoltados, e o seu imediato em pôsto, recolhendo-se os alunos à Escola Militar, naquela época na Praia Vermelha.

Sales Guerra, que o acompanhou em todos os momentos, assim narra a parte pessoal de Osvaldo Cruz:

"O populacho não poupava Osvaldo Cruz nas manifestações ruidosas de sua animadversão. Onde quer que o lobrigassem ou o surpreendessem, invectivavam-no, injuriavam-no.

Enquanto funcionou a comissão revisora do regulamento da vacina recebia êle à chegada do edifício do Ministério, e quando se retirava, dose variável de assuada, morras, epítetos escarninhos, etc. Mais de uma vez, dirigindo-se para o Largo da Carioca, varou a Praça Tiradentes, só, em seu veículo, debaixo de ensurdecedor alarido, de vaia, de invectivas e enxovalhos.

Mas na tarde de 14 de novembro, estando a atmosfera carregadíssima, o ministro fê-lo escoltar, contra sua vontade, de um piquete de cavalaria. Nessa noite, na vizinhança de sua residência, as manifestações hostis tornaram-se mais agressivas e violentas.

Osvaldo Cruz residia então à Rua Voluntários da Pátria, em casa fronteira à embocadura da Rua Conde de Irajá. Aí se juntaram naquela noite desordeiros em

grande número, que se não contentavam de vociferar, ameaçar, apupar; repetidas vêzes apedrejaram sua casa e dispararam tiros contra ela.

Nenhuma fôrça guardava a morada do diretor de Saúde, alvo, no momento, das iras desaçaimadas do populacho delirante; não seria pois muito de surpreender que num ímpeto de furor mais violento lhe invadissem e depredassem o domicílio.

Alguns amigos lhe fazíamos companhia na ocasião; êle mantinha-se aparentemente calmo e monossilábico como sempre; não parecia temer qualquer agressão dos desordeiros.

Na previsão do pior, porém, fiz-lhe sentir a conveniência de examinarmos essa hipótese e, de antemão, decidirmos como deveríamos proceder, caso se verificasse.

A todos se afigurou insensata a idéia de resistir, dado o número provável dos atacantes, sua qualidade e armamento. Mais bem aceito foi o alvitre de escaparmos pelos fundos da casa. Mas essa prudente retirada estratégica, escalando muros, de execução difícil para os homens, seria impraticável com as quatro senhoras e duas crianças da família.

Urgia pois afastar as senhoras por caminho mais viável.

Elas, porém, só consentiriam na retirada, em companhia do seu chefe, que, por sua vez, entendia dever permanecer em casa, à disposição eventual do govêrno.

Afinal, após longa troca de alvitres, as senhoras se decidiram, com a promessa de Osvaldo Cruz se lhes reunir, dali a pouco, apenas chegasse do Catete imaginário documento de importância que se aguardava.

Tomando rumo para a Rua Senador Vergueiro, partimos a Sra. Osvaldo Cruz, as duas crianças e eu; as outras três senhoras abrigaram-se em casa de outro parente, o Dr. Cândido de Andrade.

Por volta das 21 horas, atravessamos a Rua dos Voluntários, quase em total escuridão, iluminada apenas pela luz escassa dos pouquíssimos combustores que escaparam à sanha destruidora dos desordeiros; a luz das casas particulares não concorria para a claridade da rua, como acontece sempre, por se acharem as casas cuidadosamente fechadas.

Os amigos que ficaram não atenderam às solicitações de Osvaldo Cruz para se recolherem às suas respectivas residências – divergência que aliás não durou muito: solveu-a incidente superveniente. Em dado momento, crescendo o alarido da rua, multiplicando-se pedradas e tiros de revólver, estabeleceu-se entre todos,

inclusive Osvaldo Cruz, súbito e inesperado acôrdo de abandonarem a casa sem demora, afrontando embora o perigo de um encontro com os arruaceiros, perigo atenuado apenas pela escuridão.

Em nossa casa, como derivativo às justificadas apreensões da Sr.ª Osvaldo Cruz, exacerbadas por descargas repetidas para as bandas da Praia Vermelha, escrevi a Osvaldo Cruz pedindo mandasse notícias de sua pessoa. Foi portador da missiva a ordenança de gentil general de nossa vizinhança.

Além da carta para tranqüilizar a espôsa, escreveu-me:

> *'Obrigado pelas notícias. Estou tranqüilo porque sei que espôsa e filhos estão a bom resguardo. Passei parte da noite em casa do Carlos Chagas. Deixei o domicílio a contragosto e com a consciência a arder. Foi o recurso que me ocorreu para não sujeitar meus amigos, chefes de família que se obstinavam em permanecer, a sofrerem qualquer desacato mais sério, por minha causa. Estou, porém, novamente em casa.'*

Às 5 horas do dia 15 voltava a Escola Militar ao regime legal; pouco depois chegava Osvaldo Cruz a nossa casa em companhia de João Pedroso e Luís Morais Júnior.

Aos 17 de novembro podia considerar-se dominada a revolta e a ordem totalmente restabelecida."

E o regulamento pretexto? Diga de sua sorte a Segunda carta de Osvaldo Cruz a Sales Guerra, com a data de 16 de novembro:

> *"Recebi do Ministro o projeto de Regulamento confeccionado pelo Prof. Brandão. Pretendo não tocar nêle e recambiá-lo tal como o recebi, não assumindo a responsabilidade do que nêle se encerra."*

❖ ❖ ❖

Em tôda essa luta, farta de incidentes, tôda a escala de aspectos foi percorrida – do cômico ao trágico. Dois fatos históricos são, entretanto, impressionantes e confortadores – a heróica resistência de Osvaldo Cruz, pontual e firme em suas convicções; a serena atitude do govêrno, atento ao tributo da responsabilidade, julgando bem, quando resolveu manter um auxiliar de sua confiança que marchava ao encontro da vitória.

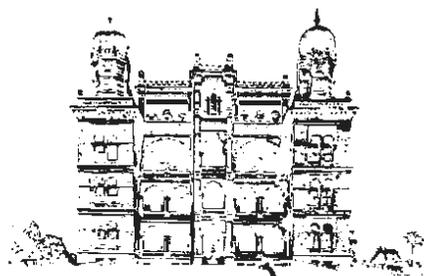
De referência à febre amarela, primeiro foi o caso da desinfecção, que o Presidente Rodrigues Alves, depois de ouvir o diretor, concordou que devia ser proscrita da armadura de agressão profilática.

Conta o Prof. João Marinho ter ouvido do Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, que o presidente auscultava confidencialmente o ilustre Dr. Pereira Barreto, sôbre a profilaxia exclusiva, recebendo a resposta: – "Meu amigo, quem tem razão é o môço."

Em novembro de 1904, quando chegou ao auge a inquietação no Rio, alguém, no Palácio do Catete, lembrou ao presidente que estava em suas mãos fazer cessar a agitação, demitindo o diretor da Saúde Pública, que era o causador. Respondeu o presidente: "Osvaldo não é funcionário a quem se exonere; demais a vacina obrigatória é apenas pretexto."

É conhecido o fato passado entre presidente e diretor, quando crescia a onda demagógica, tomando por motivo as supostas violências da Saúde Pública. Dirigiu-se Osvaldo ao Ministro Seabra, pedindo exoneração do cargo, para não criar dificuldades ao govêrno. O ministro achou prudente o alvitre, aconselhando, porém, que fizesse o pedido, diretamente, ao presidente da República, acrescentando que êle, ministro, estava de acôrdo. Depois de ouvir o diretor, perguntou o presidente se continuava a confiar no seu plano de debelar a febre amarela. Ante a resposta de que sua certeza era tranqüila, renovou-lhe o presidente a expressão de sua confiança, negando firmemente a exoneração solicitada.

São incidentes da maior significação, e que demonstram que só um govêrno à altura de sua missão e dignidade é capaz de escolher e guardar auxiliares idôneos.

CAPÍTULO XIII

AINDA A VARÍOLA

ESTÁVAMOS a 10 de fevereiro de 1908, quando Osvaldo Cruz regressou ao Rio de Janeiro, de sua viagem triunfal à Europa, América do Norte e América Central.

Tão depressa reassumira seu cargo, advertia do perigo de nova incursão epidêmica da varíola no Distrito Federal, quando declinasse o calor e entrasse o inverno. A lei da vacina obrigatória ficara sem regulamento, não tendo o diretor aceito a redação do Deputado Teixeira Brandão. A população continuava a repelir a vacina jenneriana: vacinava-se quem queria.

É certo que a imprensa já então adotara diversa orientação, aconselhando ao povo a vacinação pelos prepostos da autoridade sanitária.

Não conseguindo do govêrno a aplicação da lei da vacinação obrigatória, o diretor solicita demissão. Negou-a o govêrno, publicando a seguinte nota oficial:

> *"Comunicando o Sr. Ministro do Interior ao Sr. Presidente da República que o Sr. Dr. Osvaldo Cruz pedira demissão do cargo de Diretor-Geral da Saúde Pública, pediu S. Ex.ª ao Ministro que declarasse ao nosso sábio compatriota que seu nome e a sua responsabilidade se achavam ligados à glória da extinção da febre amarela e que êle merecia a confiança não só do govêrno, mas da nação inteira."*

Às interrogações do redator da *Gazeta de Notícias* respondeu o diretor:

"– Que lhe hei de dizer? No mês de abril a epidemia de varíola ocasionou 580 notificações com 231 óbitos, contra 342 notificações e 147 óbitos do transato. A mortandade geral foi de 1.583 óbitos (52,33 por dia), contra 1.570 (51,06), de março. O coeficiente mortuário geral foi de 23,13 por mil. Além da varíola, não foi

notado caso algum de moléstia transmissível. O estado sanitário do Rio seria magnífico se não fôsse a varíola.

– E que é preciso fazer para impedir a varíola?

– A vacinação, a vacinação em massa. Sem isso é absolutamente impossível acreditar que a varíola acabe. A epidemia de agora é comparável à epidemia de 1904. O senhor deve saber que há bairros inteiros atacados, ruas em que a varíola vai quase de casa em casa buscar a sua vítima. Qual o remédio? A vacina, vacina prévia. Se agora todo o Rio de Janeiro se resolvesse a aceitar a vacinação, eu já não poderia impedir o desenvolvimento da epidemia nesta época, senão muito limitadamente.

– Mas é grande agora o número de vacinados.

– Sim, na classe dos pouco *varioláveis*, nas classes cultas. Conheço bem o caso. Vacinam-se as senhoras, os cavalheiros, quase todos já vacinados. Mas o povo? O povo, as classes incultas acreditam que a moléstia quem dá é Deus e que por conseqüência só Deus a pode tirar. Ninguém as pode convencer de que a vacina é um bem. E entretanto a esta oposição bastaria apontar-lhes a ação benfazeja de uma obra iniciada no Ministério Seabra e que foi denominada o *Código das Torturas*. O *Código das Torturas* não torturou ninguém e fêz um enorme bem.

– Graças à sua inquebrantável vontade...

– Eu só desejo a saúde do povo. Mas, como ia dizendo, são baldados todos os esforços. Eu tenho médicos que são de uma dedicação, de um desvêlo extraordinário, que percorrem as estalagens, os cortiços, as fábricas, fazendo o possível por convencer. A mulher tem sempre uma dor de dentes, o marido não está, os filhos estão doentinhos, e afinal ninguém se vacina. As casas estrangeiras têm disciplina. O diretor de um banco estrangeiro ordena que os empregados se vacinem e a vacinação faz-se em massa. Nas casas nacionais, nas fábricas nacionais, é uma questão de liberdade individual: vacina-se quem quer e há hostilidade curiosa contra o enviado da higiene que não vai lá perpetrar nenhum crime, mas apenas como zelador de saúde pública. Sem que as classes pobres, as mais densas, se resolvam à vacinação, eu não posso fazer nada para impedir uma epidemia. Temos agora a varíola tão forte como em 1904. Pois bem. Daqui a três ou quatro anos ela voltará com a mesma violência. É fatal.

– É desolador.

– Reduz-nos, em higiene, ao atraso das aldeias, dos países em que ainda não entrou a civilização.

A propósito posso mostrar-lhe a parte do meu relatório, um tanto atrasado por motivos das minhas viagens, que se refere à varíola. Leia:

O Dr. Osvaldo Cruz passa-nos umas provas de que minutos antes fazia a revisão. E nós lemos:

'Acanho-me tôdas as vêzes que, como agora, tenho de referir que a varíola ainda grassa no Rio e entristece-me prognosticar que, no decurso do próximo inverno, ela atingirá a proporções bastante grandes. Enquanto a vacinação não fôr feita em massa, e não se constituir, por lei, um dever de que tôda a população se imunize nos prazos, hoje, tão bem fixados pela ciência, teremos sempre o triste e doloroso espetáculo de vermos uma cidade que, por todos os seus requisitos, tem direito incontestável a ser classificada entre as primeiras do mundo, igualada, nesse particular de varíola, às mais atrasadas aldeias dos países em que ainda não entrou a civilização.

Que o govêrno se digne de ordenar as medidas que há tanto têm sido o anelo desta Diretoria, no intuito exclusivo de defender ou acautelar os altos interêsses de saúde pública, que lhe foram confiados, e a varíola abandonará, para sempre, nossa cidade. Poderemos, então, sobranceiros, proclamar, bem alto, a completa realidade do nosso estado sanitário, que constitui hoje uma verdade, que torna acessível ao estrangeiro êste recanto abençoado do mundo.

Um país civilizado não pode ter mais em sua estatística mortuária a rubrica – Varíola.

Esta diretoria, confiante, aguarda que o govêrno se digne de mandar que a varíola seja extinta, e, nesse dia, ela o será.'

– E o govêrno?

– O govêrno tem as melhores intenções, mas eu, absolutamente afastado da política, não conheço da conveniência dos momentos políticos.

– Mas se êle o atender?

– Eu provarei como a varíola desaparecerá da nossa estatística mortuária."

A varíola palmo a palmo ganhou terreno, disseminando-se a terrível moléstia a tôda a cidade, bairros e subúrbios.

Em relatório apresentado ao ministro, o diretor dizia altivamente:

"Confiante nos efeitos da vacinação obrigatória, espera esta Diretoria que o govêrno se digne ordenar que desapareça a varíola, e ela desaparecerá."

Nesse surto epidêmico, a mortalidade pela varíola atingiu a 6.400 vítimas, o dôbro da de 1904, que foi de 3.556 variolosos.

No entanto, os relatórios do diretor da Saúde Pública eram escandalosos, em sua grandeza. Assim o de 1904:

"Ainda incandescem os últimos braseiros da formidável epidemia de varíola que assolou esta capital em 1904. É vergonhoso que no século XX a cidade que, por todos os motivos, tem o incontestável direito de ser considerada a primeira cidade da América do Sul, tenha sido o maior foco de varíola do mundo durante o ano de 1904!

A varíola, que dentre as moléstias evitáveis é a mais fàcilmente evitável! O Congresso Nacional resolveu que se ponha em prática a única medida capaz e suficiente para terminar, por completo, com essa vergonha nacional: a vacinação e revacinação obrigatória."

Em 1905 dizia o diretor:

"A varíola não se manifestou sob forma de epidemia, o que era, aliás, de esperar, à vista não só da grande epidemia do ano de 1904 que imunizou e eliminou grande número de não vacinados, como da extensa vacinação e revacinação a que esta Diretoria teve ocasião de proceder antes da antipatriótica campanha, feita contra essa medida profilática, a única capaz de fazer desaparecer dentre nós esta moléstia vergonhosa que só grassa hoje em dia entre os habitantes das nações não civilizadas.

Estou certo, porém, que mais cedo ou mais tarde, o patriótico govêrno do nosso país ordenará a eliminação da varíola de nosso quadro nosológico, o que será conseguido no dia em que isto fôr resolvido. Poderemos então ombrear desassombrados com as mais civilizadas e salubres nações do mundo."

A propósito de hospitais de isolamento reclamou:

"De urgente necessidade é a construção de hospitais de isolamento que mereçam êste nome. No relatório do ano passado tive ocasião de submeter a V. Ex.ª as plantas de um hospital para isolamento individual dos infectados. A construção dêsse hospital foi iniciada, e, por falta de verba, acha-se suspensa. Tenho a satisfação de levar ao conhecimento de V. Ex.ª que tendo feito submeter os planos dêste hospital ao

Instituto de Moléstias Infectuosas, de Berlim, por intermédio do arquiteto encarregado de sua construção, o Sr. Luís de Morais, foi o projeto acolhido com entusiasmo pelo Prof. Kolle, diretor daquele Instituto, que pediu autorização para submetê-lo à apreciação dos sábios que trabalham sob sua direção, como um modêlo de construção sanitária, no gênero. Se V. Ex.ª conseguir com que se efetue a construção de tal hospital, estou certo, dotará nosso país de um melhoramento digno dêle."

Em 1906 voltava a oficiar ao ministro:

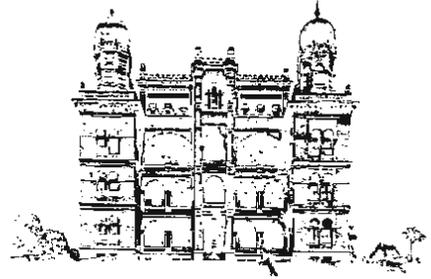
"Durante o ano de 1906, a varíola não se manifestou. A ausência da moléstia explica-se com a grande epidemia de 1904, que, tendo eliminado um grande número de indivíduos imunes, afastou quase todo o combustível. O serviço de vacinação e revacinação foi feito raramente, à vista da propaganda que contra essa medida salutar foi feita por aquêles que se apresentaram como *amigos do povo*. A varíola desaparecerá, por completo, do Brasil, no dia em que o govêrno quiser. Existe votada uma lei providencial, com que a sabedoria do Congresso dotou nosso país. Resta que o govêrno a regulamente e ordene à Diretoria de Saúde que a ponha em prática. A ocasião é propícia. Não há epidemia. O número de pessoas a imunizar é relativamente pequeno. A tarefa é fácil e os resultados são absolutamente seguros. Um país civilizado não pode ter mais em sua estatística mortuária a rubrica – VARÍOLA."

Por final, ainda no relatório de 1907, lembra, nova vez, a necessidade de um hospital de isolamento:

"O Rio de Janeiro ainda não possui um hospital de isolamento digno dêste nome. Urge dotar a capital da República dêste inestimável recurso profilático. Esta Diretoria já fêz os necessários estudos e apresentou os planos para a construção de um hospital modêlo, que em tempo foram apresentados ao govêrno."

Nos documentos oficiais e publicações da época se encontram, pois, informações completas a respeito do combate à varíola, nas quais se verifica a ação pontual da autoridade sanitária.

CAPÍTULO XIV

PLANO DA LUTA CONTRA A TUBERCULOSE

EM 1906, era ministro de Estado da pasta da Justiça e Negócios Interiores o Sr. Félix Gaspar de Barros e Almeida, baiano de nascimento, jurista, administrador e político de muitas virtudes pessoais – probo inteligente e culto. Sucedeu no Ministério ao ilustre Sr. J. J. Seabra, de quem era amigo e correligionário político.

O ministro Félix Gaspar, já atendidos os problemas da febre amarela, peste e varíola, suficientemente tratados pela repartição de Saúde Pública, então dependente de sua pasta, dirigiu ao presidente da República a seguinte exposição de motivos:

"Sr. Presidente da República

Entre os propósitos em que elaborastes o vosso programa de govêrno foi, certamente, dos mais firmes, êsse de velar pela saúde pública, promovendo a execução de reformas e empreendimentos que nos reabilitassem no conceito dos demais povos cultos, obra considerável pela qual pleiteavam no ânimo do estadista, não só os reclamos humanitários da higiene, como as previsões práticas da economia social.

A única suspeição que pairava sôbre nós, que fazia afugentar de nossos climas vidas e capitais produtores de energia e civilização, era essa insalubridade patente, e, às vêzes, tristemente confessada, que se nos lembrava freqüentemente, mais como um labéu de incapacidade que como lástima de uma desgraça irremediável.

E foi a isto que quisestes prover. Desejastes mostrar que éramos capazes, e, conseguindo-o, pelos meios eficazes e mais práticos, ficamos de vez isentos da pecha moral; colheu-se imediatamente o benefício público, e já agora, a utilidade econômica.

Propósitos e atos ficam documentados em vossa plataforma eleitoral de 23 de outubro de 1901, na série das mensagens dirigidas ao Poder Legislativo, na administração dêsse ramo do serviço público, orientados todos em realizar essa vontade, que será talvez o nosso maior louvor, e com que prestastes ao país o maior serviço que para sua glória poderia aspirar um homem de Estado no Brasil – a restituição definitiva da garantia de saúde e de vida, feita à população da maior e mais importante cidade do país – a capital da República.

Prossegue sem hesitações o trabalho começado; o que foi feito anima empreendimentos novos, agora que o êxito, estímulo para os céticos, convenceu aos mais remissos.

A febre amarela, nosso maior flagelo, no triênio de 1903 a 1906, deixou de ser a pregoeira do nosso descrédito e recuou na luta que lhe vimos empenhando, até cessar de todo seu caráter epidêmico, senão desaparecer no obituário, como começa já a acontecer, e sucederá definitivamente, continuada a ação profícua de hoje.

A peste, que alguns temeram naturalizada de vez, recua também pelo saneamento domiciliar, pela agressão higiênica, permitindo esperar maiores sucessos.

A varíola, que o esquecimento de uma prática universalmente defensiva havia feito irromper assoladoramente, desaparece quase das estatísticas, graças à prevenção ativa dos que poderiam vir a contraí-la.

Acêrca de todos os outros males, apenas farei uma referência significativa: a relação entre a mortalidade pelos transmissíveis e o total dos óbitos baixou, o coeficiente da mortalidade geral baixou idênticamente e, como era de prever e desejar, o número de nascimentos passa além e já excede em muito a quota do obituário, bem ao contrário, felizmente, do que há pouco tempo ocorria.

A tuberculose, a grande peste moderna, está a reclamar uma atenção mais desvelada...

O vosso govêrno muito se tem interessado pela luta contra o flagelo, já indiretamente pelos meios de saneamento urbano, já diretamente procurando ouvir as assembléias científicas que no estrangeiro se têm reunido para discutir o assunto e executando as medidas gerais de profilaxia pela inspeção das habitações insalubres, desinfecção das contaminadas, auxílio moral e ativo às ligas, propagandas e congressos antituberculosos.

Não pode, porém ficar aí a intervenção governamental na cruzada humanitária.

Se alguns dos meios de lutas devem ser deixados à iniciativa particular, ou à ação das coletividades sociais e de beneficência, como sejam – os dispensários, os preventórios, a educação antituberculosa, os sanatórios de cura – podendo e devendo o govêrno assisti-los de sua aprovação, auxílio ou mesmo direção, certo resta ainda, além disso e além do saneamento geral, polícia bromatológica, inspeção dos domicílios, regulamentação sanitária que lhe incumbe – alguma coisa que se tem deixado até agora entregue exclusivamente à caridade, e que é também dever do Estado.

É a assistência aos tuberculosos sem recursos, curáveis ou já incuráveis, mas necessitados de hospitalização. A grande maioria dêstes doentes, os incipientes ou os tolerantes dêsse mal, que a vida pode arrastar para a cura ou para uma trégua enfermiça, fique, por enquanto, para obra benemérita dessas vontades diligentes que lutam contra a tuberculose, cientistas e filantropos; dos outros, resto da decadência humana minada pelo mal e que procura um leito de hospital, último buscado pela ilusão da saúde, dêsses para quem são inúteis a esmola e o dispensário, é urgente que o Estado cuide, fazendo a obra de solidariedade humana e de defesa social a um tempo.

A veneranda instituição de caridade, que tanto nos orgulha e mais nos beneficia, a Santa Casa de Misericórdia, já não pode bastar, só, a êsse sacrifício. Com o crescimento, cada dia mais sensível, da nossa população, os seus hospitais repletos carecem de novos leitos para novas dedicações ao benefício humano. Só em um dêles, o seu grande hospital, destinado às moléstias agudas, trezentos leitos são ocupados por tuberculosos. Sabeis em que fase adiantada do mal procura o doente êsse refúgio último da hospitalização; êsses tuberculosos aí ficam longos meses à espera da morte, ocupando um leito útil, porque proporcionaria em igual tempo muitas curas e melhoras, esgotando uma ciência benemérita e uma caridade angélica, porque não é só preciso prolongar-lhes a vida triste, mas defender contra a infecção dêles todos os outros que aí vão ter, buscando a saúde.

O recurso é intuitivo: seria a criação de um hospital de tuberculosos, onde pudessem receber, com proveito maior e possível eficácia para êles os cuidados médicos, e onde não pudessem lesar a comunidade pelo perigo da infecção.

Nesse sentido procurei entender do assunto, para servir aos vossos desígnios, e do que apurei vos trago uma notícia e um pedido.

A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro presta-se a concorrer com a quantia de 150:000$000, devendo o Estado conceder, para complemento orçamentário do projetado edifício, o que exceder daquela importância.

Com tais verbas poder-se-á, em lugar conveniente, construir para o mister algumas enfermarias, podendo comportar duzentos leitos destinados aos tuberculosos carecedores de hospitalização.

No intuito ainda de facilitar a ação do govêrno e cumpir também a sua missão benemérita, a Santa Casa de Misericórdia aceita o compromisso de administrar êsse serviço de assistência, partilhando pela metade o ônus do custeio.

Acredito que está talvez aí o início da solução dêsse problema urgente, que tanto preocupa a todos os bons brasileiros que cuidam do assunto.

Os podêres públicos, que justamente assumiram todos os extraordinários encargos do saneamento do Rio de Janeiro, e com recursos exclusivos do erário nacional, deram vantajoso combate aos aludidos flagelos, não me parece lícito recuem agora, quando nesta questão de assistência os compromissos, apenas em parte, pesarão sôbre o Tesouro Federal.

Para satisfazer tais encargos, não dispõe êste Ministério de recursos nas suas dotações orçamentárias; por isso, se assentirdes ao exposto, lembro-vos a conveniência de enviar o assunto ao Congresso Nacional, pedindo-lhe os créditos necessários.

Submetendo ao vosso esclarecido juízo estas ponderações e êstes reclamos, confio que nêles vereis – mais que o dever de procurar bem vos servir – o desejo veemente, que tenho, de cumprir vossos mandados, na norma do govêrno que vos traçastes: servir ao bem público."

Foi o primeiro documento em que o govêrno federal cuida do problema, encarando-o do ponto de vista da premente necessidade de leitos para hospitalizar tuberculosos indigentes. Na sua visão clara de homem de Estado, o Ministro Félix Gaspar considera o momentoso problema, dizendo: "acredito que está talvez aí o início da solução dêsse problema urgente, que tanto preocupa a todos os bons brasileiros que cuidam do assunto."

Em verdade era o primeiro passo claramente atingido na iniciativa do govêrno.

A 8 de abril de 1907, Osvaldo Cruz encaminhava ao govêrno o seu plano de combate à tuberculose:

"Finda hoje o prazo dentro do qual a Diretoria-Geral de Saúde Pública se comprometeu perante o govêrno a extinguir no Rio de Janeiro a febre amarela sob a

forma epidêmica, desde que lhe fôssem concedidos os elementos que julgava indispensáveis. O govêrno do Exmo. Sr. Dr. Rodrigues Alves forneceu, depois de os ter solicitado e obtido do Congresso, todos os elementos pedidos pela Diretoria de Saúde, e, hoje, folgo em levar ao conhecimento de V. Ex.ª que, graças à vontade e firmeza do govêrno, a febre amarela já não mais devasta, sob a forma epidêmica, a capital da República. Alenta-nos além disto a esperança de que, num futuro mui próximo, possamos riscar por completo da nossa estatística nosológica a moléstia que durante tantos anos constituiu o maior óbice ao nosso progresso.

As condições sanitárias da capital da República são, atualmente, bastante favoráveis. A mortalidade geral decresceu e, mais ainda, desceu a porcentagem das moléstias infectuosas em relação à mortalidade geral. Infelizmente, porém, êste decréscimo não atingiu à cifra que deverá alcançar. Se examinarmos, detalhadamente, os fatôres constitutivos da curva das chamadas moléstias evitáveis, veremos que quase tôdas sofreram uma sensível diminuição; uma, porém, permanece inalterada, por assim dizer, continuando a ceifar as vidas na maior pujança de sua atividade produtiva: a tuberculose quase não foi influenciada pelas medidas sanitárias postas em prática. E não foi porque não foi feita sua profilaxia específica.

Hoje, para que se possa dar combate proveitoso a uma dada moléstia infectuosa, é preciso estabelecer um conjunto de medidas orientadas de acôrdo com o modo de ser de cada moléstia. A profilaxia de algumas é fácil e pouco dispendiosa, a de outras é difícil e custosa; os resultados, porém, acompanham as medidas como a sombra ao corpo.

De tôdas as moléstias evitáveis, a de profilaxia mais difícil é indubitavelmente a tuberculose.

Não é ela, porém, impossível e, se houver no mundo um país capaz de ter a suficiente coragem e energia para encarar de frente êste problema, não fugindo às numerosas dificuldades materiais e morais que seguem de perto o mecanismo profilático indispensável, êste país terá afastado de suas terras o maior flagelo da humanidade, terá resolvido um dos brilhantes problemas científico-sociais.

Conhecendo de perto os hábitos de nossa população, contando com o auxílio inestimável de um grupo de profissionais que têm dado provas das maiores dedicações à causa pública, a Diretoria de Saúde vem trazer ao conhecimento de V. Ex.ª que, se lhe forem fornecidos os indispensáveis meios de ação, ela poderá empreender, com grandes probabilidades de êxito, a luta contra a tuberculose, que

sofrerá uma tal redução que, certamente, dadas as condições excepcionais de nosso meio, não pôde ainda ser conseguida pelas demais nações que já abordam êste importante problema social.

Para elucidar a questão, esta Diretoria pede licença para expor a V. Ex.ª as idéias que tem sôbre o assunto e os meios que julga capazes de conduzir aos resultados práticos a que elas seguramente levarão, se os podêres dirigentes do nosso país quiserem fornecer-lhe os indispensáveis recursos.

Para combater uma moléstia infectuosa temos que lançar mão de medidas que anulem suas causas produtoras. Estas causas podemos dividi-las em "determinantes" e "predisponentes". A causa determinante da tuberculose é o bacilo específico. As causas predisponentes são várias, e são tôdas aquelas que diminuem as resistências naturais que o organismo opõe à infecção. No caso vertente da tuberculose, são mais importantes, entre outras, as que entendem com as questões de arejamento e iluminação do domicílio, condensação de população nas habitações, oscilação da atmosfera domiciliária, deficiência de alimentação, esgotamento físico e moral, predisposições hereditárias etc. À vista do exposto, a profilaxia antituberculosa pode ser direta, indireta e mista.

A direta tem por fim lutar contra a causa determinante – é a luta contra o bacilo. Sem o bacilo de Koch não há tuberculose. É o elemento profilático de mais importância, é o ataque direto à fonte, à origem do mal. É a destruição das raízes no extermínio da árvore daninha.

Coloque-se um indivíduo enfraquecido, esgotado, não alimentado, na pocilga mais anti-higiênica, sem ar, sem luz, com o cubo de ar insuficiente, mas situada em uma zona completamente privada de bacilos da tuberculose, e êste indivíduo "nunca" será um tuberculoso, será um tuberculizável, quando muito, isto é, estará em condições excepcionais de receptividade para contrair a moléstia, desde que sobrevenham os bacilos específicos, e contrairá o mal muito mais fàcilmente do que os indivíduos colocados em condições higiênicas favoráveis. Mas, se não houver bacilos, 'nunca' haverá tuberculose. Portanto, a profilaxia direta, a luta contra o bacilo, é o elemento preponderante, capital, primordial, no extermínio da tuberculose.

Na luta indireta, o higienista procura fortalecer, dar ganho de causa a uma das fôrças antagônicas que entram em jôgo no mecanismo produtor da infecção. Com efeito, nos lugares infectados o organismo é o campo em que se trava constantemente uma luta entre os bacilos que produzem a moléstia e as fôrças naturais de defesa

orgânica. Quando estas decrescem e fraqueiam, a infecção se estabelece, progride e avassala. Pois bem, quando por meios adequados se procura levantar e exaltar as fôrças naturais de defesa orgânica, o bacilo é aniquilado e a infecção não se estabelece. É a profilaxia indireta. Forneçam-se habilitações higiênicas, alimentação abundante e boa, não se permita o trabalho das crianças nas fábricas, evitem-se os esgotamentos orgânicos de causas higiênicas, físicas e morais; enfim, ponha-se todo o conjunto completo capaz de erguer a resistência orgânica, que se terá fornecido ao organismo a arma de luta que fará sucumbir o bacilo assaltante.

Poder-se-ia chegar a um resultado favorável na luta contra a tuberculose por êste caminho, mas fàcilmente se compreenderá quão tortuosa e longa seria a estrada a trilhar, que dificuldades inauditas a superar e quantas vidas seriam sacrificadas, até que pela seleção se conseguisse constituir uma população de resistentes. É a destruição da fronde no extermínio da árvore daninha; enquanto houver raízes, haverá brotos a destruir.

Na profilaxia mista por-se-ão em jôgo os elementos das profilaxias direta e indireta.

É a profilaxia prática. Vê-se, porém, que os elementos que devem predominar, promanarão, sobretudo, da profilaxia direta: sem bacilos não há tuberculose.

Estabelecidas estas preliminares, que servem para demonstrar que a fórmula profilática na tuberculose não é tão simples, que se possa resumir em algumas medidas colhidas dentre as que constituem a profilaxia indireta: construção de casas para proletários, fiscalização das fábricas, oficinas etc., passemos a expor, sob uma fórmula sintética, as bases da profilaxia antituberculosa, tal como a compreende a Diretoria de Saúde, e tal como ela a executará se assim o entender V. Ex.ª, e se lhe forem fornecidos os elementos de que carece.

Os bacilos que infectam provêm dos homens e dos animais tuberculosos e podem contaminar o homem são, diretamente, isto é, pela passagem dos bacilos dos doentes sãos, ou indiretamente, quando esta passagem se dá por intermédio de objetos: alimentos, poeiras, roupas etc.

O primeiro passo consiste no conhecimento dos focos infectantes, isto é, dos tuberculosos: homens e animais.

A notificação compulsória de todos os casos de tuberculose é a medida primordial, completada pelo conhecimento dos animais tuberculosos, que podem infectar o homem e de que mais adiante trataremos.

O homem tuberculoso pode ser infectante, quando os bacilos se exteriorizam, ou não infectante quando, já afetado de tuberculose, os bacilos estão ainda enclausurados na trama dos tecidos, onde se acham imobilizados e de onde podem sair para contaminar as demais pessoas.

Diversas serão as medidas a tomar nestas duas conjunturas. Quando se tratar de tuberculose infectante, há a considerar os doentes válidos e inválidos. Os primeiros, os válidos, serão tratados e educados nos sanatórios ou nos domicílios, sob a imediata e contínua fiscalização das autoridades sanitárias: êles curar-se-ão ou aprenderão a não ser nocivos a si próprios e ao próximo.

Esta educação profilática do tuberculoso é de um valor capital na luta contra a tuberculose.

O doente é prejudicial não só ao próximo como a si mesmo, porquanto os bacilos que êle elimina não só contaminam as pessoas que dêle se acercam, mas, sobretudo, produzem auto-infecções, de maneira que o próprio tuberculoso, se não obedecer aos preceitos profiláticos já perfeitamente codificados, infectará por meio de seus próprios bacilos zonas de seu próprio organismo que tenham sido poupadas pela infecção. O tuberculoso infectante, sem educação profilática, é um círculo vicioso de infecções: infectado, cura-se da primeira infecção que, por sua vez, gerará uma segunda que produzirá uma terceira, até que o organismo, que poderia lutar vitoriosamente contra uma infecção primária, sucumbe ao pêso das reinfecções sucessivas. De modo que o tuberculoso, fazendo sua educação profilática, preservando o seu próximo da infecção (sentimento altruístico), preservar-se-á a si próprio de reinfecções que o aniquilarão, se não forem evitados (instinto de conservação). Assim sendo, os rigorosos cuidados de profilaxia aprendidos nos sanatórios ou nos domicílios, e executados sob a vigilância imediata e contínua da autoridade sanitária, serão recebidos como medida salvadora pelas famílias, que se premunem assim contra a infecção, e pelo próprio tuberculoso, que se preserva de novas infecções, garantindo dêste modo a própria cura, porque a tuberculose é a mais curável das moléstias evitáveis.

Para que tais medidas referentes aos tuberculosos infectantes válidos surtam efeito, é mister proceder à educação do doente, para o que é de absoluta necessidade seu afastamento das coletividades confinadas: repartições públicas, fábricas, colégios, oficinas etc.

Para que tal afastamento se torne prático é indispensável que se instituam medidas consubstanciadas em leis e que tenham por fim, retirando os tuberculosos das aglomerações sociais, garantir-lhes o bem-estar e os elementos de vida durante o período de rratamento e de educação profilática.

São necessárias leis que autorizem a aposentadoria temporária ou definitiva dos funcionários tuberculosos, o seguro obrigatório contra a moléstia para os operários e empregados no comércio e na indústria.

Garantido assim o bem-estar do tuberculoso infectante e de sua família, é mister dotar a cidade de instituições em que se possam fazer o tratamento e a educação sanitária do tuberculoso: os sanatórios de altitude e marítimos, por onde serão distribuídos os tuberculosos, de acôrdo com as formas clínicas de sua infecção; as colônias sanitárias agrícolas, onde o tuberculo infectante válido poderá, sem prejuízo para sua própria saúde e para a do próximo, exercitar a sua atividade fora da atmosfera viciada das cidades, dedicando-se aos misteres da agricultura, assim como os hotéis e casas de pensão para tuberculosos que, não tendo domicílio próprio, não puderam permanecer nos estabelecimentos adequados.

Quanto ao tuberculoso não infectante, êle será colocado sob a tutela sanitária, que procurará mostrar-lhe o caminho da cura e que, nos casos de inobservância dos preceitos aconselhados, surpreenderá o momento em que se torne infectante, para que seja submetido ao regime apontado.

Quanto aos tuberculosos inválidos, aquêles em que as reinfecções superpostas aniquilaram a resistência do organismo, mas em que êste ainda luta até o esgotamento da última parcela de resistência, para êstes deverão ser instalados os hospitais, convindo ser afastados das enfermarias gerais, onde infectarão os demais doentes que dêles estiverem próximos, ou então sofrerão o completo isolamento domiciliário sob a vigilância contínua da autoridade sanitária, que estabelecerá as medidas profiláticas de acôrdo com os casos. Isto quanto ao homem tuberculoso.

Quanto aos animais, as atenções devem convergir para os bovídeos, que são as fontes mais constantes de infecção. Esta pode provir do animal tuberculoso que, em vida, infecta: primeiro, as pessoas encarregadas de seu tratamento, e, segundo, fornecem leite infectado, que poderá ser prejudicial de dois modos: conferindo a tuberculose quando ingerido cruz, ou sob a forma de laticínios (manteiga, queijo), ou agravando sèriamente os tuberculosos, quando ingerido após cocção, pela quantidade de produtos específicos de origem tuberculosa que possuem e que

resistem ao calor, tendo a propriedade de agravar as lesões tuberculosas já existentes. Infectam também os bovídeos quando sacrificados tuberculosos e fornecem produtos contaminados para a alimentação.

Destas noções decorrem as medidas sanitárias seguintes: fiscalização cuidadosa dos animais produtores de leite; tuberculinização sistemática das vacas leiteiras e proibição de estabulação de animais que não tenham sido examinados; fiscalização da indústria dos laticínios no seu ponto de origem; fiscalização cuidadosa dos matadouros, com proibição absoluta de matança clandestina.

Teremos assim atendido, na profilaxia direta, à contaminação direta. No que se refere à contaminação indireta, há a encarar a contaminação pelos alimentos (o veículo mais comum e importante da infecção tuberculosa), pelas poeiras que, sendo bacilíferas, atuam sobretudo quando deglutidas, e pelas roupas, que podem servir de sustentáculos às poeiras e produtos infectantes. Decorrem daí as medidas profiláticas seguintes: fiscalização de tôdas as substâncias alimentícias que possam ser portadoras de produtos ricos em bacilos; desinfecção de todo material (copos, pratos, xícaras, talheres etc.) utilizados nos estabelecimentos destinados a êste fim (hotéis, restaurantes, confeitarias, cafés etc.). Para isto convém estabelecer regulamentação especial que firme medidas relativas não só às instalações de tais casas, como às normas de proceder que nelas devem ser observadas.

Quanto às poeiras, dever-se-ão estabelecer medidas tendentes a evitar a disseminação dos escarros secos, sob a forma de poeiras, regularizando-se o serviço de varreduras não só das ruas, praças e demais logradouros públicos, como dos domicílios, organizando-se um serviço de limpeza de móveis, tapêtes etc., por meio da aspiração.

No que se refere às roupas, urge estabelecer um serviço fiscalizado de lavanderias públicas, fazendo-se desaparecer as inúmeras pequenas lavanderias esparsas por tôda a cidade.

Em largos traços fica esboçada assim a profilaxia direta. Vejamos quais os elementos da profilaxia indireta.

Esta tem de lutar contra as causas predisponentes ou favorecedoras. Destas as que são capazes de sofrer nossa intervenção, podem ser grupadas em individuais e gerais. Nas primeiras há a considerar a tara hereditária, que poderá ser modificada pela educação especial dos filhos de tuberculosos em escolas agrícolas ou em outros estabelecimentos em que os exercícios físicos modernos, de parceria

com outras medidas tendentes a conferir grande resistência aos organismos enfraquecidos, sejam postos em prática metódicamente.

Quanto aos outros fatôres individuais, como os excessos, os vícios, etc., seriam matéria para conselhos e para o ensino, que deverá ser obrigatório nas escolas primárias e secundárias, no que se refere a higiene.

O alcoolismo poderá ser minorado, não só pela educação, como por uma legislação especial.

Dos fatôres gerais primam pela importância as questões do domicílio e da alimentação. O melhoramento do domicílio tem sido uma das cogitações maiores da Diretoria de Saúde e muito já se tem feito sôbre o assunto, restando, porém, ainda, muito a fazer. No domicílio, além das medidas tendentes a melhorar suas condições de habitabilidade, há a desinfecção do meio contaminado pelo tuberculoso, que tem sido feita sistemàticamente de acôrdo com a história sanitária do prédio.

A insuficiência de habitações para classes proletárias é sensível. Esta questão deve ser abordada pelo govêrno, que julgamos dever intervir diretamente na construção delas, ficando tôdas sob a direta dependência da Diretoria de Saúde. As construções de tais domicílios deverão ser feitas pelo próprio govêrno, para o que se estabelecerá um impôsto especial que, com os produtos dos seguros obrigatórios dos operários de fábricas, oficinas etc., dos empregados em casas comerciais e de indústrias particulares, servirá também para auxiliar a construção de sanatórios, hospitais, postos de desinfecção, dispensários, estações agrícolas e demais instalações necessárias à campanha profilática.

Resta tratar da questão que diz respeito à alimentação no que se refere, não à sua contaminação, mas à sua qualidade. Para isto, à Diretoria-Geral de Saúde Pública convém ser entregue a fiscalização exclusiva dos gêneros alimentícios, não só no que diz respeito à sua qualidade e valor alimentar, como também no que se refere às suas falsificações e sofisticações. Finalmente, resta vedar a entrada, no Brasil, dos homens e animais tuberculosos procedentes do estrangeiro.

Eis, Ex.^{mo} Sr. Ministro, em largos traços, o problema tal como é êle compreendido pela Diretoria de Saúde.

Se V. Ex.^{a} ordenar que seja iniciada desde já, como urge, a campanha contra a tuberculose, permitimo-nos apontar a V. Ex.^{a} os meios práticos que nos parecem mais exeqüíveis e de que desde já podemos lançar mão, à espera dos que com o tempo possam ser completados.

Para a solução da questão atual, basta a ponderação do filho criterioso que, convidado pelo pai a quebrar um feixe de varas, conseguiu o que seus irmãos mais fortes, porém mais sôfregos, não fizeram, porque não tiveram, como êle, a sabedoria de quebrar uma a uma as varas que constituíam o molho, querendo fazer a operação de um só jato.

Para tornar efetivo e colocar no terreno da prática o problema traçado, são necessárias medidas das quais umas dependem do Poder Legislativo, outras que poderão ser postas desde já em prática pelo Poder Executivo *ad referendum* do Poder Legislativo e outras, finalmente, que dependem exclusivamente do Poder Executivo.

1.° – Modificar e completar o Regulamento Sanitário vigente com o intuito de:

a) tornar geral a notificação de todos os casos de tuberculose;

b) estabelecer as condições, instalações e fiscalização de estabelecimento de comestíveis etc.;

c) criar a vigilância domiciliária dos tuberculosos;

d) estabelecer o serviço de profilaxia dos escarros dos tuberculosos, com as necessárias instalações;

e) estabelecer a fiscalização dos estabelecimentos de convívio e de habitação coletiva, públicos e particulares, regulamentando a admissão nêles.

2.° – Instituir desde já sanatórios e hospitais, para o que poderão ser aproveitados o lazareto da Ilha Grande, o Hospital Paula Cândido e o sanatório construído pelo Ministério da Guerra nos Campos de Jordão.

Como medida necessária, *ad referendum* do Congresso:

Estabelecimento do pessoal destinado a constituir uma seção análoga à existente para a febre amarela e destinada ao serviço de profilaxia específica da tuberculose.

O Congresso Nacional dotará o govêrno:

a) das leis necessárias para tornar efetivos êstes serviços, concedendo-lhe as necessárias verbas;

b) das leis referentes à aposentadoria dos funcionários tuberculosos, ao seguro obrigatório dos operários das fábricas, oficinas etc., contra a

tuberculose, e ao impôsto para a luta contra a tuberculose, com o que o povo contribuiria com o govêrno para a construção de tôdas as custosas instalações necessárias (hospitais, sanatórios, desinfetórios, habitações para proletários etc.);

c) das leis proibindo a entrada de tuberculosos, humanos e animais procedentes do estrangeiro.

Como medida final e de suma importância, para que o desiderato se transforme em realidade, é preciso que todos os serviços relativos à profilaxia da tuberculose sejam de iniciativa oficial e entregues à direção exclusiva de um só departamento da pública administração.

Se V. Ex.ª aquiescer no pedido constante da exposição acima e se se dignar de concordar com o programa traçado, V. Ex.ª não extinguirá talvez por completo a tuberculose, mas reduzila-á a cifra tão diminuta, que nossa capital poderá ser apontada como o modêlo das cidades salubres, a que aliás ela tem incontestável direito, prestando assim o mais relevante serviço que um govêrno pode prestar ao seu país.

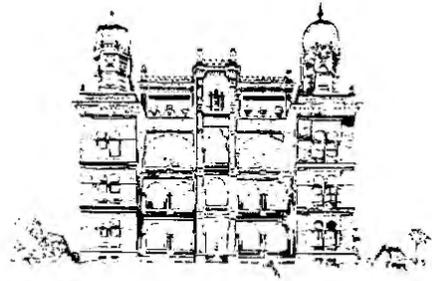
Aguardamos confiantes as ordens com que V. Ex.ª se dignar de honrar a repartição que temos a honra de dirigir."

❖ ❖ ❖

Como se vê, o plano proposto pelo então diretor de Saúde Pública encarava com otimismo o magno problema que lida com a colaboração maléfica de fatôres sociais múltiplos e complexos, apenas mencionados no plano esboçado. É evidente, todavia, que se tivéssemos começado naquela época a cuidar do assunto, algumas providências poderiam ter sido encaminhadas, entre as quais a da hospitalização urgente, que, se acudida, teria evitado muitas fontes de infecção, com a segregação dos contagiantes. Esta providência teria minorado a situação que, em 1947, se configura aflitiva pela escassez de leitos. Escrevemos: "Deveríamos ter na cidade seis a sete mil leitos e não chegamos a contar dois mil! Os tuberculosos sofrem e chegam aos últimos dias de vida miserável, sem alcançarem um leito para morrer! É esta a situação atual na capital da República no ano da graça de 1947, ou seja, quarenta anos depois do plano gizado por Osvaldo Cruz. Logramos alguns *dispensários*, pobres de recursos, principalmente de enfermeiras visitadoras, que

acompanhem os doentes em seus domicílios e tentem a educação profilática; contamos, igualmente, com as leis de aposentadoria; a calmetização, elemento útil de combate, talvez o mais valioso nas circunstâncias atuais (não conhecido ainda naquela época), é ainda insuficiente, dada a limitação de verba para custeá-la na extensão necessária. Das providências sociais quanto à alimentação, habitação salubre, preparo de técnicos, não se cogita, a não ser em discussões acadêmicas e comentários na imprensa. De prático, nada. O problema da tuberculose, sempre pôsto e nunca atendido, espera o seu dia: não sòmente outro "Osvaldo Cruz", mas também outro "Rodrigues Alves...".

CAPÍTULO XV

SERVIÇO SANITÁRIO DOS PORTOS

AO ASSUMIR o seu cargo, o diretor-geral de Saúde Pública conhecia o estado precário dos portos, em matéria de higiene. A defesa marítima e fluvial, com pessoal deficiente e mal retribuído, não dispunha de material indispensável às suas funções de sentinela à entrada dos males que se servem traiçoeiramente dos meios normais de transporte. Era imprescindível tentar a reparação imediata das condições deficitárias em que, nesse setor de vanguarda, permanecia a defesa sanitária do país.

Concebeu então o diretor o plano de verificar *de visu*, no menor prazo possível, a realidade precária e propor as medidas indispensáveis em cada caso concreto. Partiu a 27 de setembro de 1905, em companhia do seu secretário, Dr. J. Pedroso, no rebocador *República*, visitando ao longo do litoral – Cabo Frio, Vitória, Caravelas, Pôrto Seguro, Santa Cruz, Bahia, Aracaju, Maceió, Penedo, Tamandaré, Recife, Cabedelo, Natal, Mossoró, Fortaleza, Amarração, São Luís do Maranhão, Belém, Santarém, Óbidos, Paratins e Manaus.

Tornou ao Rio a 6 de dezembro de 1906, consumindo sessenta e oito dias nessa viagem de inspeção.

Era mister fazer o turno do Sul, para completar a informação sôbre nossas deficiências. Realizou-o o diretor, em fevereiro de 1906, rumando para Santos e daí, com escalas, até Corumbá, de onde regressou ao Rio de Janeiro, apresentando depois, ao govêrno, um plano completo de aparelhamento dos portos brasileiros, consoante as impessoais necessidades de defesa sanitária.

Como êsse plano não tivesse sido executado, em 1921, um deputado baiano, seguindo suas sugestões, o renovou na Câmara, em relação ao Norte. O projeto então aprovado e também não executado, é o seguinte e consta do livro do Dr. Sales Guerra:

"O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º – O govêrno federal sistematizará medidas de defesa sanitária no norte da República, obedecendo ao seguinte plano:

a) – defesa marítima e terrestre, principalmente litorânea, de referência às grandes epidemias cosmopolitas (cólera, tifo exantemático, gripe pandêmica etc.), aparelhando os portos do Norte de dois elementos essenciais de ação sanitária, quais sejam um pavilhão de isolamento no Pará, Recife e Bahia, e um pôsto ou estação de desinfecção nos dois últimos Estados, para tratamento sanitário dos navios infectados, devendo o govêrno da União entrar em acôrdo com os governos dos Estados, para a respectiva locação;

b) – defesa terrestre, visando: 1.º – a febre amarela no interior dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, nos focos que ainda subsistem; 2.º – a peste nos Estados em que tem sido notificada, atuando com medidas de ação permanente, ainda de acôrdo com os Estados, para vencer a constante endêmica; 3.º – medidas de referência às endemias rurais, à tuberculose, à lepra e doenças venéreas, à higiene infantil, à fiscalização dos gêneros alimentícios, à fundação de hospitais, em suma, de quantas providências neste sentido cogita o atual regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, atribuídas às comissões estaduais de saneamento rural;

c) – o Departamento Nacional de Saúde Pública poderá confiar, como até agora, às comissões de profilaxia rural nos Estados, os encargos contra a febre amarela e a peste, mandando comissões especiais às unidades da federação que não solicitarem acôrdo com a União para o combate às endemias locais.

Art. 2.º – Para o custeio dos serviços declinados na presente lei fica o govêrno federal autorizado a organizar os respectivos orçamentos e a abrir os necessários créditos, aproveitando para isto as verbas especiais destinadas aos trabalhos de saneamento rural, ou, na insuficiência destas, de uma parte do impôsto sôbre o álcool.

Art. 3.º – Revogam-se as disposições em contrário.

Assinaram o substitutivo todos os membros da Comissão de Saúde Pública, e a Comissão de Finanças, a que foi submetido, aprovou-o também unânimemente, terminando o seu parecer nestes têrmos:

"O substitutivo não cria novas taxas ou impostos, e nem tampouco cogita de créditos estranhos aos recursos orçamentários existentes.

Destarte a Comissão de Finanças, reconhecendo a utilidade do projeto, aconselha à Câmara a aprovação do substitutivo da Comissão de Saúde Pública."

Pois, apesar dêsse apoio geral, e de reconhecerem todos a utilidade do substitutivo e a urgência das medidas sugeridas, nada se fêz para melhorar as condições de defesa sanitária dos portos do Norte do Brasil!

* * *

A viagem de Osvaldo Cruz foi sempre incômoda em tôda a travessia e, por vêzes, chegou a ser tormentosa. Um simples rebocador, da flotilha da Saúde Pública, sem confôrto e sem lastro, dançava sôbre as ondas, amargando as horas do passageiro não habituado ao mar. Nem o isolamento, de que tanto gostava, lhe poderia sorrir em tais condições de desconfôrto. São fartos os episódios da arrojada emprêsa, sobretudo os de terra firme, com manifestações, banquetes, discursos, a começar na Bahia, onde foi saudado pelo seu antigo condiscípulo e amigo, Prof. Gonçalo Moniz. Às saudações em cada pôrto, Osvaldo Cruz respondia sempre em meia dúzia de palavras, sempre as mesmas, invariàvelmente inexpressivas e tartamudeadas, que o companheiro, já farto de ouvi-las, arriscou o conselho de arejar o cansado "improviso". Recusou Osvaldo, alegando que os adjetivos dos discursos laudatórios eram também invariáveis, conquanto diversos fôssem os oradores. De então, para variar um pouco, começou a falar mais baixo e nem o secretário conseguia ouvir.

Na imprensa do Rio de Janeiro, os jornais comentaram a empreitada, fantasiando o cronista quando lhe dava no momento, a veia laudatória, satírica ou humorística. No Congresso, um deputado proferiu um discurso sob a forma de folhetim com o seguinte sumário:

"A excursão do Sr. Osvaldo Cruz – Um folhetim parlamentar. Viagem em navio especial. As precauções do diretor de Saúde. O general da brigada de mata-mosquitos. O exército de terra e mar da higiene. A esquadra da Saúde. O assobio musical do Dr. Pedroso. Galernos ventos. Boa viagem, boa viagem."

Um sonêto da época vale a pena ser transcrito:

EM VIAGEM

Já vai cortando o mar, velas ao vento,
O iate elegantíssimo: conduza
Êle ao destino, a paz e salvamento,
Cruz que em santa cruzada os mares cruza.

Seja-lhe sempre azul o firmamento,
Onde o astro rei, feérico, reluza,
E enfim, plante-se ao norte um monumento
Que a glória e a fama do Formol[1] *traduza.*

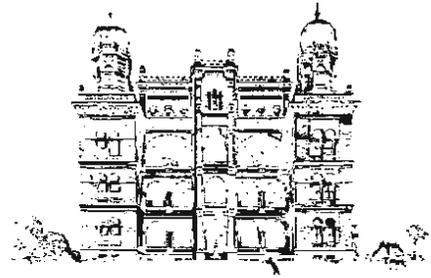
No camarote, em plácido repouso,
O Osvaldo dorme, e o vento é tão macio
Que lembra imenso beijo caricioso.

Tudo é silêncio em tôrno do navio,
Só se ouve o som das árias do Pedroso,
Nosso grande Caruso... do assobio.

---

[1] Solução de aldeído fórmico, substância germicida, empregada em desinfecções.

CAPÍTULO XVI

PROVIDÊNCIAS E INCIDENTES ADMINISTRATIVOS

COGITOU a administração sanitária de voltar sua vista para a fiscalização de gêneros alimentícios, de ostensiva necessidade.

A carne do único matadouro, existente em Santa Cruz, subúrbio no extremo norte da cidade, provinha de animais mal conduzidos e pior mantidos em campos maltratados até o momento de serem abatidos. A fiscalização era insuficiente; a remoção para a cidade em vagões impróprios colaborava para torná-la pior. A Prefeitura, que superintendia o serviço, atendendo ao clamor público, melhorou as condições, sem atendê-las como devia, construindo matadouro modêlo, que ainda não existe no serviço municipal. Melhores condições oferece o serviço de iniciativa particular de Nova Iguaçu, que só tem do poder público a colaboração da má vontade.

O leite, já naquele tempo em pequena quantidade, mal distribuído, fraudado, não teve senão mais algumas providências com a reforma Carlos Chagas. Ainda hoje, porém, deixa muito a desejar êsse fornecimento à população.

Respondendo a uma interpelação, disse o diretor:

"Não era possível atacar os dois serviços ao mesmo tempo. Comecei, porém, a ação contra 'os venenos da alimentação' há oito meses, nomeando a comissão de análises dos gêneros alimentícios e facilitando-lhe os meios de bem executar o serviço. Ela é constituída de um médico, Dr. Alberto da Cunha, funcionário da Saúde Pública, e dos químicos farmacêuticos Drs. Del-Vecchio e Lourival Milanez.

O nôvo regulamento sanitário me confere plenos podêres de agir proficuamente; por isso estou seguramente convencido dos bons resultados da nova campanha,

que não será menos áspera que a que estamos ultimando, dada a enorme soma de interêsses que inevitàvelmente teremos de ferir."

E acrescentou:

"Estou firmemente deliberado a dedicar ao serviço de fiscalização dos gêneros alimentícios – serviço de salvação pública – os mesmos esforços que empreguei para jugular as epidemias.

Acabo de folhear o relatório da comissão que nomeei para percorrer os estábulos e dizer das condições em que êstes se acham e do estado sanitário das vacas leiteiras. A aplicação da tuberculina revelou em todos os estábulos percentagem assustadora de vacas tuberculosas. Em um dêles, de sete vacas existentes, quatro reagiram fortemente à tuberculina: estavam tuberculosas. Tenho em estudo uma série de providências, que bem tomadas, espero, atenuarão os efeitos dessa calamidade."

A ação sanitária sôbre os estábulos para logo sofreu o embate da reação dos proprietários, que apelaram para o Poder Judiciário, neutralizando a providência de eliminar as vacas em que a prova tuberculina era positiva. Tal situação prolongou-se até 1937, quando na administração do Prefeito Henrique Dodsworth, a Secretaria de Saúde e Assistência conseguiu, em serviço sistemático, retirar as vacas doentes, em grande maioria, e fechar os estábulos urbanos. Foi uma medida salutar que teve início na administração Osvaldo Cruz.

❖ ❖ ❖

Em 1906, ocorreu no Rio um incidente de fiscalização do exercício da medicina que teve enorme repercussão no ânimo público. Foi o caso do Dr. Urbino de Freitas, médico português, condenado em seu país e degredado para a África por ter envenenado seus sobrinhos, de cuja fortuna seria único herdeiro.

Obteve, anos depois, o perdão da pena, com a condição de não voltar a Portugal. Veio ter ao Brasil e quis exercer a profissão, primeiro em Campinas, depois no Distrito Federal. Por duas vêzes requereu permissão para clinicar, da segunda alegando sua extinta qualidade de professor em Portugal, além de três pareceres de jurisconsultos. Ambos os requerimentos foram indeferidos. Não obstante, o Dr. Urbino desobedece à resolução da autoridade e anuncia clínica, com consultório à Rua Teófilo Otôni, 16.

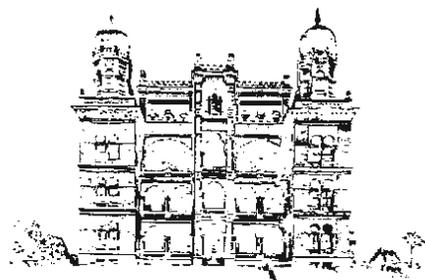
O diretor da Saúde Pública mandou processá-lo por exercício ilegal da medicina e enviou uma circular às farmácias da capital, proibindo que aviassem as receitas do citado médico.

Sem tomar conhecimento dos atos oficiais, o Dr. Urbino transferiu seu consultório para a Rua Sete de Setembro. O govêrno lançou mão da medida extrema e determinou a expulsão do infrator insubmisso. Foi detido, enquanto corriam os cinco dias para embarcar. Impetrada e concedida uma ordem de habeas-corpus pelo juiz federal, foi anulada pelo Supremo Tribunal por incompetência do juiz, para julgar da inconstitucionalidade da lei de expulsão.

Deixou, finalmente, o território nacional, como lhe impôs a lei brasileira.

A atitude do diretor da Saúde Pública nesse caso foi da maior firmeza, sem embargo de todos os apelos e da onda de sentimentalismo que se avolumou em favor do culposo médico.

CAPÍTULO XVII

OSVALDO CRUZ NA AMAZÔNIA

EM JUNHO de 1910 anunciava-se que a Companhia Madeira-Mamoré Railway, depois de ensaiar trabalhadores de várias origens regionais, até da China, não podia prosseguir sua emprêsa pelas péssimas condições sanitárias da região. Em tal situação, sua diretoria, associada à Companhia Port of Pará, resolveu contratar os serviços do grande cientista patrício, já consagrado como "o saneador do Rio de Janeiro."

Sofrendo o embate da oposição de sua família e de alguns amigos, Osvaldo Cruz, tendo ouvido a opinião de seu médico e grande amigo, Dr. Sales Guerra, aceitou o convite. Partiu, a 16 do mesmo mês, diretamente para a zona em que estava sendo construída a Madeira-Mamoré, acompanhado do Dr. Belisário Pena, seu antigo auxiliar na Diretoria de Saúde Pública.

A 25, chegou a Belém, conforme as seguintes notícias a Sales Guerra:

> *"Chegamos hoje ao Pará donde pretendo seguir diretamente para o Madeira e, por isso, serão muito raras as notícias que te poderei dar dessa segunda etapa de nossa jornada.*
>
> *A viagem tem sido esplêndida e creio que já aumentei de pêso."*

Com a data de 11 de julho, nova carta, de Pôrto Velho, ponto inicial da E.F. Madeira-Mamoré, cidade bem tratada do ponto de vista higiênico, verdadeiro oásis naquela região doentia. Dizia a carta:

> *"Aqui chegamos após esplêndida viagem durante a qual não me afastei uma linha de tuas determinações. Já estive estudando um pouco a região. Há aqui uma célebre*

cidade de Santo Antônio que é um verdadeiro horror do ponto de vista sanitário. Creio que no inferno não há região análoga. Pretendo permanecer aqui uns vinte dias para bem poder formar um juízo sôbre tôdas as questões que me interessam."

A 25 de julho, escrevia Osvaldo, de Candelária, a dois quilômetros de Pôrto Velho, onde se encontravam as instalações sanitárias americanas:

"Com que satisfação recebi tua boa cartinha e como te estou ainda mais grato (se possível) pela solicitude que tens tido com meus filhos doentes. Apesar de distante e longe dêles estou inteiramente tranqüilo e esta tranqüilidade, que vale dias de vida, devo-a à tua carinhosa amizade.

Meu caro, isto aqui é de impressionar. A cifra de impaludismo é colosal, mas isto não assusta: só cede a doses cavalares de quinina, mas cede. Mas, o que impressiona, é o beribéri, não pela quantidade, que é relativamente muito pequena, mas pela qualidade. Há ataques quase primitivos de pneumogastrite, e em poucos dias manifestam-se outros sintomas de nevrite do pneumagástrico, trazendo a morte no meio da mais trágica agonia. É um espetáculo tétrico. Tenho assistido aos últimos momentos de alguns dêsses desgraçados e que me deixaram impressão indelével. Mas, desde que haja oportunidade de remoção imediata a morte é evitável, de modo que os médicos daqui, que, seja dito de passagem, são de alta competência e de admirável dedicação, logo nos primeiros sinais fazem a remoção dos afetados, e têm salvo assim muitas vidas. Mas de tôdas as moléstias a que zomba de tudo e de todos é a pneumonia lobar que grassa com intensidade, matando 60% dos atacados que, em regra, são rapazes vigorosos e fortes. As condições aqui para contrair essa moléstia são favorabilíssimas. A umidade é enorme: pela madrugada os telhados gotejam, como após grandes chuvas. As diferenças de temperaturas são colossais, indo a mais de 10 graus. Durante o dia o calor é difícil de se suportar com a temperatura de 33.º, mas à tarde, cai bruscamente e tem-se uma terrível sensação de frio. Os operários trabalhando durante o dia transpiram abundantemente, e à tardinha, com a queda brusca de temperatura, resfriam-se facilmente.

Creio que ficarei aqui uns dez dias. Tenho trabalhado bastante. Faço diàriamente autópsias. Percorri tôda a linha e tenho meu juízo perfeitamente baseado e estou com os elementos necessários para aconselhar algumas medidas que se me afiguram bastante proficuas.

Agradeço-te mais uma vez os cuidados dispensados aos meus e peço-te que apresentes meus melhores respeitos à Comadre.

O Belisário envia-te cumprimentos. Tem-me cercado de todos os cuidados que lhe transmitiste."

Osvaldo Cruz instalou-se no Hospital de Candelária, estabelecimento de emergência, mas bem provido pelos médicos americanos que ali trabalhavam. Estudou as doenças locais e elaborou o plano de combate.

Em Pôrto Velho, um jornal *The Porto Velho, marconigram*, publicou suas impressões:

"Foi da mais agradável surprêsa a impressão que tive ao chegar em Pôrto Velho. Nunca tinha cogitado, que no recesso das florestas amazônicas fôsse encontrar um núcleo civilizado e civilizante, como é o centro de partida da nova via férrea: boas e confortáveis casas de habitação, abastecimento de água, canalização de esgotos, luz elétrica, fábrica de gêlo, lavandaria a vapor, telégrafo sem fio, um esplêndido hospital e o *Marconigrama*.

Quem vê Pôrto Velho, prevê, para breve, Guajará-Mirim. Porque não há dificuldades nem resistências naturais, que possam fazer face a quem encarou o problema da E.F. Madeira-Mamoré com a agudeza de vista, com que acaba de o ser feito agora. A competência, a energia, a inteligência e atividade dos dirigentes, aliados aos recursos técnicos mais modernos e eficazes deram notável impulso aos trabalhos e souberam acautelar a vida do pessoal com a indispensável tutela médica proficiente e carinhosa em região difícil como a que está sendo atravessada.

Outra surprêsa – essa ainda maior – me estava reservada e é a que respeita às moléstias da região. Ouvia falar em formas fulminantes de doenças, que matavam em instantes a mor parte do pessoal em pleno trabalho. Eram tôdas as pestes conhecidas e outras ainda indeterminadas que tinham escolhido a zona da Madeira-Mamoré, para assentar seus arraiais.

E, a não ser algumas moléstias outras em depresso número, entre elas o beribéri, que atacou apenas cinco por cento de todo o pessoal e para a qual a remoção da zona é a cura quase certa, só vim a encontrar a malária. Mas a malária ou impaludismo está na classe das moléstias que *só tem quem quer*, isto é, contra ela conhecem-se hoje medidas seguras bem estabelecidas e que postas em prática com rigor, preservam *com certeza* as pessoas de suas investidas. E se na Madeira-Mamoré ainda há malária, é porque ainda há recalcitrantes, teimosos ou surdos, que não querem ouvir os conselhos dos médicos que são repetidos a tôdas as pessoas e a todos os instantes: tomar *diàriamente* a quinina e *dormir* sempre sob mosquiteiros. É preciso que as duas medidas profiláticas *sejam postas em prática conjuntamente*.

O *Marconigrama* já se tornou eco das palavras do simpático e proficiente Dr. Lovelace: 'A vida sem quinina é morte.' Deve continuar nessa campanha humanitária, abrindo os olhos àqueles que não querem ver, mostrando-lhes a inocuidade do uso da quinina e as vantagens que ela trará, impedindo que 80 a 90% do pessoal adoeçam! Mas o uso da primeira deve ser aliada sempre ao emprêgo de mosquiteiro, mesmo que *aparentemente* não haja mosquitos nas zonas de trabalho. O mosquiteiro deverá ser usado de preferência logo após o pôr do sol, havendo menos perigo de ser picado pelos mosquitos alta noite do que no crepúsculo, que é a hora por êles preferida. Basta às vezes um só mosquito para dar a moléstia.

Por isso, ao sair de Pôrto Velho, extremamente bem impressionado pelo que vi e observei e grato à fidalga hospitalidade e inúmeras gentilezas recebidas, deixo, consignadas aqui, como última recordação e remate final as palavras já velhas, que todos estão habituados a ouvir dos lábios dos médicos de Candelária, que tanto se esforçam pelo bem-estar e pela conservação da saúde e vida do pessoal e que faço minhas: *Só terá saúde e conservará a vida quem usar da quinina e mosquiteiro*, ou mais sintéticamente:

'Quinina *plus* mosquiteiro igual a O Malária.'

Candelária, agôsto de 1910.

as.) Gonçalves Cruz"

A carta de 8 de agôsto, anunciando o regresso, dizia:

"Escrevo-te de volta aos pátrios lares, tendo terminado, de modo que julgo proveitoso, a missão de que fui incumbido. Consegui modificar os sistemas usados, com inteira aquiescência dos empreiteiros, que se mostraram muito reconhecidos, assim como os médicos, pela nova orientação que se inicia e que terá ainda de ser dilatada e completada após a exposição que já tenho feita para o C. Sampaio.

O que torna inóspitas as regiões do Madeira é o impaludismo. As outras moléstias, se bem que gravíssimas, são em cifra relativamente diminuta, inclusive o beribéri, que só ataca 5% do pessoal e mata 1%. Mas o impaludismo é de gravidade extrema e ataca 80 a 90% do pessoal. Os acessos perniciosos são comuníssimos, sendo muito freqüentes os acessos álgidos, com 35.º, 35.º5 graus de temperatura. O impaludismo daqui é extrema-

mente resistente à quinina. Só se podem influenciar os casos comuns com 3 gramas de quinina (cloridrato) aplicados em injeção intramuscular. A dose mínima nos acessos periódicos é de 5 gramas diários, sem o que nada se consegue. A dose de 60 centigramas diários de quinina, como preventivo, *não tem ação. É preciso elevar essa dose a 75 centigramas e 1 grama nas 24 horas. Aqui as doses terapêuticas de quinina estão ombreando com as doses tóxicas do medicamento.*

Como já deves ter tido notícia pelos jornais (que souberam a coisa antes que eu dela tivesse certeza), vou dirigir a campanha contra a febre amarela no Pará. Chegando ao Rio contratarei o pessoal e voltarei com êle ao Pará onde instalarei o serviço, voltando logo para aí, no fim duns vinte dias a um mês. E de quando em vez darei uma vista de olhos no que se estiver fazendo. Para o serviço gastarei 200.000$000 por mês e avaliei a despesa total em dois mil contos. Quanto às vantagens materiais que terei ainda não cogitei delas e deixei-as ao alvitre do governador. *Talvez agora êle me faça referências a êsse ponto."*

De passagem por Belém, ida e volta, entendeu-se com o govêrno, que o convidara para libertar o Pará da febre amarela. Recebido sempre com deferências especiais pelo govêrno, classe médica, imprensa e elite social, Osvaldo Cruz em carta a um amigo, referindo-se a tais demonstrações, dizia: "estão me deitando a perder, preciso partir quanto antes, senão me destreino; nós da Saúde Pública não estamos habituados a tais finezas..."

Tornou ao Rio, onde ia empreitar nova tarefa de amor a sua pátria.

A região do Madeira, na parte encachoeirada do rio, numa extensão de cêrca de 386 quilômetros, a navegação é impraticável, sendo necessário substituí-la pela viação férrea.

Na época da cheia, o rio transborda e alaga vastas zonas convizinhas, que se tornam imensos criadouros de mosquitos transmissores do impaludismo, principalmente as "*celias*" (*C. albimana e C. argirotarsis*).

Da constituição mórbida local, além do impaludismo (terçã benigna e forma tropical ou terçã maligna), fazem parte a pneumonia (50 a 60%), o beribéri, a disenteria, a ancilostomose, as febres eruptivas. Para carregar o quadro tétrico – o alcoolismo e a subalimentação.

Só a profilaxia química e a defesa mecânica era possível, sendo impraticável tratar as extensões alagadas.

A dose de 60 centigramas diários de um sal de quinina, como profilático, ficava inoperante. As pesquisas de Osvaldo Cruz determinaram então a dose útil, eficaz, que devia ser elevada a 75 centigramas. Concluindo seu relatório, aconselha Osvaldo Cruz as seguintes providências:

"1.ª – O chefe do serviço sanitário deverá ter a mais absoluta autonomia e exercer sua ação, relativamente à profilaxia, sôbre todo o pessoal superior e subalterno sem exceção de pessoa.

2.ª – O pessoal engajado sê-lo-á de preferência nas zonas não palustres, e será submetido a cuidadoso exame em Itacoatiara, nos pontões, onde serão tomadas as precauções para evitar o contágio pelo impaludismo que grassa em terra.

3.ª – Os infectados receberão desde logo tratamento intensivo pela quinina; sendo rejeitados os caquéticos, pouco capazes de produzir trabalho útil. Os sãos começarão a receber, diàriamente, 30 centigramas de cloridrato de quinina. Êste regime será continuado durante a viagem.

4.ª – Chegado a Pôrto Velho, o pessoal são passará a usar 75 centigramas de sal de quinina e o infectado sofrerá nôvo exame. Se êste fôr negativo, êle irá para o trabalho sob um regime próprio. Se fôr positivo será recolhido ao hospital, onde continuará o tratamento se houver conveniência, se não será rejeitado.

5.ª – O pessoal que seguir para os acampamentos receberá um cartão com o nome, número da chapa etc., fornecido pelo médico. Êste cartão será branco para os sãos e azul para os infectados tratados.

6.ª – Para cada cinqüenta trabalhadores haverá um distribuidor de quinina. Êste distribuirá diàriamente a cada trabalhador são – 75 centigramas de quinina. Os antigos infectados receberão à hora do jantar mais 75 centigramas.

7.ª – O distribuidor de quinina entregará diàriamente a cada operário, após a ingestão verificada da quinina, um bilhete com a data e assinatura. Sòmente à vista dêsses bilhetes é que será feito o pagamento ao pessoal, descontando-lhes tantos dias quantos os em que não tomou quinina.

8.ª – O distribuidor de quinina que, durante o mês, apresentar turmas sem doentes de impaludismo terá uma gratificação igual à metade dos vencimentos.

9.ª – O operário que passar três meses sem ter acesso febril por impaludismo terá uma gratificação correspondente a 1/5 dos vencimentos.

10.ª – Se se verificar que o distribuidor de quinina fornece os vales sem ter feito com que o operário ingira a quinina, será despedido, não tendo direito às passagens da ida e volta que serão concedidas àqueles que cumprirem à risca o determinado.

11.ª – A Companhia construirá *em todos* os acampamentos grandes galpões telados para cem homens. Êstes galpões ficarão sob a fiscalização dos quinizadores das respectivas turmas. Logo após o pôr do sol, todo o pessoal será recolhido a êsses galpões e aí encerrado. Serão teladas tôdas as habitações dos operários em Pôrto Velho, Candelária e as da linha.

12.ª – Para tornar efetiva essa obrigação cada quinizador disporá da necessária fôrça.

13.ª – Nas turmas de conserva estendidas provisòriamente sôbre a linha, e nas de exploração o pessoal será obrigado a se recolher ao crepúsculo às rêdes com mosquiteiros, sob pena de lhes ser descontados tantos dias quantos forem os que se verificar não terem usado da proteção. As casas de turmas definitivas e as estações serão à prova de mosquitos.

14.ª – Os quinizadores ficarão sob a fiscalização dos médicos dos acampamentos, que deverão examinar três vêzes por semana todo o pessoal, recolhendo sangue de todos os suspeitos. Os médicos verificarão se as instalações de proteção se conservam úteis. Se algum trabalhador fôr atacado de malária será enèrgicamente tratado e só sairá do hospital quando estiver microscòpicamente curado (ausência de gametos).

15.ª– Todos os acampamentos deverão ser providos de água fervida e, ao partir para o trabalho, cada turma deverá levar um garrafão dessa água (profilaxia da disenteria).

16.ª – Providências serão tomadas para que os trabalhadores usem calçados e não defequem senão em determinados lugares, onde se tomarão medidas para destruição das larvas de ancilóstomos (profilaxia da ancilostomíase).

17.ª – Urgem as medidas para saneamento regional da vila de Santo Antônio, um dos maiores focos da região.

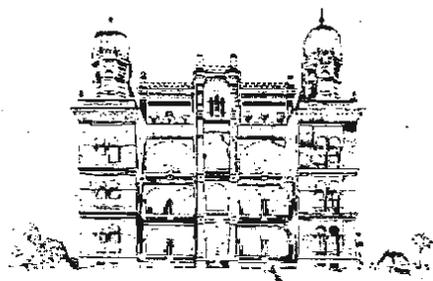
18.ª – Dessecamento dos pântanos na vizinhança das habitações definitivas. Impedir a venda de bebidas alcoólicas.

19.ª – O serviço sanitário fica sob a direção do atual chefe do serviço sanitário, que se encarregará só da profilaxia e terá, do ponto de vista sanitário, podêres absolutos, podendo exigir da *Companhia* a dispensa e subsitituição de funcionári-

os de qualquer categoria que se oponham, impeçam ou não se queiram sujeitar às determinações prescritas.

20.ª – O govêrno terá um representante junto a êsse serviço, cuja missão será auxiliar, fiscalizar e apoiar as medidas postas em prática pela emprêsa."

CAPÍTULO XVIII

CAMPANHA ANTIAMARÍLICA NO PARÁ

ORGANIZADA a embaixada sanitária, ao todo oitenta e sete pessoas, partiu do Rio de Janeiro, a 27 de outubro de 1910. Compunha-se dos técnicos, adestrados na campanha carioca, Dr. João Pedroso, subchefe, Drs. J. Pedro de Albuquerque, Leocádio Chaves, Belisário Pena, Maurício de Abreu, Caetano da Rocha Cerqueira, Augusto Serafim da Silva, Abel Tavares de Lacerda, Costa Lima, Emídio de Matos, auxiliares técnicos, e de quatro chefes de turma, vinte capatazes, cinqüenta guardas e um administrador.

Mais sete profissionais foram incluídos em Belém, entre os quais os Drs. Periassu, Aben-Athar e Mac-Dowell, antigos discípulos de Manguinhos.

Datam de 15 de novembro as primeiras notícias a Sales Guerra:

"Aqui estamos residindo no Largo da Pólvora (Praça da República) n.º 16 e 17, e andamos numa vertigem de trabalho.

A febre amarela grassa aqui com desusada intensidade e o tempo não nos chega para atender às notificações. Só ontem os colegas notificaram vinte e um casos! E, dêstes, cinco em um só domicílio! Imagina em que dobadoira vivemos. Passo o dia encarapitado num automóvel a percorrer a cidade, animando as tropas. Os expurgos se fazem em proporções fantásticas e certas zonas há em que só se respira enxôfre. Organizamos todo o serviço dentro de sete dias, contratando para mais de duzentos homens inteiramente inexperientes e tendo de fazer confeccionar todo o material, inclusive o uniforme do pessoal. Foi um verdadeiro tour de force. Mas é preciso despender tôda essa atividade para corresponder às gentilezas do govêrno e do povo, que nos tratam como a semideuses. O primeiro instalou-nos principescamente num excelente palacete no ponto melhor e mais nobre da cidade e tem-nos facilitado tudo. O povo, de sua parte, nos tem

acolhido com a mais cativante delicadeza, sujeitando-se a todos os nossos expurgos e a outras torturantes operações, sempre gentil e amável, prestando-se a ficar no meio da rua até tarde da noite sem alimento. É incrível o grau de infecção da cidade; os turcos, especialmente, têm sido dizimados na atual epidemia!

A temperatura aqui é bem elevada, de modo que transpiramos contínua e abundantemente, o que tem contribuído para fazer com que minhas banhas tenham diminuído, conforme suas prescrições, que tôdas, dentro do limite do possível, têm sido atendidas religiosamente. Não tenho tido dores de cabeça, nem nada mais, e se não fôsse um pouco de insônia, estava completamente bem.

Os colegas são uns admiráveis companheiros e o sucesso da campanha com tais elementos é seguro e estou animadíssimo. Não sei quando voltarei porque o serviço ainda apresenta alguns 'ressaltos' e só daqui sairei quando êle estiver bem polido, bem brunido."

Tornado ao Rio de Janeiro, depois de instalado o serviço em Belém, preparou-se para concorrer à exposição de Dresde. Foi à Europa, tornando de lá ao Pará, onde chegou a 8 de junho. Escreveu a 13, nos seguintes têrmos:

"Desde o dia 8 que estamos aqui em Belém, onde encontrei tudo perfeito, em relação ao nosso serviço. Já não temos mais febre amarela sob a forma epidêmica, e estamos há dois meses sem óbito e há um mês sem caso algum. O resultado foi o melhor possível e todos aqui estão compenetrados da realidade dos resultados colhidos. Todo o trabalho cifra-se em evitar a importação de casos de Manaus, onde a moléstia continua a grassar com intensidade. Aqui estamos fazendo o expurgo sistemático dos antigos focos e espero que dentro de mais seis meses estará o mal completamente erradicado."

A 17, reembarcava para a Europa, caminho de Dresde, de onde tornou ao Pará para entregar o serviço e despedir-se com o seu pessoal. Iniciada a campanha a 12 de novembro de 1910, seis meses depois dirigia-se ao governador do Estado, dizendo cumprida a promessa de vencer o surto epidêmico, conforme a seguinte estatística:

	Casos confirmados	*óbitos*
"Novembro de 1910 (depois do dia 12)	96	49
Dezembro de 1910	85	37
Janeiro de 1911	27	15
Fevereiro de 1911	13	9
Março de 1911	4	1
Abril de 1911	2	1
Maio de 1911	1	0"

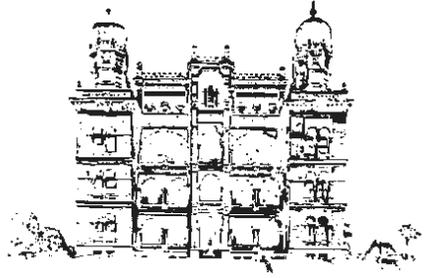
Nessa comunicação, o chefe da campanha *advertia* ao govêrno que a moléstia não desaparecera, senão sob a forma epidêmica, sendo necessário mais tempo para erradicá-la. O serviço foi mantido, reduzido de intensidade, conforme o plano, e Belém libertou-se da febre amarela.

Cumpre salientar o espírito patriótico do Governador João Coelho, a cuja iniciativa devem seus coestaduanos o grande serviço prestado à sua terra. Sua visão humanitária não poderá ser esquecida em se tratando de governar, auscultando as necessidade mais prementes de um povo – o desvêlo tutelar pela sua saúde.

Julgando o fato com justiça, a bancada paraense na Câmara Federal telegrafou ao Governador João Coelho, exprimindo suas felicitações:

> "Congratulamo-nos com v. Ex.ª pelo êxito completo da campanha de profilaxia da febre amarela, compartilhando júbilo nossa terra e associando-nos justas homenagens de gratidão prestadas ao glorioso Dr. Osvaldo Cruz e v. Ex.ª pela abençoada iniciativa tornou benemérito. Gratos comunicação recebida, felicitamos Pará saudando v. Ex.ª."

CAPÍTULO XIX

TRABALHO E AFIRMAÇÃO

Coube a Osvaldo Cruz, a ventura extraordinária de ser um dêsses raros eleitos, um dêsses levitas do sacerdórcio consagrado à diminuição dos padecimentos humanos. Essas criaturas amadas e benditas, como êle, devem os milagres da sua obra à ação dêsse deus interior, o do entusiasmo, bela palavra, "uma das mais belas dos nossos idiomas", mas infinitamente menos bela do que o sentimento que traduz, a paixão das grandes inspirações, das grandes abnegações, o heroísmo do trabalho, da justiça e da verdade.

Rui Barbosa

NO BRASIL, a medicina experimental repontou na Bahia, com os estudos de Wucherer, sôbre filariose, e de Silva Lima sôbre o *ainhum*. Pelas alturas de 1863, a curiosidade profissional, ainda desarmada, repara e se concentra na observação de aspectos clínicos das moléstias mais comuns da região. Datam dêsse tempo os trabalhos sôbre beribéri. A atividade de um núcleo de estudiosos exigiu a criação de uma revista de medicina – a *Gazeta Médica da Bahia*, a mais antiga de suas congêneres brasileiras. No Rio de Janeiro, entre os trabalhos conhecidos e depois verificados, tiveram maior relêvo as pesquisas do Prof. Pedro Severiano de Magalhães.

Foram êstes, principalmente, os precursores da fundação da escola de medicina experimental, parte ressaliente da obra magnífica de Osvaldo Cruz. Dianteira a

observação clínica, assim foi também, em visão pressaga, em relação à obra de Pasteur. Revela a história da medicina que "a epopéia pastoriana teve num clínico humilde o seu precursor de gênio, cuja obra esquecida, não há muito, Chauffard relembrava na Academia de Medicina de Paris. O batedor de Pasteur foi Jean Hameau, médico modesto, sumido numa aldeia da França. Em 1843, cêrca de trinta anos antes de Pasteur, Hameau enviou à Academia uma memória sôbre os vírus, em que os distinguia dos venenos e peçonhas, afirmando a sua natureza viva. "Em tôda a parte a vida está na vida, e a vida devora a vida", disse êle. Como condições imanentes no vírus, apontava o contágio, a incubação e a regeneração. E acrescentou: "tôdas as causas produtoras das moléstias, nas quais se pode reconhecer essas três qualidades, são vírus." Suas pesquisas clínicas chegaram a conclusões terapêuticas, hoje vitoriosas, com a vacinoterapia: "dispomos, disse ainda, de quatro meios de ação contra os vírus – impedi-los de chegarem até nós; substituir o vírus perigoso por outro que o seja menos; neutralizá-los e sustentar o organismo na defesa contra seus efeitos." Para Hameau, o organismo era o foco de vírus, e, de referência à cólera, disse convicto: "os doentes são outros tantos laboratórios onde se recompõe e perpetua o flagelo." Na colisão do sentimento, comenta Chauffard, entre comovido e deslumbrado: "que admiráveis antecipações, que vistas proféticas de um grande pensador solitário!"[1]

Três decênios andados, em 1874, Pasteur proporciona ao mundo sábio o conhecimento de sua obra formidável, capaz de reformar a ciência muitas vêzes secular. De seu destino de glória recortava a mortalha dos conhecimentos clássicos, produzindo a maior crise científica que já viram os círculos eternos da humanidade!

Em 1885, Bergeron, presidente da Academia de Medicina de Paris, felicitando a Pasteur pela notável memória sôbre o tratamento preventivo da raiva, disse comovido: "a comunicação que acabamos de ouvir permite ao mundo sábio, senão a tôda a humanidade, conceber novas e incomparáveis esperanças." De então, o impulso vigoroso que assinalou o criador de gênio e renovou a medicina, marcando duas fases históricas: *antes* e *depois* de Pasteur. Foi primeiro a observação clínica, que tantos séculos respeitaram; veio depois a cruzada experimental, que, adentro dos laboratórios, elabora a ciência pura e a transmite à clínica para os turnos azados da aplicação. O mundo científico recolheu, da elaboração experi-

---

[1] Clementino Fraga, *Clínica Médica*, 1.º vol., pág. 25.

mental, o ascendente prodigioso de nova e fecunda orientação, que transpôs tôdas as fronteiras e imprimiu, ao esfôrço médico, o cunho das conquistas científicas. No Brasil, sem esquecer os precursores nas ciências do laboratório, com justiça, foi Osvaldo Cruz o verdadeiro nacionalizador da medicina experimental.

Quando, vai para três quartos de século, a peste penetrou no Brasil, de logo suspeitada pela observação clínica, foi mister identificá-la na realidade de seu fator etiológico. Entre os cientistas apontados para essa verificação figuraram Chapot Prevot, Francisco Fajardo, Adolfo Lutz, Osvaldo Cruz e Vital Brasil. Constituídos em comissão, em pouco verificaram, no flagrante da pesquisa de laboratório, a razão do diagnóstico clínico. Cogitou-se, desde logo, da vacinação e sorovacinação antipestosas, já conhecidas e praticadas para combater a doença, além dos meios agressivos de profilaxia, que aconselhavam a desinfecção e a destruição do rato, fortemente receptível à moléstia e perigoso para o homem pela pulga que hospeda e transmite o germe da moléstia.

Solicitada ao Prof. Roux, diretor do Instituto Pasteur, de Paris, a indicação de um bacteriologista capaz de instalar um laboratório e preparar os produtos biológicos específicos, respondeu Roux: "Dentre o pessoal técnico que tenho a honra de dirigir, ninguém possui maior competência que o Dr. Osvaldo Cruz, cuja capacidade e idoneidade científica conheci pessoalmente, durante o tempo em que trabalhou em nosso Instituto." Assim superiormente credenciado, recebeu do govêrno a incumbência de providenciar no sentido da urgente necessidade. Fundado imediatamente o Instituto Seroterápico, em Manguinhos, local distante da cidade, em velha casa de subúrbio, começa a obra de um só trabalhador, que teve de preparar discípulos e auxiliares, indispensáveis ao trabalho técnico que só êle conhecia. Foi a célula inicial de tôda organização, culminada depois com a fundação do Instituto de Patologia Experimental, que hoje perpetua seu glorioso nome. Os produtos do trabalho de Manguinhos acudiram à epidemia pestosa no Rio de Janeiro, em Santos, em São Paulo, na Bahia, onde foram diagnosticados casos da moléstia; foram logo reputados e afirmaram a eficiência do preparo.

Conta Ezequiel Dias[2] como chegou a ser o *primeiro recruta* do nôvo serviço: "Feitas as apresentações, retirou-se o Dr. Pôrto, deixando a sós os dois recém-conhecidos, que entabularam o seguinte diálogo:

---

[2] "Traços de Osvaldo Cruz", *Memórias do Instituto Osvaldo Cruz*, tomo XV, 1922.

– Em que ano está o senhor?

– No terceiro.

– Tem mêdo da peste?

– Não, senhor.

– Está disposto a trabalhar tantas horas quantas forem necessárias para cumprir as suas obrigações, sem dependência de nenhum horário fixo?

– Perfeitamente.

– Agora, uma última pergunta, à qual ligo muita importância: o senhor conhece alguma coisa de bacteriologia?

O môço teve um momento de dúvida: de um lado, a fascinação que exercia sôbre si o inesperado cargo de auxiliar de um verdadeiro cientista, além dos proventos que daí lhe adviriam; de outro lado, a sua consciência que o compelia a dizer a verdade. Optou por esta, deixando-se, porém, cair interiormente numa crise de abatimento moral.

– Não senhor.

– Pois está muito bem; é essa uma das condições exigidas.

Tempos depois, valendo-se da bondosa condescendência do mestre, o ex-recruta perguntou-lhe curioso:

– Lembra-se das condições que o senhor me apresentou para ser seu ajudante?

– Mais ou menos.

– Por que é que o senhor fazia questão de um auxiliar sem nenhuns conhecimentos de microbiologia?

– Por uma razão muito simples: porque se você soubesse alguma coisa da matéria, devia ser muito pouco, só servindo para lhe dar presunção e portanto dificultar o seu aprendizado. E eu prefiro certos ignorantes."

A vacina e sôro antipestosos, preparados no laboratório recém-criado, foram enviados a Paris e Berlim. Roux achou-os excelentes; Kolle e Otto classificaram o sôro "entre os melhores conhecidos". A técnica foi modificada – "modificação do Instituto de Manguinhos", era a simples advertência, sem indicação nominal do autor. Começa a repercussão no meio médico da atividade desenvolvida por Osvaldo Cruz; afluem jovens médicos e estudantes, curiosos dos assuntos de laboratório, alguns que buscavam temas e orientação das teses de doutoramento.

Em 1902, uma desinteligência com o Barão de Pedro Afonso causou a retirada de Osvaldo Cruz da direção do Instituto; resolvido o incidente, voltou o diretor, já

então livre da dependência do Instituto Vacínico, de que era chefe o barão, que foi, aliás, o fundador dêste estabelecimento, de tão relevantes serviços à causa pública na profilaxia da varíola.

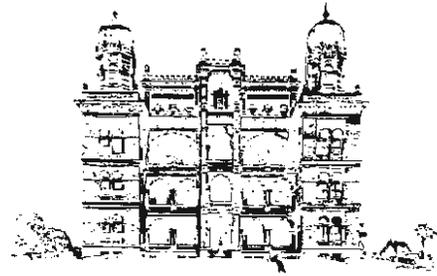
Apenas reintegrado em suas funções, Osvaldo Cruz, no gôzo de ampla autonomia técnica e administrativa, pensou logo em desenvolver as atividades do Instituto, no sentido da patologia experimental, reservando uma das seções ao preparo dos produtos biológicos aplicáveis à peste.

Neste em meio, com o início do quatriênio Rodrigues Alves, Osvaldo Cruz, aos trinta anos de idade, assume a direção dos serviços sanitários do Brasil. Estava consolidada sua reputação e seu prestígio pessoal crescia na ação, não obstante a campanha cedo desencadeada contra o môço administrador, que de logo se propôs a extinguir a febre amarela no Rio de Janeiro.

A confiança de parte da classe médica prestigiava o diretor, que já se recomendara em cargo técnico pela capacidade de trabalho, energia e competência. Pesquisas inéditas, trabalhos originais começavam a aparecer, sendo que a primeira tese de doutoramento fôra publicada em 1901; em 1902 dois novos trabalhos; em 1903 cinco teses sôbre bromatologia, vacinação e soroterapia antipestosa. Em 1909, o número de trabalhos de Manguinhos somava setenta e um. Surgiram as *Memórias* do Instituto. A nova construção caminhava morosamente, com escassas verbas próprias e auxílio do pessoal operário da Saúde Pública, em parte destacado para a obra, até porque naquele tempo o Instituto fazia parte da Diretoria-Geral.

Já vitoriosa a campanha contra a febre amarela, ocorreu a exposição universal de higiene, de Berlim, à qual concorreram quase todos os serviços organizados do mundo. Coube ao Brasil o 1.º prêmio. Consolidava-se, assim, espetacularmente, a fama da organização brasileira, sobressaindo, como era natural, a figura estóica do diretor. O govêrno, na ausência de Osvaldo Cruz, ainda na Europa, dera seu nome ao Instituto de Manguinhos. Apressa-se a construção; não míngua o equipamento necessário para instalação dos laboratórios; ampliam-se as atividades. O Instituto logra autonomia. São contratados sábios estrangeiros, diversamente especializados: Hartmann, Giemsa, Prozeck, Durck. Lá está, vindo de São Paulo, o sábio brasileiro Adolfo Lutz, uma das mais respeitadas figuras da ciência brasileira.

CAPÍTULO XX

O INSTITUTO OSVALDO CRUZ

TÃO CEDO pronto e apercebido do material necessário a cada laboratório, o Instituto foi descrito, em resumo, por um dos seus técnicos, o Dr. Artur Neiva: "O Instituto compõe-se de um edifício central e várias dependências. O edifício é de estilo mourisco e, sem exagerar, posso dizer que a instalação é luxuosa.

O edifício principal tem cinqüenta metros de altura por quarenta e cinco de largo e outros tantos de fundo e está dividido em cinco andares: no primeiro encontra-se o depósito, uma oficina de carpintaria, uma sala para grandes centrífugos, agitadores, máquinas de vácuo, pressão etc., o laboratório de distribuição de vacinas e soros, uma oficina de tipografia, uma sala de embalagem e expedição dos produtos preparados no Instituto, e os motores para fornecimento de energia elétrica ao estabelecimento e sua dependência. Três grandes compartimentos servem de estufas, aquecidas por um sistema de serpentinas; um dos compartimentos tem uma temperatura de 40 graus e nêle se cultiva a vacina contra a manqueira; outro com 38 graus para o cultivo de diferentes germes, e o terceiro, a 20 graus, que é a micoteca, isto é, onde se cultivam os fungos.

Por baixo dêste andar, há o subsolo, onde se encontram as instalações da câmara frigorífica, que pode chegar até 4 graus abaixo de zero, a máquina de fabricar gêlo e de fabricar ar líquido.

Escusai-me de detalhar a oficina de mecânica, que possui também uma seção para reparar aparelhos delicados, como microscópicos etc. No andar térreo encontram-se, também, os banheiros e instalações sanitárias para os serventes.

No andar superior estão situados vários laboratórios, a administração, a sala de desenho, a sala de cursos, a instalação telefônica e de registro de temperatura das estufas, que fàcilmente são fiscalizadas pelo mesmo empregado que tem a seu cargo os telefones; e, além disto, neste andar, está também instalada a oficina de vidraria.

Os laboratórios são de duas ordens: entre os dos chefes de serviço e os dos assistentes a única diferença que existe é de tamanho. Com pequenas modificações, devidas às necessidades de cada serviço, a descrição de um laboratório servirá para todos. Além de pressão e vácuo, todos os laboratórios possuem água, gás, transmissores de corrente elétrica, telefones, máquinas de escrever, relógio elétrico e, segundo a natureza dos serviços a que cada um está destinado, possui ou não frigoríficos, estufas e centrífugos.

Além disto, existem centrífugos portáteis e micrótomos, estufas de parafina etc., que fàcilmente são pedidas ao depósito pelos laboratórios que dêles fazem uso constante. O terceiro andar está inteiramente ocupado por laboratórios, uma grande sala para química, sala de balanças de precisão e outra para espectroscopia, cardiografia, Raios X etc. Neste andar encontra-se o laboratório do diretor e a sala dos micrótomos de grandes dimensões, aquêles que permitem o corte completo de cérebros humanos.

O quarto andar está inteiramente ocupado pelo museu, biblioteca, oficinas de encadernação e a sala de preparação de peças anátomo-patológicas destinadas ao museu. Entre o quarto e o quinto andar existe um intermédio ocupado pela seção de fotografia e cinematografia, como também pelo depósito de caixas e outros elementos que se usam nas expedições.

O quinto andar está destinado aos banheiros e dormitórios do pessoal superior. As comunicações são efetuadas por um elevador.

Como dependências principais existem: um pavilhão de peste, as cavalariças, um aquário, um viveiro de animais, uma grande oficina mecânica capaz de reparar os automóveis e lanchas do Instituto; o pavilhão para os pequenos animais infectados; outro pavilhão com viveiro de insetos transmissores de enfermidades e o refeitório."

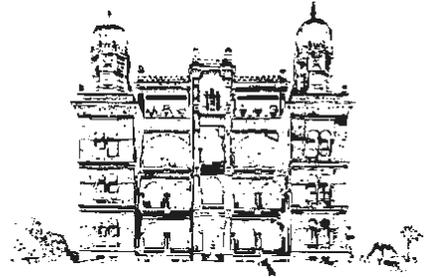
O pessoal técnico do Instituto se compõe, então. De cêrca de trinta profissionais, entre chefes de serviço e assistentes, sendo as seguintes as seções de experimentação e serviços complementares: bacteriologia; zoologia, compreendendo

protozoologia e parasitologia; micologia; físico-química; anatomia; clínica de doenças tropicais e infectuosas; veterinária.

O Instituto realiza de quando em quando expedições científicas no país, associando sempre o trabalho de clínicos ao do pesquisador. As viagens de estudos à Europa e América são obrigatórias para cada assistente, durante o estágio, custeado oficialmente, pelo menos seis meses. Os estudos completos sôbre a Doença de Chagas foram ultimados, sempre sob a direção do descobridor da moléstia, depois da morte de Osvaldo Cruz, a quem sucedeu na direção do Instituto.

Trabalhos experimentais foram rematados ali, com êxito, sôbre assuntos de patologia brasileira e alguns de patologia cosmopolita.

CAPÍTULO XXI

A MEDICINA BRASILEIRA DEPOIS DE OSVALDO CRUZ

DATA dos primeiros dias dêste século, o aparecimento do homem de ciência, a quem o destino confiou a missão de renovar a prática das ciências biológicas de aplicação médica, no Brasil, a ponto dos novos conhecimentos técnicos, sob a fé das doutrinas pastorianas, que revolucionaram a medicina nos três últimos decênios do século passado. Êsse homem providencial foi Osvaldo Gonçalves Cruz. Recém-chegado da Europa, depois de três anos de estágio no Instituto Pasteur, de Paris, desconhecido em seu país, do estrangeiro surgiu a indicação de seu nome para trabalho técnico de competência especializada. Venceu na primeira fase de apresentação; em breve, muito jovem, chegara ao primeiro pôsto dos serviços sanitários da República; foi árdua e atribulada sua gestão; teve audácia no cometimento, lutou e venceu com denôdo na administração sanitária, sem esquecer, em atividade paralela, a parte estrutural de sua obra – a escola brasileira da medicina experimental.

Assim é que, enquanto combatia a peste e a febre amarela, corriam os trabalhos de Manguinhos com o preparo do sôro e da vacina antipestosa e os estudos de entomologia aplicada, relativa à evolução e hábitos do mosquito transmissor. Sem demora, ampliou as pesquisas relativas às endemias tropicais, a começar pelo impaludismo. Pouco depois, um jovem e iluminado pesquisador – Gaspar Viana – descobria o tratamento da leishmaniose pelo tártaro emético, em injeção intravenosa, substância esta que foi depois empregada, com êxito igual, no combate à esquistossomose, amplamente disseminada no Norte do país. A igual passo, sur-

giram os resultados dos estudos de Chagas no interior de Minas, com o descobrimento de nova parasitose, transmitida por um hematófago – *Triatoma magista*, e produzida por um tripanossomo – *Trypanossoma cruzi*, designação eponímica devida ao sábio que orientou e dirigiu as pesquisas que culminaram no maior feito da nossa patologia experimental, qual foi o estudo completo da doença em sua etiologia, evolução, formas clínicas e profilaxia. A bacteriologia da tuberculose teve o seu momento de interêsse mundial com os trabalhos de Fontes. Desenvolveu-se, sob a direção de Osvaldo Cruz, com a vantagem de vária colaboração, o estudo biológico de artrópodes hematófagos, ixodídeos, dípteros nocivos ao homem e aos animais. Foram então investigados os meios de combater as epizootias que dizimam nossos rebanhos. O Instituto recebeu a ajuda de professôres estrangeiros que fizeram cursos de especialização técnica; por seu turno, os novos técnicos nacionais davam cursos de bacteriologia e protozoologia, preparando jovens profissionais brasileiros nas ciências do laboratório.

As publicações do Instituto, com o auxílio da excelente biblioteca e de muitas centenas de revistas científicas, adquiriram renome mundial. Os artigos das *Memórias do Instituto Osvaldo Cruz* eram escritos em português, reproduzido ao lado o texto noutra língua (inglês, francês e alemão), tendo o diretor o pensamento de mais tarde só publicá-los, patrióticamente, em português, para obrigar a solicitação estrangeiras a buscar os ensinamentos veiculados no idioma nacional.

Tal providência, como outras tantas projetadas pelo gênio criador do sábio patrício, não teve execução até o presente.

Foram instaladas filiais do Instituto em Belo Horizonte, no Maranhão, em Belém, em Pelotas. O Instituto Biológico, de São Paulo, obedeceu a mesma e igual orientação.

Por ocasião de sua morte um professor da Faculdade de Medicina da Bahia propôs que todos os laboratórios bacteriológicos oficiais do Brasil tivessem o nome de "Osvaldo Cruz", como os similares da França, em homenagem a Pasteur.

Ainda nos seus últimos dias, já doente, o infatigável pesquisador estudava os meios de vencer a saúva destruidora e o caruncho que inutiliza o milho e o feijão.

❖ ❖ ❖

Em dezessete anos de vida intensa, Osvaldo Cruz renovou métodos, dando orientação nova à vida científica brasileira; em matéria de higiene, nem uma providência deixou de ser orientada sem a afirmação do laboratório; a clínica assimilou as

novas pesquisas, e, em cada hospital, laboratórios foram instalados e equipados, acompanhando os progressos crescentes da técnica. Desenvolveu-se o gôsto pelas indagações no sentido de clarear os horizontes de nossa patologia, crescendo o interêsse pelas ciências de aplicação em medicina, química industrial e veterinária.

Foi um modelador de aptidões; como ninguém, soube fazer discípulos e despertar vocações desconhecidas. Era sincero e irradiante seu otimismo em relação às possibilidades nacionais em matéria de educação, de trabalho científico, de vigor cultural.

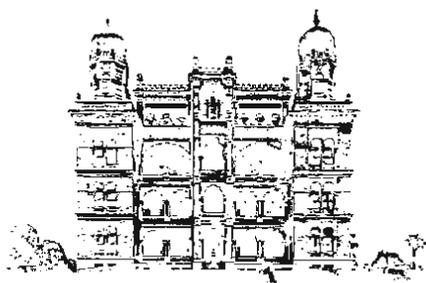
"Mestre dos mestres", lhe chamou Rui Barbosa.

Osvaldo pensava que, no Brasil, se devia fazer a ciência para o Brasil, e quando alvitrava a importação de técnicos estrangeiros, não admitia que se fizesse senão sob caução da direção brasileira.

"Na história da ciência brasileira, diz o Dr. Oscar Freire, da Faculdade da Bahia, o nome de Osvaldo Cruz marca uma fase decisiva. O desejo de resolver os problemas nacionais com elementos próprios, fazendo no Brasil a ciência para o Brasil, todo se perdia em esforços isolados e esparsos. Preciso era fundar um núcleo, onde se reunissem os elementos de trabalho capazes, e donde se irradiasse para o Brasil inteiro a claridade de uma nova orientação e de novos horizontes. Em tal função Osvaldo Cruz nacionalizou verdadeiramente a ciência médica, estabelecendo o princípio de que é no Brasil que se devem fazer a medicina e a higiene para o Brasil."

É um cimo a contemplar outro cimo, e na altitude intelectual só os peritos se confrontam e estimam.

Essa a grande obra do sábio brasileiro, e dela, no ascendente de patriotismo, a fé militante e a honestidade da ambição.

CAPÍTULO XXII

A PRIMEIRA HOMENAGEM

EM DEZEMBRO de 1906, o Prof. Rubner, diretor de Higiene de Berlim, em nome do govêrno alemão, convidou o Brasil a participar da exposição de higiene, anexa ao 4.º Congresso Internacional de Higiene e Demografia, a realizar-se em setembro de 1907.

Decidiu Osvaldo Cruz comparecer, concorrendo ao certame com material especializado, referente às moléstias chamadas tropicais. Documentário das campanhas agressivas contra a febre amarela e a peste, bem como material patológico acumulado em Manguinhos, foi transportado em tempo, disposto na seção brasileira com a paciência e cuidado que Osvaldo sabia dar a seus empreendimentos.

A exposição de peças anatômicas em gelatina de Kaiserling, coleções entomológicas, modelos das instalações de Manguinhos, de câmaras de isolamento, preparados do Instituto (soros, vacinas, tuberculina, maleína etc.), gráficos magníficos do serviço de demografia e fotografias, peças e maquetas traziam legendas em francês, alemão, inglês e português, tudo disposto em belos armários de madeira brasileira, especialmente escolhida. Como é natural, a exposição do Brasil despertou logo grande curiosidade dos congressistas.

Na manhã de 27 de outubro, o *Boletim do Congresso* publicava que o 1.º prêmio – medalha de ouro – havia sido conferido ao Brasil.

A notícia repercutiu no Rio de Janeiro, deixando grande impressão, bem aquilatada sua verdadeira significação pela classe médica. A Academia Nacional de Medicina telegrafou a Osvaldo felicitando-o. A imprensa estampa noticiário

congratulatório, exaltando a honra. Relatando as peripécias do êxito, escreveu Osvaldo de Paris, por onde gizar seu feitio moral:

"Obrigado pelas boas palavras de animação que me enviaste em relação ao resultado da Exposição.

Pedes que te diga (se estiver de bom humor)[1] *quais as peripécias da batalha (?) que nos trouxe como resultado o primeiro prêmio. Gostosamente vou te referir o que se passou, que aliás tudo muito simples: o Rocha Lima, com as excelentes relações que tem aqui, obteve-nos os melhores lugares e fez uma propaganda lenta pela palavra e, sobretudo, com o exemplo de trabalho a respeito de nosso Instituto. O terreno estava amanhado. Chegando o material foi êle instalado com gôsto e arte pelo Morais, que organizou paredes forradas de veludo etc. Nosso material era, graças ao trabalho do Vasconcelos, da melhor qualidade. A semente era boa e, lançada em terreno preparado com carinho e paciência, germinou fàcilmente. Colocamo-nos o Rocha Lima e eu ao lado da Exposição e como cicerones interessados informávamos os visitantes de tudo, fazendo uma propaganda forte. Fizemos imprimir uns folhetos (de que te envio alguns exemplares para distribuíres com os nossos companheiros de trabalho), que produziram um enorme efeito. O Instituto foi-se levantando a olhos vistos e no fim da exposição não se falava senão no Brasil e formava-se uma corrente contínua para nossas seções. Foi sob essa impressão que o Júri teve que julgar. O Rubner, presidente do Júri, tinha sido professor do Rocha Lima e sabia da seriedade e do modo por que se trabalha no Instituto, e, à vista do material apresentado, que êle estudou com tôda a minúcia, influiu com sua autoridade sôbre os demais juízes e... assim foi ganha a batalha, cujos louros competem ao Rocha Lima e Vasconcelos, sobretudo, em parte ao Morais. E eu, em tudo isso, representei o papel de "medalhão", colhendo os frutos sazonados e saborosos da sementeira feita por aquêles cujos nomes foram esquecidos. Não quero calar os últimos sucessos da Exposição. Encerrada esta, ofereci os dois armários: um ao Hoffmann, um dos descobridores do micróbio da sífilis, e outro à Academia de Medicina Frederico Guilherme, que assumiu a direção da Exposição. O material de febre amarela ofereci ao Instituto de Higiene de Ficker e Rubner. Uma outra parte do material foi para a Escola de Méd. Tropical de Hamburgo e de Londres e outra para Heidelberg. Pois bem, o Hoffmann escreveu-me, dizendo que nosso armário ia servir para nêle serem guardados tôdas as peças que serviram ao Schaudinn para a descoberta que fêz. E o Ficker declarou-me que vai organizar*

[1] Nas piores circunstâncias "o mau humor" de Osvaldo Cruz só a êle molestava: não dava lugar a manifestações externas. Não deixaria, pois, em caso algum, sem resposta a carta do seu amigo e prestimoso auxiliar João Pedroso.

com o material que oferecemos e com outro que lhe prometemos uma "seção brasileira" de museu de higiene da Universidade. Vê que bonito! Tenho recebido várias cartas de sábios de notoriedade felicitando-nos pelo sucesso obtido e pedindo-nos material para seus Institutos."

Ao regressar ao Rio de Janeiro, depois de ter ido ao México, passando pelos Estados Unidos, onde afirmou ao Presidente Th. Roosevelt que a esquadra americana poderia desembarcar no Rio em pleno verão, Osvaldo foi recebido entusiàsticamente. Portou-se com simplicidade, quase com mal dissimulado constrangimento, ante as manifestações de milhares de pessoas, comprimidas no Cais Pharoux, à sua espera. Vi-o nesse momento, talvez dos mais angustiosos de sua vida. Pelo braço do chefe de Polícia de então, venceu a curiosidade da multidão, galgando o carro que o conduziu à residência, por entre vivas e aclamações. Recostado no fundo do veículo, uma ou outra vez levantou a cabeça descoberta, para agradecer, sem jeito e sem sinal de aprazimento.

No Rio teve notícia das homenagens estrangeiras: fôra eleito presidente honorário do Congresso de Otorrinolaringologia, naquela época reunido em Viena; a Escola de Doenças Tropicais de Hamburgo escolheu-o para membro da Comissão do "Prêmio Schaudinn". Apenas dez países foram contemplados: Alemanha, Áustria, Brasil, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, Japão, Portugal, Rússia.

Não tardou, dessa vez, a justiça oficial. Por decreto de 20 de março de 1908, o Instituto de Manguinhos passou a chamar-se Instituto Osvaldo Cruz. Desnecessário seria acentuar a justiça da homenagem que ao Instituto deu a consagração de seu nome, afortunando a obra, tempos adiante, no prestígio perene do seu exemplo de saber e amor ao trabalho.

A propósito, refere Ezequiel Dias:[2] "A alguém que o felicitava por ter o govêrno dado o nome de *Osvaldo Cruz* ao antigo Instituto de Manguinhos, respondeu o mestre, entre sério e risonho, que nada tinha a ver com essa homenagem.

– Como assim?

– Porque êsse não é o meu nome."

Realmente, quem rebuscar os arquivos à procura de papéis por êle assinados, dificilmente encontrará firmados por seu punho êsses dois nomes. Oficialmente, assinava-se – GONÇALVES CRUZ, ou então, abreviadamente, como rubrica – GLS.

[2] Ezequiel Dias, *op. cit.*

CRUZ. Nas cartas íntimas, o simples prenome: OSVALDO. Em escrituras, atos solenes: DR. OSVALDO GONÇALVES CRUZ.

No entanto, o Brasil inteiro o conhecia por "OSVALDO CRUZ".

Quando, em agôsto de 1909, estêve reunido, no Rio de Janeiro, o 4.º Congresso Latino-Americano, foi votada uma moção de reconhecimento ao "fundador da Escola de Medicina Experimental", e diretor-geral de Saúde Pública do Brasil. O *Brasil-Médico* havia tomado a iniciativa de materializar o reconhecimento da classe médica numa medalha de ouro, naquela data já cunhada. Tem a medalha, no anverso, a efígie do homenageado, e, no verso, a gravação, em relêvo, do Instituto Osvaldo Cruz. Duas frases latinas, uma de Celso e outra de Virgílio: "*Causae aestimatio saepe morbum solvit*" (o conhecimento da causa da moléstia basta muitas vêzes para extingui-la), Celso; a outra, celebra a memória dos grandes vultos humanos

– "*Quique sui memores aliosfecere merendo Omnibus his nives cinguntur tempora vitta*", Virgílio.

Um álbum de fino gôsto traz a seguinte dedicatória, subscrita por mil e quarenta e duas assinaturas de médicos brasileiros:

"A classe médica do Brasil uniu-se no mesmo sentimento de estima e admiração para oferecer ao Dr. Osvaldo Cruz a medalha comemorativa dos seus grandes serviços à pátria e à humanidade. Espera ser esta justa homenagem confirmada pela posteridade, quando pelo voto unânime da Nação se erguer em uma das praças desta capital a estátua do ilustre médico. Confiando nas revelações da ciência com a sincera convicção de um apóstolo, conseguiu êle tirar-lhe a lutuosa mortalha, que a envolvera durante tantos anos, fazendo aparecer diante de todos os habitantes do mundo civilizado, em vez da sinistra visão que os apavorava, a mais bela, a mais sedutora, a mais atraente, a mais encantadora das cidades do universo. Espera também a classe médica que em uma das faces do pedestal dêsse egrégio monumento de gratidão pública hão de figurar, em alto-relêvo, as gravuras da sua medalha comemorativa, com as legendas e os emblemas destinados a transmitir às gerações futuras o testemunho solene dos contemporâneos que assistiram ao milagre operado pela ciência.

Assim, os amigos e colegas, cultores da mesma ciência, fraternizados no mesmo sentimento, se associarão à merecida glória, que deve premiar a dedicação e a virtude de um verdadeiro sábio na ciência que professam.

São muitas vêzes ingratos os homens nos seus entusiasmos. Jamais deixou de obter aclamações universais a fama conquistada com a incalculável mortandade

dos sangrentos campos de batalha. Tem sido muitas vêzes desprezada e nem sempre prezada como merece a fama dos magnânimos salvadores de vidas humanas, travando luta no campo estreito e obscuro do seu gabinete de estudo para preservá-las da fúria de agentes de extermínio, mais terríveis e mortíferos do que os poderosos exércitos. Spencer já fêz esta mesma observação, demonstrando-a com a evidência dos fatos. Dentre êstes, o que lhe pareceu mais notável foi o confronto dos grandiosos monumentos erigidos à glória de Napoleão, fundada no cruento sacrifício de milhões de vidas humanas, com a estatueta erigida na Escócia para celebrar a glória de Jenner, que descobrira o meio de livrar da destruição populações inteiras de cidades e estados flagelados pela varíola. Mas, também é verdade que em todos os corações generosos se conserva ereto e imperecível o monumento de gratidão aos benfeitores, verdade que nas inteligências cultas, que seguem com esclarecido entusiasmo o progresso da razão humana, se conserva igualmente inapagável o reflexo da luz sublime, revelada por aquêles que parecem destinados a caminhar à frente da humanidade, guiando-a na jornada gloriosa da civilização.

Não é só nos Campos Elísios que as almas dos que praticaram durante esta primeira vida ações dignas de memória, cingem a fronte com a auréola da imortalidade, como dizem os versos de Virgílio gravados na medalha comemorativa. A cidade do Rio de Janeiro jamais se esquecerá de quem a salvou da febre amarela. Os sábios não poderão jamais olvidar em seus estudos os trabalhos, as experiências e as indicações do criador e diretor do benemérito Instituto, tão sàbiamente fundado e dirigido, que, em pouco tempo, os seus preparados, as suas análises e as suas investigações científicas o têm colocado ao nível dos primeiros institutos congêneres do mundo, merecendo que os pôderes públicos da Nação o tornassem conhecido pelo nome ilustre do seu fundador e adquirindo universal nomeada com a recente descoberta do micróbio da varíola.

O Brasil inteiro sentiu-se comovido, como se cada um dos seus cidadãos recebesse a excelsa recompensa, quando os sábios reunidos em Congresso, em uma das mais cultas capitais do mundo civilizado, consagraram com o primeiro prêmio o grande Instituto Nacional, cuja merecida glória se confunde com a do seu criador.

Os serviços comemorados na áurea medalha já foram confirmados pela competência científica do 4.º Congresso Médico Latino-Americano, que a tornou também sua, contribuindo para a justa homenagem da classe médica e destinando uma das suas sessões para a solenidade da oferta.

A glória de Osvaldo Cruz é a da sua classe; é a da sua pátria; é a dos intelectuais de todo o mundo – de todos os homens cultos ou ignorantes, que devem recompensar com a sua gratidão o insigne benfeitor da humanidade. Que esta glória puríssima seja aclamada hoje e em todos os tempos, por nacionais e estrangeiros, assim pelos

brasileiros pobres protegidos pela ciência na sua humilde existência de trabalhos e privações e pelas famílias imigrantes que vêm procurar no Brasil o refúgio da miséria, como pelos afortunados que habitam com as suas riquezas nas cidades mais prósperas e felizes.

Vitrúvio disse que tornar uma cidade salubre é o mesmo que reconstruí-la. Osvaldo Cruz reergueu a cidade do Rio de Janeiro, livrando-a do tributo de vidas que pagava ao flagelo tirânico da febre amarela e do terror que a afastava do resto do mundo, porque êsse terrível inimigo parecia escolher as vítimas entre os seus mais ilustres hóspedes, distintos na cultura das letras, das artes, da indústria e do comércio.

Nos tempos heróicos eram celebrados com honras quase divinas os que libertavam os povos das ameaçadoras e assoladoras calamidades figuradas na mitologia antiga sob a forma de monstros medonhos e horrendas esfinges. A febre amarela era uma esfinge pestilenta, cujo sinistro enigma debalde haviam procurado decifrar os eminentes professôres que procederam a Osvaldo Cruz na direção da higiene pública. São certamente dignos da gratidão nacional os esforços por êles empregados para resolver sàbiamente o difícil problema de que dependia a sorte de milhares de homens e o crédito do Brasil no estrangeiro. Mais feliz, Osvaldo Cruz alcançou a glória imortal de ter, com a decifração do enigma pela descoberta de Finlay, conseguido abater a temerosa esfinge no Rio de Janeiro, por sua fé inabalável na ciência e aplicação sistemática da profilaxia específica.

Assim, é justa a legenda da medalha comemorativa, repetindo as palavras de Celso, no seu célebre livro clássico sôbre a Medicina: 'Causae aestimatio saepe morbum solvit.'

Rio de Janeiro, 5 de agôsto de 1909."

❖ ❖ ❖

A 5 de agôsto, data do aniversário de Osvaldo Cruz, foi entregue a medalha do Instituto, pelos membros do Congresso, e, como não houvesse neste sala para conter o número dos manifestantes, em quente manhã de sol, ao ar livre, pela palavra do Prof. Azevedo Sodré, presidente do Congresso, teve início a gratíssima homenagem:

"Por iniciativa do *Brasil-Médico*, revista semanal de medicina e cirurgia, que se publica nesta cidade há vinte e dois anos e da qual me orgulho de ter sido o fundador, resolveu a classe médica brasileira render pública e solene homenagem de aprêço ao nosso eminente colega Dr. Osvaldo Cruz, pelo relevante e inolvidável serviço prestado à nossa Pátria, extinguindo a febre amarela no Rio de Janeiro.

A Comissão organizadora da 4.ª reunião de médicos da América Latina, convencida do alcance altamente humanitário, da obra grandiosa empreendida e levada a efeito

pelo nosso ilustre patrício; certa de que, se ela trouxe inestimáveis benefícios para o Brasil, consultou igualmente os mais vitais interêsses do continente americano; persuadida de que, se ela nos libertou do cancro voraz que nos corroia as entranhas e nos insulava no convívio das nações, projetou também uma sombra benéfica e protetora sôbre os povos vizinhos, que viviam em contínua ameaça de importação do terrível flagelo; convencida de que suprimindo ela o pábulo da maledicência e do descrédito, anulando a causa de retraimentos e malquerenças, concorreu em larga escala para esta confraternidade que tanto almejamos; resolveu associar-se com inteira abundância de coração à generosa iniciativa da classe médica brasileira, incluindo no programa do 4.º Congresso esta tão justa quão merecida homenagem para convertê-la em uma verdadeira consagração latino-americana.

Não careço descrever-vos, senhores, os malefícios que a febre amarela nos trouxe, a ação daninha e perturbadora que sôbre a prosperidade e desenvolvimento do nosso país ela exerceu durante mais de meio século, dizimando a nossa população, ferindo-a de preferência nas suas obras vivas, no que possuía de mais seleto, robusto e vigoroso, pesando como um vilipêndio sôbre esta bela cidade, acoimada de foco da pestilência, de antecâmara da morte, apegando-se à nossa reputação como um labéu ignominioso que se refletia sôbre o Brasil inteiro, apontado ao mundo como um país inóspito, insalubre e refratário à imigração européia.

Não careço pintar-vos, senhores, a amargura, a humilhação que sentíamos, vendo feridos de anátema cruel os navios que demandavam o nosso pôrto; vendo os estrangeiros fugirem de nossas plagas verdejantes e quando em trânsito debruçarem-se sôbre as amuradas dos transatlânticos para de longe apreciarem a nossa natureza prodigiosa, o nosso torrão encantado, de belezas inigualáveis, que certo se lhes afiguraria a terra prometida, a Canaã dos seus sonhos, se não divisassem nos umbrais dêste paraíso terreno a sinistra legenda dantesca.

Não careço lembrar-vos a boa vontade, a dedicação e os esforços empregados durante mais de meio século por todos os nossos colegas de classe, quando investidos de uma parcela de autoridade, para nos libertarem do terrível flagelo. Tudo, porém, fôra em pura perda; a febre amarela, como um espectro snistro, erguia-se sempre em nosso caminho funesta e escarninha, zombando da nossa competência científica, da nossa capacidade civilizadora.

Estávamos pagando o habitual tributo durante a estação calmosa de 1903, quando o benemérito e patriótico govêrno do Presidente Rodrigues Alves confiou a

direção-geral dos serviços da Saúde Pública ao nosso eminente colega Dr. Osvaldo Cruz. Todos nós o conhecíamos como um môço inteligente e aplicado dedicando-se com decidido pendor aos estudos de laboratório, modesto, circunspecto e pelo menos aparentemente tímido. Ninguém o acreditaria com os predicados do comando, com as qualidades precisas para dirigir uma grande batalha. Entretanto, desde os primeiros atos revelou-se um estrategista consumado, um ótimo general.

Investido no alto pôsto de primeira autoridade sanitária, formulou desde logo o seu plano de combate e, exigindo dos podêres públicos inteira autonomia e os meios necessários para o desempenho da árdua tarefa, assumiu perante a nação o compromisso de extinguir a febre amarela em poucos anos.

Certo, não olvidastes, senhores, o clamor e a vozeria que ergueram em tôrno da nova orientação impressa aos serviços de Saúde Pública pelo nosso distinto colega. Certo não vos passou despercebido o riso de mofa e desdém com que foi acolhido o seu compromisso solene, que para uns não passava de leviana fanfarronada, para outros era apenas um surto de mocidade audaz e inexperiente, mas que para nós, que de perto o conhecíamos, significava uma convicção firme e inabalável, uma fé robusta e intemerata.

Eu me desvaneço, senhores, de ter pertencido desde a primeira hora à falange daqueles que cegamente confiavam no êxito da tarefa por êle empreendida. Desvaneço-me de haver pôsto em proveito dela a pequenina parcela de prestígio moral que me advém da qualidade de professor, de clínico e de jornalista. E quando um ano depois de iniciada a obra, o 2.º Congresso Médico de Buenos Aires, em sessão memorável, discutindo a profilaxia da febre amarela, ia votar uma moção convidando os povos vizinhos a manterem os serviços de desinfecção e isolamento, eu ousei enfrentar uma corrente que no momento se me afigurava vitoriosa, e, pondo em destaque a bancarrota completa dêstes velhos recursos profiláticos no Brasil, tive a fortuna, não de convencer a douta assembléia, que para tanto me faltavam competência e autoridade, mas de ser benèvolamente ouvido e atendido na proposta que fiz para ser sobrestado aquêle voto e convertido em uma moção de aplausos e animação ao nosso ilustre patrício. Dois anos depois, apreciando e aplaudindo, do alto da cadeira de presidente da Academia de Medicina, os benéficos resultados por êle colhidos com o emprêgo da nova profilaxia, exortei-o a que prosseguisse sempre confiante e esperançoso, pois já nos soavam aos ouvidos os primeiros toques festivos dos clarins da vitória.

Pois bem, senhores, é para comemorar esta vitória brilhante e promissora que a classe médica brasileira resolveu fazer cunhar uma moeda com a efígie do nosso distinto colega e me incumbiu de lha oferecer hoje, dia do seu aniversário natalício, com os votos de grande estima e aprêço que lhe consagro.

É para festejá-la que nós, médicos latino-americanos, nos reunimos neste Instituto, planejado, criado, mantido e dirigido pelo Dr. Osvaldo Cruz; neste Instituto já famoso pelos seus trabalhos e ensino e que nós hoje convertemos em Capitólio para a sua glorificação; neste Instituto que, mais do que aquela medalha, mais do que um bronze erguido na praça pública, há de perpetuar a memória do grande cientista brasileiro, refletindo em todos os seus recantos a grandiosa obra de ciência e humanidade por êle realizada."

Falaram depois, pelas delegações dos respectivos países, os Drs. Nicolás Lozano, da República Argentina; Cienfuegos, do Chile; Juan Peon de Valle, do México; Fernando Gorriti, do Paraguai; Aguerere, da Venezuela.

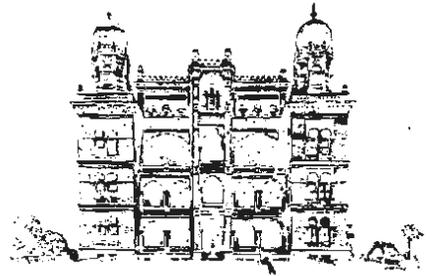
Em oração de agradecimento, chega a vez de Osvaldo Cruz:

> *"Não transparecesse com tôda a nitidez o significado da alta distinção que acaba de ser feita ao nome de quem tem a honra de agora vos dirigir a palavra, que estaria êle acabrunhado sob o pêso de tão elevado preito a que, certamente, não poderia resistir a pouca monta de seus méritos pessoais.*
>
> *Mas, esta brilhante homenagem não visa, está patente, a personalidade de quem, em virtude de nossas disposições legais, está obrigado a representar, para todos os seus efeitos, as corporações, que por títulos diversos se têm recomendado, de maneira imorredoura, à gratidão nacional.*
>
> *Com efeito, na esfera administrativa, a Diretoria-Geral de Saúde Pública e, na científica, o Instituto de Manguinhos têm realizado obras de tal valor que é digno dêles o aplauso que hoje lhes traz a ilustrada classe médica do Brasil, à qual, como requinte de gentileza, se associaram os ilustrados representantes das delegações latino-americanas, que o fizeram com as palavras cativantes que acabamos de ouvir e que tão alto repercutem em nossos corações de brasileiros.*
>
> *Quem de perto conhece a dedicação daqueles que tomaram a si a grave responsabilidade de saneamento do Rio de Janeiro; quem os vê levar até ao extremo o cumprimento do dever, quando o exigem as necessidades de momento; quem presenciou o entusiasmo patriótico com que se dedicaram à campanha de erradicação da febre amarela, ao mesmo tempo que mostravam a mais admirável resignação evangélica, diante das dificuldades e injustiças que no momento se lhes levantavam; quem tudo isto viu bem pode compreender o nobre impulso que vos ditou o procedimento que para com êles, hoje, tivestes.*

Explica-se e altamente se justifica que tivésseis querido envolver na mesma atmosfera de louvores aquêles queridos companheiros que, nesta casa, modestos, afastados do bulício da cidade, tendo renegado a todos os prazeres da vida, consagram a existência tôda, tudo, até as próprias vigílias e os momentos sagrados do aconchêgo à família, ao levantamento e consolidação do nome científico de nossa Pátria, colaborando na medida de suas fôrças com aquêles que, entre nós, abraçaram o mesmo ideal.

Senhores! Se êsses devotados patriotas enfrentaram, por vêzes, mágoas e desgostos, acharam hoje certamente para êles o lenitivo necessário na tão carinhosa quão significativa manifestação de solidariedade que lhes fizestes na pessoa de quem, por lei, os representa.

Obrigado, pois, por êles e por mim."

CAPÍTULO XXIII

NOVA HOMENAGEM

EM 1910, regressando de sua viagem à Amazônia, a convite da Companhia Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, seus amigos e admiradores, já então verdadeira legião, prepararam-lhe uma recepção que fugisse aos moldes habituais de banquetes e almoços, já então triviais e inexpressivos. Ofereceram-lhe uma recepção com boa música no Palácio Monroe. Foi especialmente convidado o Conselheiro Rodrigues Alves, que compareceu e estêve sempre ao lado de seu dileto auxiliar de govêrno. Em nome da comissão organizadora falou Medeiros e Albuquerque, cujas belas palavras aqui transcrevemos, com prazer:

"Ex.^{mo} Sr. Dr. Osvaldo Cruz. – Quando ontem à noite, causando-me a mais estranha das surprêsas, os organizadores desta esplêndida festa me vieram dar a incumbência de ser o seu intérprete, a primeira idéia que tive foi naturalmente a de recusar-me. Devia caber a palavra a um homem de ciência, a um homem que soubesse falar do vosso merecimento com a competência de um profissional.

Mas os que me convidaram souberam achar um recurso capcioso para me conquistar a adesão. Subornaram-me pela vaidade. Lembraram-me que houve um momento em que, não vos conhecendo de maneira alguma, eu fui dos primeiros a aplaudir o vosso esfôrço em prol da reforma dos serviços de higiene; cheguei, durante algum tempo, a ser o único na imprensa desta capital a ousar defender aquêle vosso negregado crime: *o Código de Torturas*...

E foi um pouco por isso que êles se lembraram de mim. Demais é bem certo que não se precisa ser homem de ciência para reconhecer a importância da vossa

obra. Os homens de ciência não vos devem maior gratidão do que os mais rudes e incultos moradores desta cidade.

Nem mesmo é possível restringir a uma circunscrição territorial brasileira a gratidão que mereceis. Ainda que não aceiteis as incumbências que vos vão ser dadas em alguns Estados da União para nêles combater a febre amarela, até mesmo êsses Estados já vos devem gratidão pelo que fizestes aqui. Porque extinguindo nesta cidade aquela moléstia, vós livrastes o Brasil inteiro da pecha de insalubridade que o apoucava.

Bem ou mal, para uso de estranhos, a capital é a representação do país. E se todos os habitantes dêle vos devem gratidão por isso, os homens de ciência vo-la devem ainda por outro motivo: pela vossa indefectível probidade científica. A probidade que tem o Código Penal de guardá-la e a ameaçar os que dela desgarram com os seus castigos é mais fácil de ser achada do que a probidade científica, que nenhum código defende. Chegar pelo estudo a uma convicção calma e refletida, sustentar essa convicção de um modo inquebrantável, resistir às dúvidas, às ironias, aos gracejos, e acabar por impô-la – é uma virtude superior. Foi a virtude de Colombo, que, se não contava achar a América no seu caminho, estava pelo menos certo da esfericidade da Terra. Foi a vossa virtude, quando convencido da doutrina da transmissão da febre amarela pelos mosquitos, não duvidastes pô-la à prova, com tôda a energia, exigindo do govêrno as medidas necessárias para isso.

Era natural a oposição. A idéia de moléstia sempre foi no espírito popular uma idéia misteriosa e um pouco sobrenatural. Em alguns povos, havia deuses especiais que incarnavam certas moléstias. Em outros, a moléstia era pelo menos um pavoroso castigo divino. Depois, a medicina por muito tempo falou vagamente em 'miasmas', em 'princípios mórbidos' – coisas vagas e intangíveis. Veio a idéia de micróbio: mas, essa idéia, que aliás custou a vencer, tinha ainda para o grande público o prestígio da invisibilidade. Só os microscópios o devassavam. Chegar, porém, ao mosquito era quase afrontoso ao bom senso popular. Porque o mosquito é bastante grande para ser visto e insignificantemente pequeno para parecer que mereça ser temido: o mosquito é um animal ridículo.

Criar todo um conjunto de medidas rigorosas só pelo temor do mosquito, parecia um desafio ao bom senso – o grosso bom senso popular. Daí todos os remoques que vos crivaram quando vos fizestes o bravo marechal dos mata-mosquitos. Era preciso, através da campanha que tivestes de suportar, aquela máscula e

serena virtude que se chama a probidade científica: seguro de uma verdade, aceitar para a fazer vencer ainda os piores ataques. À vossa firmeza se devem simultâneamente os resultados práticos, que todos hoje reconhecem, o resultado teórico de mais uma prova da doutrina que defendeis.

E, por isso, neste momento, há em tôrno de vós os que vos aplaudem pelos benefícios práticos que fizestes a todo o Brasil e há os que vos aplaudem pelo vosso valor científico. O gôverno seguinte vos fêz, porém, o presente que mais vos há de ter sido grato: o de dar o vosso nome ao Instituto que dirigis, e que, segundo dizem os competentes, sem nenhum exagêro de patriotada, não tem igual no resto do mundo. O preito foi merecido.

Merecido é também o que vos rendemos hoje e que se achou um mau intérprete para vos dizer quanto êle é grande e sincero, mesmo assim patenteará a sua grandeza e sinceridade, porque é o do escol de um povo que vos deve benefícios inestimáveis, porque é o da fina flor dos nossos homens de ciência, que proclama o vosso alto valor.

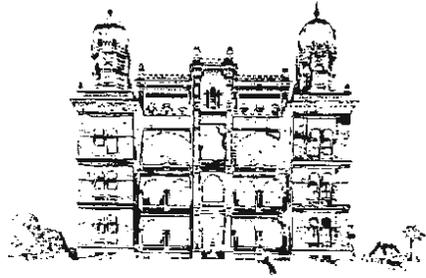
É essa homenagem que traduz a festa que agora vos cerca. E porque os organizadores dela pensaram que seria justo associar-lhe o nome de vossa admirável companheira de vida, quiseram que a lembrança desta reunião ficasse, por assim dizer, materializada em um pequeno mimo, que me incumbiram de entregar-lhe. Certo, há uma desproporção formidável entre a bagatela que encerra êste escrínio e o esplendor desta reunião. Se não fôsse o receio de sacrificar as comparações poéticas a uma comparação de maior côr local, tratando-se de um bacteriologista, eu lhe lembraria que em uma dose infinitesimal de certas toxinas há às vêzes um princípio ativíssimo, capaz de fulminar os sêres mais robustos.

A comparação não é poética, mas ela serve bem para lembrar que o valor das coisas não se mede pelo seu tamanho. Ela serve para mostrar que a proporção não é uma regra na natureza. Uma bagatela pode ter associado um mundo de recordações, de idéias, de sentimentos. O infinitamente grande pode ser evocado pelo infinitamente pequeno.

Assim, neste quase nada vai a homenagem da imensa e respeitosa admiração de vossos amigos pela companheira, que vos enche a vida de carinho e vos permite a tranqüilidade precisa de espírito, para cumprirdes a vossa luminosa missão.

Quando esta solenidade acabar e todos nós tivermos dispersado e não restar nestas salas escuras nem uma pessoa, nem uma luz, nem uma flor – tudo isso estará concentrado misteriosamente nesta pequena jóia."

CAPÍTULO XXIV

O BRASIL NA EXPOSIÇÃO DE HIGIENE DE DRESDE

À EXPOSIÇÃO Internacional de Higiene de Dresde, marcada para maio de 1911, compareceu o Brasil e à frente da Comissão, Osvaldo Cruz, que por delegação do gôverno indicou os nomes que a deviam compor.

O pavilhão brasileiro foi inaugurado a 14 de junho. Inauguração solene, tendo falado o ministro do Brasil em Berlim, Itiberê da Cunha, o presidente do Conselho de Ministros, Conde Witzthum e o Conselheiro Lingner, presidente da Exposição.

O pavilhão brasileiro expunha copioso material de doenças tropicais e amplo documentário em gráficos, desenhos, miniaturas etc. dos Institutos Osvaldo Cruz, Butantã e da repartição de Saúde Pública.

Com a data de 20 de agôsto de 1911, o Prof. Calmette escrevia ao Dr. Figueiredo Vasconcelos a seguinte carta, a propósito do êxito da exposição brasileira:

> *"Meu caro Vasconcelos. – Não quero deixar Dresde sem manifestar-lhe tôda a minha admiração pelos trabalhos que o Brasil – e a sua vara mágica*[1] *– apresentaram na Exposição Internacional de Higiene.*
>
> *É minha opinião que a seção do Brasil é cientìficamente a mais interessante, pois vem demonstrar com clareza o que pode a administração de uma grande cidade ou de um Estado, em matéria de higiene pública e de defesa social, contra as doenças infecciosas, quando aquêles que a dirigem sabem respeitar os conselhos dos homens da ciência.*

---

[1] Osvaldo Cruz.

Peço-lhe que transmita a Osvaldo Cruz minhas felicitações vivas e cordiais e bem assim a todos os seus colaboradores.

Faça-lhes ver com que interêsse são acompanhados em França seus belos trabalhos e creia, com sinceridade, em meus sentimentos de cordialíssima dedicação. – Dr. A. Calmette. – Dresde, 20-9-11."

Pouco depois recebia o govêrno brasileiro a seguinte e honrosa comunicação do presidente da Exposição, o Prof. Ligner:

"A Diretoria da Exposição sente-se obrigada a, penhoradamente, agradecer, ainda uma vez, ao Ministério do Interior da República do Brasil, por se ter feito representar na Exposição Internacional de Higiene.

A Exposição Brasileira, com sua imprevista organização e clareza do exposto, surpreendeu justamente a Europa.

Todos os entendidos, e entre êstes as mais elevadas autoridades, por diversas vêzes, elogiosamente salientaram as particularidades do exposto, mostrando grande satisfação pela oportunidade que se apresentou aos povos e sábios europeus, de conhecerem essa tão rara exposição. Os visitantes da Exposição também o fizeram com uma extraordinária freqüência ao pavilhão brasileiro, que foi um dos mais visitados.

Se o júri dos Estados estrangeiros não resolvesse colocá-los *Hors Concours*, em consideração à dignidade e valor científico do exposto nos pavilhões estrangeiros, decretando uma homenagem com direito a diploma de honra aos Institutos e aos colaboradores científicos que tomaram parte, distinção que consideramos como a mais elevada que podemos dispensar, e se não tivesse sido proposto com expresso desejo de seus comissários, que sòmente os institutos científicos e não os colaboradores científicos recebessem êste diploma de honra, então com tôda a certeza a Exposição Brasileira teria obtido um muito maior número dêsses diplomas, visto achar-se realmente em primeira linha.

Esperamos que o govêrno brasileiro se considere recompensado pelo enorme sacrifício e trabalho que teve concorrendo à Exposição Internacional de Higiene, visto que nenhuma vez ainda na Europa, em tal assunto, a América inteira se achou tão brilhantemente representada e ainda pelo impulso que a Exposição Internacional de Higiene procurou dar no Brasil aos extraordinários esforços que aí, nos ramos da higiene, já se tem efetuado sempre com resultado crescente.

Com a maior estima e consideração, pela Exposição Internacional de Higiene. Dresde, 1911. – O Presidente Lingner."

Em setembro de 1911, Osvaldo Cruz regressou ao Brasil, plenamente satisfeito com o êxito alcançado, a ponto de dizer, sem o constrangimento de sempre, de referência a si mesmo: "a nossa posição no mundo científico está perfeitamente garantida."[2]

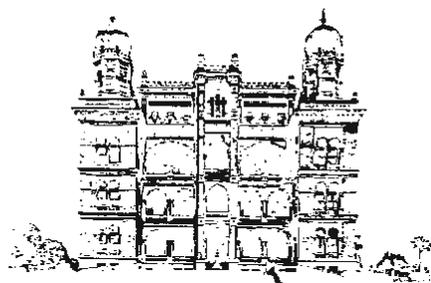
⁂

Na Câmara Federal, o Deputado Duarte de Abreu, representante de Minas, justificou da tribuna o seguinte projeto:

> *"A Nação Brasileira conferia a Osvaldo Cruz a dotação de 200 contos, em sinal de reconhecimento aos relevantes serviços que prestou à pátria, com a extinção da febre amarela no Rio de Janeiro e com o brilhante desempenho de importantes comissões científicas de grandes vantagens para o Brasil."*

---

[2] Sales Guerra, *op. cit.*

CAPÍTULO XXV

NA ACADEMIA BRASILEIRA

EM 1911, alguns acadêmicos insistiram, com Osvaldo, para que apresentasse sua candidatura à vaga de Raimundo Correia, na Academia Brasileira, à semelhança de Pasteur, também requestado pela Academia Francesa. Foi eleito por 18 votos, contra 10 que sufragaram ao laureado poeta Emílio de Meneses.

A Academia, que adotara o critério dos *expoentes*, não podia prescindir da figura do sábio, que tanto elevou o nome do Brasil. Foi eleito na sessão de 11 de maio de 1912, recebido a 26 de junho de 1913.

O discurso de recepção, vale recordar, tanto importa ao conhecimento do homem, nas vantagens culturais e gôsto pela arte, aliás denunciado nos hábitos de vida e em sua correspondência.

Do merecimento do nôvo acadêmico, dirá quem o recebeu, Afrânio Peixoto, nos trechos adiante, colhidos em seu belo discurso:[1]

"Vossa presença aqui nada tem de surpreendente. Consideramos que ocupais agora um dos lugares que vos devem caber, por tôda a parte onde a benemerência seja acatada. Cumprimos conosco um dever de nossa honra, antes de vos agraciarmos com uma distinção. Podereis passar sem nós; a Academia vos requestou. Nisto ela é bem feminina – que pecado feliz! – quando procura possuir tôdas as jóias ao seu alcance. E, se os que a invejam, neste momento, fingem exigir razão prática de sua escolha, ela lhes confia que não conseguiu ainda divulgar diferença essencial entre ciências e letras, a não ser que umas se fazem com as outras, e

[1] *Discursos Acadêmicos* – Publicações da Academia Brasileira, 1907-1913.

estas, pela literatura – revelação do ambiente, do povo, da ocasião – incluídas assim no determinismo científico."

Exalta em Osvaldo Cruz seus dons de sensibilidade e de caráter: "Quis a Academia Brasileira fazer esta justiça desde já. Por isso, tão solícita, vos acolheu. Sucedeis a um poeta: até nisso ela marcou o propósito de firmar que se abrem aqui sucessões à inteligência e não à herança, de colaterais ou de descendentes, na semelhança do espírito, como na ordem civil. Aliás, não seria difícil justificar uma contradição, tão da índole humana, como um sábio é o parente próximo de um poeta. No amor da natureza, e nas ânsias por seduzi-la ou por compreendê-la, há entre os dois apenas a diversidade dos meios. E não raro êles se encontram: Goethe não será exemplo singular. O vosso discurso é agora revelação nova. Vós sois, porém, como os grandes poetas que não fazem versos: nem sempre êstes têm poesia e ela sobeja na vossa vida e na vossa obra. Sois sentimental: basta ver-vos, para sentir que tendes coração terno e sentidos delicados. Tendes a piedade religiosa que já fugiu do comum dos homens; chegais até ao fetichismo, e às vêzes à superstição, que as mesmas mulheres do nosso tempo vão esquecendo. Enquanto resolveis difícil problema sanitário, na paz do vosso gabinete de trabalho, guarnecido de móveis de gôsto e de quadros escolhidos, de um insensório oriental escapam-se meadas de fumo, que descrevem volutas azuis e arabescos caprichosos, e seduzem pelos sentimentos a um deliqüescente bem-estar, e pela imaginação levam para a distância comprida do sonho; só vos prendeis à realidade se vos dão êsse ambiente de poesia.

Por isso, do vosso instituto, perdido numa restinga de mangue, fizestes palácio encantado, como a fantasia dos califas nunca realizou algum no Oriente; na maravilha da construção arquitetônica não faltam entretanto os mínimos requintes de comodidade e de técnica: êle é o vosso grande retrato, objetivo e espiritual, traçado com a sinceridade dos que pensam realizar apenas uma idéia e refletem nas coisas a própria natureza. É nesse cenário, que preparastes para a vossa família intelectual, os discípulos, que passais os vossos mil e um dias, embevecidos e extáticos, na pesquisa da verdade e na contemplação da ciência.

Todo vós, na aparência externa e manifesta, esquiva e desprendida; bem trajado, mas sem propositado apuro no vestir; o precioso chapéu de palha desabado; os olhos tímidos e profundos, que olham de longe em cintilações; a palavra rara e

sugestiva, mandando sem apêlo, como quem aconselha e suplica; o perfil nítido e voluntário; a cabeleira basta, empoada precocemente pelo tempo... vos dão aspecto romântico e aventuroso, que contrasta com as certezas positivas de vossa vida de sábio, provocante como paradoxo vivo. É que sois um poeta desgarrado na ação, provando a plasticidade maravilhosa dêsse plasma do entendimento que nos faz o que queremos e dos outros o que soubermos querer.

É uma das vossas idéias favoritas, e pelas quais tendes triunfado na vida, que a vontade eficaz basta para suprir a tôdas as insuficiências das coisas e dos homens. Não escolheis os vossos comandados pelo favor enganoso do sentimento ou pelo concurso de provas falíveis; quaisquer que êles sejam, e os acasos da vida vo-los deparem, vós os fazeis bons, dedicados, inteligentes e capazes.

Não que o não fôssem, ou não o sejam de antes, mas os faríeis, se até não fôssem. É o método seguro das grandes vontades. Jesus elegeu em quaisquer os seus apóstolos. Improvisou Bonaparte os seus marechais. Tendes um seminário de sábios, que o não eram, não o seriam provàvelmente, mas os fizestes, como vos fizestes, mudando talvez as vossas primeiras inclinações, denunciadas ainda nas aparências da vossa obra e até no aspecto de vossa pessoa.

Êste poder absoluto da vontade, em que acreditais e que exerceis, é a vossa fôrça e dela vos veio a glória. Falta-nos competência para discuti-la, no que tem de técnico: os nossos sapientes vizinhos da Academia de Medicina vos conferiram certamente essa honra, com os seus aplausos. Retemos apenas o traço forte de vontade, com que libertastes a nossa pátria do flagelo que mais de uma centena de milhar de vidas lhe consumira e por mais de meio século a injuriava diante do mundo civilizado; retenho o epíteto que vos conferiu nesse momento histórico o assombro e a admiração de alguém, que vos compreendeu: UM HOMEM...

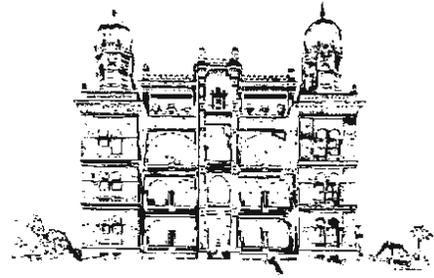
O sábio estrangeiro que, muitos anos antes dêstes dias felizes, vos ouvia em confissão para se convencer, quando ainda em meio da campanha já possuíeis a certeza do triunfo, só pôde traduzir o seu assombro e a sua admiração por esta palavra, que lhe ouvimos: – 'Osvaldo Cruz... é um homem!'

É o epíteto mais belo, e o mais nobre, que o homem costuma dar ao seu semelhante. Talvez porque raríssimos dêles o merecem.

Tem a ciência, pois, a sua poesia, áspera e forte, poesia violenta de ação, feita também às vêzes de sofrimento, mas de vontade dominadora, outras muitas, diante da qual a da imaginação é frágil e efêmera, como sonho de criança.

Reunis, por conseguinte, todos os méritos que fazem grande o homem, orgulho da sua espécie: a sensibilidade com que no trato íntimo, na família, entre os amigos e os discípulos, colegas e subordinados, sois querido e venerado; a inteligência com que ides abrindo caminhos novos ao conhecimento, educando uma geração de sábios que já honram ao mestre, e serão ufania desta terra; a vontade, finalmente, com que em todos os dias de vossa vida ajuntais serviço nôvo e relevante aos que já nos prestastes, e beneméritos, de salvação pública, por tôda a parte, do Rio de Janeiro aos confins da Amazônia. Não receareis contraste.

A Academia Brasileira, que pretende ser o índice abreviado da cultura nacional, faltaria à sua nobre ambição, se não vos cobiçasse. E se vos tem hoje, não lhe deveis por isso gratidão; não o estranhará a ninguém: é porque tínheis aqui, desde muito, um lugar obrigado."

CAPÍTULO XXVI

OUTRAS DISTINÇÕES

EM ABRIL de 1914, reuniu-se em Montevidéu uma Conferência Sanitária, que visara adotar novas medidas que atualizassem a Convenção de 1904. Osvaldo Cruz compareceu, como delegado brasileiro, tendo sido aclamado seu presidente. As homenagens que lhe foram prestadas por essa ocasião refletem o prestígio extranacional de seu nome.

Finda a Conferência, partiu para Buenos Aires, onde foi recebido como membro honorário da Academia de Medicina e da Sociedade Argentina de Higiene e Engenharia Sanitária. A 30 de abril regressou ao Brasil, depois de várias homenagens sociais em sua honra.

Ainda em abril do mesmo ano, o govêrno francês conferiu ao grande brasileiro a "Cruz da Legião de Honra".

❖ ❖ ❖

Tendo o VII Congresso de Medicina e Cirurgia de Belo Horizonte, reunido em 1912, concedido a Osvaldo uma *medalha de ouro*, em reconhecimento a seus serviços ao país, foi a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro incumbida de entregar o referido prêmio, o que foi feito em sessão de junho de 1914. Em resposta a Raul de Almeida Magalhães, orador da Sociedade, o homenageado recordou, em rápida mirada, os trabalhos originais do Instituto, nas seguintes palavras:

"São palavras de discípulo querido as que acabais de aplaudir referentes ao velho mestre com as ampliações da juventude, fazendo lembrar o convívio do laboratório dos inesquecíveis tempos que já lá vão...

A idéia que levou o VII Congresso de Belo Horizonte a provocar esta manifestação solene tem alta significação nacional. Semelhante honra não me cabe, a mim, simples trabalhador no instituto que dirijo; mas à plêiade de esforçados e incansáveis pesquisadores que no conjunto compõem a escola de Manguinhos. Endereçaram-na por ser o diretor.

O movimento, que o escol da classe médica brasileira levantou no seio do Congresso de Belo Horizonte, foi consagração formal dos princípios defendidos e propagados pelos biologistas, que conseguiram implantar entre nós a escola de medicina experimental. Êsses ilustres representantes da classe médica brasileira reconheceram e proclamaram o valor das pesquisas de laboratório, para firmar o diagnóstico das moléstias em bases científicas precisas; e deliberaram materializar essa convicção na preciosa jóia que acabo de receber. É êsse o primeiro documento do nosso livramento da tutela científica estrangeira a que nos acostumáramos. Esta tutela precisava acabar. A inauguração das pesquisas de laboratório entre nós lhe pôs têrmo final, e abriu era nova à elucidação das questões obscuras, que o estudo das moléstias dos nossos climas suscita.

Os múltiplos problemas de patologia tropical só se podem resolver de modo peremptório, no local onde os casos se produzem. Nem é razoável contar nos viessem do estrangeiro de torna viagem soluções satisfatórias de tais problemas. De lá só nos podiam vir, como quase sempre vieram, resultados imperfeitos de estudos incompletos, baseados ou em informações falhas ou realizados com material insuficiente, impróprio ou já alterado, ido de longe. Êsses estudos, é sabido, requerem longas e pacientes investigações, material de renovamento fácil para experiências repetidas, em que o resultado de um dia corrige às vêzes os da véspera.

São dignos de menção os resultados definitivos das investigações até agora praticadas, na escola de medicina experimental. No tocante à etiologia, já se verificou a causa do *bócio endêmico* do Brasil Central, a de *micoses* diversas, tidas antes, erradamente, por manifestações de tuberculose, de lues, ou por modalidades de tumores malignos. Estão hoje as *micoses* científicamente classificadas. O mesmo se deu com as úlceras. O problema da tuberculose recebeu alguns toques de luz. As tinhas, a questão da *piedra* foram elucidadas em muitos pontos. Foram estudados e classificados muitos transmissores de moléstias, bem assim veiculadores e hospedeiros intermediários. Dos transmissores alguns provados, outros considerados prováveis ou possíveis.

No que respeita à profilaxia, estudos de pesquisadores patrícios dotaram a veterinária de vacinas de grande eficácia, tais como a da peste da manqueira e a do carbúnculo verdadeiro. A helmintologia foi enriquecida de espécies novas; e foram corrigidos erros, que circulavam com foros de verdades nos livros estrangeiros.

Em protozoologia muitas questões foram elucidadas, outras foram resolvidas de todo. Algumas de grande interêsse geral, referentes a protozoários parasitos, como o ciclo evolutivo do halterídio do pombo, o estudo de tripanossomos e de coccídios etc.; outros de interêsse local e entendem com a microfauna brasileira.

Finalmente, a terapêutica recebeu também valiosas contribuições, já no terreno da soroterapia, com a preparação do sôro antidisentérico contra a disenteria indígena, já no que respeita ao conceito da quinina-resistência, do plasmódio do impaludismo. A quimioterapia acaba de descobrir a cura de certas tripanossomíases e a do granuloma venéreo, a cura da leishmaniose pelo emético, descoberta de um dos mais prestimosos pesquisadores de Manguinhos."

Terminando, congratula-se com os presentes pelo espírito de solidariedade da classe médica brasileira, de que aquela imponente cerimônia é documento incontestável, e ao mesmo tempo um estímulo para os incansáveis pesquisadores da escola de medicina experimental. "A êles, pois, e não a mim, os vibrantes aplausos com que me festeja esta distinta assembléia a quem dedicamos êles e eu a nossa perene gratidão." (Muitos e persistentes aplausos.)

Foi êsse discurso uma verdadeira afirmação da maioridade científica da medicina brasileira.

❖ ❖ ❖

Nova vez, em 1915, partiu para a Europa em comissão oficial. Partia desolado com a morte de Gaspar Viana,[1] aos trinta anos de idade, jovem sábio e uma das mais belas afirmações da nova família científica brasileira.

A TENTATIVA FINAL – COMBATE À SAÚVA

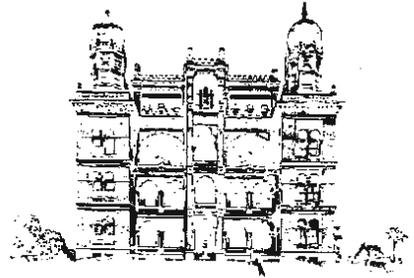
Consultado pelo presidente do Estado do Rio de Janeiro sôbre a possibilidade de uma campanha contra a formiga, Osvaldo procurou pessoalmente situar-se no

---

[1] Gaspar Viana, descobridor da cura da leishmaniose cutânea, úlcera de Bauru, pelo tártaro emético, morreu de infecção contraída ao proceder a uma autópsia.

aprêço do problema, estudando os meios de combate para larga aplicação em terras fluminenses. Experimentou primeiro com gases asfixiantes, insuflados pelo aparelho Clayton, verificando que em zonas plantadas a ação seria mais prejudicial à vida vegetal, que a das formigas que a perseguia. Enveredou por caminho mais longo, estudando a vida da formiga, seus hábitos e preferências, aliás a exemplo de Pasteur com o bicho-da-sêda. Observou os formigueiros, abundantes em Manguinhos, e fêz construir em barro um formigueiro artificial, tendo uma parede de vidro para facilitar a observação. Foi quando o acidente ocular, de natureza toxêmica, o impediu de continuar. Quem hoje penetra na sala-museu do Instituto, fechado desde sua morte, lá verá, entre móveis e objetos, essa curiosa recordação de seus últimos dias.

CAPÍTULO XXVII

A PREFEITURA DE PETRÓPOLIS

CORRIA o ano de 1916 e as condições de saúde de Osvaldo Cruz dia a dia se agravavam. Pensou sua família, com o consenso de íntimos amigos, em afastá-lo da direção do Instituto, em tudo trabalhosa e salteada de pequenos incidentes, que, ainda assim, feriam sua aguda sensibilidade. Acabava de ser criada a Prefeitura de Petrópolis, sendo o cargo de nomeação do presidente do Estado, que, ciente dêsse desejo, imediatamente o nomeou em agôsto do mesmo ano. A 17 de agôsto, quase clandestinamente assumia o cargo, avisando apenas ao chefe interino em exercício, ao qual pedia, "como favor especialíssimo", que lhe transmitisse as respectivas funções "na mais absoluta intimidade e sem a menor solenidade".

A 18, apresentava seu programa de administração, com os seguintes itens:

- Encampação do Banco Construtor.
- Encampação da Fazenda Imperial e resgate dos foros pelos proprietários.
- Impôsto (2$000 por metro) sôbre terrenos devolutos.
- Desenhista de jardins.
- Preparo de gás pobre com lixo e produção de energia elétrica para os britadores e oficinas.
- Aquisição e manutenção de condução para o Prefeito e Inspetor de Obras.
- Rêde de esgotos.
- Substituição na Prefeitura das carroças de tração animal por automóveis.
- Regulamentação e fiscalização da venda do leite.
- Organização do serviço sanitário.

– Barragem dos rios e revestimento do álveo com seção ovóide.
– Formação de quedas d'água em degraus.
– Formação dum lago à feição do Bois em Serpentina.
– Construção de um edifício de Diversões.
– Bondes – linha circular Castelania-Alto da Serra.
– Rosarium.
– Plantio de flôres nas margens dos rios.
– Organização do ensino primário.
– Fiscalização do ensino de português nas escolas estrangeiras.
– Museu Histórico do Império e Jardim Botânico, no Palácio Imperial.
– Parque para ginástica das escolas e educação física obrigatória para todos os colégios.
– Caminho para Pedra-Açu.
– Calçamento de macadame asfaltado e interlinha dos bondes e paralelepípedos.
– Estatística da população e índice de analfabetismo.
– Revisão do impôsto predial.
– Repressão da mendicância e criação de asilos para mendigos.
– Matadouro e laboratório.
– Bondes elétricos para o Rio ligando-se à Light.

Como se vê, Osvaldo Cruz não era capaz de guardar um cargo como simples sinecura:[1]

"Sem embargo do grave estado de caquexia cárdio-renal, o grande perdulário, à maneira do môço *à la cervelle d'or*, no seu extremado amor à Pátria, aceita ainda o convite do govêrno fluminense para assumir a direção da Prefeitura de Petrópolis. Por um milagre de energia moral, o que lhe falta em vigor físico é sobejamente compensado pela fortaleza de espírito. Imediatamente, toma como secretário o Dr. J. Pedroso, seu antigo companheiro na Saúde Pública; delineia e inicia em parte um plano de remodelação e embelezamento da pitoresca cidade; estabelece normas de economia e moralidade administrativas, expungindo a praga da politicagem, atuando com a mesma clarividência, o mesmo ânimo do lutador de outros tempos.

Tanto bastou para que certos elementos de um *partido* local, particularmente vulnerado por tais medidas, desenvolvessem contra o Prefeito a mais desumana

---

[1] Ezequiel Dias, *op. cit.*

das campanhas oposicionistas que jamais se pôde conceber. Para isso, mercê da chamada liberdade de imprensa, que desgraçadamente prospera à sombra das nossas leis, o referido grupinho monta um jornaleco e todos os dias se deleita a conspurcar os louros de um sábio benemérito.

A despeito de tudo, o administrador caminha desassombradamente e idealiza um programa que por nossa desdita desapareceu com a mente que o arquitetou, mas que deveria ser uma espécie de código municipal, um perfeito paradigma para tôdas as edilidades nacionais e até estrangeiras."

Por fim, o gigante tomba no leito para não mais se erguer. Não obstante, ainda lhe restam as derradeiras energias para cumprir os deveres do seu cargo, e lá lhe vai ter às mãos, todos os dias, o expediente que êle assina graças a um esfôrço que a qualquer outro seria impossível. Mas como tudo tem um limite, e o afeto sempre foi uma das poucas armas eficazes contra aquêle espírito intransigente, conseguem os infatigáveis médicos que o doente passe o exercício ao substituto legal."

Agora, no testemunho de Ezequiel Dias, seu discípulo fiel e dos mais queridos, um aspecto pungente de maldade anônima, que projeta em tôda hediondez o flagrante das contradições humanas:

"Num tranqüilo recanto da Rua Montecaseros, com frente para a colina onde se acha o cemitério, demora um solar antigo situado num jardim florido de hortênsias. Um lustre encarnado, ao alto da varanda cingida de trepadeiras rubras, ilumina suavemente as escadarias. No salão de visitas, também vermelho, tudo é silêncio e escuridão. Na sala de jantar algumas pessoas cabisbaixas falam à surdina, pisando na ponta dos pés. Ao lado, num quarto, à luz mortiça de um abajur, jaz estendido no leito o vulto ofegante de um homem.

Súbito, ao longe reboa um alarido confuso. O doente entreabre os olhos, ergue a cabeça como quem procura distinguir melhor a algazarra. O cansaço, porém, fá-lo tornar à primitiva posição. Mas, a atoarda recomeça mais forte, chegando distintamente ao aposento, apesar dos esforços da família, que corre a fechar tôdas as portas e janelas, com o intuito de sustar aquela invasão de sons estridentes e desordenados. O enfêrmo, todavia, mais uma vez alça a fronte, aguça o ouvido e indaga:

– Que barulhoe é êsse?

E logo um coração amigo informa-lhe sorrindo:

– É o carnaval: um *cordão* que passa a tocar o *Zé-Pereira*.

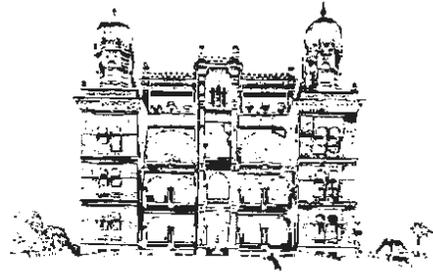
O mestre retruca apenas com um ar de incredulidade.

Nesse mesmo momento, sobe num crescendo a estranha música de pancadaria. Escutam-se perfeitamente grosseiros estrídulos que repercutem com veemência. O doente reprime a custo a dispnéia e, num olhar em que revive por instantes a chama de outrora, diz aos circunstantes:

– É uma manifestação...

Era-o, de fato; mas as latas de querosene e gritos da ralé, que num ofertório de gentilezas próprias de hienas excitadas vinha trazer ao ex-Prefeito o testemunho do seu regozijo pela provável restituição do govêrno municipal à camarilha que o explorava. Era a política de campanário em tôda a sua hediondez macabra, num esganiçar de abutre impaciente. Era o tropel dos estercorários que avançavam pressurosos com o adubo moral para a vivificação da Árvore da Imortalidade que em breve havia de emergir da sepultura de um herói."

Desta passagem sombria de incompreensão humana, hoje tristemente histórica, paradoxalmente, uma luz se desprende e aponta às gerações o exemplo de uma vida que não temeu a vida, não esmoreceu ante os desenganos, e, sem intermitências, serviu à Pátria no misticismo da devoção.

CAPÍTULO XXVIII

MOLÉSTIA E MORTE

DESDE 1903, recresceram os trabalhos de Osvaldo Cruz com a direção da Saúde Pública – as campanhas profiláticas contra a febre amarela e a peste, e, paralelamente, a construção do Instituto de Patologia experimental, até então mal instalado numa dependência da Fazenda de Manguinhos.

Na proporção dos encargos, cresciam sempre os obstáculos, a obstinação do *contra*, como sempre acontece em qualquer tentativa séria, as dificuldades de tôda a ordem num país que tem o privilégio da burocracia, repele a disciplina e as boas normas de administração.

A atividade excepcional de Osvaldo Cruz não conhecia a necessidade de repouso. Em 1907, em meio a tantas canseiras, tomou a responsabilidade de concorrer à Exposição Internacional de Higiene, de Berlim, disputando ao lado de cento e vinte e três representações do mundo científico. A 30 de julho, partia para a Europa e, a 25 de agôsto, tomava o trem de Paris a Berlim. Desta cidade escreveu a Sales Guerra, em 29 de agôsto:

"Estou aqui em verdadeira dobadoura por causa da Exposição. Está tudo atrasado. As comunicações oficiais ainda não foram feitas, e com a minha meia língua ando de lá para cá, convencendo a esta gente que o Brasil está oficialmente representado e que nós precisamos de facilidade para desempenhar nossa missão. Escusado é dizer que esta agitação dum nevropata transtornou-lhe ainda mais os nervos, de modo que já voltou a insônia, e em quinze dias já lá se foram três quilos. Paciência e Vorwarts! *como dizem os habitantes desta linda cidade. Na realidade Berlim é um mimo, como cidade, deixando Paris a perder de vista. É uma cidade moderna, com*

bela arquitetura muito variada, muito diversa daquela uniforme monotonia de Paris, que, não obstante, aprecio muito mais pelo sentimento artístico do povo, que aqui absolutamente não existe.

Adeus, meu querido Amigo, vou à casa do carpinteiro orientá-lo."

Estava a vinte dias da inauguração da Exposição. Durante o tempo passado em Berlim, trabalhando contìnuamente, a ergastenia aumentara sensìvelmente, e já então, encenada com insônia, distúrbios digestivos, horror ao ruído, mais nítida e compulsiva a introversão do seu temperamento.

O Dr. Sales Guerra, seu médico e grande amigo, sempre atento aos menores indícios de alteração de sua saúde, assim se exprime:

"O Estado de saúde de Osvaldo Cruz começava a inquietar-me sèriamente. Persistiam as fobias, a insônia, êle alimentava-se pèssimamente, não digeria e já estava perdendo albumina. Cogitando nas desastrosas conseqüências resultantes de alguma infecção que porventura se enxertasse naquele organismo exausto, e por isso, pouco resistente, deliberei comunicar-lhe os meus receios e lhe fazer sentir a necessidade de cuidados urgentes e persistentes para melhorar o seu estado.

Na entrevista, a que procurei dar certa solenidade, depois de alguns qualificativos exprobatórios: 'suicida', 'doente desobediente' etc., propus fôsse ouvido um professor da Faculdade de Berlim, para que formulasse o tratamento a seguir, visto serem as minhas prescrições observadas apenas pela metade, se tanto. Fingia-me suscetibilizado. Explicou que o conjunto de circunstâncias, do meu conhecimento, embaraçara, realmente, o tratamento, mas, agora, mais desafogado, estava resolvido a cuidar de si. – Que devia fazer? – perguntou.

Convidei-o para fazermos juntos uma cura no sanatório de Valmont, em Montreux, onde êle encontraria tôdas as facilidades para o tratamento dietético, de repouso e do isolamento que lhe convinha, segundo me parecia; tratamento que podia ser modificado pelo Dr. Vidmer, diretor do sanatório, versado em moléstias da nutrição.

Estava disposto a observar o tratamento com rigor, foi sua resposta complacente, mas que o dispensasse de realizá-lo em sanatório, de que tinha horror; seguiria o tratamento em Paris, onde sua exclusiva diversão seria a freqüência moderada dos museus. Lá observaria o maior repouso, a dietética e 'saberia isolar-se no meio da multidão'... Objetei-lhe que êsse gênero de isolamento não tinha ainda a sanção da terapêutica. Eu conhecia suficientemente o meu caprichoso doente para não insistir mais."

De Paris, com a data de 19 de outubro de 1907, escreve a Sales Guerra:

"Depois de ter percorrido uma longa via-sacra estou instalado no meu antigo quartier *dos Champs Elysées: Av. Marignan, 17, num pequeno* rez-de-chaussée *mais ou menos confortável. Oficialmente estou em Londres: o isolamento já deu bom resultado: durmo perfeitamente. Mas, os desequilíbrios vasomotores aumentaram. Passo os dias com as extremidades regeladas e, segundo tuas acertadas previsões, a dispepsia parece que se está instalando, digiro pèssimamente, tenho a língua sempre coberta de saburra, com a impressão dos dentes etc., etc. Enfim, deixemos de lado a carcaça, que não merece que se lhe dê atenção.*

As minhas nevralgias têm serenado um pouco. O tratamento vai dando resultado: ontem deitei-me às 8 horas da noite, e, dum sono só, fui até às 8 horas da manhã!!! Doze horas dum dormir sem tréguas. Seguindo, sempre (quando posso), teus preciosos conselhos, tenho comido repetidas vêzes ao dia e pouco de cada vez. O ganso foi substituído por uma omelete e um bife. Vou a um restaurante onde não falo. Sento-me e o garçom, já conhecedor dos hábitos do freguês, traz tudo sem que tenha tido necessidade de despender uma só palavra! Digiro melhor, quase bem e estou começando a sentir-me feliz."

Interrompeu o estágio de repouso em Paris, seguindo para o México, como representante do Brasil na Convenção Sanitária, de onde escreveu, a 4 de dezembro:

"Não imaginas em que dobadoura ando eu metido! Em Washington vim saber da existência dum como programa a que eram obrigados os países que concorriam à Convenção do México. Entre as obrigações havia a de apresentação duma memória escrita, dum resumo da mesma, também por escrito, em português e inglês. Imagina dar cumprimento a isso em menos de dez dias: escrever, fazer traduzir, imprimir e apresentar. Foi um horror! Tive de trabalhar noite e dia – e lá se foi tudo quanto lucrei em Paris. Por isso não te tenho escrito, há tanto tempo. – Estamos agora em plenas sessões da Convenção. Já fui até obrigado a discursar! Enfim as coisas vão indo menos mal e o nosso querido Brasil não tem feito figura triste. Agora estou nas prebendas de festas, passeios, comesainas e discurseiras. Enfim, já se passaram dois dias e ainda me faltam três para conquistar minha liberdade. Assim que se encerrar o Congresso seguirei para Londres e daí para Parais, donde pretendo seguir para o Rio, em fins de janeiro, após um pequeno descanso, para lá não me apresentar com o aspecto de 'múmia' que agora tenho."

Tornando à Europa, foi primeiro a Londres e de Paris escreveu a 1 de janeiro de 1908:

"Aqui em Paris tenho melhorado: já durmo e é quanto me basta. Em Londres, passei pèssimamente: contraí uma gripe que me proporcionou alguns dias de febre e me preparou uma tosse renitente e impertinente, que até hoje não me abandonou. Quanto aos nervos, estão êles por tal modo emaranhados, que não tenho mais esperança de desfazer o novêlo: estão como a cabeleira dum doente, após longa permanência no leito. Já não me preocupo mais com êles.

... espero seguir para nosso querido Brasil no fim do presente mês. Não posso mais continuar ausente: as faculdades afetivas hipertrofiaram-se com a viagem ao México, de maneira que estou ansioso por conhecer a nova filha, a nova casa, a sorte de meus livros, etc. etc. Depois, recebi telegrama em que se me anuncia ter sido sancionada pelo presidente a organização de Manguinhos, de maneira que preciso estar no Rio para colocar a máquina sôbre os trilhos: fazer a nomeação dos rapazes, etc., etc. Meu grande receio é que se ponham em prática os atentados que, segundo as cartas e os jornais, pretendem perpetrar no Rio à minha chegada. Será para mim motivo de ser levado à cama. Não me posso conformar com tais processos e só a idéia faz-me eriçar os cabelos!"

Em comêço de 1911, compromete-se a comparecer à Exposição de Higiene, de Dresde, devendo partir em março.

"Naquela época, diz Sales Guerra, o estado de saúde de Osvaldo Cruz se achava em equilíbrio instável: esclerótico cárdio-renal, hipertenso, albuminúrico, fôra acometido de dois ataques de edema pulmonar, de que ficaram vestígios permanentes na base dos pulmões: quadro sintomático de prognóstico sombrio. Não houve, entretanto, considerações que o persuadissem da necessidade de uma cura de repouso. 'Morrerei mais depressa se ficar inativo', repetia; outras vêzes ouvia a receita e sorria silencioso. Decidira levar a filha primogênita, então de dezessete anos, em sua companhia.

Na véspera da partida, vencendo certa relutância, observei-lhe: 'V. pensou na possibilidade de adoecer durante a viagem e só poder contar com a assistência inexperiente de uma menina, cujo senso deliberativo, em tal conjuntura, certamente se perturbará?'

'Pensei até em coisa pior, respondeu; mas vou arriscar. Desta vez, falta-me coragem de empreender viagem sem uma pessoa da família ao meu lado. Talvez sintoma nôvo do desequilíbrio do *vago-simpático*, ajuntou sorrindo, como V. costuma dizer...'

Na ocasião da partida entreguei à filha um memorando, em sobrescrito fechado, que só se deveria abrir se Osvaldo Cruz adoecesse em caminho. Nesse escrito

eu figurava as hipóteses mais prováveis e indicava as prescrições de eficácia já verificada, com exclusão de outras, que, embora indicadas e usualmente empregadas, tinham dado mau resultado."

Estêve em Dresde, tornou ao Pará para inspecionar os serviços de profilaxia agressiva, voltando a Dresde, de onde regressou ao Rio de Janeiro, depois de passar por Berlim, Hamburgo e Paris.

Em 1915, escreve seu dedicado médico a respeito de sua doença:

"De velha data, moléstia grave minava inexoràvelmente o organismo privilegiado de Osvaldo Cruz. Êle próprio, aos trinta e cinco anos, surpreendera sua albuminúria – que nunca mais o largou. Os demais sintomas de esclerose renal foram aparecendo lentamente. Êle nunca se iludiu sôbre o seu caso; encarava-o filosòficamente; não queria parecer doente, dissimulava com arte um ou outro sintoma aparente. Bem poucos sabiam do seu verdadeiro estado de saúde. Em casa todos ignoravam. Quando, a sós, tocávamos nesse ponto e eu procurava atenuar a gravidade do prognóstico, êle sorria dizendo: 'meu pai faleceu do mesmo mal aos quarenta e oito anos, eu irei um pouco antes...' e mudava logo de assunto.

Do tratamento êle observava a dietética com certo rigor, abstinha-se dos alimentos reputados nocivos e não usava sal. Pouco lhe custava a privação, a êle que não era comedor. Às refeições, Osvaldo Cruz só se deixava tentar pela sobremesa, pelos doces e confeitos. Por cima da mesa de estudo, além de um belo busto de Pasteur, de flôres renovadas diàriamente, de cavaletes montados de pequenos letreiros mnemotécnicos, viam-se caixetas de porcelana esmaltada contendo confeitos, alguns perfumados, que êle trincava de vez em quando, no correr do trabalho.

Dois ovos formavam base de sua alimentação diária. Com êles, dizia, contava reparar o grama e meio de albumina, que perdia nas vinte e quatro horas, e deter ou moderar a marcha do esgotamento. Mas êsse alimento azotado só podia ser permitido enquanto o rim fôsse suficiente e a taxa da uréia do sangue não se elevasse.

Pouco depois voltaram as crises de insuficiência renal e se amiudaram. Quando em uma delas o quadro sintomático se complicou de soluço, de contraturas dolorosas, de perturbações do ritmo respiratório etc., sinais de intoxicação do bulbo, declaramos categòricamente que se tornara imperiosa a necessidade de uma temporada de completo repouco e rigoroso regime.

Provocavam essas crises às vêzes contrariedades, de que havia então no Instituto motivos constantes, e trabalhos fatigantes a que se dava, mesmo naquele estado precário de saúde e apesar das recomendações de repouso.

Alarmados, os amigos cogitávamos de afastá-lo do Rio, do Instituto, onde se consumia.

Mais uma vez, alegando pontos obscuros para mim, no conjunto sintomático de sua moléstia, propus conferências com os magnatas da medicina. 'Admira-me, respondia, para mim que não sou clínico está tudo claro demais; deves estar talvez cansado de me aturar, vai para casa descansar e depois volta; tem paciência, leva mais esta pesada cruz ao calvário... Comovente resignação...'

A doença de Osvaldo Cruz se tornava cada vez mais grave. Dominavam o sombrio quadro patológico o soluço, a dispnéia, as contraturas dolorosas, a escassez da visão.

O soluço foi o sintoma mais incômodo, mais pertinaz, resistiu às medicações usuais e a mais algumas que improvisamos Carlos Chagas e eu.

Não se tendo conseguido do doente que outros colegas o visitassem, Carlos Chagas, que subia do Rio, tôdas as manhãs, encarregou-se de indagar de profissionais de nomeada na capital, se conheciam algum tratamento eficaz contra aquêle sintoma intolerável, além dos que estávamos empregando sem resultado.

Uma ou outra prescrição aconselhada, foi também inoperante. Persistia, pois, o soluço sem trégua dia e noite, sem que o sono o interrompesse. De manhã, exausto, o pobre doente regurgitava grande quantidade de espuma, formada dos líquidos do estômago, vascolejados pelas sacudiduras que o soluço incessante imprimia ao diafragma, e por intermédio dêste, ao estômago.

Contra um tal sofrimento que persistiu até o coma terminal, só nos faltava lançar mão da eletricidade, da qual pouco se podia esperar, visto persistir a causa do mal – a intoxicação urêmica.

Entendia o doente, sempre lúcido e senhor de si, que aplicações elétricas só no Rio...

Êle bem sabia quão problemático era o resultado daquele tratamento sintomático; mesmo assim, resolveu descer. Dei-lhe a entender que a viagem podia prejudicá-lo.

'Que pode acontecer? indagou. É melhor acabar com isto de uma vez; vou despedir-me do Rio...'

E foi.

A faradização do frênico também não deu resultado, não modificou a situação.

A êsse suplício, juntavam-se, sem todavia lhe alterar o ritmo sinistro, contraturas dolorosas interessando músculos do tronco, do pescoço e, às vêzes, de um dos braços, como cãibras, que forçavam o doente a tomar atitudes ou posturas forçadas.

Osvaldo Cruz se pejava de ser ou de parecer doente, tinha pudor do sofrimento, evitava que os de casa assistissem ao pungente espetáculo daquelas crises, cuja dor êle se esforçava por dissimular, sem o conseguir de todo. Eram as crises precedidas de certa sensação, espécie de aura, que as anunciava, e quando êle as pressentia dava sinal para fazermos evacuar o quarto. Estava assim combinado entre nós, os assistentes que nos revezávamos, Carlos Chagas, o filho, médico de pouco tempo, e eu.

Veraneávamos em Petrópolis, eu e os meus, naquela quadra de tristezas, desde fins de dezembro de 1916. Compungia-me, mas ao mesmo tempo me consolava, passar o dia e boa parte da noite ao lado do amigo, sofredor estóico, que em breve ia perder para sempre. De bom grado o fazia, tanto mais, quanto êle não cessava de repetir que minha presença o confortava.

Naquele transe doloroso, como em tôdas as fases da vida intensa que levou, não cessei de admirar a beleza de suas atitudes, a incomparável resignação no sofrimento... e que sofrimento! À dispnéia constante, com exacerbações ao menor esfôrço, que o edema das bases pulmonares e o soluço mantinham, juntou-se a cegueira quase total, cujo efeito moral é, como se sabe, dos mais deprimentes, situação aflitiva que se prolongou por quarenta dias!"

Pela manhã, a 11 de fevereiro de 1917, Osvaldo Cruz entrou em coma. À noite, às 21 horas, "na ante-sala, conchegados como um grupo de aves tímida ao pressentir uma tormenta, estão Sales Guerra, Chagas, Pedroso, Belisário Pena e membros da família. Conversam sôbre a crueldade da agonia que se estira num longo estado comatoso; rememoram-se benefícios recebidos daquele discreto coração; recapitulam-se todos os valôres da vida prestes a extinguir-se; lamenta-se a grande desgraça que vai abater o Brasil. E como que a resumir todos os conceitos, numa concisão admirável, salientava-se uma frase comovida de Sales Guerra:

– Foi o homem mais perfeito que até hoje tenho conhecido.

Era a voz da Posteridade que se antecipava na sua real e nobre glorificação.

Dez minutos depois expirava Osvaldo Cruz."[1]

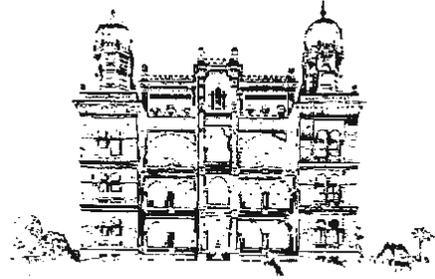
Pela família e amigos do grande morto foram cumpridas as suas "últimas vontades":

> *"Desejo com sinceridade que se não cerque a minha morte dos atavios convencionais com que a sociedade revestiu o ato da nossa retirada da cena da vida. Pelo respeito que voto ao pensar alheio não quero capitular de ridículos êsses atos: julgo-os para mim completamente dispensáveis e espero que a Família, que tanto quero, se conforme com êsses inofensivos desejos que nasceram da maneira pela qual encaro a morte, fenômeno fisiológico naturalíssimo ao qual nada escapa. Tão geral, tão banal é que julgo absolutamente dispensável frisá-la com cerimônias especiais. Por isso desejaria que se poupasse aos meus a cena da vestimenta do corpo, que bem pode ser envolvido em simples lençol.*
>
> *Nada de convites ou comunicações para entêrro, nem missa de sétimo dia. Nem luto tampouco. Êste traz-se no coração e não nas roupas."*

Como viveu, morreu, "superior ao seu tempo e ao seu país", como disse Rui Barbosa, na sessão cívica de 23 de maio de 1917, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

[1] Ezequiel Dias, *op. cit.*

CAPÍTULO XXIX

A OBRA E O HOMEM

UMA VIDA que realiza o milagre da afirmação total merece uma biografia. Foi um instante e busca a eternidade. Pode ser contada sem esfôrço, através de fatos e passagens, incidentes e contradições, referências e comemorativos, tais e tantos, que não pesam à análise nem atropelam a compreensão. Educa pelo exemplo, porque afirma a dignidade de viver na transparência de muitos predicados, dosados a valer, segundo a pauta dos valôres que fundamentam a riqueza de ânimo nos reflexos da sensibilidade e nos podêres da inteligência. Também da vontade orientada e firme, referta de inspiração humana e de intrepidez na ação. Em cêrca de vinte anos de atividade, com o aprumo de generosa formação espiritual, Osvaldo Cruz deixou de sua vida memória imperecível. E são beneméritos de estudo os traços de idealismo, a duras penas revelado no flagrante de uma obra de ciência, que teve seu dia de esplêndida realidade.

Vale a pena tentar um ensaio de interpretação de personalidade, dentro aliás do seu ponto de vista – "idealizar o indivíduo pelo estudo da obra".

O CARÁTER NA COMPLEIÇÃO ESPIRITUAL

O êxito pessoal de Osvaldo Cruz veio da harmonia de seus dotes intelectuais e morais, admirávelmente conjugados no sentido da objetivação, rebelde a injunções momentâneas e a vantagens colaterais que refletem a dubiedade, a cortesia, o sentimento deformado pelo sentimentalismo. Concentrava a atenção em dado proble-

ma, gizava o seu programa e perseguia o rumo traçado. *Sem quebrar nem torcer*, sómente obedecia a seus impulsos, fortemente acionados.

Quando de sua primeira investidura no serviço público, em maio de 1900, tratando de prover o laboratório soroterápico de material necessário à instalação, enviou ao chefe administrativo[1] a lista do indispensável. Êste a devolveu, com a recomendação de reduzi-la, e, como não era possível trabalhar sem o material pedido, Osvaldo retirou-se sem dizer palavra e não voltou ao laboratório. O chefe mandou visitá-lo, julgando-o doente; o emissário encontrou-o em plena saúde. Foi então adquirido o material e o técnico voltou ao trabalho, como se nada tivesse havido.

Em 1902, já em franca atividade o Instituto Soroterápico, sobrevindo nova crise, abandonou Osvaldo Cruz suas funções por incompatibilidade com o chefe. Dessa vez foi êste que se exonerou, deixando a Osvaldo completa autonomia técnica e administrativa. Em 1903, convidado para dirigir a Saúde Pública, o govêrno, sem consultá-lo, inclui no mesmo ato a nomeação de Afrânio Peixoto para o cargo de secretário. Escreveu o nôvo diretor ao ministro, pedindo que tornasse sem efeito sua nomeação, sem ocultar o motivo porque o fazia. Nobremente, o govêrno tornou sem efeito a nomeação do secretário, aceitando o nome indicado pelo diretor. Assim procedia altivamente um profissional de trinta anos, ainda quase desconhecido, recusando o pôsto máximo dos serviços sanitários, que lhe vinha com restrições à sua autonomia.

Em Berlim, por ocasião de sua vitória na Exposição de Higiene, o parlamentar que mais combateu a administração sanitária desejou visitar o pavilhão brasileiro. Informado de véspera, Osvaldo não compareceu nesse dia para recebê-lo. E justificou, falando a um amigo: "não lhe podia ser agradável a presença do chefe dos 'cafajestes de esmeralda', e, tampouco a mim, a presença dêle." Expressão de sensibilidade, que não prescreve com o tempo.

Em comêço da campanha contra a febre amarela houve uma festa de caridade, à qual compareceu. No leilão de autógrafos, apareceu um cartão com esta frase estranha e quase escandalosa em tal ambiente: "o mosquito é o único transmissor provado da febre amarela. Gonçalves Cruz." Pleno domínio da obsessão, que, fiel a si mesma, não tem o sentido da oportunidade para manifestar-se.

---

[1] Barão de Pedro Afonso

Alguns aspectos de sua sensibilidade, aparentemente contraditórios, identificam o homem no apanágio de muitos predicados. Numa das cidades do Norte soube Osvaldo da existência de um homem, cuja habilidade chegara à fabricação do órgão para a igreja local, sem outros recursos que os da aldeia pobre em que vivia. Viu a obra e quis ver o artista desconhecido. Era chamado *Zé Orgueiro*. A expensas suas, encaminhou-o à direção do Instituto Nacional de Música.

Certa vez, conta Sales Guerra, "de partida para a Europa, depois das despedidas no cais Pharoux, dos numerosos abraços, encaminhava-se para a lancha, e já no 3.° ou 4.° degrau da escada de pedra, retrocedeu como se tivesse esquecido qualquer coisa; esgueirou-se por entre a multidão, em demanda do seu automóvel para dar um abraço de despedida ao chofer..."

Em viagem na Alemanha, aproveitou a parada do trem, em Danemberg, para mandar um cartão postal à governante de seus filhos, com palavras de reconhecimento aos serviços prestados. Era a terra natal da prestimosa auxiliar doméstica.

Ainda na mesma inspiração de bondade, a Pacheco Leão recomendando um velho servente da Faculdade de Medicina, o fêz nos seguintes têrmos: "Leão – Bem conheces o portador; ouve-o e atende-o se fôr possível. A caridade que pudermos fazer neste caso, será para mim um punhado de flôres que atiro sôbre o túmulo da minha mocidade."

É conhecido seu gesto, quando amigos se reuniram para oferecer-lhe uma lembrança, depois de sua vitória na Saúde Pública. Com muita delicadeza fêz chegar à família de um auxiliar, morto no comêço da campanha, o resultado da subscrição, em momento em que tal auxílio era oportuno.

Uma feita escreveu a Sales Guerra: "Podias indicar-me a residência e o nome daquele teu cliente que empalha animais para coleções zoológicas? Morreu hoje em Manguinhos um cavalo, ao qual estava ligado por laços, não só *de muita amizade*, como *de gratidão*: foi o primeiro cavalo que forneceu sôro antipestoso; desejava conservá-lo. Já retirei-lhe a pele e a cabeça; resta agora prepará-lo."

Um traço de afetividade, que foi de tôda sua vida, foi o culto pela memória paterna: iterativamente visitava o túmulo do pai sem esquecer datas afetivas, em momentos de alegria ou de pesar, perspectivas difíceis ou de grata compensação. Refere Sales Guerra: "Osvaldo Cruz venerava a memória de seu pai e na prática do respeitoso culto que lhe rendia, encontrava lenitivo e confôrto nas repetidas ocasiões de grandes contrariedades. Visitava-lhe o túmulo semanalmente, aos domigos;

visitava-o nos nebulosos dias de pena moral; visitava-o ainda quando se ausentava, e quando chegava ao Rio de alguma excursão, era a sua primeira visita, precedia a qualquer outra, só depois dela recolhia-se ao lar.

À chegada de uma de suas viagens, convidou-me no cais para o seu carro; seguimos rumo do cemitério S. João Batista, passamos por sua casa, à Praia de Botafogo, sem parar. No cemitério adiantou-se para o jazigo da família, ajoelhou-se, beijou o granito do túmulo e após alguns instantes de recolhimento levantou-se e partimos, só então, para sua residência." Religioso, parecia ter "no mesmo culto o nome de Deus e a imagem paterna".

ORGULHO OU MODÉSTIA?

Entre quantos o conheceram, entre reservado e sóbrio com os poderosos e indiferente à lisonja, alguns julgaram-no mais orgulhoso que modesto. Recusava sempre manifestações, quando os deveres de delicadeza não o obrigavam. Mas aceitou a láurea acadêmica – pobre honraria com que a vaidade das letras galvaniza o prestígio intelectual, não raro aprumando reputações frágeis ou ambições prematuras. Em regra um acadêmico pode ter outros méritos, não terá, entretanto, o da modéstia. Mas em verdade foi a "Academia" que requestou a Osvaldo Cruz, não diria que cobiçosa de sua glória, mas julgando *de meritis* que ali devia estar o sábio brasileiro de maior fama dentro e fora do país. Mais de uma vez a amigos acadêmicos que lhe propunham a candidatura, pediu que desistissem da idéia por se não sentir à vontade num grêmio, em sua maioria de homens de letras, "mas houve, diz E. Dias, quem afinal se mostrasse molestado, chegando a insinuar que o sábio colocava a sua glória muito acima da investidura acadêmica. Tanto bastou para que, embora constrangido, consentisse na apresentação de seu nome, conforme podem atestar diversos acadêmicos vivos". Apresentou-se candidato, concorrendo com Emílio de Meneses. Osvaldo desinteressou-se da eleição, principalmente dos incidentes que a cortejam; chegou a dizer, de referência a comentários da imprensa: "se há derrota que me não desagradaria é essa... a mim que nunca tentei perpetrar versos."

Recusou o sábio a eleição para presidente da Academia Nacional de Medicina. Jamais pensou em ser professor da Faculdade.

Quando de Berlim se dirigiu ao govêrno para comunicar o êxito da exposição brasileira, fê-lo, friamente, nos seguintes têrmos:

> "Berlim, 27 – Tenho a satisfação de levar ao conhecimento de V. Ex.ª que o júri da Exposição de Higiene conferiu ao Brasil o primeiro prêmio constante da grande medalha de ouro oferecida pela Imperatriz. Congratulações respeitosas – Cruz."

No dia em que recebeu o prêmio, estranharam que não tivesse agradecido pela delegação brasileira. A Sales Guerra, que participou desta opinião, disse êle: "Em nosso caso seria manifestação de vaidade; o agradecimento pareceria pretexto para nos exibirmos como premiados!" A aparência modesta parecia nêle uma forma de orgulho, sempre revelado na coerência das atitudes e nas resoluções olímpicas, sem atender a cogitações laterais, quando não contra estas formuladas e despedidas. Não quis honras fúnebres, no entanto riscou em noite branca as linhas de seu mausoléu, num capricho da imaginação ardente, com duas datas que represam a brevidade da vida, talvez sonhando a vida além da morte...

CONDUTOR DE HOMENS

Como chefe, Osvaldo Cruz aliava a justiça à bondade humana; jamais esqueceu os auxiliares e a êles transferia honras e louvores que de direito lhe cabiam. Esquecendo-se, encontrava-se a si mesmo. Dava o exemplo de pontualidade, excedia horários e dispensava regalias, fazendo êmulos e dedicados. Foi um criador de vontades, verdadeiro plasmador de almas.

Curioso em tudo isto é que êsse homem que falava pouco, e sempre sem ênfase, exercia sôbre seus auxiliares estranho poder de sugestão! É, sem dúvida, uma das afirmações de sua personalidade, que, talvez inspirado em Platão, só compreendia o sábio no homem de bem, em tudo capaz de ascendência no plano superior da magistratura moral. Para êle a primeira lei da ação era a disciplina – o respeito do chefe que dá exemplo de respeito às normas de severidade e cortesia. Como Rivière, personagem de Saint-Exupéry, amava a seus auxiliares com sombria ternura.

O homem de ação toma amigos seus companheiros; o mesmo ângulo de incidência e a miragem de tendências dispersas, aproxima vontades e define ambi-

ções. Desconhece o egoísmo e não mede sacrifícios. É como o condutor da altitude, "para o qual estações e climas não têm sentido".

De Dresde escrevia ao Dr. Pedroso, subchefe da Comissão de profilaxia antiamarílica, no Pará, dizendo, entre outras expansões: – "Ninguém tem mais saudades de vocês que eu. Estarei aí nos fins de maio ou primeiros dias de junho, dependendo do vapor a tomar. Levarei comigo a Lizeta, que é uma não *imune* e que, como testemunha, vai aí dormir *sem cortinado*. É a prova mais cabal que quero dar ao povo daí da ilimitada confiança que deposito nos meus inigualáveis companheiros de trabalho."

Em Manguinhos empreendia a obra paciente de disciplinar energias e frenar o temperamento vibrátil dos auxiliares, aos quais tratava sempre com a autoridade, não de chefe, mas de companheiro mais velho. De tal jeito teve discípulos e fêz escola.

Osvaldo Cruz era um crente: *fé eterna na ciência*. Como homem de ciência chegava a ser abnegado. Certa vez, seu filho, doutorando em medicina, escrevia tese sôbre *purupuru*, doença da Amazônia, que parecia devida a um cogumelo isolado por Chagas, quando estêve na região. Bento Cruz empenhava-se no estudo experimental da moléstia, inoculando-a em diversos animais no laboratório. Não tendo obtido resultado, Osvaldo aconselhou o filho a inocular-se com o cogumelo, suposto responsável. Hesitando o môço, o mestre, sem dizer palavra, inoculou no próprio braço, verificando então que o cogumelo não era patogênico.

❖ ❖ ❖

Seu lema da vida era: *poder – querer – saber – esperar*. Estas palavras constelavam seu monograma, dispostos em forma circular. Jamais explicou sua preferência por estas palavras. Alvitra Sales Guerra a seguinte interpretação: "*Poder* – dispor de fôrça para o empreendimento. *Querer*: – Vontade firme de agir. *Saber*: – Ter conhecimento completo do que se pretende empreender. *Esperar*: – Aguardar oportunidade de desencadear a ação."

De minha vez, quando nos empenhávamos em dar realidade à Fundação Osvaldo Cruz, propus, entre as alíneas de um decálogo, esta interpretação: Trabalhar no elevado propósito de conhecer e adquirir "saber". – Confiar na valia e eficiência do próprio esfôrço "poder". – Atuar na constância e decisão dos melhores objetivos "querer". – Manter no trabalho a disciplina e a paciência – "esperar". Disse Austregésilo: "Todos

os passos de sua carreira foram idênticos, edificados na modéstia e na ação, no dever e no trabalho, no estudo e no amor do homem".[2]

Dirigindo o Instituto, o mestre acompanhava tôdas as pesquisas, quase passo a passo, sempre estimulando a iniciativa pessoal; a cada dificuldade repontava seu parecer; na hesitação de uma encruzilhada surgia sua figura, caridosa e serena, a apontar o caminho; quando de si mesmo não podia decidir, indicava os livros, às vêzes o capítulo ou, pessoalmente, o procurava para socorrer o discípulo em transe de dúvida. Para tantas vozes, sua voz era oracular. De quando em quando uma cortesia espiritual, sutilmente irônica ou facêta, lhe escapava à gravidade amena de seu ritmo habitual. Contou-me um amigo e companheiro, também seu discípulo, o meu querido Thompson Mota, de saudosa memória, que, uma feita, trabalhando junto ao mestre, foi êste interrompido por um dos seus melhores auxiliares, que lhe propunha uma questão matemática, exposta em linguagem obscura, empolada de têrmos difíceis, perspectivas vagas e sinuosas, sem nem um sentido prático. Ouviu-o com a paciência de sempre e, ao têrmo da longa e sibilina arenga teórica, despedido o consultante, disse apenas: "Mota, você entendeu o que F. disse?" "Não, senhor." "Nem eu"... E retomaram ambos o fio do trabalho interrompido.

Todos os dias, ao menos uma vez, em hora incerta, o chefe percorria tôdas as dependências do Instituto. Tinha uma chave que abria tôdas as portas, e em tôdas as dependências penetrava sem aviso e, às vêzes, saía sem ser visto.

Quem escreve estas linhas, mais de uma vez o acompanhou nessa visita, a pretexto de mostrar o Instituto. Certa vez, percorrendo os cômodos reservados aos assistentes, entreabrindo um sorriso, disse: "aqui uma curiosidade que os rapazes mostram secretamente aos visitantes": uma escôva de dentes quase consumida, um copo quebrado e um pincel de barba, com alguns fios heróicos, escapados à destruição total... Pertenciam a um chefe de serviço, sempre absorvido nas cogitações obsessivas de sua vida de ciência e que não era bem um sacerdote do Apolo.

A propósito de reminiscências pessoais, conta-se que certa vez, percorrendo o serviço de polícia de focos, em plena campanha contra a febre amarela, Osvaldo deu com um grande depósito de água, coberto de papel, quando, mesmo provisòriamente, deveria ser de pano a cobertura. Estava só. Apanhou uma pedra

---

[2] A. Austregésilo, *Osvaldo Cruz (Vida e Obra)*, 1944.

e atirou-a sôbre o tanque, rompendo a defesa precária. Mais tarde, ao chefe disse apenas: "vi um depósito coberto de papel, no qual um garôto atirou uma pedra e inutilizou o trabalho..." Soube-se depois pelo motorista de seu carro que tinha sido o autor da façanha.

Seus auxiliares, em regra, desmediam-se em atividade para corresponder à sua confiança. Uma vez um delegado interino ouviu do diretor a denúncia de uma irregularidade em seu serviço. Eram seis horas da tarde. Acudiu à ordem de verificar, dizendo – amanhã vou ver em pessoa. Respondeu o chefe: amanhã não, hoje mesmo. Para êle o dia só terminava às 24 horas...

Em Osvaldo Cruz uma das qualidades mestras era sumir-se, a si mesmo esquecer-se, projetando discípulos e auxiliares. Foi assim sempre, em coerente e idônea compostura. Todos os trabalhos de Manguinhos deveriam ter seu nome. A isto, terminantemente se recusou, argumentando que o fato de ser diretor não o excluía das responsabilidades, como das vantagens. Quando tomaram vulto as pesquisas de Carlos Chagas sôbre a nova moléstia, levando a comunicação à Academia de Medicina exaltou apenas o nome do auxiliar, como se nada tivesse com o achado científico. Por essa ocasião, Chagas, nobremente, ponderou que devia associar seu nome às publicações, como de justiça, uma vez que a orientação era tôda sua e parte do achado de laboratório. Arriscou então: "se o senhor não concorda, não continuarei as pesquisas." Respondeu o mestre: "você só não continuará, se deixar o Instituto, porque enquanto aqui estiver, receberá ordens." E de ambos, sôbre o assunto, nem mais uma palavra.

Depois de sua morte, comentando o desprendimento do mestre pela própria glória, disse Chagas: "Julgou, porém, melhor servir a altos desígnios, na ação impessoal de organizar esforços, criar iniciativas, orientar inteligências, designar métodos científicos, proporcionar, enfim, aos experimentadores da sua escola, todos os elementos seguros de êxito. E procurava ocultar-se na obra realizada aí, sempre exaltando a valia exclusiva do discípulo, de cujo sucesso aproveitava as mais puras e compensadoras alegrias."

Em verdade, Osvaldo Cruz foi, principalmente, um pesquisador, que aliava à visão de homem de ciência admirável capacidade de organizador, que nenhum outro, entre os sucessores e discípulos, conseguiu aprender e continuar no ritmo de sua obra ciclópica de construção científica.

O AMOR DA ARTE

Dentre os aspectos de sua personalidade, muito pela flor fixados aqui, impressionava também a evasão para os domínios eternos da fantasia, até certo ponto estranhos, senão contraditórios num homem de ciência, feito e acabado no laboratório. A começar pelo Instituto, dentro de um estilo arquitetônico, que lhe parecia *mais bonito*, como confessou, talvez menos feliz na aplicação, traçou todo o plano da construção até as minúcias que serviam à utilidade, sem esquecer o aspecto agradável; pessoalmente, em sua casa, era de notar o complexo de confôrto elegante, numa biblioteca decorada a capricho, com símbolos e objetos de arte, entre êstes, duas lâmpadas de bronze com as formas aladas da coruja e do morcêgo, a tela do silêncio e o incensário. Os símbolos de Minerva e da Morte convidavam o sábio à meditação. Parece que, como a beleza, o silêncio o comovia.

Sôbre sua mesa de estudo um busto de Pasteur tendo ao lado uma jarra de flôres, sempre renovadas, e vasos de gôsto com *bombons*, que saboreava enquanto lia.

Quantos o conheceram nos últimos tempos, sempre o viram com uma pulseira de ouro, da qual pendia uma medalha, que, às vêzes, avançava o sinal da manga do casaco e êle, discretamente, a recolhia com a mão direita ou levantando o braço. Tais originalidades compunham a individualidade do homem sensual, de maneiras corretas e aparência austera, às vêzes sombrio, que sofria e dissimulava à vista dos que o cercavam. Dava-se então ao trabalho, talvez para repousar do tumulto interior, "coisas do fôro íntimo", como êle disse à filha. Talvez recalques sensuais, cedo travados socialmente, tivessem colaborado nas restrições que a si mesmo impunha, às vêzes com admirável afirmação do poder da vontade. Ouvi de um de seus íntimos que, nos últimos dias da moléstia de Osvaldo, uma voz feminina, preservada no recato da interlocução telefônica, indagava repetidamente de sua saúde, dizendo-se amiga de sua filha. Quem seria essa amiga misteriosa, que não se dirigia à família?...

Em 1908, escrevendo de Paris a Sales Guerra, teve esta expansão:

> *"Não te preocupes com as lamúrias de minhas cartas: não valem nada. Habituei-me a explorar isto a que por eufemismo chamo neurastenia, de modo que levo a aborrecer a todos os amigos com essas tiradas de... vadio. O que preciso é de trabalho."*

De sua correspondência são repetidas as impressões de teatro, museus, música, jardins, paisagens e que constam das cartas a Sales Guerra, seu maior amigo. Com a data de 13 de janeiro de 1908, escrevia de Paris:

"Êstes três últimos dias aqui têm estado magníficos. O domingo de ontem foi adorável: um belo sol, não muito frio, sem vento. Passei-o em parte no Cemitério Père Lachaise e o resto no Parque Monceau, que, para mim, é o mimo dos jardins públicos de Paris. Recomendo-te muito especialmente, quando aqui vieres, a estátua de Guy de Maupassant, existente nesse jardim: é uma obra de arte adorável.

Numa destas últimas noites fui à Comédie assistir à representação do Médecin malgré lui, *do imortal Molière, e a uma nova peça dos irmãos Marguerite, intitulada* L'autre, *que, como tôdas, ou quase tôdas as produções teatrais modernas, gira em tôrno do adultério."*

De Dresde, em 1911, dizia em carta:

"Não imaginas como é bela aqui a primavera! Nunca vi tantas e tão lindas flôres; as azáleas são resplandecentemente belas e aqui são célebres. Há um grande parque – o Bois da terra – chamado o Grosser Garten, que está uma verdadeira maravilha. Nunca vi tantas flôres lindas reunidas num tão harmônico conjunto. – Um paraíso."

De Florença, a 2 de abril de 1911, dava suas impressões:

"Temos visitado todos os museus, galerias de quadros e palácios, que os há aqui numerosos. Tenho revivido aquelas cenas sanguinárias entre os Guelfos e Gibelinos e depois entre os Pretos e Brancos, da qual resultou o exílio de Dante, que lá se foi morrer em Ravena. Hoje o divino poeta é o ídolo da terra; tudo fá-lo lembrado. Por tôda a cidade há dêle uma recordação: a casa em que nasceu, o banco em que se sentava nas tardes de verão, o ponto em que pela vez primeira viu a sua adorada Beatriz. Em cada esquina, uma lápide de mármore traz inscritos alguns versos da Divina Comédia *relativos ao lugar. Em suma, um verdadeiro culto, uma nova religião. Como Dante – não tanto quanto êle – são veneradas as memórias dos outros florentinos ilustres e os há em quantidade: Miguel Ângelo, Galileu, Alfieri, Giotto, Donatello, Américo Vespúcio e tantos outros."*

E de volta ao Brasil:

"Não imaginas como é fatigante a viagem pelo Sud-Express, de Paris a Lisboa! Vimo-nos obrigados a fazê-la para apanharmos o Antony. *Achei muito interessante a zona de Portugal percorrida: a Beira. Lá vi a célebre Celorico, pátria do Ega, dos Maias, onde êle se recolhia para descansar dos escândalos de Lisboa. Lembras-te?"*

Osvaldo Cruz era pois um homem de fina sensibilidade, capaz de comover-se diante da natureza, das obras de arte, do culto da posteridade pelas grandes vidas humanas. "Com seu tanto ou quê de romântico, disse Aloísio de Castro, retratado nos rasgos das feições, êsse idealista que tão singularmente irradiava energia na fôrça criadora de suas obras, bem podia cingir à cabeça douta o louro sagrado e a coroa, prêmio dos poetas." Sim, o poeta no homem de ação – "*celui qui fait, celui qui crée.*"

Osvaldo pensava na morte próxima e parece que a vislumbrava, num sonho angustioso de ternura e reparação. Em Berlim, em 1907, extenuado e insone, traçara, noite adentro, o destino de suas cinzas beneméritas. O desenho figura uma urna de vidro, que as receberiam, depois da cremação. Cercada de areia branca da Praia do Vidigal e de espêssa camada de asfalto, seria encerrada no maciço da rocha, rente com o mar, recebendo por fim uma chapa de bronze, com seu monograma, datas do nascimento e morte, ladeando a incrustação do seu lema de vida. Sobreviveu dez anos às angústias serenas daquela noite de insônia...

O esbôço foi apanhado por Sales Guerra, quando procurava na pasta sôbre a mesa do quarto do hotel, na ausência do hóspede, um retalho de papel para lhe deixar algumas palavras. Guardou-o tal qual era. Assim era o místico da ciência alertado pela previsão lúgubre, impenitente a sugerir a antecipação do fim: "*meu pai morreu aos quarenta e oito anos, eu irei um pouco antes*". Morreu aos quarenta e quatro. Quem sabe se os estímulos secretos do fim não incendiaram a ambição de adiantar sua obra? Não seria êsse receio o móvel subconsciente do trabalho a valer, sem hora nem dia, a duras penas aturado já em plena evolução da doença?

O desenho de Osvaldo inspirou a concepção artística de seu mausoléu no Cemitério S. João Batista, Botafogo, Rio de Janeiro.

VIDA BREVE, LONGA MEMÓRIA

De Osvaldo Cruz, a memória suave lhe recorda a vida breve, a intensidade da ação, a bravura com que resistiu às provações, à lisonja e até à consagração. Foi rápida sua formação, corajosa a diligência nos ofícios da vontade militante. A luta lhe condicionou a existência de crente e denodado trabalhador da ciência. Para interpolar as severidades de seu destino não faltaram as provações, os estímulos

da hostilidade, da inveja e do ódio gratuito. Assim as honras dolorosas da maldade humana que soem cortejar as grandes vidas e as aumentam no prestígio do sofrimento. Em plena campanha sanitária, o saneador do Rio de Janeiro, enquanto lia ao ministro o regulamento da vacina obrigatória, mão misteriosa escrevia no fundo do seu chapéu, entre tecido e fôrro, uma sentença macabra, encimada por uma cruz: – *morto a bem do povo*. – 13 de novembro de 1904.

❖ ❖ ❖

Em 1916, tendo realizado o seu sonho de homem de ciência, as crises de insuficiência renal se tornaram mais freqüentes. "Provocavam essas crises, diz Sales Guerra, às vêzes contrariedades, de que havia então no Instituto motivos constantes, e trabalhos fatigantes a que se dava, mesmo naquele estado precário de saúde, e apesar das recomendações de repouso e rigoroso regime. Alarmados, os amigos cogitávamos de afastá-lo do Rio, do Instituto, onde se consumia." O depoimento é doloroso. Dispensa comentários.

Surgiu o alvitre da Prefeitura de Petrópolis, na qual foi empossado a 17 de agôsto de 1916. Meses depois licenciava-se, compulsòriamente, pela agravação crescente de seus padecimentos. Perto da agonia uma manifestação hostil estrondeia à sua porta, aos gritos e ruídos de latas, contra o benfeitor da cidade serrana que tentou moralizar a administração municipal. Com a algazarra, o grande doente, em sopor, levanta a cabeça e indaga: "que barulho é êsse?" Dizem-lhe que é um cordão carnavalesco que passa. "O doente reprimiu a custo a dispnéia, e num olhar em que revive por instante a chama de outrora, diz aos circunstantes: – é uma manifestação."[3]

O homem que tanto dera de si à sua terra e à sua gente, a beira da morte, recebia mais uma consagração... A que realiza a grandeza na contradição: a do sofrimento físico e moral.

❖ ❖ ❖

A vida curta, por menos que pareça, foi parte do seu heroísmo; ceifada na altura, talvez, lhe tenha poupado decepções e amarguras, já ensaiadas à sua volta; talvez o tormento maior do próprio declínio, coerentemente *precoce, falhando ao intento*, a anestesia da ação. Porque herói êle foi, em verdade, sem matar nem

---

[3] E. Dias, *op. cit.*

roncar bravura, senão concorrendo para aumentar a média da vida em seu país, criando uma escola de ciência, em tudo benfazendo à humanidade. E pois um herói, no conceito de Carlyle: "o que exprime, como da própria natureza, ao redor de si mesmo, uma alma inspirada – inspiração que é originalidade, sinceridade, gênio, sua qualidade heróica..."

Em Osvaldo Cruz a introversão era evidente; parece que seu mundo interior, povoado de contradições, exercia sôbre a aguda sensibilidade atroz influência. A morte do pai no ano de sua investidura profissional, embora tivesse a compensação afetiva do casamento precoce, certo contribuiu para o retraimento social, seu feitio pouco comunicativo, expresso na distância que sempre guardou da classe, dos interêses coletivos, das influências aglutinantes ou repulsivas de índole gregária. Teve em hora prima o sentido da vocação; fêz-se sem outra ajuda que a dos próprios e disciplinados estímulos; marchava para o fim com decisão fria e calculada, como se obedecesse a um impulso autoritário da ambição. Sentiu, como Shelley, a alegria da alma na ação, e, dessa ascendência, a poesia de uma vida, aberta ao trabalho, no encalço da verdade. Porque a verdade liberta o homem, qual na sentença do Evangelho: "*Veritas liberavit vos*."

A morte prematura, parecendo atalhar uma carreira gloriosa, não consentiu que a vida lhe desmaiasse a glória.

CAPÍTULO XXX

SÍNTESE CRONOLÓGICA

1.ª PARTE

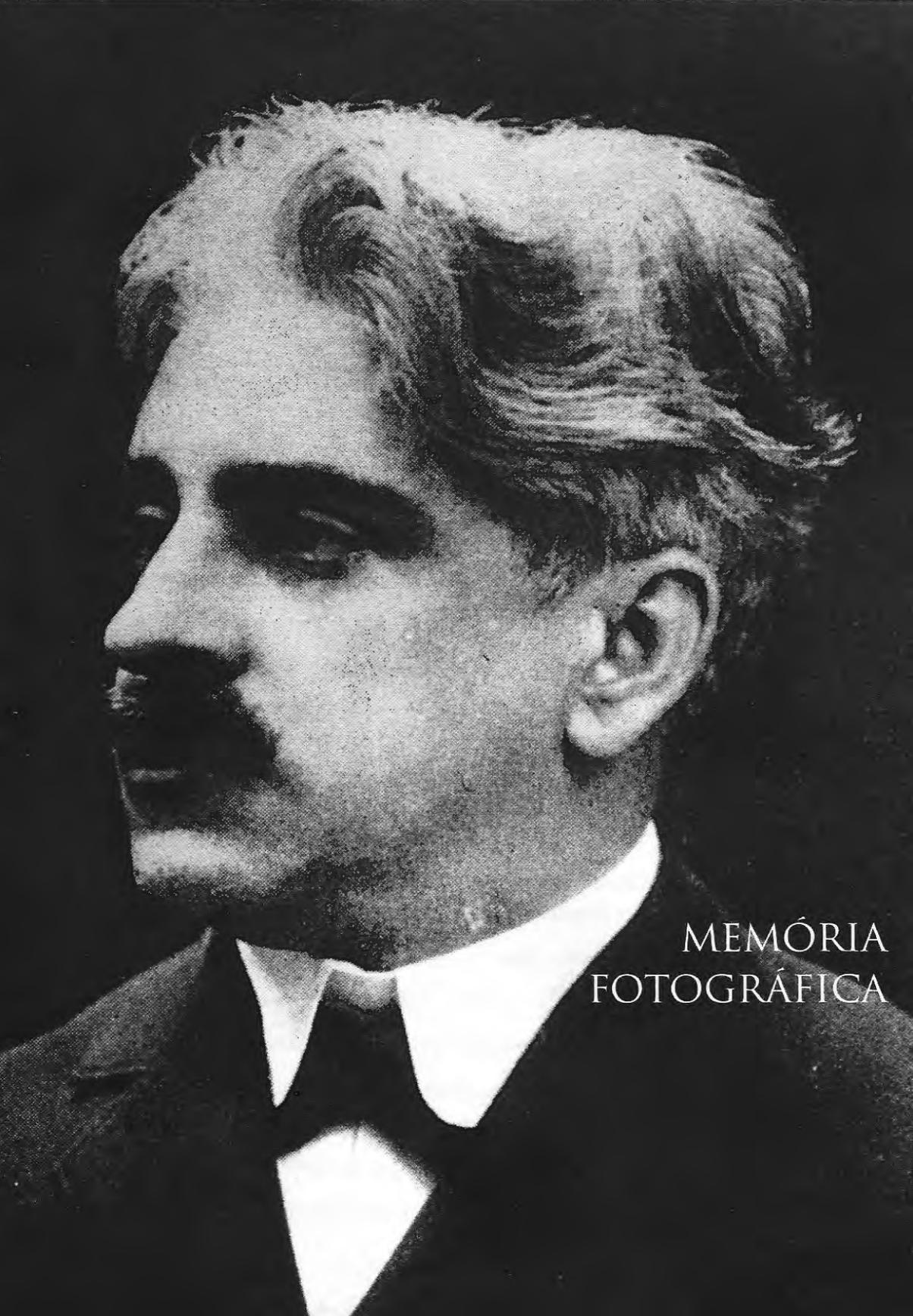
- Nasceu Osvaldo Cruz a 5 de agôsto de 1872, em São Luís de Paraitinga, Estado de São Paulo, Brasil.
- Foram seus pais o Dr. Bento Gonçalves Cruz e D. Amália de Bulhões Cruz.
- Em 1877 a família Bento Cruz transferiu sua residência para o Rio de Janeiro; em 1888 o Dr. Bento Cruz foi nomeado membro da Junta Central de Higiene Pública; em novembro de 1890 foi provido no cargo de ajudante do inspetor-geral de Higiene; em janeiro de 1892 foi nomeado inspetor-geral de Saúde, vindo a falecer a 8 de novembro do mesmo ano.
- Aos cinco anos de idade Osvaldo sabia ler e escrever, tendo sido sua mãe sua primeira professôra em São Luís de Paraitinga.
- No Rio, Osvaldo freqüentou os colégios Lauro e S. Pedro de Alcântara.
- Matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1889; durante seu tirocínio trabalhou no laboratório de Física do Prof. Martins Teixeira e depois no laboratório da cadeira de Higiene do Prof. Rocha Faria.
- Diplomou-se em 1892, quando defendeu tese de doutoramento sôbre *Veiculação Microbiana pela Água*.
- Em janeiro de 1893 casou-se com D. Emília Fonseca, de cujo consórcio teve seis filhos, dos quais quatro sobrevivem.

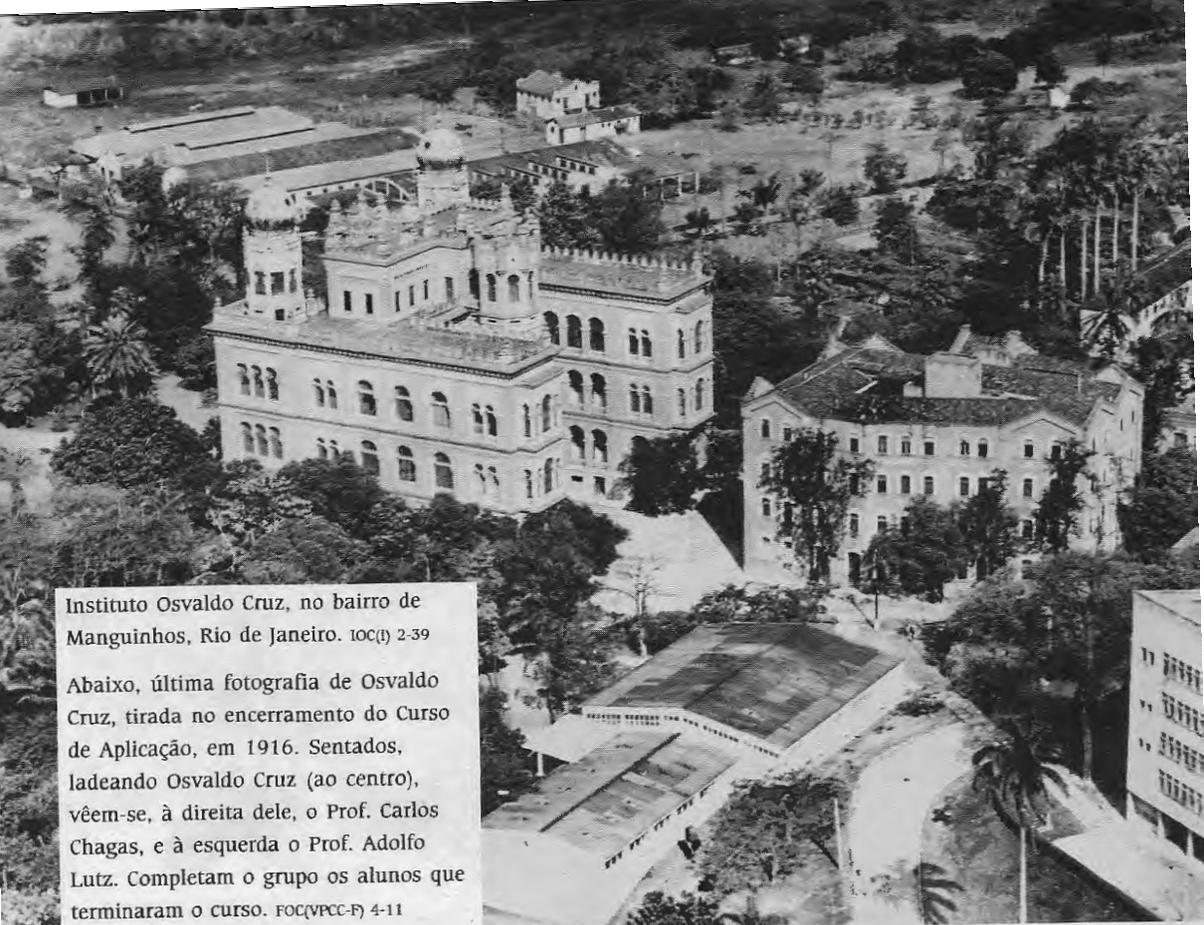
- Em 93 substituiu seu pai como médico da Fábrica Corcovado.
- Em 94 fundou e dirigiu o laboratório de análises clínicas da Policlínica Geral do Rio de Janeiro.
- De 96 a 99 freqüentou em Paris o Instituto Pasteur, e o laboratório de toxicologia, de Vibert e Ogier.
- Em 99 regressa ao Rio, volta a seu lugar técnico da Policlínica e instala um laboratório particular de análises, à Travessa de S. Francisco, hoje Rua Ramalho Ortigão.
- Em fins de 1899 foi comissionado pelo govêrno para verificar a suspeita clínica da peste, em Santos. Recebe nessa época um convite de Francisco de Castro para assistente de sua cadeira de Clínica Propedêutica.
- Em julho de 1900 funda o Instituto Soroterápico, na Fazenda Manguinhos, para a produção do sôro e vacina específicos contra a peste, dita bubônica.
- Em 1902 consolida sua situação na direção do Instituto de Manguinhos, já ampliadas as atividades no sentido da experimentação em Patologia.
- Em 1903, por indicação de Sales Guerra, é nomeado diretor-geral de Saúde Pública, dez anos depois da morte de seu pai, que ocupou êsse cargo. Tinha apenas trinta anos.
- Sua nomeação tem a data de 23 de março de 1903. A 26 do mesmo mês assumiu as funções do cargo.
- Inicia, desde logo, com o auxílio do Dr. Carlos Carneiro de Mendonça, as providências profiláticas contra a febre amarela e a peste. Data de 1.º de abril do mesmo ano sua primeira exposição ao govêrno sôbre as atividades imediatas a desenvolver.
- É enviado ao Congresso Nacional o plano de reforma de Saúde Pública em 15 de junho de 1903.
- A 1.º de julho o Deputado Melo Matos apresenta o projeto de reforma, na conformidade do plano sugerido ao govêrno pela administração técnica.
- Em 15 de dezembro do mesmo ano, depois de muitas peripécias, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e enviado ao Senado, sendo então ràpidamente votado.

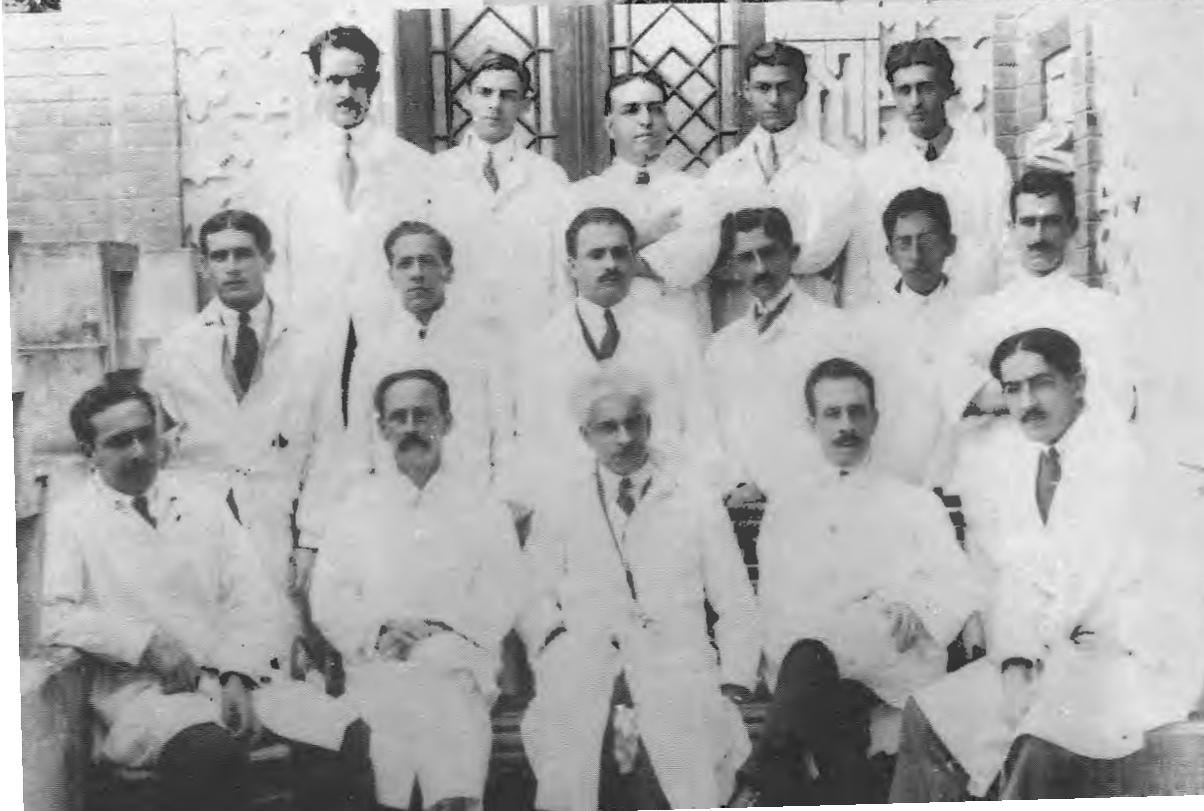
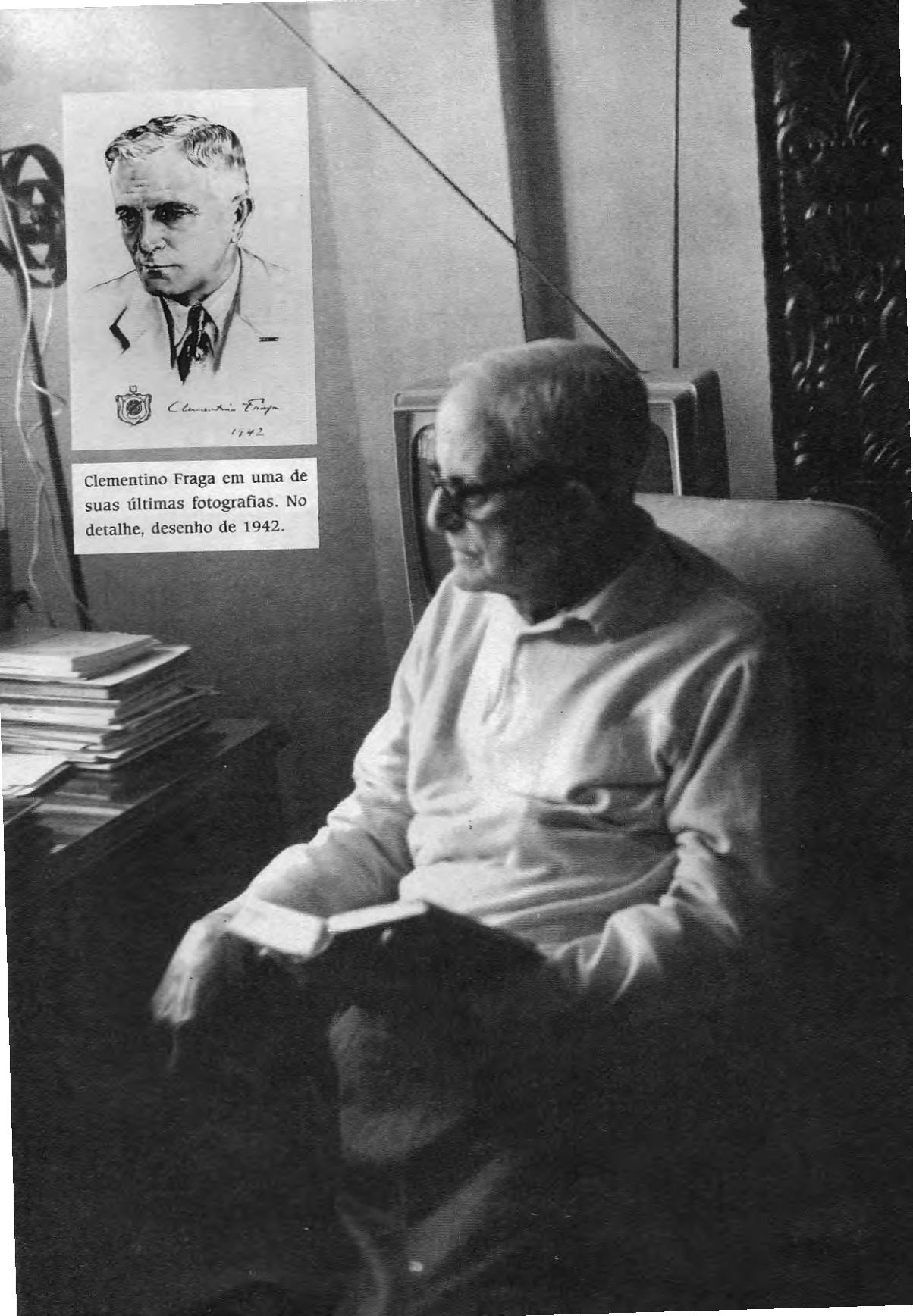
- O Regulamento da nova lei foi publicado em março de 1904.
- A campanha contra a febre amarela aumenta de intensidade de março de 1904 em diante.
- Em 1904 o Supremo Tribunal reforma uma decisão do Ministro Pires e Albuquerque e concede uma ordem de habeas-corpus contra um expurgo pela Saúde Pública, sob fundamento de *inviolabilidade do lar*. A propósito, Osvaldo Cruz dirige-se ao govêrno em têrmos veementes.
- O Tribunal de Contas recusa o registro de uma verba de 72 contos para custear o serviço em Niterói.
- A administração sanitária e a campanha da imprensa, com a transcrição de trechos dos jornais da época.
- Reflexos da campanha contra a febre amarela no estrangeiro.
- Combate paralelo à peste.
- Combate à varíola.
- Sedição contra o govêrno. Revolta da Escola Militar a 14 de novembro de 1904. O govêrno domina a revolta e restabelece a ordem. Tudo terminado a 17 de novembro.
- Ainda a varíola – nova incursão epidêmica em 1908, por não ter sido executada a lei da vacinação obrigatória, proposta pelo diretor de Saúde Pública.
- O diretor pede demissão por lhe ter faltado o Regulamento da lei de vacinação obrigatória. O govêrno nega a demissão.
- Plano de luta contra a tuberculose.
- Organização sanitária dos portos – Excursão de Osvaldo Cruz aos portos do Norte e do Sul
- O caso Urbino de Freitas e a Saúde Pública.
- Osvaldo Cruz na Amazônia – Partida em junho de 1910. Plano de combate à malária para permitir a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.
- Campanha antiamarílica em Belém do Pará – outubro de 1918. Êxito profilático em seis meses.

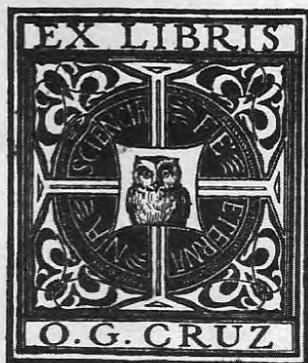
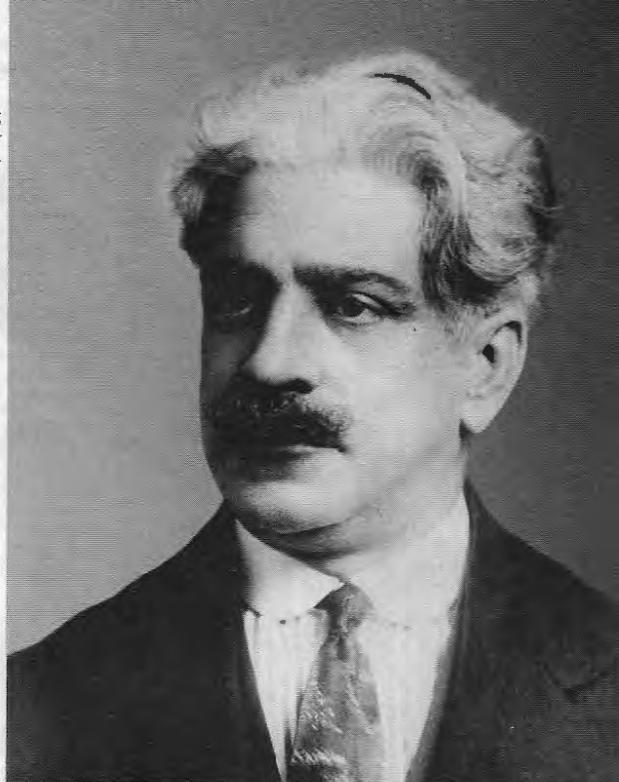
2.ª PARTE – MEDICINA EXPERIMENTAL

- Verificação da peste em Santos, em 1899.
- Fundação do Instituto Soroterápico em 1900.
- O primeiro recruta – Ezequiel Dias.
- Incidente administrativo: Osvaldo Cruz deixa a direção do laboratório soroterápico em 1902, voltando ao serviço com autoridade unipessoal.
- Em 1901 surge a 1.ª tese de doutoramento trabalhada em Manguinhos; no ano seguinte dois novos trabalhos; em 1903 elevam-se a cinco as teses de Manguinhos.
- Em 1919 os trabalhos somam 71 – surgem as *Memórias* do Instituto.
- Conquistado pelo Brasil o 1.º prêmio na Exposição Internacional de Higiene de Berlim, o govêrno brasileiro deu o nome de Instituto Osvaldo Cruz ao Instituto de Manguinhos.
- São contratados sábios estrangeiros para dar cursos especializados no Instituto (1909).
- Gaspar Viana descobre o tratamento da leishmaniose pelo tártaro emético em injeção intravenosa.
- Osvaldo foi feito presidente honorário do Congresso de Otorrinolaringologia de Viena (1908).
- Na mesma época é escolhido membro da Comissão do "Prêmio Schaudin".
- O *Brasil-Médico* toma a iniciativa de uma homenagem ao sábio brasileiro – (medalha de ouro a ser oferecida pela classe médica).
- A 5 de agôsto de 1909 os membros do 4.º Congresso Latino-Americano oferecem a medalha no Instituto Osvaldo Cruz.
- Em 1910 Osvaldo Cruz vai à Amazônia, a convite da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (profilaxia do impaludismo).
- De volta recebe significativa manifestação no Palácio Monroe.
- O Brasil concorre à Exposição de Higiene de Dresde em 1911, conquistando nôvo êxito.

- Na Câmara Federal, em 1911, o Deputado Duarte de Abreu propõe um prêmio de 200 contos para Osvaldo Cruz.
- Eleição de Osvaldo Cruz para a Academia Brasileira de Letras, a 11 de maio de 1912. Recebido a 26 de junho de 1913.
- Em 1914 Osvaldo Cruz é eleito presidente da Conferência Sanitária Pan-Americana reunida em Montevidéu.
- Em junho de 1914 a Sociedade de Medicina e Cirurgia, do Rio de Janeiro, entrega em sessão solene a Osvaldo Cruz uma medalha de ouro que lhe foi conferida pelo 7.º Congresso de Medicina e Cirurgia de Belo Horizonte.
- Em 1915 parte para a Europa em missão oficial.
- Em 1916 é nomeado prefeito de Petrópolis, empossando-se do cargo a 17 de agôsto.
- Já muito doente, meses depois, passa o cargo a seu substituto legal.
- 11 de fevereiro de 1917, às 21 horas e 10 minutos, falecia em Petrópolis Osvaldo Cruz.
- No dia seguinte era sepultado no Cemitério S. João Batista, no Rio de Janeiro.
- A 23 de maio de 1917, em homenagem à memória de Osvaldo Cruz, em magna sessão cívica, falou Rui Barbosa pela Nação.
- Perfil psicológico (1947).

MEMÓRIA
FOTOGRÁFICA

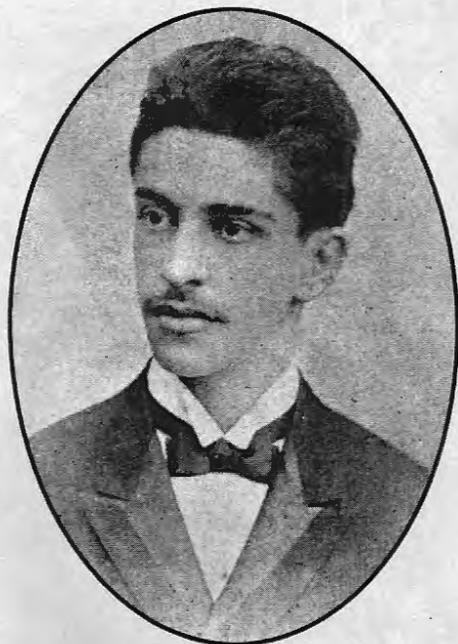
Osvaldo Cruz em Petrópolis, 1916.
FOC(OC) 3-24

Instituto Osvaldo Cruz, no bairro de Manguinhos, Rio de Janeiro. IOC(I) 2-39

Abaixo, última fotografia de Osvaldo Cruz, tirada no encerramento do Curso de Aplicação, em 1916. Sentados, ladeando Osvaldo Cruz (ao centro), vêem-se, à direita dele, o Prof. Carlos Chagas, e à esquerda o Prof. Adolfo Lutz. Completam o grupo os alunos que terminaram o curso. FOC(VPCC-F) 4-11

Clementino Fraga em uma de suas últimas fotografias. No detalhe, desenho de 1942.

Clementino Fraga Filho.

Osvaldo Cruz
★5 - 8 - 1872 †11 - 2 - 1917
IOC(OC) 3-17

IOC(OC) 7-16

Edifício do Instituto Osvaldo Cruz. IOC(I) 2-39

Acima, São Luis do Paraitinga, Estado de São Paulo: casa em que nasceu Osvaldo Cruz. IOC(OC) 2-21

Abaixo, a igreja onde foi batizado. IOC(OC) 2-27

Os pais de Osvaldo Cruz: Dona Amália Taborda de Bulhões Cruz IOC(OC) 1-8 e Dr. Bento Gonçalves Cruz IOC(OC) 1-7.

Osvaldo Cruz aos doze anos IOC(OC) 3-4,
e aos dezoito. FOC(OC) 1-14

Em Manguinhos, Osvaldo Cruz recebe a Visita de Theodoro Roosevelt. IOC(OC) 5-7

CLEMENTINO FRAGA

LIVROS, MONOGRAFIAS, PRINCIPAIS TRABALHOS

- *A Vontade* – Tese de doutoramento – 1903
- *Higiene Rural no Brasil* – 1908
- *Discursos e Conferências* – 1912
- *Le Foie Dans le Paludisme Chronique* – 1913
- *Suprarenal Syndrom in Paludism* – Comunicação à *América Society of Tropical Medicine* – 1917
- *Osvaldo Cruz* – 1917
- *Beribéri na Bahia* – 1917
- *Forma Suprarrenal do Impaludismo* – 1918 – Esse estudo deu lugar ao que veio ser chamado, por proposta de Miguel Couto, "Síndrome de Fraga"
- *Clínica Médica* – (lições e notas clínicas) – 1919
- *Carência Alimentar e Beribéri* – 1919
- *Orações à Mocidade* – 1923 (3.ª edição em 1940)
- *Clínica Médica* (2.ª edição) 2 volumes – 1928
- *A Febre Amarela no Brasil* – Notas e documentos de uma grande campanha sanitária (com outros colaboradores) – 1929
- *Diagnóstico das Síndromes Respiratórias* – 1931

- *Noções atuais de Tuberculose* – 1931 (2.ª edição em 1933)
- *Ensino Médico e Medicina Social* – 1932 (2.ª edição em 1940 – 3.ª edição em 1942)
- *Noções Recentes de Clínica Médica* (em colaboração) – 1933
- *Orientação Profissional e Higiene Pública* – 1934
- *Doenças do Fígado* – 1934 – 1936 (2.ª edição em 1936 e 3.ª edição em 1942)
- *Erros e Preceitos de Medicina Social* – 1936
- *Medicina Clínica* – 1937
- *Ciência e Arte em Medicina* – 1938
- *Discurso de Recepção na Academia Brasileira de Letras* – 1939
- *Médicos Educadores* – 1940
- *Medicina e Humanismo* – 1942
- *Últimas Orações* – 1944
- *A Cadeira 36 da Academia Brasileira* – 2.ª edição em 1963
- *Ricardo Jorge, Médico e Humanista* – 1952
- *Osvaldo Cruz – Interpretação de Personalidade* – 1953
- *Recepção de Maurício de Medeiros* – Academia Brasileira – 1955
- *Afonso Celso Acadêmico* – 1960
- *Paisagens do Outono* – 1960
- *Através da Medicina* – 1960
- *Meditações* – 1963
- *Reencontros Imaginários* – 1966
- *Mensagem aos Médicos do Nordeste* – 1967